

PRÁTICAS DA HISTÓRIA

JOURNAL ON THEORY, HISTORIOGRAPHY,
AND USES OF THE PAST

Vol 1 (1) - 2015



PRÁTICAS DA HISTÓRIA

JOURNAL ON THEORY, HISTORIOGRAPHY,
AND USES OF THE PAST

www.praticasdahistoria.pt

Índice

Nota editorial/Editorial note	7
Nota de apresentação/Introductory note	11
Artigos	
Metahistory: notes towards a genealogy <i>Herman Paul</i>	17
Imagens de <i>A Guerra</i> . Interação entre os discursos visual e verbal na série de Joaquim Furtado <i>Ansgar Schaefer</i>	33
O legado de José-Augusto França na escrita da História da Arte em Portugal: caracterização crítica do cânone e de exemplos da sua persistência <i>Mariana Pinto dos Santos</i>	61
Rethinking historical comparisons – global history and the narrative of Chinese failure <i>Mikko Toivanen</i>	89
Destribalização, regedorias e desenvolvimento comunitário: notas acerca do pensamento colonial português (1910-1965) <i>Diogo Ramada Curto e Bernardo Pinto da Cruz</i>	113

Ensaio

- Como representar a revolução? Comentário da escultura *Monumento ao 25 de Abril*, de João Cutileiro, e do filme *Linha Vermelha*, de José Filipe Costa 173
Tiago Baptista

Entrevista

- L'excès des mots: pratiques de desidentification et logiques heterogènes de la culture 185
Entretien avec Jacques Rancière réalisé par Maria-Benedita Basto et José Neves

Testemunho

- O lugar da História nas relações entre a Universidade e a sociedade 215
Miriam Halpern Pereira

Recensões

- Ignacio Peiró Martín. *Historiadores en España, Historia de la historia y memoria de la profesión* 230
Sérgio Campos Matos

- Anthony K. Jensen. *Nietzsche's Philosophy of History* 241
Marta Faustino

Nota editorial

Editorial note

Este é o primeiro número da revista *Práticas da História*. A criação desta publicação deve-se a uma proposta de António da Silva Rêgo e Joaquim Gafeira, que dão testemunho das suas razões na breve declaração de intenções que sucede esta nota editorial. Em torno da proposta, constituiu-se um colectivo de investigadores de diferentes universidades, que desafiaram outros tantos colegas a formarem um conselho científico, e o projecto ganhou a forma que agora se vê. As áreas preferenciais da revista são desde logo sugeridas pelo subtítulo *Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* e os principais objectivos encontram-se genericamente definidos no texto que define a sua “missão”, de tal modo que nos dispensamos das palavras de circunstância que fazem o hábito das “primeiras vezes”.

A secção de artigos deste primeiro número da revista abre com a publicação de um texto em torno de uma das noções que, ao longo das últimas quatro décadas, adquiriu maior protagonismo nos campos da Filosofia da História e da Teoria da História: a noção de meta-história, celebrizada na obra de Hayden White e aqui discutida por Herman Paul. Em seguida, analisando uma prática de representação do passado desenvolvida à margem do campo académico, Ansgar Schaefer debate as relações entre o visual e o verbal na série televisiva “A Guerra”, realizada pelo jornalista Joaquim Furtado, a qual aborda as guerras coloniais que levaram à independência dos países africanos que estiveram sob a dominação imperial portuguesa. A imagem é ainda um dos eixos do terceiro artigo, da autoria de Mariana Pinto de Santos, que procede à análise e discussão da obra e do legado de José-Augusto França na escrita da História da Arte, a caminho de uma história crítica da historiografia em Portugal. Em seguida, Mikko Toivanen analisa desenvolvimentos ocorridos no quadro da História Comparada e da História Global, tendo como objecto o estado da questão em

torno da História da China. A encerrar a secção de artigos, e correspondendo à nossa intenção de que a revista, no seu desígnio auto-reflexivo, abra espaço à história das próprias humanidades e ciências sociais, publicamos um texto onde Bernardo Pinto da Cruz e Diogo Ramada Curto procedem a uma análise da figura do “destrribalizado”, análise particularmente atenta às codificações e conceptualizações jurídicas e sociológicas de que tal categoria foi objecto na história recente do Império Português.

À margem da secção de artigos, publicamos ainda cinco outros textos. O primeiro é um ensaio em que Tiago Baptista, interrogando o documentário *Linha Vermelha* (de José Filipe Costa) e a escultura *Monumento ao 25 de Abril* (de José Cutileiro), procura responder à seguinte pergunta: como representar uma revolução? Em seguida, publicamos uma entrevista a Jacques Rancière, realizada por Maria Benedita-Basto e José Neves, no lançamento da recente edição portuguesa do livro *As Palavras da História*. Antes da secção de resenhas, que conta com textos de Sérgio Campos Matos sobre *Historiadores en España, Historia de la historia y memoria de la profesión* (de Ignacio Peiró Martín) e de Marta Faustino sobre *Nietzsche's Philosophy of History* (de Anthony K. Jensen), publicamos um testemunho de Miriam Halpern Pereira, em que esta historiadora, em diálogo com experiências do seu trajecto académico e profissional, se debruça sobre transferências de conhecimento entre a academia e a sociedade.

Finalmente, cabe-nos agradecer o indispensável apoio a esta publicação prestado tanto pelo *Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar* (unidade de investigação vinculada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e à Universidade dos Açores) como pelo *Instituto de História Contemporânea* (unidade vinculada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova Lisboa e à Universidade de Évora).

EDITORIAL NOTE

This is the first issue of the journal *Práticas da História*. The creation of this publication arose from a proposal by António da Silva Rêgo and

Joaquim Gafeira, whose motives are explained in the brief declaration of intent that follows this editorial note. After this initial proposal, a group of researchers in history with various institutional affiliations was assembled, and the project took the configuration which it now has. The fields of publication are immediately suggested by the subtitle *Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* and its objectives are broadly defined in the mission statement so that we can dispense with the opening remarks that usually preface “first times”.

The article section in this first issue opens with the publication of a text on one of the keywords in the debate about historiography over the last four decades: “meta-history”, a concept created by Hayden White and here discussed by Herman Paul. Next, Ansgar Schaefer discusses the relation between visual and verbal representations of the past, analyzing the TV documentary series *A Guerra [The War]*, produced by the journalist Joaquim Furtado, which shows the colonial wars that led the African countries under Portuguese imperial rule to independence. The image is also the focus of a third article, by Mariana Pinto dos Santos, which discusses and analyses the work and legacy of José-Augusto França in art history writing, contributing to a critical history of historiography in Portugal. Then, Mikko Toivanen analyses the latest developments in Comparative History and Global History, using the state of the art on the History of China as its object. Closing this section – and matching our intent that the journal’s self-reflexive purpose would open up a space for the history of humanities and social sciences – there is an article where Bernardo Pinto da Cruz and Diogo Ramada Curto examine the figure of the “detrribalized”, an analysis especially sensitive to the juridical and sociological codifications and conceptualization of this category in the recent history of the Portuguese empire.

After the article section, there are five other texts. The first is an essay in which Tiago Baptista debates the documentary *Linha Vermelha [Red Line]* by José Filipe Costa and the sculpture *Monumento ao 25 de Abril [Monument to the 25th of April]* by José Cutileiro and seeks to answer the question: how to represent a revolution? Next,

there is an interview with Jacques Rancière by Maria Benedita-Basto and José Neves on the occasion of the Portuguese edition of *The Names of History*. Before the final section, Miriam Halpern Pereira writes a testimony in which she reflects on the exchanges of knowledge between academia and society in a dialogue with her own academic path. In the review section, Sérgio Campos Matos writes on *Historiadores en España. Historia de la historia y memoria de la profesión* by Ignacio Peiró Martín and Marta Faustino writes on *Nietzsche's Philosophy of History* by Anthony K. Jensen.

Finally, we should thank the indispensable support provided by the *Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar*, a research unit affiliated to the Faculty of Social Sciences and Humanities of the New University of Lisbon and the University of Açores, as well as by the *Instituto de História Contemporânea*, a research unit affiliated to the Faculty of Social Sciences and Humanities of the New University of Lisbon and the University of Évora.

Conselho Editorial/Editorial Board

Nota de apresentação

Introductory note

Quando propusemos aos restantes colegas que agora fazem parte do colectivo redactorial que criássemos uma revista sobre Teoria da História e historiografia, tínhamos em vista uma publicação académica em regime de *peer review*, na qual investigadores pudessem ler e publicar artigos, recensões, entrevistas ou outros tipos de textos sobre estas temáticas. Porém, para além de ser mais uma revista no panorama académico português, esperamos que se possa tornar também num fórum de discussão, um espaço onde ideias sejam confrontadas e discutidas numa perspectiva interdisciplinar, entre historiadores, filósofos ou cientistas sociais que se debrucem sobre o passado.

O que nos motivou foi a percepção, partilhada pelos colegas com quem discutimos o projecto, de um vazio nesta área, e uma oportunidade de criar algo de novo nos nossos meios académicos. Embora existam, internacionalmente, revistas com este enfoque temático, em Portugal o seu impacto é reduzido, e a exploração destes temas nem sempre é fácil. A inovação ou o aprofundamento de problemas teóricos, epistemológicos e metodológicos são tantas vezes relegados, quer ao nível do ensino como da produção historiográfica, à condição de algo de secundário à investigação dita séria. Isto quando a discussão crítica sobre estes tópicos não é vista como um exercício estéril, ou mesmo como uma distração eventualmente perigosa num contexto em que se sentem as humanidades e ciências sociais sob ameaça.

Há em Portugal investigadores interessados nestas questões. A prova-lo estão os artigos saídos neste primeiro número e os que nos chegaram em antecipação do segundo, bem como os apoios e encorajamento que o projecto colheu junto de colegas, docentes e investigadores das mais diversas áreas. A este interesse manifesto, e aos debates pontuais que têm surgido, tantas vezes, em conferências ou publicações dispersas,

terá talvez faltado até agora a continuidade necessária ao estabelecimento de um diálogo construtivo. É no sentido de promover esta continuidade que a *Práticas da História* pretende informar e manter actualizados os seus leitores, mas também oferecer-lhes a possibilidade de publicar as suas ideias num espaço onde é encorajada a crítica e o debate aceso entre posições diferentes, mesmo antagónicas, sem que, por exemplo, a postura política ou ideológica de um investigador seja o objecto quase único de discussão. Procuramos uma reflexão sobre o ofício de historiador ou de investigador, incluindo quem, fora das restritas fronteiras disciplinares da História, analisa problemas e objectos de estudo vizinhos.

Não pretendemos com isto lançar um simples apelo à interdisciplinaridade. Para que o trabalho numa perspectiva interdisciplinar dê frutos, torna-se necessário que diferentes especialistas possuam ou construam um vocabulário em comum, e pensamos que um projecto desta natureza pode contribuir para informar e alargar o vocabulário com que o historiador, no sentido lato do termo, pensa não apenas o passado mas também a sua prática presente e futura e o seu relacionamento com práticas alheias.

É para atingir estes objectivos que a revista *Práticas da História* está aberta a todas as questões relacionadas com teoria, historiografia e usos da História e do passado. Queremos publicar textos que explorem de forma crítica e consciente diferentes tendências historiográficas e abordagens metodológicas e teóricas, passadas e futuras, desde a História Global à Micro-História, passando pela História Transnacional ou pela Nova História Política. Convidamos os leitores a questionar parcialidades culturais ou lacunas epistemológicas no discurso historiográfico corrente. Propomos ainda uma interrogação relativa aos próprios limites da História, seja enquanto conhecimento, seja enquanto artefacto narrativo, abordando a produção historiográfica na sua relação com a experiência histórica.

Finalmente, num mundo onde o passado e a produção de conhecimento a respeito desse passado são utilizados das mais diversas maneiras, pensamos ser importante discutir as consequências do discurso produzido - os usos da História. Se o trabalho do historiador tem uma dimensão política, social e ética, o historiador tem de estar atento tanto

ao contexto em que se insere, como às consequências dos seus exercícios de produção de conhecimento. É neste âmbito que esta revista procurará publicar textos dedicados a temas como a ética, as virtudes e faculdades epistémicas do historiador, meta-histórias, memória, comemoracionismo, etc.

Um dos objectivos declarados da revista é estimular a produção de textos nestas áreas a nível nacional e em português, mas estamos conscientes de que não estamos sozinhos, e que o diálogo pretendido não se deve limitar às fronteiras de um meio académico restrito. Se o contexto português foi um dos motivos para o lançamento desta revista, a *Práticas da História* pretende ser um projecto internacional, e publicará também em inglês, francês e espanhol. Tanto a equipa editorial como o conselho científico, que orienta a direcção da revista, são compostos por membros de diversas universidades e países, com o que procuramos garantir que prestamos atenção à produção internacional neste campo.

Reconhecemos que se trata de um projecto ambicioso. Afinal, as discussões que queremos encorajar com a *Práticas da História* têm por fim último influenciar as práticas que o nome da revista refere, ou seja, transformar o campo disciplinar em que nos encontramos. Poder-se-á dizer que, paralelamente a um propósito informativo, este periódico tem por trás um projecto regulativo que não é menos importante. Langlois e Seignobos disseram que sem documentos não havia História. Pois bem: é nossa opinião que a História, enquanto disciplina, também requer consciência, e que esta consciência se constrói através de reflexão e debate vivo e informado. Esperamos que esta revista possa contribuir para a essa construção.

INTRODUCTORY NOTE

When we proposed the creation of a journal on historical theory and historiography to our now-fellow editors, we had an academic periodical with peer review in mind, in which researchers could read and pub-

lish articles, reviews, interviews or other kinds of texts on these issues. However, more than just another journal in the Portuguese academic setting, we hope that it can also become a forum for discussion, a space where ideas can be confronted and debated from an interdisciplinary point of view, among historians, philosophers and social scientists that focus on the past.

What motivated us was a perception, shared with our colleagues, of a gap in this area, and therefore an opportunity to create something new in our academic milieu. Though there are journals that focus on these matters beyond the Portuguese borders, their impact in Portugal is limited, and the exploration of these topics is not always easy. Innovation or further research into theoretical, epistemological or methodological problems are so often relegated to a secondary position in regards to so called ‘proper history’, both in terms of teaching and of historiographic production. Critical discussion on these topics may even be dismissed as a sterile exercise, or a potentially dangerous distraction in a context where the Humanities and Social Sciences are under attack.

There are, in Portugal, researchers who are interested in these issues. To prove it, one need only look at the articles in our first number, or those submitted in anticipation of the second, not to mention the support and encouragement this project received from colleagues, professors and researchers from a wide array of fields of inquiry. In the midst of this manifest interest, and of atomized debates which occasionally come up in conferences or publications, perhaps some much needed continuity was lacking in order to establish a constructive dialog. It is in the interest of this continuity that *Práticas da História* aims to keep its readers informed, and also to offer them a platform to publish their ideas in a setting where criticism and lively debate are encouraged, without allowing the political alignment of the historian to become the sole object of discussion. We seek a reflection on the craft of the historian and of those researchers who, though they are outside the strict limits of the discipline, address similar issues and objects of study.

This isn't a simple appeal to interdisciplinarity. For interdisciplinary work to be productive, specialists from different areas must possess or build some form of common vocabulary. A project like this may, we hope, contribute to the vocabulary with which a historian, broadly speaking, thinks not only about the past, but also about his current and future practice and its relation to the practices of others.

It's with these goals in mind that *Práticas da História* will be open to a variety of submissions related to theory, historiography and uses of history and of the past. We aim to publish texts that explore different historiographic, theoretical and methodological trends, past and future, from global to micro-history, transnational history or new political history. We invite our readers to question cultural biases or epistemological weaknesses in current historiographic discourse. We furthermore support questioning the very limits of History, as a body of knowledge, a discipline, or a narrative artefact, and to place historiographic production in its relationship with lived historical experience.

In a world in which the past and the production and sanction of knowledge about this past are used in a myriad of ways, we believe it's important to discuss the consequences of the discourse that we, as scholars, produce — the uses of History. If a historian's work has a political, social and ethical dimension, a historian should be aware of the context in which he or she is working, and the consequences of their work. It's within this purview that the journal will seek to publish texts on issues of ethics, the virtues of the historian, metahistory, memory, commemorations, etc.

One of our goals is to stimulate the production of such texts within a national context, in Portuguese, but we are aware that we are not alone, and that this dialogue should not be constrained by the borders of a national academic setting. If the specifics of Portuguese academic reality were one of the causes behind this project, *Práticas da História* is an international journal, and will be publishing in English, French and Spanish as well. Both the editorial and scientific boards include

members of different universities and countries to ensure awareness of international production in this field of study.

We acknowledge it's an ambitious project. After all, a debate such as that which we are trying to encourage with *Práticas da História* is intended to, ultimately, influence the very practices referred to in the journal's name, which is to say, to transform the discipline within which we operate. One might say that, beyond an informative mission, this publication has a regulatory intent, which is no less important. Langlois and Seignobos stated that there is no History without documents. Well, it is our opinion that History requires reflection alongside the documents. History, as a discipline, must have a conscience. That is what we are working towards.

Antônio da Silva Rêgo

Joaquim Gafeira

Herman Paul

Metahistory:

notes towards a genealogy

How to write the history of philosophy of history? This article argues that a discursive approach, focused on the use and meaning of such essentially contested concepts like “history” and “objectivity,” is more appropriate for the field at hand than, for example, an institutional approach. By way of example, the article provides a brief history of “metahistory” – the title word of perhaps the most influential study in philosophy of history since R.G. Collingwood’s *The Idea of History*. It argues that Hayden White’s understanding of the term closely resembles that of Christopher Dawson, a British Roman Catholic author on whom White wrote a lengthy article in the late 1950s. Evidence suggests, moreover, that White actually borrowed the term from Dawson or, more broadly, from a mid-twentieth-century, European, religiously inspired tradition of historical thought. In sum, this article suggests a new genealogy of “metahistory” and, in doing so, advocates a discursively oriented mode of writing the history of twentieth-century philosophy of history. Keywords: Philosophy of History, Metahistory, Hayden White and Christopher Dawson.

Meta-história: notas para uma genealogia

Como escrever a história da Filosofia da História? Este artigo defende que uma abordagem discursiva, focada no uso e significado de conceitos essencialmente contestados como “História” e “objetividade”, é mais apropriado para o campo em questão do que, por exemplo, uma abordagem institucional. Como exemplo, o artigo fornece uma breve história da “Meta-história” – o título do estudo provavelmente mais influente em filosofia da história desde *The Idea of History*, de R. G. Collingwood. O artigo defende que o entendimento que Hayden White faz do termo tem uma grande semelhança com o que fizera Christopher Dawson, um autor católico inglês sobre o qual White escreveu um longo artigo no final dos anos 50. Existem inclusive indícios de que White copiou o termo de Dawson ou, de uma forma mais geral, de uma tradição europeia de pensamento histórico inspirada pela religião, de meados do século XX. Em suma, o artigo sugere uma nova genealogia da “Meta-história” e, ao fazê-lo, advoga um modo discursivamente orientado de escrever a história da Filosofia da História no século XX. Palavras-chave: Filosofia da História, Meta-história, Hayden White e Christopher Dawson.

Metahistory: notes towards a genealogy

Herman Paul*

INTRODUCTION

This paper deals with the history of a discipline that is perhaps no discipline at all. Whether defined as a branch of knowledge, as a community of scholars with shared interests, or as an intellectual market economy system, the concept of “discipline” seems inadequate to capture the academic practice called “philosophy of history” (or “historical theory,” as some prefer). Even Stephen Turner’s description of disciplines as “kinds of collectivities that include a large proportion of persons holding degrees with some differentiating specialization name” appears inappropriate, as philosophy of history during the past hundred years has been practiced by scholars trained and employed in such diverse fields as history, philosophy, theology, sociology, and literary studies.¹

Partly for this reason, perhaps, philosophers of history do not seem to agree on what their field should be about. Although the late-nineteenth-century distinction between “formal” and “material” philosophy of history – an anticipation of William H. Walsh’s now better-known distinction between “speculative” and “analytical” philosophy of history – indicates that philosophy of history may encompass reflections on the course of the historical process as well as philosophical

* Associate Professor of Historical Theory, Leiden University [h.j.paul@hum.leidenuniv.nl]. This paper was presented to the British Society for the History of Philosophy in Cambridge on April 4, 2006. I have decided not to revise the text or to update its references. For a broader treatment of Hayden White’s philosophy of history, I refer the reader to my book-length study, *Hayden White: The Historical Imagination* (Cambridge: Polity Press, 2011).

¹ Stephen Turner, “What Are Disciplines? And How Is Interdisciplinarity Different?,” in *Practising Interdisciplinarity*, ed. Peter Weingart e Nico Stehr (Toronto; Buffalo, NY; Londres: University of Toronto Press, 2000), 47.

analysis of historical knowledge, these categories are broad enough to cover wide varieties of subject matters, questions, and approaches. Accordingly, twentieth-century philosophers of history have offered rather diverse definitions of their field, varying from a branch of ethics (during the so-called “crisis of historicism” associated with Ernst Troeltsch), a subspecies of the philosophy of science (as Carl G. Hempel proposed), an analysis of narrative templates in historical thought (as practiced by Hayden White), and, not to mention more, a philosophy of historical experience (as advocated by Frank Ankersmit).²

How to write a history of such a non-disciplinary and contested field of study? Richard T. Vann has made a helpful beginning by providing a content-based analysis of *History and Theory*, the journal that, to some extent, may be said to have reflected the scholarly agendas of most leading philosophers of history in the English-speaking world since 1960. Still, Vann realizes that the “academic orphan” that he considers philosophy of history to be does not merely dwell around the orphanage of *History and Theory*. Vann mentions, among other things, the “historiography courses” and “methodology seminars” that supplemented American history curricula during the past few decades and those many historians who incidentally felt urged to reflect on the nature and significance of their profession, “especially when they became presidents of some organization and decided that a certain amount of pontification was appropriate to their new dignities.”³

Even if not all addresses delivered at such occasions might classify as philosophy of history, the example illustrates that *institutional* approaches in the history of philosophy of history are of limited value.

2 Ernst Bernstein, *Lehrbuch der historischen Methode und der Geschichtsphilosophie: mit Nachweis der wichtigsten Quellen und Hilfsmittel zum Studium der Geschichte*, 3^a e 4^a ed (Leipzig: Duncker & Humblot, 1903), 685; W. H. Walsh, *An Introduction to Philosophy of History* (Londres: Hutchinson, 1951), 13-5; Carl G. Hempel, “The Function of General Laws in History,” *The Journal of Philosophy* 39 (1942): 35-48; Hayden White, *The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation* (Baltimore, MD; Londres: Johns Hopkins University Press, 1987); Frank Ankersmit, *Sublime Historical Experience* (Stanford: Stanford University Press, 2005).

3 Richard T Vann, “Turning Linguistic: History and Theory and *History and Theory*, 1960-1975,” in *A New Philosophy of History*, ed. Frank Ankersmit e Hans Kellner (Londres: Reaktion Books, 1995), 40, 41.

A *discourse*-oriented approach, such as practiced by Peter Novick in his book, *That Noble Dream* (1988), may succeed better in mapping the territory on which philosophy of history is practiced. It can be argued that what philosophers of history all over this territory share is not so much an infrastructure, paradigm, or set of research questions, but rather a discourse, or more precisely a series of essentially contested concepts such as “history,” “historicism,” “historicity,” “historical change,” “historical explanation,” and “historical representation.” Philosophy of history can be defined, then, as that second-order discourse that, both in and outside the historical profession, reflects on how such essentially contested concepts should be understood. Novick’s history of “objectivity” – another key term or “sprawling collection of assumptions, attitudes, aspirations and antipathies” – illustrates how promising such an approach can be.⁴ Tracing contributions to the “objectivity discourse” even in such fields as political science, anthropology, and philosophy of law, Novick transgresses disciplinary as well as institutional boundaries in order to reconstruct semantic fields and networks of meaning. Such a discourse-oriented approach seems particularly well-suited for the history of a field that lacks institutional and disciplinary visibility. If philosophy of history is a discourse rather than a discipline in any epistemic, economic, or infrastructural sense of the word, then its history should be written, not along institutional lines, but based on an analysis of discourses revolving around such essentially contested concepts as “historical change,” “historicism,” and “objectivity.”

METAHISTORY

Although this brief paper cannot offer well-elaborated examples of such an approach, I should like to illustrate its usefulness by offering some observations on the genealogy of “metahistory” – a notion that is perhaps best known as the title word of what has become the most influential work in historical theory since Collingwood’s *The Idea of*

⁴ Peter Novick, *That Noble Dream: The “Objectivity Question” and the American Historical Profession* (Cambridge: Cambridge University Press, 1988), 1.

History (1946).⁵ Hayden White's *Metahistory: The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe* (1973) has gained influence mainly because of its so-called "tropology": a historiographical classification system that distinguished between tropes, plots, explanatory modes, and ideological substructures in historical writing, while providing a typology of archetypical forms for each of these dimensions. As this "tropology" was the most innovative – and also the most vehemently criticized – element of the book, the title word "metahistory" became closely connected to White's modes of analysis and, in fact, the flag under which White's categorical system came to sail. Until the present day, "metahistorical" is generally understood as an adjective qualifying studies that explicitly apply White's "tropological" categories.⁶

However, this understanding of "metahistory" finds little support in the book itself. Already in the preface, White explained that he understood "metahistory" to refer to what he called a "precritically accepted paradigm of what a distinctively 'historical' explanation should be."⁷ "Metahistory," according to this definition, is the realm of "pre-critical," that is, scholarly unprovable and unfalsifiable presuppositions with regard to how historians should approach the past, or these historians' intuitive ideas about how the past can best be studied. Elsewhere, in his chapter on Hegel, White equated a "metahistorical synthesizing vision" with "a vision of the whole [historical] process," that is, with pre-critical, personally or collectively held ideas about the course and nature of the historical process.⁸ Though slightly incongruent, these two definitions (to which, admittedly, some others could be added⁹) locate "metahistory" in the sphere of prejudices, presupposi-

5 Harry Ritter offers a brief but helpful overview of meanings associated with "metahistory" in his *Dictionary of Concepts in History* (Westport, CT: Greenwood Press, 1986), 265-8.

6 E.g., Donald Ostrowski, "A Metahistorical Analysis: Hayden White and Four Narratives of «Russian» History," *Clio* 19 (1990): 215-36; W. Bryan Kirby, "...*dein und mein Gedächtnis ein Weltall*": A Metahistorical Avenue Into Marie-Thérèse Kerschbaumer's Literary World of Women (Nova Iorque: Peter Lang, 2000).

7 Hayden White, *Metahistory: The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe* (Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1973), ix.

8 Ibid., 92.

9 Ibid., 37, 51, 69.

tions, and biases that historians, consciously or not, bring to the study of the past. Both define “metahistory” as the realm of questions “about” history (as distinguished from those “in” history, to borrow a distinction from Patrick Gardiner) – the realm of questions about agency, structure, determination, purpose, and meaning that historians seldom explicitly raise, but implicitly address as soon as they declare to prefer a contextualist mode of explanation over a formalist one, or a version of methodological individualism over a collectivist approach to human agency. For White, therefore, a study of metahistory is not a study that applies a tropological scheme, but an investigation of how hidden premises regarding causes and effects, human nature, and the course of History with a capital H effect the historian’s imagination, conceptualization, and representation of the past.

Did this confusion over the book’s title word (not to speak of other problems accompanying the reception of *Metahistory*) reflect an ignorance on the part of White’s readers about the semantic context in which “metahistory” had to be understood? What most of White’s readers failed to grasp was that White did not introduce a new term as much as position himself in a well-established “metahistorical” discourse. Here, then, the relevance of a discourse-oriented approach to the history of philosophy of history can be shown. White’s understanding of “metahistory” in terms of presuppositions about the historical process was embedded in a predominantly European-based, religiously-inspired discourse that reached back into the 1920s.

AN ILLEGITIMATE OTHER

It has been suggested – most notably by White himself – that the author borrowed the term “metahistory” from Northrop Frye, the Canadian literary scholar who so profoundly influenced White’s tropological approach.¹⁰ Others have found a potential source of influence in Frank H. Underhill,

¹⁰ Hayden White, “Frye’s Place in Contemporary Cultural Studies,” in *The Legacy of Northrop Frye*, ed. Alvin A. Lee e Robert D. Denham (Toronto; Buffalo, NY; Londres: University of Toronto Press, 1994), 37-38 n. 1.

another Canadian, who had been among the first historians in North-America to include “metahistory” in his vocabulary.¹¹ Both Frye and Underhill had equated metahistory with speculative philosophy of history as practiced by Spengler and Toynbee. Both had been convinced that historians ought to resist the temptations of this genre. “We notice,” said Frye,

that metahistory, though it usually tends to very long and erudite books, is far more popular than regular history: in fact metahistory is really the form in which most history reaches the general public. It is only the metahistorian, whether Spengler or Toynbee or H.G. Wells or a religious writer using history as his source of *exempla*, who has much chance of becoming a best-seller.¹²

Yet, as Underhill had stated, “an historian who sets out to be a metahistorian and to investigate *sub specie temporis* the mystery of the universe is attempting a project which is illegitimate for the historian.”¹³

For these scholars, “metahistory” clearly marked a realm of “otherness,” or a pursuit transgressing the boundaries of a historian’s professional competence. Defined in this way, “history” and “metahistory” belonged to an illustrious series of binary oppositions used to define the borders between the legitimate and the illegitimate – “history” vs. “myth,” “civilization” vs. “barbarism,” “orthodoxy” vs. “heresy,” et cetera. By the time White published his book, in 1973, “metahistory” had in North-America been understood predominantly as such a contrast

11 Peter Burke, “Die Metageschichte von ‘Metahistory,’” in *Metageschichte: Hayden White und Paul Ricoeur: Dargestellte Wirklichkeit in der europäischen Kultur im Kontext von Husserl, Weber, Auerbach und Gombrich*, ed. Jörn Stückradt e Jürg Zbinden (Baden-Baden: Nomos, 1997), 77.

12 Northrop Frye. “New Directions From Old,” in Frye, *Fables of Identity: Studies in Poetic Mythology* (Nova Iorque; Burlingame: Harcourt, Brace & World, 1963), 54. See also: Hayden White, “Interpretation in History,” in White, *Tropics of Discourse: Essays in Cultural Criticism* (Baltimore, MD; Londres: Johns Hopkins University Press, 1978), 76 nota 2.

13 Frank H. Underhill, “Arnold Toynbee, Metahistorian,” *The Canadian Historical Review* 32 (1951): 218. More sympathetic towards Toynbee had been C. Vann Woodward, “Toynbee and Metahistory,” *The American Scholar* 3 (1958): 384-92, esp. 384-6.

term – not only by historians, but also among philosophers, as illustrated by Bernd Magnus, an early student of Arthur C. Danto, who in 1970 considered “metahistory” an appropriate label for Heidegger’s reading of the history of philosophy, in which Magnus saw all interpretation become “subordinated to a thesis which superimposes its meaning upon the history of philosophy.”¹⁴

White’s book, however, did not display such a critical distancing from metahistory. On the contrary, as I said above, White defined metahistory as a realm of assumptions influencing all historical imagination, conceptualization, and representation. It is therefore unlikely that Frye and Underhill represent the semantic context from which the notion of “metahistory” in White’s book can best be understood. I would suggest that this semantic context has to be located, instead, in Europe, where “metahistory” already in the 1930s had become an umbrella term for historical approaches that aimed to find a “Logos der Geschichte” (a reasonable pattern in the course of history) or a divine meaning in the historical process.¹⁵ More precisely, it seems likely, on the basis of indirect evidence, that White borrowed his notion of “metahistory” from Christopher Dawson, a British Roman Catholic historian and cultural critic, whose religiously-committed writings had prompted White in 1958 to write a long piece on “Religion, Culture, and Western Civilization in Christopher Dawson’s Idea of History.”¹⁶

14 Bernd Magnus, *Heidegger’s Metahistory of Philosophy: Amor Fati, Being and Truth* (Haia: Martinus Nijhoff, 1970), xiii, 90, 94. Among Heidegger scholars, “metahistory” or *Metahistorik* also came to refer to a form of metaphysics understood in terms of historicity or *Geschichtlichkeit*; see esp. Max Müller, *Existenzphilosophie: Von der Metaphysik zur Metahistorik*, ed. Alois Halder, 4^a ed. (Freiburg; Munique: Karl Alber, 1986), 295-6, 361-2 e Ramón Eduardo Ruiz-Pesce, *Metaphysik als Metahistorik oder Hermeneutik des unreinen Denkens: Die Philosophie Max Müllers* (Freiburg; Munique: Karl Alber, 1987), 206.

15 Eugenio d’Ors, “La crise d’histoire,” *Revue des questions historiques* 119 (1934): 405; J. G. Bruggeman e A.V.N. v[an] Woerden, “Woord vooraf,” in [A.E. Cohen et al.] *Historie en metahistorie: “Robert Fruin” lustrumbundel 1952* (Leiden: Universitaire Pers Leiden, 1952), 3-4.

16 Hayden V. White, “Religion, Culture and Western Civilization in Christopher Dawson’s Idea of History,” *English Miscellany* 9 (1958): 247-287. This essay has been severely criticised in Dermot Quinn, “Christopher Dawson and the Catholic Idea of History,” in *Eternity in Time: Christopher Dawson and the Catholic Idea of History*, ed. Stratford Caldecott e John Morrill (Edimburgo: T&T Clark, 1997), 85-7.

CHRISTOPHER DAWSON

In Dawson's view, metahistory was a field concerned "with the nature of history, the meaning of history and the cause and significance of historical change."¹⁷ Like Frye and Underhill, Dawson had observed strong connections between metahistory and speculative philosophy of history as defined by Walsh. But unlike the two Canadians, Dawson had believed that intuitions about "the nature of history, the meaning of history and the cause and significance of historical change" informed every historical work – both on this and on the other side of the border between what Frye and Underhill had assumed to be "history" and "metahistory." Besides, Dawson had argued that historians are not only *unable to escape* the influence of metahistorical ideas, but are also *in need of* metahistory, because their interpretation and explanation of the past presuppose some prior understanding of what the subject matter of historical writing or the nature of historical change is. Metahistorical views determine how and why the past is represented, as Dawson explained in the following passage:

If you believe in the theory of progress, for instance, you will see history as the story of progress and you will tend to study that aspect of progress which seems to you the most important, as Lord Acton studied the history of the idea of freedom. And if you are a good historian, as Acton was, your preconceived metahistorical idea will not destroy the value of the historical research which has been motivated by it.¹⁸

17 Christopher Dawson, "The Problem of Metahistory," in Dawson, *The Dynamics of World History*, ed. John J. Mulloy (Londres: Sheed and Ward, 1957), 287. The article, written in 1951, had originally been published in *History Today* 1, no. 6 (1951): 9-12, in response to Alan Bullock, "The Historian's Purpose: History and Metahistory," *History Today* 1, no. 2 (1951): 5-11. Dawson's piece had generated some further debate: G. J. Renier, "Plain History and Meta-History," *History Today* 1, no. 7 (1951): 69; Max Beloff, "Plain History and Meta-History II," *History Today* 1, no. 9 (1951): 57.

18 Dawson, "Problem of Metahistory," 288.

The similarity between White's and Dawson's views on metahistory is striking. Both thinkers used "metahistory" as a label for a historian's presuppositions. Both located metahistory at the level of what White called *prefiguration* – a level at which historians, consciously or not, make assumptions about the nature of historical reality, causality, change, human behavior, et cetera. Neither Dawson nor White considered these metahistorical assumptions to include such theoretical concepts as Hempel's covering law model or Marx's base-superstructure theory. Instead, they understood metahistory to refer to the historian's views on *what might count* as a theoretical concept (whether a covering law model can do justice to complex historical situations, for example, or whether historians should attempt to analyze cultural production in terms of economic factors).¹⁹ Thus, for both White and Dawson, "metahistory," rather than marking "otherness," designated the very "foundation" of historical thought.

It is no coincidence that White, in this context, used a term developed by a British Roman Catholic who, in the 1950s, had worried about a "de-Christianization" of the public sphere in Western Europe. Nor is it a coincidence that Dawson, in turn, had used a word that in the 1920s and 1930s had circulated among Jewish and Christian thinkers in Germany – particularly among intellectuals who had felt that the "secularization" and "professionalization" of the historical discipline forced them to distinguish between history in the everyday sense of the word and history as a scene of divine providence. (Think, for example, of Isaac Breuer, who had written about the *metageschichtliche* vocation of the Jewish people as bearers of messianic hope, or Wolfgang Müller, who had used the term to refer to the second coming of Christ and the deceptions of Satan in the end of days²⁰) Like Breuer and Müller, after all, both White and Dawson found themselves, in matters of

¹⁹ See White, *Metahistory*, xii, 30-31.

²⁰ David N. Meijer, *Resisting History: Historicism and its Discontents in German-Jewish Thought* (Princeton: Princeton University Press, 2003), 141; Wolfgang Müller, "Metahistorie?," *Merkur* 3 (1949): 1255-7. Arthur A. Cohen had spoken about the "metahistorical reality" of the Jewish diaspora in *The Natural and the Supernatural Jew: A Historical and Theological Introduction* (Nova Iorque: Pantheon, 1962), 182.

religion and worldview, in minority positions that made them sensitive to the presuppositions on which the rules and practices defined by the majority's consensus were based. In the realm of historical scholarship, both Dawson and White, each in their own context, complained about what they respectively called "secular" and "ironic" modes of historical interpretation, which they experienced as threatening to their own moral or religious assumptions.

Moreover, both Dawson and White believed that the "pre-critical" nature of these presuppositions allowed them to argue that historiographical approaches based on their own metahistorical assumptions could be as legitimate as more conventional historiographical styles. For if the "various principles of interpretation current in modern culture (...) are all principles of historical interpretation introduced by faith," as one Christian scholar (Reinhold Niebuhr) put it, then on what grounds can one possibly exclude some faith-based positions from the world of scholarship while including others?²¹ If all scholarship rests on some unprovable and unfalsifiable assumptions, then all types of prefiguration, to use White's term, are equally valid or equally legitimate. Or, as White put it in *Metahistory*: "If it can be shown that Irony is only one of a *number* of possible perspectives on history, each of which has its own good reasons for existence on a poetic and moral level of awareness, the Ironic attitude will have begun to be deprived of its status as the *necessary* perspective from which to view the historical process."²²

21 Reinhold Niebuhr, *The Nature and Destiny of Man: A Christian Interpretation*, vol. 1 (Londres: Nisbet & Co., 1941), 151. Similar arguments can be found in Herman Dooyeweerd, *A New Critique of Theoretical Thought*, vols. 1-4, trans. David H. Freeman e William S. Young (Filadélfia: Presbyterian and Reformed Publishing Company, 1953-1958); Roy A. Clouser, *The Myth of Religious Neutrality: An Essay on the Hidden Role of Religious Belief in Theories* (Notre Dame, IN; Londres: University of Notre Dame Press, 1991); George M. Marsden, *The Outrageous Idea of Christian Scholarship* (Oxford: Oxford University Press, 1997).

22 White, *Metahistory*, 434. Already in *The Emergence of Liberal Humanism*, White had displayed a strong awareness that "the definition of what constitutes a specifically scientific, as over against, say, a religious or aesthetic question, is pre-scientifically decided, that is to say, is decided by what scientists, influenced by the general cultural endowment of their society, agree to treat as susceptible to scientific scrutiny". Willson H. Coates, Hayden V. White, e J. Salwyn Schapiro, *The Emergence of Liberal Humanism: An Intellectual History of Western Europe*, vol. 1 (Nova Iorque: McGraw-Hill, 1966), 145.

Although White, in matters of religion, differed from Dawson to such an extent as to be almost his antipode, his program resembled the agendas of men such as Dawson in so far as White's commitment to a Sartrean version of existentialist humanism inspired him to "rebel," in Camus' sense of the word, against historiographical conventions that constrain the imagination and limit what White perceived as a freedom of interpretation, or a right to conceptualize the past in ways consonant with one's own view of life. A strong advocate of what he called "moral commitment" in historical scholarship, White often found himself in disagreement with conventional standards for historical scholarship, such as the heuristic ideal of scholarly detachment. White's 1973 book *Metahistory* can well be read as a forceful attempt to argue that an existentialist-inspired alternative to the "ironic" historiography produced by most members of the profession is not inferior or less legitimate than the views defended by the presidents of the historical associations that Richard T. Vann referred to. To support his plea for a historiography outside the ivory tower of academic scholarship, White tried to argue that scholarly detachment and professional irony are based on metahistorical views that "are either moral or aesthetic" and therefore undecidable on scholarly grounds alone. Once described as a "Revolutionshandbuch für den Paradigmenwechsel" (a revolutionary manual for paradigm change),²³ *Metahistory* identified the realm of metahistorical assumptions as the field upon which the battle for a paradigm shift could best be fought.

CONCLUSION

In my reading, the title word of White's *opus magnum* refers to a dimension that has often been overlooked in the literature on White as well as, more generally, in the literature on twentieth-century philosophy of history. White's book has to be located in an often religiously-inspired tradition of thought that uncovers "metahistorical presuppo-

²³ Patrick Bahners, "Die göttliche Komödie: Leopold von Ranke und Hayden White," *Storia della Storiografia* 24 (1993): 71.

sitions” in historical thinking in order to legitimate unconventional, non-hegemonic approaches to the past. In White’s philosophy of history, the term “metahistory,” referring to what Dawson identified as the historian’s basic assumptions, designated the realm of thought that White believed to be the context in which his rebellion against “irony” could be justified. As this insight leads to a revised understanding of what White’s *Metahistory* is all about – a revision which I have elsewhere tried to elaborate into a complete reinterpretation of what still ranks among the best-known books in twentieth-century philosophy of history²⁴ – I am tempted to conclude that a discursive approach to the history of philosophy of history may not be without promise.

²⁴ Herman Paul, “Metahistorical Prefigurations: Toward a Reinterpretation of Tropology in Hayden White,” *Journal of Interdisciplinary Studies in History and Archaeology* 1, no. 2 (2004): 1-19.

BIBLIOGRAPHY

- Ankersmith, Frank. *Sublime Historical Experience*. Stanford: Stanford University Press, 2005.
- Beloff, Max. "Plain History and Meta-History II." *History Today* 1, no. 9 (1951): 57.
- Bahners, Patrick. "Die göttliche Komödie: Leopold von Ranke und Hayden White." *Storia della Storiografia* 24 (1993): 71-108.
- Bernstein, Ernst. *Lehrbuch der historischen Methode und der Geschichtsphilosophie: mit Nachweis der wichtigsten Quellen und Hilfsmittel zum Studium der Geschichte*, 3^a e 4^a ed. Leipzig: Duncker & Humblot, 1903.
- Bruggeman, J.G. e A.V.N. v[an] Woerden. "Woord vooraf." In *Historie en metahistorie: "Robert Fruin" lustrumbundel 1952*, [A.E. Cohen et al.], 3-4. Leiden: Universitaire Pers Leiden, 1952.
- Bullock, Alan. "The Historian's Purpose: History and Metahistory." *History Today* 1, no. 2 (1951): 5-11.
- Burke, Peter. "Die Metageschichte von 'Metahistory.'" In *Metageschichte: Hayden White und Paul Ricoeur: Dargestellte Wirklichkeit in der europäischen Kultur im Kontext von Husserl, Weber, Auerbach und Gombrich*, editado por Jörn Stückradt e Jürg Zbinden, 73-85. Baden-Baden: Nomos, 1997.
- Coates, Willson H., Hayden V. White, e J. Salwyn Schapiro. *The Emergence of Liberal Humanism: An Intellectual History of Western Europe*. Vol. 1. Nova Iorque: McGraw-Hill, 1966.
- Clouser, Roy A. *The Myth of Religious Neutrality: An Essay on the Hidden Role of Religious Belief in Theories*. Notre Dame, IN; Londres: University of Notre Dame Press, 1991.
- Cohen, Arthur A. *The Natural and the Supernatural Jew: A Historical and Theological Introduction*. Nova Iorque: Pantheon, 1962.
- Dawson, Christopher. "The Problem of Metahistory." In *The Dynamics of World History*, de Christopher Dawson, 287-293. Editado por John J. Mulloy. Londres: Sheed and Ward, 1957.
- Dawson, Christopher. "The Problem of Metahistory." *History Today* 1, no. 6 (1951): 9-12.
- Dooyeweerd, Herman. *A New Critique of Theoretical Thought*. Traduzido por David H. Freeman e William S. Young. Vol. 1-4. Filadélfia: Presbyterian and Reformed Publishing Company, 1953-1958.
- Frye, Northrop. "New Directions From Old." In *Fables of Identity: Studies in Poetic Mythology*, de Northrop Frye, 52-66. Nova Iorque; Burlingame: Harcourt, Brace & World, 1963.
- Hempel, Carl G. "The Function of General Laws in History." *The Journal of Philosophy* 39 (1942): 35-48.
- Kirby, W. Bryan. "...dein und mein Gedächtnis ein Weltall": *A Metahistorical Avenue Into Marie-Thérèse Kerschbaumer's Literary World of Women*. Nova Iorque: Peter Lang, 2000.
- Magnus, Bernd. *Heidegger's Metahistory of Philosophy: Amor Fati, Being and Truth*. Haia: Martinus Nijhoff, 1970.
- Marsden, George M. *The Outrageous Idea of Christian Scholarship*. Oxford: Oxford University Press, 1997.
- Meijer, David N. *Resisting History: Historicism and its Discontents in German-Jewish Thought*. Princeton: Princeton University Press, 2003.
- Müller, Max. *Existenzphilosophie: Von der Metaphysik zur Metahistorik*. Freiburg; Munique: Karl Alber, 1986.

- Müller, Wolfgang. "Metahistorie?" *Mercur* 3 (1949): 1255-1257.
- Niebuhr, Reinhold. *The Nature and Destiny of Man: A Christian Interpretation*. Vol. 1. Londres: Nisbet & Co., 1941.
- Novick, Peter. *That Noble Dream: The "Objectivity Question" and the American Historical Profession*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- d'Ors, Eugenio. "La crise d'histoire." *Revue des questions historiques* 119 (1934): 398-408.
- Ostrowski, Donald. "A Metahistorical Analysis: Hayden White and Four Narratives of 'Russian' History." *Clio* 19 (1990): 215-236.
- Paul, Herman. "Metahistorical Prefigurations: Toward a Reinterpretation of Tropology in Hayden White." *Journal of Interdisciplinary Studies in History and Archaeology* 1, no. 2 (2004): 1-19.
- Paul, Herman. *Hayden White: The Historical Imagination*. Cambridge: Polity Press, 2011.
- Quinn, Dermot. "Christopher Dawson and the Catholic Idea of History." In *Eternity in Time: Christopher Dawson and the Catholic Idea of History*, editado por Stratford Caldecott e John Morrill, 69-92. Edimburgo: T&T Clark, 1997.
- Renier, G.J. "Plain History and Meta-History." *History Today* 1, no. 7 (1951): 69.
- Ritter, Harry. *Dictionary of Concepts in History*. Westport, CT: Greenwood Press, 1986.
- Ruiz-Pesce, Ramón Eduardo. *Metaphysik als Metahistorik oder Hermeneutik des unreinen Denkens: Die Philosophie Max Müllers*. Friburgo; Munique: Karl Alber, 1987.
- Turner, Stephen. "What Are Disciplines? And How Is Interdisciplinarity Different?" In *Practising Interdisciplinarity*, editado por Peter Weingart e Nico Stehr, 46-65. Toronto; Buffalo, NY; Londres: University of Toronto Press, 2000.
- Underhill, Frank H. "Arnold Toynbee, Metahistorian." *The Canadian Historical Review* 32 (1951): 201-219.
- Vann, Richard T. "Turning Linguistic: History and Theory and History and Theory, 1960-1975." In *A New Philosophy of History*, editado por Frank Ankersmit e Hans Kellner, 40-69. Londres: Reaktion Books, 1995.
- Walsh, W. H. *An Introduction to Philosophy of History*. Londres: Hutchinson, 1951.
- White, Hayden V. "Religion, Culture and Western Civilization in Christopher Dawson's Idea of History." *English Miscellany* 9 (1958): 247-287.
- White, Hayden. *Metahistory: The Historical Imagination in Nineteenth-Century Europe*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1973.
- White, Hayde. "Interpretation in History." In *Tropics of Discourse: Essays in Cultural Criticism*, de Hayden White, 51-80. Baltimore, MD; Londres: Johns Hopkins University Press, 1978.
- White, Hayden. *The Content of the Form: Narrative Discourse and Historical Representation*. Baltimore, MD; Londres: Johns Hopkins University Press, 1987.
- White, Hayden. "Frye's Place in Contemporary Cultural Studies." In *The Legacy of Northrop Frye*, editado por Alvin A. Lee e Robert D. Denham, 28-39. Toronto; Buffalo, NY; Londres: University of Toronto Press, 1994.
- Woodward, C. Vann. "Toynbee and Metahistory." *The American Scholar* 3 (1958): 384-92.

Referência para citação:

Paul, Herman. "Metahistory: Notes Towards a Genealogy." *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* 1, n.º 1 (2015): 17-31.

Ansgar Schaefer

Imagens de *A Guerra*. Interação entre os discursos visual e verbal na série de Joaquim Furtado

Ao longo de seis anos (2007 a 2013), a Rádio e Televisão de Portugal emitiu no seu canal principal e em horário nobre a série documental *A Guerra*, uma obra quase enciclopédica sobre os 13 anos das guerras coloniais portuguesas, da autoria de Joaquim Furtado. Originalmente concebida para uma duração de seis episódios, a vastidão dos materiais recolhidos fez com que a dimensão da série fosse sucessivamente alargado para um total de 42 episódios de cerca de uma hora cada. Apesar do número impressionante de mais de um milhão de espectadores na sua primeira temporada, - um número que ultrapassa em muito a tiragem de qualquer livro escrito sobre a mesma matéria -, a série até agora não tem sido objecto de análises aprofundadas por parte da academia.

Com base na análise de uma selecção de sequências dos quatro primeiros episódios da série, o presente artigo foca duas questões principais: De que maneira contribuem as formas audiovisuais para moldar a memória histórica. Em que medida pode o contributo do filme documental ser tão válido como o do texto escrito ou seja o instrumento tradicional da historiografia?

Palavras-chave: Documentário histórico, *A Guerra*, Joaquim Furtado, Guerra Colonial, Império Português.

Images of “A Guerra”. Interactions between visual and verbal discourses in Joaquim Furtado’s series

Over the course of six years (2007-2013), the Portuguese public television channel RTP broadcasted on its main channel and in prime time *A Guerra*, a documentary series of almost encyclopedic dimension about the 13 years of Portuguese colonial wars, written and directed by Joaquim Furtado. Originally projected for six episodes, the vastness of the collected material led to an unexpected increase to a total of 42 episodes of approximately one hour each. Despite the impressive number of more than one million viewers - a number that far exceeds the number of readers of any printed book on the same subject - the series so far has not been the subject of extensive analysis by the academy.

Based on the analysis of selected sequences of the first four episodes of the series, this article focuses on two main issues: How do audiovisual forms contribute to shape the historical memory? To what extent can the contribution of the documentary film be as valid as the written text i.e. the traditional instrument of historiography?

Keywords: Historical documentary, *A Guerra*, Joaquim Furtado, Colonial War and Portuguese Empire.

Imagens de *A Guerra*.

Interacção entre os discursos visual e verbal na série de Joaquim Furtado

Ansgar Schaefer*

The problem with the historic documentary is: they are always too late!

Albert Maysles

Na base do presente texto, *Imagens de A Guerra*, encontra-se uma tese de Doutoramento da minha autoria intitulada *Representar a História. Potencial e Limites do Documentário Histórico na Divulgação do Passado*¹. Esse estudo consistiu numa reflexão sobre a complexidade dos factores que influenciam a realização de documentários dedicados a temas do passado. Ao contrário da referida tese onde se analisava um conjunto de documentários sobre a fase inicial da Guerra Colonial em Angola, o presente texto dedica-se exclusivamente à série *A Guerra* da autoria de Joaquim Furtado, mais concretamente a algumas cenas particularmente relevantes no contexto deste tema, sobretudo do quarto episódio. No foco da nossa análise encontram-se duas questões principais:

- De que maneira contribuem as formas audiovisuais para moldar a memória histórica e que problemas podem suscitar?

* Instituto de História Contemporânea, FCSH/NOVA [ansgar.schaefer@gmail.com].

¹ Ansgar Schaefer, “Representar a História: Potencial e Limites do Documentário Histórico na Divulgação do Passado” (Tese de Doutoramento em História Contemporânea. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2014). No âmbito deste trabalho foi analisado um conjunto de cinco filmes documentais, dois do período pré-25 de Abril (*Angola - Decisão de Continuar* e *Nambuangongo - A Grande Arrancada*) e três obras do período pós-25 de Abril (*Guerra Colonial - Histórias de Campanha em Angola*, real.: Quirino Simões, 1998; *Ultramar, Angola 1961 – 1963* (real.: Garção Borges, 1999; bem como os primeiros quatro episódios da série *A Guerra*, real.: Joaquim Furtado, 2007).

- Em que medida pode o contributo do filme documentário ser tão válido como o do texto escrito, ou seja, o instrumento tradicional da historiografia?

Quando se olha para os meios que tradicionalmente configuram a cultura histórica verifica-se, ao longo das últimas duas décadas do século XX, uma alteração substancial. Se anteriormente esta cultura era em grande parte moldada pelos habituais agentes da História, entre os quais os historiadores de formação académica, ao longo das últimas décadas tem-se verificado uma preponderância cada vez maior dos meios audiovisuais. Nesta evolução, o papel da televisão foi decisivo. O relacionamento entre o documentário histórico e o mundo televisivo é, no entanto, particular. Podemos referi-lo como uma simbiose. Se o documentário histórico, por um lado, dificilmente existe sem a televisão como entidade financiadora e difusora, os próprios programadores do mundo televisivo apreciam-no não só devido a taxas de audiências consideráveis, mas também pela sua aura educativa, que fortalece junto dos espectadores “a confiança no serviço público das cadeias de televisão”².

Tal como a própria televisão, todavia, também o documentário histórico tem sido sujeito a alterações substanciais ao longo das últimas décadas não só no que respeita aos seus conteúdos como ao seu formato. Assim, podemos constatar duas tendências principais: em primeiro lugar, uma crescente componente participativa no discurso verbal através da integração de entrevistas – numa primeira fase exclusivamente com especialistas, posteriormente sob a influência da *Oral History* com testemunhos que relatam as suas memórias pessoais³ – e, em segundo lugar, uma proporção cada vez maior de imagens de arquivo, muitas

2 David Ludvigsson, *The Historian-Filmmaker's Dilemma. Historical Documentaries in Sweden in the Era of Hager and Villius* (Uppsala: Uppsala Universitet, 2003), 74.

3 Cf. em relação às alterações verificadas no uso de testemunhos em documentários históricos: Frank Bösch, “Geschichte mit Gesicht. Zur Genese des Zeitzeugen in Holocaust-Dokumentationen seit den 1950er Jahren,” in *Alles authentisch? Popularisierung der Geschichte im Fernsehen*, ed. Thomas Fischer e Rainer Wirtz (Konstanz: UVK Verlagsgesellschaft mbH, 2008) e Judith Keilbach, “Zeugen der Vernichtung. Zur Inszenierung von Zeitzeugen in Bundesdeutschen Fernsehdokumentationen,” in *Die Gegenwart der Vergangenheit. Dokumentarfilm, Fernsehen und Geschichte*, ed. Eva Hohenberger e Judith Keilbach (Berlim: Vorwerk, 2003).

das quais sem referencialidade directa ao discurso verbal, numa tentativa de aproveitar para fins narrativos a “promessa de realidade da imagem fotográfica”⁴.

Apesar da sua importância, a atenção dada ao documentário histórico por parte da academia tem sido diminuta. Até hoje, uma das discussões mais férteis sobre a importância da História em formato audiovisual para a cultura histórica foi um debate publicado em 1988 na revista *The American Historical Review*⁵. No seu ensaio introdutório, Rosenstone classifica o desafio que o meio audiovisual constitui para os historiadores como uma experiência simultaneamente estimulante e perturbadora. Por um lado, o meio audiovisual oferece ao historiador as vantagens de um poder de comunicação visual anteriormente inexistente, a capacidade de alcançar um público muito mais vasto, bem como a possibilidade de trocar as “profundezas solitárias das bibliotecas” pela interacção com outras pessoas. Por outro, o preço a pagar por todas estas vantagens é o dissabor de um resultado final sempre incapaz de “satisfazer plenamente o historiador como historiador”⁶. No seu livro *Visions of the Past: The Challenge of Film to our Idea of History*⁷, Rosenstone viria a elaborar um catálogo de problemas inerentes a filmes sobre temáticas históricas referindo, entre outros, problemas de ordem estrutural e epistemológica. O autor salienta que não só a organização da matéria é elaborada em forma de conto com início, meio e fim, veiculando uma mensagem moral, como o conceito de História subjacente aos filmes é o de uma História do progresso. Acresce que a História é apresentada como sendo a de um passado fechado, concluído e simples, sem espaço para posições alternativas às apresentadas. O autor alerta igualmente para as implicações que a convenção de apresentar a His-

4 Edgar Lersch, “Zur Geschichte dokumentarischer Formen und ihrer ästhetischen Gestaltung im öffentlich-rechtlichen Fernsehen,” in *Alles authentisch? Popularisierung der Geschichte im Fernsehen*, ed. Thomas Fischer e Rainer Wirtz (Konstanz: UVK Verlagsgesellschaft mbH, 2008), 135.

5 “History in Images/History in Words: Reflections on the Possibility of Really Putting History onto Film,” *The American Historical Review* 93, no. 5 (1988).

6 Robert A. Rosenstone, “History in Images/History in Words: Reflections on the Possibility of Really Putting History onto Film,” *The American Historical Review* 93, no. 5 (1988): 1173.

7 Robert A. Rosenstone, *Visions of the Past: The Challenge of Film to our idea of History* (Cambridge Mass.; Londres: Harvard University Press, 1995).

tória como história de indivíduos tem sobre o próprio conteúdo: como os indivíduos são alegadamente os responsáveis pelo processo histórico, a resolução do problema individual substitui a resolução do problema histórico. Finalmente, frisa que aspectos que a historiografia deve separar por razões analíticas e estruturais – tais como questões económicas, políticas ou raciais – se encontram reunidos e interligados neste tipo de filmes, através de histórias sobre indivíduos, grupos ou nações. Na verdade, Rosenstone considera extremamente alarmante o facto de o meio audiovisual se ter tornado na principal fonte de conhecimento histórico para a maioria da população, tanto mais que se trata de um meio constituído por um conjunto de instituições que se encontram “quase totalmente fora do controlo” daqueles que dedicam a sua vida à História. Nem o documentário sai isento da crítica severa do autor; também este género segue a estratégia dos filmes de ficção, organizando o seu material, em termos narrativos, como uma história que se desenvolve a partir de um conflito inicial até uma resolução dramática. O veredicto é categórico: “(...) the documentary is never a direct reflection of an outside reality but a work consciously shaped into a narrative that — whether dealing with past or present — creates the meaning of the material being conveyed”⁸.

Hayden White, no seu ensaio publicado na mesma revista⁹, vai precisamente abordar uma das temáticas centrais lançadas por Robert Rosenstone: o problema da adequabilidade do que ele designa por *historiophoty*¹⁰ às exigências de verdade e integridade que regem a prática profissional da historiografia.

A seu ver, não existe nenhum fosso que divida de forma irreconciliável os dois campos que “escrevem” a História. O problema encontra-se no facto de a narrativa não ser uma ferramenta neutra mas claramente um elemento gerador de significado, o que é válido tanto para a histo-

8 Ibid., 33.

9 Hayden White, “Historiography and Historiophoty,” *American Historical Review* 93, no. 5 (1988): 1193-1199.

10 Termo cunhado por White que define “a representação da História e o nosso pensamento sobre esta através de imagens visuais e discurso fílmico”; cf. Ibid., 1193.

riografia como para a historiofotia. White lamenta a posição de muitos historiadores, entre os quais Rosenstone, que consideram que qualquer transposição da História escrita para o discurso fílmico leva inevitavelmente a uma perda de elementos centrais na historiografia, tais como a precisão de detalhes, a complexidade da explicação, a dimensão de auto-crítica e inter-crítica da reflexão historiológica, levando a generalizações por motivo da ausência ou indisponibilidade de provas documentais.

Para White não existe “nenhuma História, seja ela visual ou verbal, que «reflecta» todos ou pelo menos a maior parte dos acontecimentos ou cenários que pretende retratar”¹¹. A perda de dados, conclui o autor, não é um resultado da passagem da escrita para o meio audiovisual, pois nada impede o meio audiovisual de recorrer a explicitações em forma de notas de rodapé ou de incluir respostas a acusações e críticas de posições contrárias às defendidas: “Não existe qualquer lei que proíba que um filme histórico tenha a duração necessária para fazer tudo isto”¹².

NOTAS PRÉVIAS SOBRE A SÉRIE *A GUERRA*

Quando Joaquim Furtado iniciou a preparação da sua série *A Guerra*¹³ houve, como o próprio nos explicou em entrevista, três aspectos principais que o motivaram¹⁴: em primeiro lugar, a noção de não existir nenhum trabalho audiovisual que correspondesse à importância deste acontecimento para a sociedade portuguesa; em segundo, os poucos conhecimentos da população portuguesa sobre a temática e, finalmente, o facto de as pessoas que participaram na guerra nunca terem visto uma valorização do seu esforço. Daí nasceu a ideia de uma reconstituição jornalística da guerra “no seu essencial” que englobasse a visão de todas as partes envolvidas, ou seja, não só a dos portugueses, “muitos dos

11 Ibid., 1194.

12 Ibid., 1196.

13 *A Guerra: Colonial - Do Ultramar - De Libertação*. Série documental de 42 episódios da autoria e realização de Joaquim Furtado, produzida pela Rádio Televisão Portuguesa e difundida em primeira emissão entre 2007 e 2013.

14 Entrevista com Joaquim Furtado, 18 de Julho de 2013

quais obrigados a combater em nome da bandeira portuguesa”¹⁵, mas também a dos africanos, uma ideia que se reflecte, inclusivamente, no título *A Guerra: Colonial - Do Ultramar - De Libertação*.

No entanto, o objectivo de apresentar um trabalho que fosse o mais exaustivo possível, enfrentou desde logo um obstáculo: o próprio formato televisivo. Como reconhece o próprio autor, este “não permite o maior detalhe [e] acaba sempre por ser um pouco superficial relativamente a outro tipo de intervenções, como um livro”. Convencido de que “um público geral tem que ser estimulado no sentido de se interessar por cada momento do episódio”, Furtado procura garantir a atenção do espectador através da utilização de “elementos muito curtos que permitem uma grande variedade ao longo de cada episódio”: depoimentos, “curtos e intensivos”, provenientes do maior número possível de interventores; textos escritos e lidos pelo próprio autor da série e excepcionalmente sonorização das imagens através de efeitos sonoros e música.

Em termos visuais, Furtado organizou a série com base em quatro pilares: entrevistas, filmes de arquivo, reportagens e finalmente o grafismo que engloba tanto imagens em 2-D e 3-D como ilustrações. Decisivo para a escolha dos deponentes, segundo o autor, foi o facto de estes terem participado directamente nos acontecimentos ou de possuírem um conhecimento muito directo da situação em causa. Como o objectivo de Furtado era fazer “a história da guerra contextualizada no seu âmbito geral”, os testemunhos tinham de provir dos mais diversos grupos sociais, ou seja, militares de diversas patentes – desde o soldado até ao general –, responsáveis políticos, pessoas da sociedade civil e elementos da área da Igreja. Para garantir uma igualdade do ponto de vista formal, as entrevistas foram, regra geral, filmadas à frente de um *décor* neutro, com o mesmo tipo de enquadramento – ou do lado esquerdo ou do lado direito conforme a posição do deponente em relação ao regime –, deixando sempre um espaço livre na imagem que pudesse servir para complementar o testemunho com outros elementos, nomeadamente texto ou imagens.

15 Todas as citações, caso não sejam assinaladas especificamente, têm origem na nossa entrevista com Joaquim Furtado de 18 de Julho de 2013.

Ao longo do trabalho, Furtado foi sentindo cada vez mais a necessidade de contactar novos protagonistas, que iam surgindo ou nas conversas com os vários entrevistados ou nas imagens de arquivo. Desta forma, no final das filmagens, Furtado contava com um total de 360 entrevistas correspondentes a 500 horas de imagens gravadas. Perante esta enorme quantidade de materiais, manter a ideia inicial de seis episódios ia-se tornando cada vez mais difícil. Para não ter que prescindir de documentos de grande importância, a dimensão da série foi crescendo sucessivamente culminando num total de quarenta e dois episódios, estruturados em três temporadas.

ANÁLISE DE CENAS SELECCIONADAS

Face à monumentalidade da obra e face ao interesse específico na representação audiovisual do início da guerra colonial em Angola, optámos por limitar a nossa análise a algumas cenas do quarto episódio dedicado quase integralmente à Operação Viriato. Vejamos então como Joaquim Furtado retrata esta operação militar, na altura exaustivamente celebrada pela propaganda estado-novista como passo decisivo para a vitória portuguesa e ainda hoje recordada como “uma das mais emblemáticas acções do Exército neste início da guerra”¹⁶. Interessa-nos ver, no discurso verbal, quem são os entrevistados, em que temáticas se centram e qual é o papel da narração. Em relação ao discurso visual, vamos centrar-nos no tipo de materiais visuais mobilizados pelo autor e em que altura do filme aparecem. Finalmente, veremos como ambos os discursos se articulam. Todos estes dados irão auxiliar-nos a responder a uma questão que não se pode deixar de colocar: como se posiciona o autor da série *A Guerra* face a esta operação militar?

Furtado inicia a parte deste episódio referente à Operação Viriato com um plano de um agrupamento de veículos militares que nos recorda os preparativos desta operação, tais como apresentados na sequência inicial do documentário de propaganda *Nambuagongo - A Grande*

16 Carlos de Matos Gomes e Anicete Afonso, coord., 1961. *O princípio do fim do império* (Matosinhos: Quidnovi, 2009), 90.

*Arrancada*¹⁷. E, de facto, são as imagens deste documentário que constituem a principal fonte de documentos visuais usados nesta sequência.

Vejamos como se inicia a sequência. Após a inserção de um conjunto de planos do genérico do filme *Nambuagongo*, a imagem corta, sem qualquer tipo de *raccord*, para a actualidade onde, num ambiente florestal, quatro antigos combatentes recordam a primeira etapa da Operação Viriato:

[Ilídio Coelho:] “À nossa chegada à Uqua, nós vimos, desde cá de baixo onde estava propriamente a povoação até à Fazenda do Cunha Irmão, [que] ao longo da estrada estavam postes com cabeças. Isso logo à nossa chegada foi um choque bastante violento...”

[José Figueira:] Pois foi.

[José Leitão:] E essas cabeças eram cabeças de quem?

[Ilídio Coelho:] Eram cabeças de terroristas abatidos. Eu próprio discordei disso, achava que era um bocado selvagem.

[Padre Francisco Jorge:] Ficaram eles então convencidos pelos feiticeiros que se morressem com as balas [que] as balas do branco não matam. Portanto, se caírem com a bala de branco, dos nossos soldados, não morrem, a não ser que sejam mutilados. Portanto, havia a necessidade de cortar a cabeça a um ou a outro, para dizer aos que sobreviveram que estavam em perigo de também não ressuscitar¹⁸.

Há neste diálogo três aspectos que merecem ser assinalados: a referência à “necessidade” de cortar a cabeça aos “terroristas abatidos”; a discordância com o acto da mutilação dos corpos, apesar de a fotografia que ilustra esta parte do diálogo mostrar soldados com caras sorridentes a posarem orgulhosamente para o fotógrafo sobre um plano de fundo de cabeças cortadas; e finalmente, um pormenor que não carece de uma certa ironia: quem explicita a política das cabeças cortadas – “havia a necessidade de cortar a cabeça a um ou a outro” – é o capelão do Batalhão 96, o Padre Francisco Jorge.

17 *Nambuagongo – A Grande Arrancada*, realização de Manuel Neves Costa e José Serras Fernandes, produção Rádio Televisão Portuguesa, 1965.

18 *A Guerra. Episódio 4*, RTP, Portugal, 2007, plano 120.

O encontro destes antigos militares, todos eles participantes na Operação Viriato, contudo, não fica limitado apenas ao lado português. Joaquim Furtado cria neste episódio um encontro de elementos dos dois campos beligerantes, pois, como salienta numa outra parte deste episódio: “Nambuanguongo, como todas as batalhas, é mais do que uma única história, é o passado dos combatentes da UPA e dos militares do exército português”¹⁹.

Os depoimentos que se seguem são repetidamente ilustrados com imagens da época, algumas das quais acompanhadas pela locução original. Assim, no momento em que Lucas Bamba, um dos antigos combatentes da UPA, explica, através de um desenho feito no chão, a estratégia da UPA, a imagem deixa de ser a cores para passar a preto e branco. Deste modo, o espectador é transportado para a altura recordada, criando-se simultaneamente a transição visual para as imagens da época, filmadas a preto e branco.

Após alguns planos extraídos do documentário *Nambuanguongo* juntamente com a locução original, começamos a ouvir a voz de Lucas Bamba, que relata como ocorreram os primeiros ataques às colunas militares portuguesas. Se na obra propagandística *Nambuanguongo* a resistência portuguesa aos ataques ganhou uma qualidade heróica – as baixas sofridas são apresentadas como prova da “valentia” dos militares portugueses e do seu espírito de sacrifício, qualidade essa alegadamente “indispensável” para a localização e a subsequente eliminação do inimigo²⁰ –, o depoimento deste antigo guerrilheiro da UPA deixa o espectador com uma imagem diferente:

“Então os brancos começaram a entrar. Vinham da linha do Dange e nós fomos informados de que a tropa estava a vir. Então, quando os carros chegavam ali à ponte (do Rio Dange) toda a gente começava a sair dos buracos das bermas. E a tropa tinha medo, até ofereciam as armas”²¹.

¹⁹ Ibid., plano 334.

²⁰ *Nambuanguongo. A Grande Arrancada*, plano 58.

²¹ *A Guerra. Episódio 4*, planos 146-150; limitámo-nos a transcrever as palavras de Lucas Bamba tal como são traduzidas no programa. Pois é esta a versão que o realizador pretende trans-

Em vez de repetir a mensagem propagandística da bravura dos soldados portugueses, Furtado apresenta ao público um depoimento que desfaz esta lenda. Não sendo este testemunho contrariado por mais nenhum outro, esta é a informação que fica retida pelo espectador.

Nas cenas seguintes, o filme oscila entre o evento tal como registado pelas câmaras de Serras Fernandes e Neves da Costa, e a recordação do mesmo na memória dos participantes. Neste jogo de tempos fílmicos, uma das cenas mais interessantes é a da entrevista de Armando Maçanita. Visualmente apoiada pela reprodução do filme *Nambuagongo* num televisor na actualidade, Armando Maçanita recorda os eventos:

“Exactamente o mesmo, os mesmos abatisses, os mesmos obstáculos, os mesmo troncos atravessados na estrada. É tudo igual, absolutamente igual”²².

Mesmo não sabendo as perguntas que motivaram as respostas do deponente podemos reconstituir o que Joaquim Furtado pretendeu fazer: por um lado, incentivar a memória de Armando Maçanita, por outro colmatar uma lacuna notória para qualquer programa que se destine a tematizar a Operação Viriato; as imagens filmadas que existem retratam o percurso do Esquadrão 146 do Capitão Rui Abrantes, apesar de ter sido a coluna militar do Batalhão 96 comandada precisamente por Armando Maçanita que “conquistou” Nambuango. Assim, as repetidas confirmações de Armando Maçanita – “É tudo igual, absolutamente igual” – legitimam o uso das imagens captadas por Serras Fernandes e Neves da Costa para ilustrar o avanço da coluna sob o seu comando. Entre o percurso das duas forças militares há, no entanto, uma diferença: enquanto pernoitava em Mucondo, o batalhão do Tenente-Coronel Armando Maçanita foi alvo de um ataque por parte da UPA, episódio do qual não existe qualquer imagem. Furtado resolve esta lacuna através

mitir; apesar de existirem nesta tradução, na nossa opinião, lacunas relevantes. Por exemplo, a repetição e o reforço da afirmação “a tropa tinha medo de resistir. Estavam cheios de medo”.

²² Ibid., planos 175-176.

do recurso a imagens criadas em computador, uma animação em 3-D que introduz a descrição do ataque feita pelo deponente:

“Viera uma horda enorme pá, uma coisa enorme. A atacar por todos os lados. E para ficarem 132 mortos...”²³.

A repetição da primeira parte desta animação serve de transição para o depoimento de Ilídio Coelho, antigo alferes miliciano do Batalhão 96, que fala da actuação da Força Aérea:

“A partir do Mucondo tivemos o apoio quase diário dos TV2. Os TV2 eram apetrechados com metralhadoras *Browning* que bombardeavam o inimigo quando o detectava e além disso traziam em cada asa uma bomba de napalm que, em situações que consideravam de concentração inimiga, lançavam”²⁴.

O documentário apresenta-nos de seguida um depoimento que resume o efeito deste tipo de bombas, através de uma descrição textual de uma acção de apoio ao Batalhão 96 durante a Operação Viriato, lida simultaneamente pelo narrador:

“Levei o avião à chamada posição inicial e numa linha de descida suave, com a sanzala bem na frente do nariz, premi o botão para a largada de uma das suas bombas de napalm de 200 libras que levava suspensas das asas. O Alcínio olhou para mim e fazendo o gesto de quem limpa qualquer coisa do papel com uma borracha disse: ‘Esta podes apagar do mapa’”²⁵.

A ressonância da descrição dos efeitos devastadores das bombas de napalm perdura por mais três planos, compostos por filmagens aé-

23 Ibid., plano 184.

24 Ibid., plano 185.

25 Ibid., plano 194.

reas de rebentamento de bombas. Após referências às restantes funções da Força Aérea no apoio ao avanço dos militares e aos inúmeros obstáculos enfrentados por ambas as colunas militares, o documentário volta a focar-se na descrição do avanço do Esquadrão 146, dificultado por repetidos ataques dos quais resultaram vários feridos e um morto.

O tratamento destes feridos é ilustrado com recurso a mais um excerto do filme *Nambuanguongo*, acompanhado pelo som original. Trata-se da entrevista a um soldado ferido, uma das poucas cenas deste documentário filmadas na altura por José Serras Fernandes com som directo. Uma comparação da entrevista tal como consta no documentário *Nambuanguongo* com a mesma entrevista do programa de Joaquim Furtado, revela que a montagem sofreu alterações. Desde logo verifica-se a inserção de dois novos planos em relação à sequência original. No primeiro, assistimos a uma conversa do operador de câmara, José Serras Fernandes, com um dos militares — um feito só por si impossível, uma vez que a entrevista do soldado ferido foi filmada por este operador —, enquanto o segundo nos mostra um soldado sentado ao lado de um camarada ferido. Em *Nambuanguongo* ambas as imagens não fazem parte da entrevista aos feridos mas da cena do primeiro acampamento do esquadrão.

Geralmente, este tipo de inserção de imagens no meio de um discurso é indicador de que este sofreu cortes. Será que estes nos podem revelar algo sobre a estratégia discursiva do autor? Vejamos o texto original desta cena tal como consta em *Nambuanguongo*, com a indicação das frases que não constam do quarto episódio da série *A Guerra*:

[Neves da Costa:] “Hoje é o dia 6 de Agosto, estamos na região de Zala, a dois quilómetros do posto administrativo. Estamos prontos para continuar a marcha e ocupar essa povoação. Há momentos, um pelotão de cavalaria foi a reconhecimento e foi de novo atacado. Foi atacada a coluna e teve dois feridos felizmente ligeiros.

~~Vamos conversar aqui com o soldado 169, um dos feridos, o popular Mouraria. “Oh Mouraria, 169. Você vai falar para a Rádio Televisão Portuguesa. Foi apanhado um~~

~~bocado de surpresa? No entanto, conte-nos como foi, faça o favor.~~

[Mouraria:] – Eu ia na viatura, ia a saltar por baixo da viatura, para a beira da estrada. É quando fui atingido por um tiro de canangulo.

[Neves da Costa:] – Foi canangulo, com certeza?

[Mouraria:] – Foi, sim senhor.

[Neves da Costa:] – Então foram uns estilhaços. Apanhou-os no nariz e nas costas...

[Mouraria:] – No nariz, nas costas e no braço. ~~E furou o cantil e também um colega meu no nariz. Cortaram a ponta do nariz.~~

~~[Neves da Costa:] – Você está bem disposto?~~

~~[Mouraria:] – Estou sempre bem disposto.~~

~~[Neves da Costa:] – Bem disposto?~~

~~[Mouraria:] – E disposto para ir para a frente também.~~

~~[Neves da Costa:] – Doutor, quer dizer qualquer coisa para a Televisão?~~

[Médico:] – Estes dois feridos, são mais dois homens a juntar aos bastantes que já temos. Andam à volta de 16 ou 18. Felizmente são feridos sem gravidade aos quais tenho prestado, dentro do possível, os primeiros socorros, desinfectando e retirando os estilhaços. ~~Todos, de maneira geral, são feridos sem gravidade, alguns dos quais foi necessário evacuar mas não há nenhum em perigo de vida~~²⁶.

Ao olharmos para as partes da entrevista original cortadas por Joaquim Furtado, deparamos com um aspecto importante: a mudança de função do soldado entrevistado dentro da narrativa. Vejamos melhor a personagem em questão: trata-se ao “soldado 169 [...], o popular Mouraria” como é introduzido pelo jornalista Manuel Neves da Costa no filme *Nambuagongo*²⁷. A principal função da entrevista do “soldado

26 *Nambuagongo*. *A Grande Arrancada*, plano 271.

27 É de anotar que na nossa entrevista com a dupla Neves da Costa e Serras Fernandes, ou seja cinquenta anos após os acontecimentos, este soldado foi recordado por ambos os repórteres devido à sua simpatia; cf. entrevista com Manuel Neves da Costa e José Serras Fernandes a 14 de Novembro de 2011.

169” dentro da narrativa deste filme propagandístico era promover a acção militar em Angola através da criação de empatia do espectador com os soldados²⁸. Por este motivo, o entrevistado não é referido através da utilização do seu nome próprio, mas através da alcunha “Mouraria”, dada pelos camaradas por ser oriundo desse bairro popular lisboeta. Por outras palavras, o soldado 169 é introduzido ao espectador tal como se se tratasse de uma pessoa do seu conhecimento pessoal. Para além disso, este soldado, devido ao seu optimismo habitual, aparentemente em nada diminuído na sequência dos ferimentos aos quais foi sujeito, é-nos apresentado nesse filme como o paradigma do soldado português, que aceita alegremente o seu “dever” de defender a pátria em terra angolana, disposto a qualquer sacrifício que daí pudesse advir.

Quando olhamos para a mesma entrevista dentro do novo contexto criado por Joaquim Furtado reparamos que esta função propagandística ficou claramente “neutralizada”, cabendo ao soldado Mouraria apenas a função de dar corpo a um dos muitos soldados feridos. Esta mudança reflecte-se também em termos formais, nomeadamente no tempo de fala reservado aos dois entrevistados. Enquanto em *Nambuagongo*, a personagem dominante nesta cena era o soldado Mouraria, os cortes efectuados na série *A Guerra* equilibram o tempo destinado ao depoimento do soldado e ao do médico. No entanto, mesmo no depoimento do médico que faz o balanço das baixas sofridas pelo esquadrão, verificam-se vários cortes importantes tanto no som como na imagem. A frase final do depoimento foi retirada – “Todos, de maneira geral, são feridos sem gravidade, alguns dos quais foi necessário evacuar mas não há nenhum em perigo de vida” –, tal como foram retiradas as imagens de soldados descontraídos e sorridentes que acompanhavam o depoimento.

Os planos seguintes, extraídos da reportagem americana *A Journey to War*, mostram-nos o “outro lado da guerra”. São imagens da recepção calorosa dos guerrilheiros no momento do regresso à sua aldeia após uma emboscada. Aqui, de acordo com a narração de Joaquim Furtado, “são festejadas com júbilo as baixas infligidas às colunas dos militares

28 Cf. Schaefer, “Representar a História,” 318.

portugueses”²⁹. No seguimento das palavras introdutórias do narrador, o programa reproduz a locução original, legendada em português:

“Tinha[m] feito uma emboscada a uma patrulha portuguesa a alguns quilómetros de distância. Um rapaz tinha morto dois soldados. As armas extra que trazem parecem confirmar a sua versão”³⁰.

A dicotomia entre os dois campos beligerantes é notória: de um lado as imagens dos combatentes alegres e confiantes na vitória das forças independentistas, do outro as imagens dos soldados portugueses, feridos e vencidos. Nesta montagem de contraste não há lugar para alguém como o soldado Mouraria cujo optimismo e alegada vontade em “ir para a frente” representa a imagem do soldado ideal para qualquer propaganda de guerra.

O USO DAS IMAGENS DE ARQUIVO EM *A GUERRA*

Da análise das sequências destaca-se a importância do uso dos depoimentos na construção do discurso verbal da série *A Guerra*. Centremo-nos agora nos elementos que regem o discurso visual.

Uma contabilização da proporção dos vários tipos de imagens em relação à totalidade do discurso visual dos primeiros quatro episódios da série mostra-nos a predominância de imagens de arquivo no programa, como revela a seguinte figura:

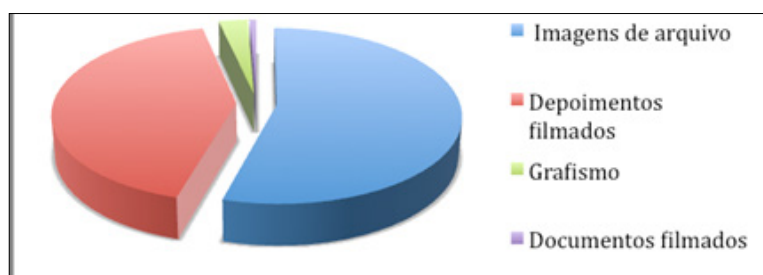


Figura 1: Proporção dos diversos tipos de imagens em relação à totalidade do discurso visual nos primeiros quatro episódios da série *A Guerra*

29 *A Guerra. Episódio 4*, Portugal, planos 221-222.

30 *Ibid.*, planos 227-231.

A figura ilustra que mais de metade (54,4%) das imagens destes episódios são imagens de arquivo enquanto as imagens de deponentes filmadas na actualidade correspondem apenas a 42,1%.

No entanto, não é tanto a proporção dos filmes de arquivo como o uso que faz destas imagens que distingue a obra de Joaquim Furtado de outros documentários produzidos sobre a temática da Guerra Colonial³¹. Para Furtado, as imagens de arquivo não têm a tradicional função ilustrativa, não são uma alegada janela sobre o passado mas apenas “uma parte daquilo que se passou”. Daí resultou a necessidade do autor obter o máximo de informações sobre as imagens em causa, ou seja, identificá-las e tentar descobrir “o verdadeiro conteúdo de cada filme”. O problema estava, como sempre, no pormenor. Identificar, por exemplo, imagens que retratam uma determinada operação militar implicava não só determinar qual era exactamente o grau de importância da operação em relação à totalidade da guerra mas também procurar as pessoas representadas nas imagens e entrevistá-las de seguida. Joaquim Furtado refere a identificação e a contextualização dos materiais de arquivo, apesar das dificuldades que estas implicavam, como sendo o trabalho “talvez mais proveitoso para a eficácia da série”. Na verdade, a ponte entre a imagem de arquivo e o deponente, preparada através da identificação das imagens de arquivo, constitui uma importante inovação neste programa. A imagem não só perde o seu estatuto de anonimato que está na base da sua utilização para fins de ilustração meramente genérica, como também adquire uma nova qualidade uma vez que consegue ilustrar de forma concreta um depoimento pessoal e específico³².

O processo de identificação de materiais, realizado por Furtado e pela sua equipa, não só é interessante para fins historiográficos devido às fontes que rastreia mas sobretudo pela produção de novos documentos audiovisuais que resultaram deste trabalho. O visionamento de

31 A título de exemplo, sobre os primeiros meses da Guerra Colonial, período que nos ocupa no presente texto, veja-se *Guerra Colonial – Histórias de Campanha em Angola*, de Quirino Simões, produção: Com Som (1998) e *Ultramar, Angola 1961 – 1963*, de João Garção Borges, produção: Acetato (1999).

32 Cf. neste contexto a análise da série televisiva *The People's Century in: Stella Bruzzi, New Documentary. A Critical Introduction* (Londres; Nova Iorque: Routledge, 2000), 34.

5.000 a 6.000 filmes entre os quais também negativos com imagens nunca anteriormente usadas e exibidas, permitiu a reconstrução de vários documentos visuais através da colagem de materiais espalhados por locais diversos. Mas mais importante ainda foram os novos documentos surgidos no contexto deste trabalho através da junção de documentos visuais e sonoros dos mesmos acontecimentos produzidos por entidades diferentes. Com o recurso a materiais gravados pela Emissora Nacional, Furtado conseguiu sonorizar diversas filmagens feitas pela RTP que na época eram, em regra, feitas sem a gravação de som. A partir destes documentos parciais e incompletos chegou a criar um documento novo que, a seu ver, “correspondia muito mais àquilo que se passou”³³.

Veremos de seguida um dos documentos assim criados. Trata-se de um discurso do Governador do Distrito de Uíge, Rebocho Vaz, pronunciado em Outubro de 1961, na ocasião do regresso dos refugiados africanos, um momento chave para a propaganda de guerra portuguesa como bem expresso na seguinte citação extraída da narração do documentário de propaganda *Angola. Decisão de Continuar*³⁴:

“Finalmente, o aspecto mais delicado e difícil de resolver, provocado pela trágica aventura da U.P.A. no nordeste de Angola: o regresso das populações autóctones às suas terras e aos seus povos. Mas eles vieram porque sabiam que regressavam à paz e à tranquilidade. Vieram alegremente porque sabiam que seriam bem recebidos. [...]

Não demorou muito que viessem todos, homens, mulheres, crianças, às dezenas, às centenas, aos milhares – um regres-

33 Joaquim Furtado explicou-nos como se concretizou este trabalho através do exemplo de um discurso de ministro do Exército, o Brigadeiro Mário Silva, pronunciado para as câmaras da RTP e para os microfones da Emissora Nacional por ocasião de uma despedida dos barcos para Angola. Como se trata de materiais captados de forma autónoma não existe qualquer tipo de sinal que permita o sincronismo. No caso concreto o grau de dificuldade foi ainda maior devido ao facto de a imagem durar apenas 20 segundos enquanto “o discurso na rádio era enorme”. A sincronização só se tornou-se possível devido a existência da palavra “perpetuamente”, uma palavra pouco frequente em discursos. Cf: *A Guerra. Episódio 2*, planos 386-395.

34 Trata-se aqui de uma versão do documentário *Angola. Decisão de Continuar*, exibida pela RTP em 27 de Dezembro de 1961. Cf. sobre as várias versões deste documentário: Ansgar Schaefer, “Angola. Decisão de Continuar. Um Documentário Histórico à Espera de Ser Exumado,” in *O Eterno Retorno*, coord. Maria Inácia Rezola e Pedro Aires de Oliveira (Lisboa: Campo de Comunicação, 2013).

so que representava, afinal, para aqueles soldados que tinham passado as mais duras provações, o prêmio maior do seu esforço.

Eles verificaram e compreendiam, então, que a conviência que os portugueses sempre quiseram manter, para além das barreiras de cor ou de credo, era uma realidade que as vagas de terrorismo não conseguiam destruir a despeito das suas ameaças e da sua ferocidade.

Eles voltavam todos alegremente porque, afinal, era apenas um regresso aos lares abandonados numa hora de pânico³⁵.

Reencontramos nestas palavras o principal tópico da propaganda colonial: a especificidade do colonialismo português devido à alegada convivência harmoniosa de todas as raças e culturas. O documento (re-)criado por Furtado, revela-nos, no entanto, uma outra realidade. A junção de imagens e sons que foram captados na mesma ocasião, mas nunca anteriormente apresentados simultaneamente, permite-nos ver que palavras foram efectivamente proferidas no momento do regresso dos refugiados angolanos e de que forma o foram.

[Voz de Rebocho Vaz] “Estamos contentes por ter acabado a guerra.

A guerra é uma coisa que faz mal à gente que não tem culpa.

Morrem crianças que não têm culpa. Morrem mulheres que não têm culpa. E morrem também homens que têm culpa.

Quando morre homem que tem culpa, é o castigo. Não faz mal.

E se souber que há outros povos que vêm para aí, outra gente que começa outra vez a querer fazer na vossa cabeça coisas que não está certo [sic], vocês têm obrigação de trabalhar connosco.

Vocês vão para as vossas terras outra vez, para as vossas sanzalas. Mas vão agora sem ideias más na cabeça.

35 *Angola. Decisão de Continuar. Versão RTP*, Guião, 8. Cf. sobre as várias versões deste documentário Schaefer, “Representar a História,” 146-147.

Vai começar no distrito todo uma época nova que dura 10, 100, 500 anos de paz de brancos e pretos.

É isso que vocês agora vão dizer àquele povo”³⁶.

Se a locução do documentário da RTP estava escrita sob o prisma de uma alegada sociedade multirracial, as afirmações de Rebocho Vaz não deixam dúvidas sobre a realidade angolana tal como era: uma sociedade dividida em “brancos e pretos”, duas “raças” a viver isoladamente no mesmo espaço territorial, seja em estado de paz seja em estado de guerra.

Linguisticamente, este discurso de índole extremamente paternalista, centrado à volta das categorias de culpa e castigo, caracteriza-se pela predominância de uma espécie de *baby-talk*. Este manifesta-se no uso da forma verbal do imperativo, de um léxico simplicista (“ideias más na cabeça”) e deliberados erros gramaticais (“coisas que não está certo”), elementos que denunciam um discurso destinado a um público considerado pelo orador como intelectualmente inferior.

Centremo-nos no conteúdo das palavras e aproveitemos a nova condição do documento “áudio e visual” para confrontá-lo com as imagens que as acompanham agora. Em primeiro lugar, é de destacar a discrepância total entre o “contentamento” afirmado nas palavras de Rebocho Vaz e a expressão de manifesto desprezo, senão hostilidade em relação aos africanos, que caracteriza sobretudo as expressões dos dois militares ao seu lado. Mas também a atitude dos africanos é eloquente: em vão procuramos a “alegria” afirmada pela propaganda. Se em algumas imagens se nota um olhar de resignação, outras revelam um olhar directo para a câmara, indiciando que a luta contra o colonialismo não tinha acabado.

A comparação dos dois discursos referentes à mesma temática remete-nos mais uma vez para a filtragem ou distorção dos factos praticados pela propaganda do Estado Novo. Questionado especificamente sobre que mentiras da propaganda queria contrariar com a sua série

36 *A Guerra. Episódio 4*, planos 538-551.

Joaquim Furtado respondeu-nos: “No fundo queria contrariar tudo.” Por este motivo, o objectivo da narração foi, como nos explicou, “responder no seu conjunto de uma forma clara à própria propaganda, [...] ouvindo as pessoas quer do lado português quer do lado dos africanos”³⁷.

Quais são as principais mensagens de propaganda que Joaquim Furtado procura contrariar? Em primeiro lugar, a noção veiculada pelo Secretariado Nacional de Informação através dos *media* controlados de que a sociedade portuguesa era uma sociedade unida, multirracial e multicultural.

Furtado mostra claramente nos seus programas que nenhum destes atributos correspondia à realidade. A discrepância entre a propaganda estado-novista, nutrida pelas “burlescas invenções de erotismo serôdio” do “sociólogo da mestiçagem” Gilberto Freyre³⁸ e a série *A Guerra* evidencia-se sobretudo na apresentação dos eventos do 4 de Fevereiro de 1961. Se o documentário de propaganda *Angola: Decisão de Continuar* os caracterizava como a “manifestação de um grupo de facinoras (...) a soldo do estrangeiro”, Furtado interpreta-os, no segundo episódio da série, como “um grito de revolta contra a dominação portuguesa”³⁹. Aliás, ao longo deste episódio, o autor destaca o violentíssimo conflito racial que rebentou entre as populações angolana e portuguesa imediatamente a seguir aos eventos do 4 de Fevereiro como sendo uma das causas da onda de violência ocorrida no Norte de Angola a partir de 15 de Março.

Furtado admite que a decisão de Salazar de enviar tropas para Angola encontrou o “apoio do país em geral”⁴⁰. No entanto, as imagens da despedida dos contingentes militares, incluídas no segundo episódio, mostram-nos uma realidade complexa: imagens de soldados que marcham em formação para dentro do convés, entregando-se quase fatalmente ao seu destino, e imagens de familiares a acenarem adeus ou a

37 Entrevista com Joaquim Furtado, 18 de Julho de 2013.

38 Eduardo Lourenço, “Brasil: Caução do Colonialismo Português,” in *Do Colonialismo como Nosso Impensado* (Lisboa: Gradiva, 2014), 35.

39 *A Guerra. Episódio 2*, plano 30.

40 *Ibid.*, plano 379.

lançarem um último olhar para o barco que se afasta cada vez mais do cais. No entanto, nesta cena, mais importante do que as imagens dos familiares, é a banda sonora que ouvimos ao longo dos últimos 20 segundos do programa: gritos de desespero que nos revelam a tristeza vivida nestes momentos, sentimentos totalmente camuflados pela censura.

Se bem que um dos princípios que Joaquim Furtado se tenha mais esforçado por observar ao longo de toda a série tenha sido manter-se “o mais distante possível, procurar não intervir”⁴¹, nota-se em algumas das intervenções do narrador a clara intenção de orientar o espectador. Esta atitude de não deixar o espectador sozinho à frente da presumível janela sobre o passado, manifesta-se sobretudo nas passagens em que as imagens de arquivo vêm acompanhadas pela locução original. Um dos exemplos mais paradigmáticos é uma sequência retirada do filme de propaganda *Luanda 1961*⁴². Perante um fundo de imagens de uma Angola paradisíaca, local de convivência perfeita entre portugueses brancos e africanos, Dino Matrasse recorda as suas memórias de Luanda nesse mesmo ano de 1961: presos africanos enterrados na terra até à cabeça, mortos por um tractor que passava “por cima deles” e as circunstâncias da morte do seu pai assinado pelas mãos dos portugueses⁴³.

A observação do princípio do contraditório, que caracteriza a concepção de toda a série e que se manifesta num equilíbrio formal entre representantes dos vários campos beligerantes não exclui a expressão do ponto de vista do próprio autor face aos acontecimentos. A primeira fase da guerra em Angola é-nos apresentada como um combate de forças desiguais. Armas de fogo e até bombas de napalm são usadas contra catanas e canhangulos que, apesar de serem armas extremamente rudimentares, conseguem infligir enormes baixas às Forças Armadas do poder colonial. No entanto, os soldados portugueses, apesar das crueldades cometidas durante a guerra, são também mostrados como vítimas: não só são expostos às forças que combatem, como às próprias

41 Entrevista com Joaquim Furtado, 18 de Julho de 2013.

42 *A Guerra. Episódio 2*, planos 198-210

43 *Ibid.*, plano 197.

forças pelas quais combatem. Ou seja, não só sofrem ataques constantes por parte das forças de libertação que lutam pela independência de um país, como são expostos às condicionantes de uma estrutura militar que, para além de estar equipada de forma desadequada e pouco preparada para a missão que lhe é imposta, não hesita em sacrificá-los em prol do regime.

CONCLUSÃO

Qualquer documentário que visa retratar os primeiros meses da Guerra Colonial, ou seja, o início das hostilidades em Angola e que pretenda visualizar os acontecimentos recorrendo a imagens nacionais filmadas nesses primeiros meses confronta-se com o mesmo dilema: as imagens existentes foram filmadas por entidades ligadas directamente à ditadura portuguesa destinadas a promover a manutenção da presença portuguesa nos territórios em questão, bem como a actuação do exército português.

Como refere Francois Niney, um filme de arquivo “não é um determinado tipo de filmes, não é uma essência, é uma utilização, uma re-visão, um re-emprego”⁴⁴. Na verdade, até imagens tão emblemáticas como as dos massacres de Março e Abril de 1961 que, ainda hoje, passado mais de meio século, exercem grande poder sugestivo sobre o espectador devido ao grau de violência usada pelos atacantes e ao grupo de vítimas a que dão destaque – nomeadamente mulheres e crianças brancas e trabalhadores negros – não têm uma leitura única. Se nos filmes produzidos durante o Estado Novo estas imagens eram usadas para documentar “o mais selvagem genocídio dos tempos modernos” cometido por “facínoras [...] a soldo do estrangeiro”⁴⁵, na obra de Joaquim Furtado as mesmas imagens adquirem uma tónica claramente política ao serem contextualizadas, pelo narrador, como actos “movidos pela ideia da independência” e inclusivamente uma reacção ao “terror branco”, desencadeado na sequência directa dos tumultos do 4 de Fevereiro. Para impedir que o espectador sucumba ao fascínio da imagem

44 François Niney, *Le Documentaire et ses Faux-Semblants* (Paris: Klincksieck, 2009), 144.

45 *Angola – Decisão de Continuar*, “Versão SNF”, plano 41.

de propaganda⁴⁶, Joaquim Furtado não só estabelece um contrapeso através da narração como dá a palavra a um elevado número de antigos elementos dos movimentos de libertação. Finalmente, constrói uma contestação visual com base em materiais posteriormente filmados por equipas estrangeiras, cujo principal objectivo era revelar a natureza desumana do regime colonial português.

Com uma maré de imagens da época e com um rol de centenas de testemunhos que apresentam os acontecimentos sob as mais diversas perspectivas, Joaquim Furtado dá um valioso contributo para o aprofundamento do conhecimento do período em causa. Para além disso, Joaquim Furtado comprova a afirmação de Hayden White de que “there is no law prohibiting the production of a historical film of sufficient length to do all of these things”⁴⁷. Furtado mostrou que afinal é possível fazer um documentário histórico com a precisão e a complexidade normalmente consideradas como restritas à historiografia tradicional e que encontra, mesmo assim, uma grande aceitação por parte do público. Com um *share* de 32,9%, valor que se pode traduzir em cerca de 1.260.000 espectadores⁴⁸, a adesão ao primeiro episódio ultrapassou em muito a tiragem de qualquer livro escrito sobre a mesma matéria. Para além disso, apesar de este número ser bastante impressionante já por si, nunca se saberá ao certo quantas pessoas terão visto a série *A Guerra*. Apesar do meio ser por natureza efémero – uma emissão televisiva tradicionalmente ocorre um número limitado de vezes –, a acessibilidade à série *A Guerra* tem sido praticamente permanente. Não só foi emitida repetidamente noutros canais da RTP, como as primeiras duas temporadas foram editadas em formato DVD, encontrando-se muitos dos episódios igualmente colocados na Internet onde podem ser vistos a qualquer altura e a partir de qualquer local do mundo.

Para além das vantagens dos filmes históricos referidos pelos historiadores participantes no debate do *American Historical Review*, o documentá-

46 Cf. em relação ao perigo de ficar vítima da fascinação das imagens de propaganda Marc Ferro, “À Propos d’ Histoire Parallèle,” in *Cinéma et Histoire. Nouvelle édition refondue* (Paris: Éditions Gallimard, 1977), 127.

47 White, “Historiography and Historiophoty,” 1196.

48 “Audiências. Espectadores acolheram muito bem «A Guerra»”, *Jornal de Notícias – Viva*, 19 de Outubro de 2007, 41.

rio histórico tem mais uma vantagem que, a nosso ver, é decisiva: o potencial de informação devido à sua natureza sonora e visual. Verificamos este potencial não só no material de arquivo reconstruído por Joaquim Furtado como também nas entrevistas conduzidas por ele e que integram a série *A Guerra*. Gestos e mímica, mas também silêncios, suspiros e hesitações, ou seja indicadores não-verbais, revelam-nos em determinados momentos importantes processos psicológicos do deponente, necessariamente escondidos para quem tiver acesso a estes depoimentos apenas em versão de texto⁴⁹.

No entanto, a série *A Guerra*, comporta em si um dilema de difícil resolução: a conciliação de uma imensidão de informações, tanto de natureza visual como verbal a tratar de um período histórico de grande complexidade, com as expectativas de um público não especializado. A opção por um tipo de discurso que observa criteriosamente o princípio do contraditório apresentando os testemunhos numa espécie de diálogo constante é acompanhada pela renúncia deliberada que faz a qualquer espécie de emocionalização das imagens, um tipo de discurso que Bill Nichols classifica como “discurso de sobriedade”. Se Nichols considera este formato uma das principais características do documentário⁵⁰, Michael Renov defende que “uma visão do documentário que exige demasiada sobriedade em relação ao discurso de não-ficção não vai conseguir compreender as fontes de atracção de [obras] de não-ficção”⁵¹. Autores como Renov, mas também Elisabeth Cowie, defendem, por este motivo, um tipo de documentário que não se limite a reger-se por um “discurso de sobriedade” mas que lute “para encontrar o seu lugar neste suposto conflito entre verdade e beleza”⁵², um tipo de documentário que é igualmente um “discurso do delírio”⁵³ e que integra uma componente

49 Sobre estas questões Cf. Susana de Sousa Dias de Macedo, “Abrir a História: A Imagem de Arquivo e o Movimento Desacelerado. Um Estudo Teórico-Prático a partir dos Filmes *Natureza Morta e 48'* (Tese de Doutoramento em Belas-Artes, especialidade Audiovisuais. Universidade de Lisboa, 2014).

50 Bill Nichols, *Representing Reality. Issues and Concepts in Documentary* (Bloomington: Indianápolis, Indiana University Press, 1991), 3.

51 Michael Renov, “Introduction: The Truth About Non-Fiction,” in *Theorizing Documentary*, ed. Michael Renov (Nova Iorque; Londres: Routledge, 1993), 3.

52 *Ibid.*, p. 11.

53 Michael Renov, “Charged Vision: The Place of Desire in Documentary Film Theory,” in *The Subject of Documentary*, (Mineápolis: University of Minnesota Press, 2004), 97.

de “espectáculo”. Pois, como explica Elisabeth Cowie, fotografia e cinema respondem a dois desejos distintos e aparentemente contraditórios: “um desejo de realidade registável e verificável para análise, como sendo um mundo de materialidade disponível para o conhecimento racional e científico [...] [e] um desejo da realidade não como conhecimento, mas como imagem, como espectáculo”⁵⁴.

Já em 1898, apenas três anos após a primeira projecção cinematográfica em público, Boleslas Matuszewski, um operador de câmara de origem polaca publicava um texto em que previa um tempo futuro em que as imagens animadas evoluíssem de um simples passatempo para um método agradável de estudar o passado. Como estas imagens dariam “uma visão directa” dos acontecimentos passados, suprimiriam “pelo menos em alguns pontos importantes, a necessidade de investigação e estudo” da História⁵⁵. Como é evidente, a necessidade da investigação histórica não acabou com a evolução do cinema e com a multiplicação infinita de imagens animadas registadas, muito pelo contrário. No entanto, mesmo tendo em conta a época marcado pelo positivismo na qual se deve enquadrar o pensamento de Matuszewski, a sua intuição da importância do cinema no campo da história estava correcta. Devido ao seu potencial para se endereçar a um público de massas, a influência da escrita da História em suporte audiovisual junto do público será cada vez maior. Os tradicionais agentes da História oriundos do mundo académico não devem ignorar esta evolução mas sim integrar o mundo da *Historiophoty* (Hayden White) combinando, desta forma, o melhor dos dois universos – as tradicionais características da historiografia, a metodologia, o manuseamento crítico das fontes e a análise e a reflexão dos acontecimentos em toda a sua complexidade –, com o potencial que a imagem e o som oferecem.

54 Elisabeth Cowie, “The Spectacle of Actuality,” in *Collecting Visible Evidence*, ed. Jane M. Gaines e Michael Renov (Mineápolis: University of Minnesota Press, 1999), 19.

55 Boleslas Matuszewski, “Une Nouvelle Source De L’Histoire,” in *Écrits cinématographiques*, ed. Magdalena Mazaraki (Paris: Association française de recherche sur l’histoire du cinéma / Cinémathèque Française, 2006), 7.

BIBLIOGRAFIA

- “Audiências. Espectadores acolheram muito bem ‘A Guerra’.” *Jornal de Notícias – Viva*, 19 de Outubro de 2007, 41.
- Bösch, Frank. “Geschichte mit Gesicht. Zur Genese des Zeitzeugen in Holocaust-Dokumentationen seit den 1950er Jahren.” In *Alles authentisch? Popularisierung der Geschichte im Fernsehen*, editado por Thomas Fischer e Rainer Wirtz, 51-72. Konstanz: UVK Verlagsgesellschaft mbH, 2008.
- Bruzzi, Stella. *New Documentary. A Critical Introduction*. Londres; Nova Iorque: Routledge, 2000.
- Cowie, Elisabeth. “The Spectacle of Actuality.” In *Collecting Visible Evidence*, editado por Jane M. Gaines e Michael Renov, 19-45. Minneapolis: University Of Minnesota Press, 1999.
- Ferro, Marc. “À propos d’ histoire parallèle.” In *Cinéma et Histoire*, 120-134. Paris: Éditions Gallimard, 1977.
- Gomes, Carlos de Matos e Aniceto Afonso, coord. 1961. *O princípio do fim do império*. Matosinhos: Quidnovi, 2009.
- Keilbach, Judith. “Zeugen der Vernichtung. Zur Inszenierung von Zeitzeugen in Bundesdeutschen Fernsehdokumentationen.” In *Die Gegenwart der Vergangenheit. Dokumentarfilm, Fernsehen und Geschichte*, editado por Eva Hohenberger e Judith Keilbach, 155-174. Berlin: Vorwerk, 2003.
- Lersh, Edgar. “Zur Geschichte dokumentarischer Formen und ihrer ästhetischen Gestaltung im öffentlich-rechtlichen Fernsehen.” In *Alles authentisch? Popularisierung der Geschichte im Fernsehen*, editado por Thomas Fischer e Rainer Wirtz, 109-136. Konstanz: UVK Verlagsgesellschaft mbH, 2008.
- Lourenço, Eduardo. “Brasil: caução do colonialismo português.” In *Do Colonialismo como Nosso Impensado*, 31-35. Lisboa: Gradiva, 2014.
- Ludvigsson, David. *The Historian-Filmmaker’s Dilemma. Historical Documentaries in Sweden in the Era of Hager and Villius*. Uppsala: Uppsala Universitet, 2003.
- Macedo, Susana de Sousa Dias de. “Abrir a História: a imagem de arquivo e o movimento desacelerado. Um estudo teórico-prático a partir dos filmes *Natureza Morta e 48*.” Tese de Doutoramento em Belas-Artes, especialidade Audiovisuais. Universidade de Lisboa, 2014.
- Matuszewski, Boleslas. *Écrits cinématographiques: Une Nouvelle Source De L’Histoire; La Photographie Animée*. Editado por Magdalena Mazaraki. Paris: Association française de recherche sur l’histoire du cinéma / Cinémathèque Française, 2006.
- Nichols, Bill. *Representing Reality. Issues and Concepts in Documentary*. Bloomington, Ind.: Indiana University Press, 1991.
- Niney, François. *Le documentaire et ses faux-semblants*. Paris: Klincksiek, 2009.
- Renov, Michael. “Introduction: The Truth About Non-Fiction.” In *Theorizing Documentary*, editado por Michael Renov, 1-11. Nova Iorque; Londres: Routledge, 1993.
- Renov, Michael. “Charged Vision: The Place of Desire in Documentary Film Theory.” In *The Subject of Documentary*, 93-103. Minneapolis: University Of Minnesota Press, 2004.
- Rosenstone, Robert A. “History in Images/History in Words: Reflections on the Possibility of Really Putting History onto Film.” *The American Historical Review* 93, no. 5 (1988): 1173-1185. doi:10.1086/ahr/93.5.1173.
- Rosenstone, Robert A. *Visions of the past: the challenge of film to our idea of history*. Cambridge, Mass.; Londres: Harvard University Press, 1995.

Schaefer, Ansgar. “Angola. Decisão de Continuar. Um documentário histórico à espera de ser exumado.” In *O Eterno Retorno*, coordenação de Maria Inácia Rezola e Pedro Aires de Oliveira, 173-196. Lisboa: Campo da Comunicação, 2013.

Schaefer, Ansgar. “Representar a História: Potencial e Limites do Documentário Histórico na Divulgação do Passado.” Tese de Doutoramento em História Contemporânea. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2014.

White, Hayden. “Historiography and Historiophoty.” *The American Historical Review* 93, no. 5 (1988): 1193-1199. doi:10.1086/ahr/93.5.1193.

Referência para citação:

Schaefer, Ansgar. “Imagens de *A Guerra*”. Interacção entre os discursos visual e verbal na série de Joaquim Furtado.” *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* 1, n.º 1 (2015): 33-60.

Mariana Pinto dos Santos

O legado de José-Augusto França na escrita da História da Arte em Portugal: caracterização crítica do cânone e de exemplos da sua persistência

José-Augusto França foi o mais importante historiador de arte do século XX em Portugal e foi responsável por estabelecer um cânone historiográfico na historiografia da arte do século XIX e XX. J.-A. França trabalhou como crítico e como historiador, elaborando uma narrativa historiográfica baseada na Sociologia da Arte aprendida com Pierre Francastel em Paris, que não deixou contudo de, em última análise, promover os próprios valores artísticos que defendeu enquanto crítico ao longo da segunda metade do século XX, os do surrealismo e depois os do abstraccionismo. Esta narrativa elegeu Paris como modelo artístico e cultural, decretando um permanente atraso da arte em Portugal face a esse modelo. Apesar de os historiadores da arte que lhe sucederam avançarem algumas críticas à História da Arte de J.-A. França, ele continuou porém a ser uma referência cimeira na História da Arte e as suas cronologias, conceitos históricos e extensivos inventários de factos nunca foram questionados de forma aprofundada e foram usados como fonte em trabalhos de História da Arte seguintes, até hoje. Esta História da Arte defende ainda a ideia de um cânone historiográfico e, perante a sua incapacidade de produzir um novo, insiste no velho. Este artigo procura contribuir para a análise crítica e histórica do cânone de José-Augusto França e do seu legado, abordando como estudo de caso dois exemplos da geração subsequente de historiadores da arte do século XX.

Palavras-chave: História da Arte, José Augusto-França e Portugal.

The legacy of José-Augusto França for the writing of History of Art in Portugal: critical characterization of the canon and of examples of his persistence

José-Augusto França was the most important art historian in Portugal in the XXth century and was responsible for establishing a historiographic canon for the portuguese XIXth and XXth century art history. Working both as art critic and art historian José-Augusto França promoted a narrative based on the sociology of art learned with Pierre Francastel, with whom

he studied in Paris, which eventually promoted the surrealist and abstraccionist art he defended as a critic. This narrative elected Paris as an artistic and cultural role model and constantly decreed a portuguese delay in face of that model. Although some of the later art historians tried to criticize França's approach to art history, he nevertheless kept being a major reference to later generations of art historians and his cronologies, historic concepts and extensive inventories of facts were never fully questioned and were used as sources for later art history work. This kind of art history still defends the idea of a canon in the art history discourse, and feeling unable to produce a new one, it insists on the old one. This article aims to contribute for the critical and historic analysis of José-Augusto França's canon and legacy, approaching briefly two examples as case-studies from the subsequent generation of art historians of the XXth century.

Keywords: Art History, José Augusto-França and Portugal.

O legado de José-Augusto França na escrita da História da Arte em Portugal: caracterização crítica do cânone e de exemplos da sua persistência

Mariana Pinto dos Santos*

A cidade e os bosques

“[...] Na cidade, as ruas estão bem traçadas. E andamos pela direita, e temos semáforos nos cruzamentos, etc. Há regras. Quando saímos da cidade, continua a haver estradas, mas já não há semáforos. E quando vamos mais longe, já não há estradas, nem semáforos, nem regras, nada que nos guie. Não há senão bosques. E quando regressamos à cidade, podemos ter a impressão de que as regras são falsas, de que não deveriam existir regras, etc.”

O. K. Bouwsma, *Conversas com Wittgenstein*, Relógio d'Água, trad. de Miguel Serras Pereira, p. 80-81

Na História da Arte portuguesa contemporânea o nome de José-Augusto França é referência incontornável. O seu trabalho pioneiro abrange uma vastidão de temas admirável, realçando-se as tentativas de enquadramento da História da Arte que escreveu numa moldura metodológica que lhe conferia estatuto académico e científico¹. O trabalho

* Investigadora do Instituto de História da Arte, FCSH/NOVA. Doutoranda da Universidade de Barcelona.

Trabalho desenvolvido no âmbito do projecto Modernismos do Sul (EXPL/CPC-HAT/0191/2013). Parte deste texto foi apresentado no IV Congresso de História da Arte Portuguesa – APHA, IHA —, na Sessão Aberta I: “José-Augusto França e o legado crítico e historiográfico”, Fundação Calouste Gulbenkian, 21-24 de Novembro de 2012, com o título “A resistência do objecto à História da Arte contemporânea — sobre a persistência do legado de José-Augusto França na escrita da História da Arte em Portugal”. Integra a dissertação de doutoramento *Inventários, Narrativas, Fragmentos. (Im)pertinência da História da Arte*.

que desenvolveu ao longo de décadas é inestimável e ficará consagrado como provavelmente o mais importante da historiografia da arte portuguesa do século XX.

José-Augusto França foi responsável pela introdução do ensino da História da Arte na Universidade, com a criação do mestrado em História da Arte e depois da variante ao curso de licenciatura em História na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, fundada em 1979. A obra de J.-A. França está ainda hoje na base dos *curricula* de várias disciplinas dos cursos de História da Arte, persistindo o seu domínio no ensino e nas práticas historiográficas sobre arte portuguesa do século XIX e XX.

É necessário, porém, também assinalar a inércia na inovação dos discursos da disciplina que significou a canonização desse trabalho. Tido como referência máxima pelas gerações de historiadores da arte seguintes, as periodizações, conceitos e factos enumerados nas suas obras mais conhecidas serviram de fonte para a escrita historiográfica posterior. Nesse modelo tão influente persiste uma relação com o objecto de foro inventarial, com esforço contextualizante que, ao entender a contextualização como estabelecimento de relação com acontecimentos contemporâneos entre si, acaba por arriscar diluir o objecto numa listagem exaustiva de factos sociológicos e históricos².

1 Para uma lista exaustiva do trabalho anterior a José-Augusto França considerado historiografia da arte (mas que inclui menção a trabalhos arqueológicos e de história), veja-se António Manuel Gonçalves, “Historiografia de Arte em Portugal,” separata, *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra* XXV (1960). Esta separata limita-se a listar títulos sem apreciação de conteúdos. Cf. também Nuno Rosmaninho, “A Historiografia Artística Portuguesa. De Raczynski ao Dealbar do Estado Novo. 1846-1935” (Dissertação de Mestrado em História Contemporânea de Portugal, Faculdade de Letras de Coimbra, 1993).

2 Aponte-se aqui como exemplo a reter um caso de historiografia que contraria esta abordagem institucionalizada, o caso da *História da Imagem Fotográfica em Portugal — 1839-1997* de António Sena, publicado em 1998 (Porto Editora), rejeitada pela Academia (pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, que não a aceitou como tese). Neste trabalho, o autor parte dos objectos e textos sobre fotografias e são eles que determinam a escrita, sem que se tentem encaixar em periodizações ou conceitos previamente estabelecidos. Susana Lourenço Marques estudou a importância desta obra e a forma como foi construída em função dos objectos que trata, de uma forma que descreve como “rizomática”. Susana Lourenço Marques, comunicação apresentada no seminário *A Fotografia na Era da Pós-Fotografia. História, Cultura e Ontologia*, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 23 e 24 de Abril de 2012 (org. Margarida Medeiros, Ricardo Santos, Joana Cunha Leal, Mariana Pinto dos Santos).

Não obstante o afastamento e crítica de alguns autores face à obra de José-Augusto França, ela continua como referência cimeira. Isso fez com que fossem proteladas abordagens alternativas do objecto, por perdurar a convicção de que apenas um trabalho com exaustividade análoga poderia tornar-se num, aparentemente desejável, novo cânone. As tentativas de sistematização seguintes repetem a enumeração de obras e artistas, e de maneira geral confirmam, para a contemporaneidade, as datas e obras que José-Augusto França considerou marcantes, bem como a tendência para considerar o país em atraso face aos verdadeiros valores da arte moderna (ou romântica, ou clássica). Mesmo que se avance com notas positivas para a segunda metade do século XX e com algumas críticas ao trabalho de França, prevalece nas histórias da arte gerais dedicadas à contemporaneidade a abordagem em blocos de décadas, a divisão em gerações³, e a visão de uma arte portuguesa em permanente falta, embora com casos de sucesso pontuais⁴.

O CÂNONE DE JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA

1. Factos socioculturais ou factos da civilização

A historiografia de José-Augusto França assentou num conceito importante, que surge como subtítulo de duas importantes obras suas, *Romantismo em Portugal* (1974) e *Os Anos Vinte em Portugal* (1992). Esse subtítulo é: *Estudo de Factos Socioculturais*. A designação “factos socioculturais”, que também ocorre nessa e noutras obras como “fac-

3 Sobre a organização do volume de José-Augusto França *A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)* em blocos de décadas e em três gerações, bem como a discussão do uso do termo “geração” nesta mesma obra veja-se Ana Rita Salgueiro, “A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961): José-Augusto França e a perspectiva sociológica” (Dissertação de Mestrado em História da Arte. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2012), 62, 63, 82 e ss.

4 Cf. Rui Mário Gonçalves, *Pioneiros da Modernidade*, vol. 13 de *História da Arte em Portugal* (Lisboa: ed. Alfa, 1988); Bernardo Pinto de Almeida, *Pintura Portuguesa do Século XX* (Porto: Lello & Irmão Editores, 1993); Paulo Pereira, ed., *História da Arte Portuguesa*, vol. III (Lisboa: Círculo de Leitores, 1995); Pinharanda, João, *O Modernismo I*, vol. 18 de *Arte Portuguesa. Da Pré-História ao Século XX*, org. Dalila Rodrigues (Lisboa: Fubu Editores, 2009) e Bernardo Pinto de Almeida, *O Modernismo II*, vol. 19 de *Arte Portuguesa. Da Pré-História ao Século XX*, org. Dalila Rodrigues (Lisboa: Fubu Editores, 2009).

tos da civilização”, provém do nome do centro de estudos de Pierre Francastel (1900-1970), chamado Centro de Sociologia dos Objectos de Civilização da École des Hautes Études de Paris, onde José-Augusto França assistiu a seminários do historiador francês e prosseguiu investigação sob a sua orientação⁵. Estes factos são explicados em função da “sociologia dos objectos da civilização” proposta por Pierre Francastel, que diz: “um facto cultural reflecte ao mesmo tempo valores sociais e propõe valores à sociedade: ele *verifica*, isto é, constata e torna verdadeiro”⁶.

A mesma citação será desenvolvida por José-Augusto França em vários outros textos reunidos no volume de 1997 (*In*)*Definições de Cultura* (e nos prefácios a outros trabalhos publicados), no que designa como o “papel proponente” e o “papel reflexo” da arte: no primeiro a arte propõe à sociedade do seu tempo um gosto, um “estar no mundo”, no segundo reflecte “os gostos, os desejos, os dramas da sociedade”⁷. Em 1970 autoriza ainda a designação de “facto artístico” (a somar a “factos socioculturais” e “factos da civilização”), cuja definição é resumida como: “reunião globalizante do objecto e da vida no qual se insere”⁸.

A sua sociologia da arte baseia-se então numa concepção de arte enquanto reflexo da sociedade e, ao mesmo tempo, com influência no gosto da sociedade, e como tal, arte como factor de civilização. A formulação tem necessariamente de assentar numa visão da História como progresso evolutivo, porém José-Augusto França afirmará que não há progresso em arte. Fará então a seguinte distinção: o progresso estético

5 “Para o [inquérito sobre as estruturas culturais] associaremos duas perspectivas nas nossas pesquisas e interrogaremos ao mesmo tempo os factos sociais e os factos culturais — levando estes à sua função social e considerando-os, como aqueles, *totais* ou *globais*. A sua ligação recíproca, em situação dialéctica, necessariamente conduz à definição de factos «socioculturais», se for preciso assim chamá-los.” José-Augusto França, *O Romantismo em Portugal*, vol. 1 (Lisboa: Livros Horizonte, 1974), 13. Originalmente apresentado como tese de doutoramento de Estado em Letras e Ciências Humanas pela Sorbonne, 1969.

6 *Ibid.* Ver também Salgueiro, “A Arte em Portugal no século XX.”

7 José-Augusto França, “Verdade Prática e Verdades Práticas,” in (*In*)*definições de Cultura* (Lisboa: Editorial Presença, [1963] 1997), 144.

8 José-Augusto França, “Sobre História (Sociológica) da Arte,” in (*In*)*definições de Cultura* (Lisboa: Editorial Presença, [1979/1981] 1997), 116.

não existe, existe somente o progresso técnico⁹. Mas por esta ordem de ideias, se a arte é reflexo e influência sobre a sociedade, se *civiliza*, ela acompanhará e até mesmo desencadeará um progresso cultural. A explicação para a falta de progresso estético parece prosseguir na sua consideração de que a arte (o facto artístico) tem uma dimensão irreduzível e auto-suficiente, conferindo-lhe um carácter absoluto que traz implícita a convicção de que ele pode ser trazido intacto e ser revelado pelo historiador da arte, que deverá identificar as “conjunturas”, essas sim variáveis, da sua recepção¹⁰.

2. Resistência à teoria e ilusão de neutralidade

Segundo José-Augusto França, enumerar metodicamente os “factos artísticos totais ou globais” corresponde a um “ver total”, que não descarta a dimensão irreduzível anteriormente mencionada¹¹.

A ênfase no facto artístico assim entendido como global ou total leva-o a assentar toda a escrita da História da Arte na metodologia, que entende como o seu pilar, acabando por conceder pouca importância à teoria¹², embora ela seja objecto de inúmeros ensaios seus ao longo

9 Cf. França, “Verdade Prática e Verdades Práticas,” 142.

10 “Os factos explicam-se a si próprios na sua coerência interna, ou não interessam ao sentido maior do discurso — e seriam, então, somente peripécias. A história como ciência do conhecimento é, assim, uma reflexão sobre os factos postos em situação sabendo sempre que, sociais, «eles não são coisas».” (J. Monnerot, 1946). “[...] A intervenção do historiador está na escolha atenta e na arrumação semântica dos factos, como um pintor pontuando formas e cores, bem sabendo que a mudança de uma obriga a mudar todas as outras em bom princípio «gestáltico».” José-Augusto França, *Os Anos Vinte em Portugal* (Lisboa: Editorial Presença, 1992), 9. Cf. também José-Augusto França, “História e Imagem,” in *(In)definições de Cultura* (Lisboa: Editorial Presença [1987] 1997), 125: “Nessa prática [da História], o «facto artístico», global como o é o «facto social», introduz um testemunho irreduzível, que é o da imagem, com suas leis e suas falas que só a vista ou o ver, nos pode contar, escutando-as, algo poeticamente e algo cientificamente — que de ambas as maneiras há que interrogar o mundo, nos seus eventos e nas suas estruturas, nos seus significantes e nos seus significados.”

11 José-Augusto França, “O ‘facto artístico’ na sociologia da arte,” in *(In)definições de Cultura* (Lisboa: Editorial Presença, [1987] 1997), 105: “[...] É preciso saber definir a parte de um «ver» que apreende a obra directamente, que a penetra, que se deita com ela... Se «a poesia se faz na cama como o amor» (Breton), é lá também que o minuto da verdade da obra de arte se revela. Um espectador total lutando com uma obra total para uma leitura, para um «ver» total.”

12 “A prioridade atribuída à teoria exprime sem dúvida uma ansiedade situada para além dos recursos do quotidiano, efeito de uma época em busca de uma «meta-substantivação» nos domínios difusos do abstracto, pronta a satisfazer-se como palavras-ideias no esquecimento de factos ou coisas-palavras.” França, “Sobre História (Sociológica) da Arte,” 109.

dos anos, que surpreendem pela exaustividade e actualidade dos nomes e conceitos discutidos. Verifica-se contudo que essa actualização não se traduz numa aplicação efectiva das teorias dos autores citados (por exemplo, a História entendida como arqueologia por Foucault é apenas vista em analogia com uma descontinuidade cronológica introduzida pelo cubismo, tal como o trabalho de Lévi-Strauss¹³). Pelo contrário, elas são usadas para confirmar a sua opção metodológica¹⁴, para confirmar a sua preferência pela prática. Ou seja, José-Augusto França apenas lhes parece dedicar atenção para provar que são desnecessárias, em deliberada resistência à teoria.

Para o historiador, a reflexão sobre conceitos e formas de escrita está excluída da sua metodologia, por ser “abstracta”, isto é, por ser de um domínio desligado da realidade e do *facto*, e por isso, vazio. A insistência no *facto* como certificado de verdade histórica é um meio para criar uma imagem de neutralidade do discurso da historiografia da arte, que fica então garantida a quem privilegiar a metodologia com que procede à identificação e arrumação dos *factos* artísticos. Assim, as palavras usadas para ajuizar e arrumar os *factos* não chegam a ser discutidas, por se entender que essa discussão pertence a um domínio abstracto. Por exemplo, conceitos como Romantismo, Iluminismo, Modernidade, são usados reportando-se a um modelo previamente identificado como ideal artístico da época — o ar do tempo¹⁵, *zeitgeist* hegeliano —, com foco geográfico invariavelmente em Paris, em relação ao qual os “*factos* artísticos” correspondem ou mais ou menos, assim se aferindo o grau da sua “civilização”.

13 “Logo que Foucault, como Lévi-Strauss, avançaram [sic] as suas vistas revolucionárias, elas iriam alterar todas as ideias adquiridas, modernizar as «intermitências da consciência» — que, por exemplo (e é um bom exemplo), o cubismo propunha pelo seu lado, no domínio da criação, ao princípio do século, no próprio momento em que rebentava, na experiência histórica e científica, toda a ideia melódica de continuidade.” França, “Sobre História (Sociológica) da Arte,” 110.

14 “[...] A escola de Aby Warburg, filiada numa certa medida em Burckhardt, e continuada pelos trabalhos de Fritz Saxl e de Panofsky, não está inteiramente ausente [da Sociologia da Arte] — já que a causalidade, ou, pelo menos, estreitas relações culturais, espreitam toda a pesquisa sociológica” (ibid., 115). Cf. também, no mesmo volume, “Arte e Inovação” [1981] e “Arte, Visão, Previsão” [1984], como exemplos de discussão de várias teorias à data recentes.

15 Falando da absorção empírica do Iluminismo no período pombalino, refere-se a “endosmose de ideias, de princípios, de dados, que há muito estavam no ar do tempo”. José-Augusto França, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo* (Lisboa: Bertrand Editora, [1965] 1977), 305.

A ilusão construída de neutralidade e objectividade anti-teórica, e a longevidade da influência do levantamento de França na historiografia da arte que essa ilusão implicou, vêm também da sua reivindicação, em várias das suas obras, de que não há intromissão de autores que não os da época na história que relata — o que se pode ler, por exemplo, na introdução ao estudo sobre o Romantismo¹⁶. A autoridade do seu discurso baseia-se, assim, na convicção de que se pode replicar a voz de uma época e que por isso os factos assim relatados serão verdadeiros, não sentindo necessidade de interrogar ou reconsiderar os conceitos epocais à luz do tempo presente.

3. O historiador da arte enquanto crítico de arte

Em José-Augusto França a História sociológica da Arte ora é reflexo ora é inquirição, mas para decidir o que é ou não “facto artístico”, para detectar a “dimensão específica da própria obra de arte”, o historiador tem de recorrer ao auxílio da crítica da arte (segundo o que França afirma no prefácio a *A Arte em Portugal no Século XIX*)¹⁷.

Catarina Crua analisou, num estudo sobre as revistas *Córnio* dirigidas por José-Augusto França (com cinco números entre 1951 e 1956, de *Unicórnio* a *Pentacórnio*), como a actividade crítica de José-Augusto França implicava uma tentativa de actualizar e formar públicos e de como essa actualização no seu caso passava pela valorização do surrealismo e do abstraccionismo¹⁸, numa altura em que a oposição cultural ao regime era antes marcada pelo neo-realismo. Esses movimentos são,

16 “Citamos autores da época e só esses, exclusivamente, porque só eles nos poderão fornecer uma informação, digamos «existencial».” França, *O Romantismo em Portugal*, 17-18.

17 José-Augusto França, *A Arte em Portugal no Século XIX*, vol. I (Lisboa: Bertrand Editora, [1967] 1990), 11.

18 “Neste discurso [da revista *Tetracórnio*], podemos determinar uma intenção de consolidar e legitimar as posições dos membros do Grupo Surrealista de Lisboa, ao servir de «porta-voz» desse grupo. A revista detém-se na criação desta memória escrita sobre os pressupostos éticos e estéticos que o grupo congregava, em oposição a outras tendências.” E “neste paradigma crítico, identifica-se a abstracção, como verdadeira tendência da arte moderna, por meio de uma lógica apreendida de desenvolvimento artístico”. Catarina Crua, “Revistas Córnio: Modernidade e Discurso Crítico na Cultura Portuguesa da Primeira Metade do Século XX” (Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação: Comunicação e Artes. Lisboa, FCSH-UNL, 2011), 36 e 37, respectivamente.

como demonstra a historiadora, legitimados histórica e esteticamente pela actividade crítica nessas publicações. E por isso, quando França afirma que o historiador é também crítico de arte, fica claro que o critério de eleição de factos artísticos serve a mesma legitimação das propostas artísticas de que era à época defensor e protagonista. Mas também a assumida mistura de papéis entre historiador e crítico, bem como o constante diagnóstico de desfasamento português face à civilização parisiense, visa um esforço de modernização que é um acto de resistência intelectual ao fechamento nacional do regime de Salazar. Atente-se que José-Augusto França irá para Paris estudar sem bolsa em 1959, depois de recusar colaborar com o SNI como comissário na Bienal de S. Paulo e de protestar, subscrevendo um abaixo-assinado de repúdio, contra a nomeação de Eduardo Malta (1900-1967) para a direcção do Museu Nacional de Arte Contemporânea¹⁹. França-historiador vem, pois, depois de França-crítico (embora depois coexistam) — mas não deixará de confirmar as escolhas do crítico.

A frase de Pierre Francastel “o fim da história é reconstituir os comportamentos humanos na sua mobilidade e interacção” é citada por José-Augusto França várias vezes, até no seu último trabalho de grande fôlego, já de 2008²⁰, e parece constituir um pilar da sua abordagem historiográfica. O mesmo se passa com a afirmação do historiador francês de que “toda a arte nasce num círculo estreito”, a que o seu discípulo acrescentará: “a arte é produto de uma elite capaz de renovar e dirigir o gosto colectivo”²¹. E quando define essa elite pelo grau de proximidade ao molde francês (ou melhor, parisiense), é também o mestre da Sociologia da Arte que França está a seguir.

Na perspectiva de José-Augusto França, o historiador da arte acaba por ser também ele próprio agente do gosto colectivo e precisa de uma componente de crítico porque “ver é difícil” e porque “esta es-

19 Cf. Salgueiro, “A Arte em Portugal no século XX,” 10.

20 Citada várias vezes, por exemplo em: França, *Os Anos Vinte em Portugal*, 9; e José-Augusto França, *Lisboa, História Física e Moral* (Lisboa: Livros Horizonte, 2008), 12.

21 França, “O ‘facto artístico’ na Sociologia da Arte,” 106-7.

pécie de pensamento não é dada a toda a gente”²² — ou, como dizia na comunicação que apresentou no colóquio em sua homenagem em Novembro de 2012²³, é preciso “faro”, “intuição”, “instinto”. Verifica-se assim que, a par de considerar que a arte ocorre no seio de uma elite, José-Augusto França determina ao mesmo tempo um lugar dentro da elite para o historiador que a torna seu objecto.

Portanto, por forma a atingir o “ver total” através da identificação dos “factos da civilização”, é preciso a conjugação e interdependência (sem que sejam indistintos) do crítico e do historiador. Voltando às duas funções da arte definidas por França anteriormente mencionadas, a função antecipadora e a função de reflectir a sociedade, poder-se-á inferir que ao crítico caberá ocupar-se de identificar o papel “antecipador ou proponente” da arte e ao historiador caberá ocupar-se do papel “reflexo” da obra de arte. Ou seja, o crítico distingue o que é arte (a sua dimensão intemporal e irredutível), o historiador analisa e regista as suas condições de recepção. A Sociologia da Arte que defende baseia-se nesta capacidade de conjugar crítica e História e na convicção de que o sociólogo da arte é dotado de capacidades excepcionais para o exercício simultâneo das duas tarefas.

A sua faceta de crítico torna-se a garantia de especialização do trabalho de historiador, isto é, torna-se a garantia de que o historiador é especialista por ter qualidades específicas para eleger “factos artísticos”. É esta imagem de especialização, de rigor na recolha de dados, de peritagem, que traça o caminho da institucionalização, tanto museológica como académica, da História da Arte que pratica²⁴.

22 França, “O ‘facto artístico’ na Sociologia da Arte,” 103. Cf. ainda França, “História e Imagem,” 125.

23 V Congresso de História da Arte Portuguesa 2012 – APHA, Homenagem a José-Augusto França, Fundação Calouste Gulbenkian, 21 a 24 de Novembro de 2012.

24 José-Augusto França foi responsável pela direcção da revista *Colóquio Artes* publicada pela Fundação Calouste Gulbenkian entre 1971 e 1996, cuja publicação mensal muito contribuiu para a formação de um público e de um gosto artístico, e influiu nas escolhas quer de aquisição quer de exposição. Antes fora importante colaborador da *Colóquio — Revista de Artes e Letras* de que assumiu a direcção por um ano, em 1970. Quanto à sua influência duradoura nas escolhas museológicas, registre-se que em 2013, sob a direcção de Paulo Henriques, o Museu do Chiado expôs uma mostra da colecção permanente que correspondia ainda à organização e às escolhas de José-Augusto França dos artistas e obras portuguesas entre o final do século XIX e o século XX (*Arte Portuguesa 1850-1975*. Colecção MNAC).

4. O atraso português

O traçar do caminho para a institucionalização museológica e académica da História da Arte é, ressalve-se, um esforço de reconhecimento de uma disciplina, que só ocupando lugar institucional poderia ter autoridade para criar um muito necessário mercado da arte ou o também muito necessário reconhecimento do valor patrimonial da arte e arquitectura portuguesas, como aconteceu com a Baixa Pombalina. Foi graças ao trabalho de José-Augusto França que essa zona da cidade foi classificada como valor patrimonial nacional e, como afirmou já Joana Cunha Leal, a Lisboa pombalina fica indelevelmente ligada à maturação da disciplina de História da Arte em Portugal²⁵. Mas no seu estudo, apesar da nota positiva ao considerá-la fenómeno urbanístico original no contexto do Iluminismo, a Baixa Pombalina não deixa de ser vista como caso raro num quadro cujo diagnóstico geral é sempre negativo: Portugal está, para José-Augusto França, sempre numa situação de atraso e incompreensão dos valores da “civilização”. E, portanto, esse quadro negativo, que na verdade remonta à segunda metade do século XIX e já fora caracterizado no trabalho de Alexandre Herculano e no diagnóstico de Antero de Quental na Segunda Conferência do Casino, de 1871, *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, está também na raiz da consolidação da disciplina de História da Arte neste país.

José-Augusto França reagiria, sem dúvida, às práticas historiográficas que se focavam na identificação e afirmação de uma identidade específica nacional e que desde a segunda metade do século XIX constituíam preocupação cimeira de vários historiadores, ganhando novo ímpeto nacionalista com o Estado Novo e em particular com a criação do Secretariado de Propaganda Nacional em 1933²⁶. Cujo nome, de resto,

25 Joana Cunha Leal, “Legitimação artística e patrimonial da Baixa Pombalina,” *Monumentos: Revista Semestral de Edifícios e Monumentos* 21 (Setembro 2004): 16.

26 Cf. Nuno Rosmaninho, “Nacionalidade e nacionalismo na historiografia artística portuguesa (1846-1935),” *Revista Vértice*, 2a. ser., 61 (Julho/Agosto 1994): 17-30. Seguindo o estudo feito neste artigo, podemos colocar J.-A. França na linha historiográfica problematizante de Raczyński, Joaquim de Vasconcelos, e Adriano de Gusmão, que identificaram a prevalência de modelos externos para a arte portuguesa, e não uma pretensa originalidade da arte nacional, afirmada por exemplo, nos debates sobre o estilo manuelino ou sobre uma escola portuguesa de pintura, com o tema dos painéis de Nuno Gonçalves a fazer derramar mais tinta (assuntos

elucida bem as suas intenções: “Nacional” é qualificativo da “Propaganda” e não do “Secretariado”, sendo este, portanto, um órgão criado para fazer a propaganda da nação²⁷.

ATRASO VS. ESPECIFICIDADE NACIONAL

Embora desde cedo José-Augusto França tenha sido contestado por várias vozes, essa contestação vai muitas vezes no sentido de inverter a equação e valorizar a especificidade nacional, em contraponto ao diagnóstico de atraso ou provincianismo, sem que este diagnóstico chegue a ser abandonado²⁸. O discurso historiográfico para a arte contemporânea (e não só) depois de José-Augusto França²⁹ insiste na repetição destas duas posições estreitamente relacionadas, a que preconiza um atraso crónico na arte portuguesa e a que defende uma especificidade na arte portuguesa. Por um lado, afirma-se que há um atraso na arte portuguesa devido a um isolamento face a um centro dominante e modelar; por outro, crê-se que esse isolamento torna a nossa arte especial e com características essenciais, que por vezes até produzem epifenómenos considerados equiparáveis ou mesmo precursores do que se passa fora de Portugal – caso de Amadeo, caso de Henrique Pousão, do *Desterrado* de Soares dos Reis, etc.³⁰. Essa especificidade pode ser vista em

em que se demoraram Ramalho Ortigão, Reinaldo dos Santos, José de Figueiredo, entre outros). Ver também Nuno Rosmaninho, “Estratégia e Metodologia na Historiografia Artística Portuguesa (1846-1935),” separata, *Revista da Universidade de Aveiro. Letras* 14 (1997): 71-92.

27 Sobre este assunto veja-se Vera Marques Alves, *Arte Popular e Nação no Estado Novo. A Política Folclorista do Secretariado de Propaganda Nacional* (Lisboa: ICS, 2013).

28 Ernesto de Sousa será um dos agentes na promoção e divulgação da arte popular portuguesa, defendendo a contaminação das artes ditas eruditas por aquela, e, através do estudo específico da escultura românica e de artistas populares como Franklin ou Rosa Ramalho, prosseguirá um trabalho de identificação de especificidades portuguesas susceptíveis de se cruzarem com propostas internacionais (também algumas delas, de resto, em busca de essencialismos em artes populares), no sentido de encontrar novos caminhos para a arte contemporânea. Cf. Mariana Pinto dos Santos, *Vanguarda & Outras Loas. Percurso Teórico de Ernesto de Sousa* (Lisboa: Assírio & Alvim, 2007).

29 Veja-se por exemplo a recente publicação organizada por Dalila Rodrigues, *A Arte Portuguesa — Da Pré-História ao Século XX* (Vila Nova de Gaia: Fubu Editores, 2009). Esta obra, sendo de divulgação, com mais de vinte volumes atribuídos a autores diferentes, vendidos individualmente com um jornal todas as semanas, tem abordagens historiográficas muito diversas.

30 Cf. Maria Helena Barreiros e José Luís Porfírio, *Da Expressão Romântica à Estética Naturalista*, vol. 15 de *A Arte Portuguesa — Da Pré-História ao Século XX*, org. Dalila Rodrigues (Vila Nova de Gaia: Fubu Editores, 2009), 45: “No panorama relativamente pobre da escultura

sentido positivo ou negativo (quando interpretada como uma incapacidade de assimilação dos modelos externos), mas raramente é definida ou caracterizada para lá de expressões vagas que reiteram a mitologia nacional assente em imagens de melancolia, saudade, poesia, contemplação, como se a especificidade justificasse o atraso.

Atente-se ainda, como breve exemplo, aos dois volumes consagrados ao modernismo na recente História da Arte organizada por Dalila Rodrigues, escritos por João Pinharanda e Bernardo Pinto de Almeida. As histórias da arte gerais são excelentes fontes para analisar as concepções de História que enformam os discursos historiográficos.

A organização do volume a cargo de João Pinharanda, *Modernismo I*, consiste em introduções aos temas que são visões gerais sobre os períodos e artistas a tratar em cada um, seguidas de enumeração dos artistas e breve caracterização da sua obra. Os temas que definem os capítulos são tratados como paradigmas caracterizadores (“Modernismo Involuntário”, “Ruptura Voluntária”, “Modernismo Equilibrado”, por exemplo). O autor considera que o modelo interpretativo de José-Augusto França não teve alternativa consistente³¹ e é portanto ainda a ele que sente necessidade de se reportar. Não deixa de apresentar crítica a França: diz João Pinharanda que ele “não articula as influências dos paradigmas paralelos, como o alemão, o russo ou o inglês, e claudicará perante a emergência do paradigma americano como dominante”³². A crítica parece assim ir no sentido de afirmar que faltou a França uma actualização no modelo a ter em conta: segundo o autor, José-Augusto França devia ter saltado de Paris para Nova Iorque.

Pinharanda confirma o diagnóstico de atraso da arte portuguesa³³, mas atenua-o com a afirmação da necessidade de definir a especifi-

portuguesa, *O Desterrado* é muito mais que o retrato simbólico de um destino individual, já que se tornou numa das mais fortes imagens do nosso Romantismo, apesar da evidente influência clássica que o marca, bem como um desfasamento cronológico, afinal bem comum no nosso País.” Henrique Pousão é referido como o “meteoro Pousão”, tal como Amadeo é o “meteoro Amadeo”.

31 Segundo o autor, conseguiram-se sínteses historiográficas boas para períodos anteriores, séc. XVI e XVIII, na pintura, arquitectura e urbanística, mas não para o século XX, “onde o panorama é muito dispersivo e/ou parcelar”. Pinharanda, *O Modernismo I*, 8.

32 Ibid., 74.

33 Por exemplo, sobre António Soares, Jorge Barradas, Emmerico Nunes, Francis Smith, Milly Possoz, Olavo d’Eça Leal, Stuart Carvalhais, Tom, Estrela Faria, Paulo Ferreira, Ofélia Mar-

cidade cultural do sistema artístico nacional, ressaltando a sua relação com outras realidades artísticas³⁴. E assim, segundo João Pinharanda, pode identificar-se um conjunto de nomes “capazes de dar um sentido específico à realidade nacional”: Rafael e Columbano Bordalo Pinheiro, José Malhoa — segundo o autor, “todos servem, no acerto inspirado de José-Augusto França, para enunciar sucessivas modalidades de se ser português”³⁵. Já outra especificidade é encontrada em António Carneiro ou Aurélia de Souza: neles é identificada uma “sensibilidade autónoma” que se prolonga em Amadeo de Souza-Cardoso³⁶. Emmerico Nunes “modernizou o modo português de olhar o mundo”³⁷ no ofício publicitário. Persiste ainda nesta obra recente escrita por João Pinharanda um conceito recorrente na historiografia da arte feita em Portugal, desde José-Augusto França, e continuado em Rui Mário Gonçalves³⁸, cuja definição não chega a ser dada: o de “lirismo”³⁹. Ver-se-á porém que o uso

ques, Fred Kradofler: “Uma vez chegados aos anos de 1930, vemos alguns destes autores, que noutras sociedades estariam destinados, exactamente, a tarefas decorativas para iniciativas de alta-sociedade (restaurantes, hotéis, casinos, salões de navios, moradias unifamiliares, etc.) ou a uma democratização das suas obras, através da reprodutibilidade das imagens da publicidade gráfica comercial, assumirem e manterem um estatuto imerecido de muito maior importância.” (ibid., 61-62).

34 Cf. Ibid., 26.

35 Cf. Ibid., 19. Dirá contudo que este trio representará “o que de mais conservador persiste do Oitocentismo ao longo do novo século”.

36 “Cultivando sensibilidades mais subtis e revelando outras vias de expressão, revelam, afinal, um filão de criação novecentista que merece ser tomado como sensibilidade autónoma. É um veio de sensibilidade capaz de articular o sentimentalismo romântico com o sentimento mais sério de uma melancolia elaborada sobre a coeva idealização filosófica da Saudade, capaz de propor-se salvar a Pátria e os indivíduos pela via do símbolo ou pela loucura; capaz de encarar a realidade como um corpo ou uma alma dissecáveis. Há neles um modo de entender o que é da Natureza e o que é do Povo sem desejar reproduzi-los naturalisticamente, de assumir o aristocrático sem o reduzir a uma fórmula socialmente vazia, de se aproximar do espiritual como energia criativa, abstracta e interior, e não como melodrama religioso. É essa colecção de raras qualidades que parece ter convergido, num momento único, em dois personagens próximos no lugar e no tempo: o jovem cosmopolita, pintor, cavaleiro e caçador, Amadeo de Souza-Cardoso, e o mais velho, misantropo e profético pensador, Teixeira de Pascoaes, mas que, como já vimos para o período que nos importa, se alonga em cambiantes diversos até Fernando Lanhas, por exemplo.” (ibid., 23-24).

37 Ibid., 49.

38 Cf. por exemplo, Rui Mário Gonçalves, *O que há de Português na Arte Moderna Portuguesa* (Lisboa: Palácio Foz, 1998). Catálogo de exposição.

39 Por exemplo, os Delaunay têm um “lirismo órfico” e “Ofélia Marques faz «liricos retratos de meninas»”; Fernando Lanhas é “capaz de superar dulcificados lirismos”; depois dos anos 50, “o Neo-Realismo aceita valores de Abstracção não geométrica e de lirismos decorativos” e “o Surrealismo resolve-se na Abstracção não geométrica [...] [num] enfraquecimento lírico e deco-

dado por José-Augusto França a esse termo fora bem diferente do que lhe dariam as gerações subsequentes.

A tentativa, que se encontra neste volume dedicado ao *Modernismo* em Portugal, de identificar tendências gerais, filiada na História da longa duração, tem o risco de uma ilusão de coerência e de padronização do que o autor entende por arte específica portuguesa, uma narrativa construída que acaba por persistir no modelo de José-Augusto França, mesmo que discordando do seu juízo valorativo. Essa discordância não ocorre senão pontualmente, pois João Pinharanda subscreve, como foi dito atrás, a tese do atraso⁴⁰, actualizando-a com o recurso a José Gil e ao seu diagnóstico de “não-inscrição” da cultura portuguesa⁴¹ – diagnóstico que Silvina Rodrigues Lopes desmontou num texto de 2007 com o título “Resistir às Máquinas Identitárias”, onde analisa incongruências de conceitos e linguagem, e a arbitrariedade na determinação de

rativo sem futuro ou num entendimento produtivo do papel da luz e da cor, da dinâmica da composição e das equivalências entre figura e fundo”. Cf. Pinharanda, *O Modernismo I*, 26, 63, 128 e 134. Esse conceito é usado também por outros autores noutros contextos cronológicos, por exemplo, Vítor Serrão, no volume que assina na colecção dirigida por Dalila Rodrigues: “O retrato português do ciclo proto-barroco é interiorizado, lírico, tem contenção de valores, aspira a um nostálgico misticismo. Daí que pareça útil retomar a categoria operativa de *retrato humanístico* com que José-Augusto França argutamente o baptizou, em oposição ao espectáculo aparatoso do retratismo espanhol (Bartolomé, González, Pantoja, van der Hamen, Velázquez) e sem perder de vista toda uma tradição vernacular, **característica do sentir português**, que vinha desde Nuno Gonçalves (França, *O Retrato na Arte Portuguesa*, 1981)” [destaques meus]. Vítor Serrão, *A Pintura Maneirista e Proto-barroca*, vol. 11 de *A Arte Portuguesa — Da Pré-História ao Século XX*, org. Dalila Rodrigues (Vila Nova de Gaia: Fubu Editores, 2009), 84.

40 “José-Augusto França sempre se referiu a uma falha de comunicação entre cada geração de artistas. Mas, de todos os comentadores das realidades portuguesas que têm constatado o fenómeno como transversal aos diferentes níveis da realidade nacional, foi José Gil quem, recentemente (2005), o designou de modo mais certo, falando da «não inscrição» como traço comum da História cultural e política de Portugal: qualquer coisa, boa ou má, se apaga na memória colectiva e individual e na capacidade de gerar efeitos futuros, apesar das persistências do naturalismo e da genealogia não consciente traçada entre a «sensibilidade» do «simbolismo» de Carneiro, «a expressividade» de Amadeo, «a abstracção» de Lanhas e «o onirismo» de Cesariny.” Cf. Pinharanda, *O Modernismo I*, 46.

“[Estes caminhos paralelos] estão inconscientes dos verdadeiros desafios da modernidade internacional ou deles mal informados, retraídos voluntariamente por estratégia de sobrevivência ou por incapacidade de assumir riscos, ou ainda por um, também inconsciente, conservadorismo. [...] De tantos compromissos e inconsistências resulta uma realidade artística, pouco clara do ponto de vista do Moderno e da Vanguarda. Mas mantendo-se, de facto, estável, também ela deve ser vista como realidade sociológica: uma estrutura de tempo longa, sem rasgos nem rupturas, formando-se ao longo dos anos de 1910 e 1920 sobre uma outra estrutura de tempo longo, a do arrastado Oitocentismo.” Pinharanda, *O Modernismo I*, 46-47.

41 José Gil, *Portugal, Hoje: O Medo de Existir* (Lisboa: Relógio d’Água, 2004).

características específicas portuguesas⁴². No volume *O Modernismo I* da colecção dirigida por Dalila Rodrigues a especificidade portuguesa, quer sendo encarada como positiva, quer vista negativamente, é adoptada como categoria estética, sem contudo ser explicitado que factores a determinam ou o que a caracteriza.

Também o volume *O Modernismo II*, da responsabilidade de Bernardo Pinto de Almeida, ensaia uma crítica a José-Augusto França, afirmando “o quanto a crítica portuguesa tantas vezes tardou em se renovar no plano dos conceitos, continuando longamente a importar uma imagem da arte colocada apenas sobre as imagens da arte difundidas por este ou aquele centro internacional. Sintoma de raiz de uma cultura que, provincianamente, jamais se quis pensar senão como reflexo, em que quanto mais semelhante com esta ou aquela voga internacional, mais poderia ganhar em possibilidades de internacionalização. O que se revelou comprovadamente como a mais falsa das receitas e a mais contributiva para uma posição de subserviência, dados os resultados evidentes”⁴³.

No entanto, Bernardo Pinto de Almeida persiste numa narrativa que procura protagonistas e que os avalia pela proximidade ou distância com modelos externos: Costa Pinheiro é “precursor, mesmo em termos europeus”, Joaquim Bravo faz “notáveis esculturas que, intuitivamente, o aproximaram das experimentações artísticas internacionais suas contemporâneas”⁴⁴. Recorre ainda, por vezes, a uma linguagem alusiva e ornamentada pouco esclarecedora, em que questões identitárias e adjectivos como “lírico” persistem⁴⁵. Já no seu trabalho mais antigo, *Pintura Portuguesa do Século XX*, essa mesma palavra servia para ca-

42 Cf. Silvina Rodrigues Lopes, “Resistir às Máquinas Identitárias,” in “A Fuga”, ed. Silvina Rodrigues Lopes, Luís Henriques, e Mariana Pinto dos Santos, *Intervalo 3* (2007): 86. Ver também da mesma autora “Portugal sem destino,” in *Como se Faz um Povo*, coord. José Neves (Lisboa: Tinta-da-China, 2010), 227 e ss.

43 Almeida, *O Modernismo II*, 115.

44 *Ibid.*, 52 e 63, respectivamente.

45 Por exemplo sobre Pedro Cabrita Reis: “Realizou uma bela série em pintura [para a exposição Arquipélago, SNBA, 1985]: zonas negras e douradas, matéricas, zonas destruídas no suporte, abrindo a um sentido de lirismo mediterrânico de signo romântico tocado pelo excesso da exaltação formal de índole barroca” (*ibid.*, 96). Ou o “arrefecimento da percepção” que vê na pintura de José Loureiro (*ibid.*, 121).

racterizar, por exemplo, o Segundo Salão dos Humoristas (de 1913), ou a pintura de Eduardo Batarada depois dos anos Oitenta⁴⁶. Nesse mesmo livro, o diagnóstico negativo é marcado pela referência à nacionalidade portuguesa, recorrendo por exemplo ao advérbio “portuguesmente”⁴⁷.

O lirismo ou o “ser-se português” são usados como conceitos caracterizadores, descritivos, classificadores, sem que cheguem a ser definidos e acabando por surgir em abundância no discurso de forma diáfana e aplicados com imprecisão.

Outro termo que se encontra nestes dois livros sobre Modernismo, utilizado sempre com sentido pejorativo, é “decorativo”, usado para caracterizar obras ou artistas específicos ou fases do seu trabalho⁴⁸, no que se vê continuidade com José-Augusto França, que também recorrera ao termo sempre para juízos negativos⁴⁹, relegando para um lugar inferior de uma hierarquia das artes rígida as manifestações de *art déco* de alguns artistas em ilustrações ou capas de revista⁵⁰. Consultando outro texto de João Pinharanda, de 2010, fica mais claro que o “decorativismo” para este autor se relaciona com toda a arte dita próxima do regime do Estado Novo, desvalorizando-a através dessa classificação⁵¹.

46 Cf. Almeida, *Pintura Portuguesa do Século XX*. O Segundo Salão de Humoristas apresentaria obras “de teor mais lírico que humorístico”, (ibid., 14); sobre Eduardo Batarada falará de “figuração abstracta de interessante valor lírico e segura presença plástica [...]”, (ibid., 157-58).

47 A propósito de Amadeo de Sousa Cardoso, afirma que “não lhe convinham, nem ao orgulho nem ao programa próprio, as exposições que portuguesmente tentavam, através de tímidas propostas, situar (ou traduzir) uma linguagem modernizante que se ia atropelando em sucessivos mal-entendidos e equívocos.” (ibid., 36). Outro diagnóstico negativo ocorre, por exemplo, a propósito de Emmerico Nunes, em cuja pintura o autor detecta ausência de “índices de inquietação estética”, (ibid., 60).

48 Por exemplo: “Entre o naturalismo expressivo, pedido pela directiva política, e uma estilização formal que parece inevitável, tendo em vista a comunicabilidade da mensagem, a pintura neo-realista pende para soluções de forte decorativismo: por composição ritmada e estáveis harmonias cromáticas e por definição da figuração como idealização do povo [...]” Cf. Pinharanda, *O Modernismo I*, 108.

49 Veja-se o caso do “decorativismo” que diagnostica em pinturas mais tardias de Amadeo de Souza-Cardoso analisado por Joana Cunha Leal, “Sintomas de ‘regionalismo crítico’: sobre o ‘decorativismo’ na pintura de Amadeo de Souza-Cardoso,” *Arbor: Ciencia, Pensamiento y Cultura* 190, nº 766 (2014): 9.

50 Este assunto foi tratado por Salgueiro, “A Arte em Portugal no século XX,” 75 e ss.

51 Cf. João Pinharanda, “Vamos ver o povo...,” in *Como se faz um Povo*, coord. José Neves (Lisboa: Tinta-da-China, 2010), p. 385 e ss.

LIRISMOS

José-Augusto França classificara a pintura desenvolvida na esteira da de Maria Helena Vieira da Silva como “abstraccionismo lírico”⁵². Este termo fora cunhado pelo crítico Jean José Marchand e pelo pintor Georges Mathieu para a exposição na Galeria do Luxemburgo em Paris em 1947, que acabou no entanto por ficar com um título diverso: *L’Imaginaire*⁵³. “Abstraction lyrique” designava uma corrente de pintura informal, que tal como o *tachisme* visava distinguir-se da pintura abstracta geométrica, dizendo respeito a uma abstracção mais livre, expressiva e, em algumas práticas, gestual. Tratava-se de reivindicar para o caso francês uma corrente análoga ou mesmo precursora do então cada vez mais divulgado “expressionismo abstracto” norte-americano, promovido pelo crítico Clement Greenberg e de que Jackson Pollock foi o mais conhecido protagonista. Na adopção do termo “abstraccionismo lírico”, haveria porventura alguma intenção de contrariar a cada vez mais afirmativa arte norte-americana, e uma tentativa de recuperar o lugar de epicentro artístico para Paris depois da Segunda Guerra Mundial, deliberadamente tomado pelos Estados Unidos da América⁵⁴, quer através de estratégias promocionais⁵⁵, pela acção da crítica ou dos próprios artistas. Michel Ragon falará do sucesso da “abstracção lírica” ou “abstracção quente”, que se dividiria em sub-grupos: gestuais, informais, os que davam primazia à matéria, ou o “paisagismo abstracto” em que insere Vieira da Silva⁵⁶.

José-Augusto França manteve indefectível fidelidade à escola de Paris, e para ele o abstraccionismo, verdadeiro culminar da arte moderna,

52 Cf. José-Augusto França, *A Arte em Portugal no Século XX* (Lisboa: Bertrand Editora [1974] 1991), 412 e ss. Fernando Azevedo, Fernando Lemos, Marcelino Vespeira ou Menez são artistas que França coloca nessa linhagem.

53 Dora Vallier, *A Arte Abstracta*, trad. João Marques Lima (Lisboa: Edições 70: 1980), 279.

54 Cf. Serge Guilbaut, *How New York Stole the Idea of Modern Art. Abstract Expressionism, Freedom, and the Cold War* (Chicago e Londres: University of Chicago Press), 1983.

55 Incluindo acções governamentais secretas que usaram o expressionismo abstracto como estratégia de afirmação na Europa durante a Guerra Fria. Cf. Frances Stonor Saunders, “Modern Art was CIA ‘weapon’,” *The Independent*, Inglaterra, 22 de Outubro de 1995.

56 Michel Ragon, “France 1940-1970,” in *L’Art abstrait, 1939-1970*, ed. Michel Seuphor, Michel Ragon, vol. 3 (Paris: Maeght éditeur, 1973), 29. Michel Ragon reivindica ainda que a arte abstracta esteve sempre presente em Paris, mesmo que tenha ficado minorizada pelos grandes mestres Picasso, Bracque, Bonnard, Matisse, Chagall, etc, e depois pela “ditadura surrealista” mas que depois de 1945 se torna preponderante na capital francesa. Cf. *Ibid.*, 30.

tinha, em Vieira da Silva, um expoente nacional fundador de uma corrente artística que poderia entrar no discurso historiográfico internacional. Mas a origem portuguesa da pintora não chegava a ser factor valorizado: Vieira da Silva fora para Paris em 1928 e obtivera a nacionalidade francesa pelo casamento com Arpad Szênes; por outro lado, o Estado Novo português recusara-lhe o pedido de nacionalidade portuguesa em 1940; e, depois de passar os anos da Segunda Guerra Mundial no Brasil, a pintora radicou-se definitivamente em Paris a partir de 1947. Por isso, Vieira da Silva era, para todos os efeitos, pintora francesa, e soubera aproveitar a memória da infância passada em Portugal sem ser afectada pelo pior do país⁵⁷.

A sistemática desvalorização de Portugal face a Paris levada a cabo por José-Augusto França tem razões políticas, e deve ser entendida enquanto reivindicação da abertura e da liberdade ausentes da política interna portuguesa. Porém, a eleição de Paris como único pólo de cosmopolitismo e modernidade bem como o entendimento da arte moderna enquanto caminho para a abstracção, fundamentalmente assente na pintura, levou à cegueira face a propostas artísticas fora do cânone evolutivo eleito como único modelo possível, vendo-as antes como manifestações de atraso cultural. O seu empenho político e cultural não deixou, no entanto, de se manifestar num trabalho de activismo crítico, curatorial e historiográfico com vista a promover os artistas que correspondiam ao modelo artístico que considerava central e melhor. Ou seja, depois do surrealismo, França promovia os “abstracionistas líricos” portugueses que estavam marcados pela escola de Paris.

57 Para França, Maria Helena Vieira da Silva tratava-se finalmente de uma “exportação”: “Vieira da Silva levou para um mundo sem fronteiras não exactamente valores mas a memória de valores portugueses, um subtil material com que oniricamente as culturas podem comunicar na sua verdade essencial. As perspectivas infinitas e cruéis que ela inventou, como imagem oferecida ao mundo, tiveram no jogo múltiplo de reflexos dos azulejos portugueses uma raiz, senão uma verificação necessária.” França, *A Arte em Portugal no Século XX*, 532. Cf. também José-Augusto França, “Presença e actualidade de Vieira da Silva,” *Colóquio Artes* 12 (Fevereiro 1961): 30-33. E ainda José-Augusto França, “Vieira da Silva e a cultura portuguesa,” *Colóquio Artes* 58 (Abril 1970): 6-17, onde França afirma o caso de Vieira da Silva como um de sucesso por comparação ao de Amadeo, que ficara preso em Portugal com a Primeira Guerra Mundial. Segundo o historiador de arte, a pintora entretanto naturalizada francesa levava o bastante da memória portuguesa (os azulejos da Lisboa oitocentista, que França considera determinantes na sua pintura), sem que os “académicos”, “tristes” e “ridículos” anos 20 a afectassem, referindo Paris como o lugar mais adequado para um percurso artístico moderno e de sucesso.

O “lirismo” de José-Augusto França era, pois, um conceito vindo da cena artística parisiense, que por sua vez procurava afirmar-se no contexto artístico internacional no momento em que os Estados Unidos da América procuravam uma posição hegemónica em todas as áreas.

A adopção do termo “lirico” aplica a uma arte visual um conceito que diz respeito a uma forma poética de que Portugal teve notáveis exemplos. Por um lado, é um termo que imperou na poesia romântica do século XIX, tendo sido fortemente criticado e esforçadamente abandonado por vários poetas do século XX que tentaram instaurar uma poesia moderna⁵⁸, por outro na pintura, o termo é adoptado com uma função modernizante. No contexto em que José-Augusto França o aplica, poder-se-ia entender o uso do termo “lirico” como uma tentativa de concentrar nessa pintura “abstracta” a resolução nostálgica dos desfalecimentos e atrasos do passado da arte portuguesa que o historiador de arte fora diagnosticando. Uma resolução para ele inequivocamente bem sucedida, pois vinha, não de dentro do país, mas da capital francesa. O “abstraccionismo lírico” aliviaria esse peso do passado ao mostrar-se, para França, plenamente a par do seu tempo, plenamente de Paris.

Mas a designação “abstraccionismo lírico”, por se associar à poesia, pode ainda ser entendida em função de uma eventual componente pedagógica de explicação do abstracto — se se aceita que a poesia pode ser expressiva tendo porém uma linguagem abstracta (as letras, as palavras), então a associação da pintura não figurativa à expressão poética poderia ajudar a que a abstracção fosse compreendida e aceite, numa altura em que a reacção neo-realista, pró-figurativa, era feroz. No catálogo da exposição de arte abstracta que organiza na sua Galeria de Março em 1953, distinguia o abstraccionismo que vinha do surrealismo: um “movimento para o imaginário” que “fala poesia”⁵⁹. A poesia era posta, por França, em relação com a abstracção e a abstracção era vista, por seu turno, como o resultado de uma “evolução” do surrealismo,

58 Por exemplo, Ezra Pound. Cf. José Lino Grünewald, “[Introdução:] Ezra Pound: uma dialéctica das formas” e “Biografia,” in *Os Cantos*, de Ezra Pound, intr. e trad. de José Lino Grünewald (Lisboa: Assírio & Alvim, 2005), 7-16.

59 Citado in França, *A Arte em Portugal no Século XX*, 413.

como se constata no catálogo da Galeria de Março de 1953, movimento que sempre esteve ligado à escrita e à mistura entre escrita e imagem. A forte componente poética do surrealismo justificava e defendia a “evolução” para uma pintura tão abstracta quanto a poesia.

Já o modo como esse conceito foi usado por gerações seguintes de historiadores de arte portugueses altera-se, misturando quer a referência à “abstracção lírica” defendida por França, quer uma alusão geral à forma poética “lírica”. A referência a “lirismo” nas artes visuais portuguesas feita nos volumes da História da Arte dirigida por Dalila Rodrigues de que atrás dei exemplo (mas também noutros trabalhos historiográficos) surge sem qualquer explicação, como se o termo fosse um dado adquirido. A sua repetição a propósito de momentos e propostas artísticas díspares (tanto de arte abstracta como figurativa, tanto de pintura como de outros suportes) não parece trazer clarificação sobre esses momentos e propostas, antes juntando-os numa amálgama difusa que associa identidade artística nacional e poesia⁶⁰, longe do contexto e das razões iniciais de José-Augusto França quando falara em “abstraccionismo lírico”.

Esses usos parecem, em última análise, ser resquícios do estereótipo de “Portugal como país de poetas” consolidado por António Ferro no seu esforço de construção de uma imagem identitária do país à custa da mistura de tradição e arte moderna. Essa construção, como demonstrou Vera Marques Alves, procurava afirmar a originalidade nacional à custa da naturalização — isto é, da fabricação de um lugar comum — da ideia de que Portugal seria um país “lírico”, “bucólico”, onde todos respirariam poesia, até os camponeses e populares, e por isso o lirismo seria marca distintiva, simultaneamente antiga e actual, do temperamento português⁶¹.

60 Por exemplo, no final do livro sobre Modernismo que assina, João Pinharanda interroga: “De que modo os diferentes tipos de relações estabelecidas entre as artes plásticas e as sensibilidades que a literatura portuguesa melhor exprime, como sejam os valores do lirismo, continuam a determinar as capacidades de renovação individual e geracional ou a conduzir à renovação do gosto?”, Pinharanda, *O Modernismo I*, 135.

61 Cf. Alves, *Arte Popular e Nação no Estado Novo*, 257 e ss. António Ferro usa a expressão «Portugal é um país de poetas» numa entrevista a Frédéric Lefèvre de 1934 para a publicação *Nouvelles Littéraires*, citada por Vera Marques Alves (ibid., 255).

CONCLUSÃO

José-Augusto França, conjugando o papel de crítico e de historiador, procurava a formação do gosto com base em modelos de civilização que implicavam vivências sociais para lá do campo exclusivo da pintura, isto é, passavam pela identificação e enumeração de elementos do contexto social da produção artística, e identificava como centro do bom gosto e modelo de civilização por excelência a cidade de Paris. Esse modelo visava também a afirmação de um discurso com pretensões científicas, neutras, rigorosas em luta pela modernização artística e por uma ideia de cultura cosmopolita em reacção ao fechamento do país e em reacção a práticas historiográficas anteriores. No modelo metodológico de França persistem a preocupação inventariante e biográfica, mesmo que o foco do trabalho de compilação se desloque para os factos socioculturais em torno dos artistas e das suas obras, o “contexto”. Não se pode deixar de ver a tentativa de construir um lugar de crítico/historiador formador de consciência artística contrária à formação do gosto que fazia parte do programa político do Estado Novo por intermédio de António Ferro, assente em valores identitários nacionalistas.

José-Augusto França procurava também afirmar que os movimentos de que foi protagonista — surrealismo e abstraccionismo — seriam a via da modernização e o seu trabalho de historiador consolida a justificação da defesa desses momentos como os mais modernos, no sentido de serem os mais capazes de civilizar.

A História da Arte feita por José-Augusto França constitui um património de conhecimento precioso, que, não obstante, não pode deixar de ser visto em função da época em que foi escrito e da concepção de História que o condicionou, bem como os objectivos culturais, artísticos e políticos que a enformaram, a uma distância que é hoje possível ter. A relevância do discurso de José-Augusto França é a razão que o pode tornar hoje, ele próprio, objecto da História da Arte. E enquanto objecto da História da Arte, é possível nele identificar o que Peter Osborne analisa no livro *The Politics of Time*: uma concepção de História empírica e crente na possibilidade de um método histórico objectivo que permite conhecer o passado “tal qual ele foi”, portanto uma concep-

ção de que o passado é um tempo fechado, cujos dados o historiador, num papel científico neutro, tem a possibilidade de resgatar⁶².

Em historiografia da arte do século XX mais recente, como os exemplos aqui dados, sobrevivem terminologias, cronologias, levantamentos feitos por José-Augusto França, não se chegando a aplicar a sua metodologia, mas aproveitando-a por via da utilização do seu trabalho como fonte. Persistem questões identitárias, e a descrição ou a classificação valorativa são feitas à custa do uso de termos aplicados de forma pouco precisa. Nos exemplos dados, mantêm-se, pois, as premissas historiográficas que remontam ao século XIX, embora a tendência, para os estudos do século XX, seja a de considerar pejorativo o “modo de ser português”, que no entanto fica sempre por caracterizar. Sobre essa matéria, caberia talvez antes perguntar, depois de tantos autores terem contribuído para a desconstrução das ordens dos discursos de cada época, como pode alguma vez ter existido na arte europeia alguma originalidade nacional se desde há séculos é feita de deslocações e migrações e absorções e misturas várias entre centros e periferias e em ambos os sentidos. Ou, para épocas menos recuadas, se as questões de identidade nacional eram preocupação dos artistas quando fizeram as suas obras, o que entenderiam por “arte portuguesa” ou “ser português”, o que levou os autores, artistas ou historiadores a preocuparem-se em determinado momento com uma originalidade artística nacional, que diferentes razões enformam essa preocupação. Caberia uma recusa das “máquinas identitárias” (que, se grassaram no século XX, também geraram pensamento que lhes resistiu) e das ideias feitas essencialistas que se repetem inquestionadas autor após autor, lembrando, com Silvina Rodrigues Lopes, que “o que sustenta a repetição de ideias feitas é a elisão da política”⁶³. Caberia finalmente acautelar o discurso que constantemente avaliza atrasos e progressos artísticos, quando há um extenso pensamento desenvolvido ao longo do século XX que desmonta

62 Peter Osborne, *The Politics of Time* (Londres; Nova Iorque: Verso, 1995), 138 e ss. Essa é a análise que faz do historicismo protagonizado pela Escola Alemã (Ranke, Droysen), diferente do de Hegel, porque o historicismo de Hegel historiciza a verdade em nome de um conhecimento histórico absoluto assente na transcendentalização do tempo.

63 Lopes, “Portugal sem destino,” 236.

a ideia de tempo histórico linear⁶⁴ e várias propostas artísticas que contribuíram para questionar a elitização da arte e do artista⁶⁵.

Como toda a História, a História da Arte também é uma construção, uma ficção exigida pelo pensamento para criar “estruturas inteligíveis”⁶⁶ e que se faz no campo da linguagem — é ela que cria relações entre as coisas. Não sendo neutra, essa ficção também não é uma mentira⁶⁷. Se a narrativa histórica é sempre construção, hoje seria talvez desejável observar nas narrativas passadas a forma como a tradição histórica ocidental as foi construindo para criar uma imagem de si mesma. E também analisar o que é que isso implicou deixar de fora para que essa imagem fosse coerente e servisse a ficção desejada⁶⁸. Isso não significa que os elementos das narrativas sejam falsos, ou que a narrativa em si seja falsa, significa que foi ordenada segundo pré-conceitos e ordens do contexto histórico em que foi escrita. Quaisquer factos são objectos de escolha e recolha do historiador, bem como “as vozes da época” que se quer replicar são seleccionadas e citadas numa “estrutura inteligível” construída pelo historiador. A distância crítica na História da Arte permite estar atento aos mecanismos dessa construção em narrativas passadas, notar que elementos foram reprimidos ou minorizados, que descontinuidades e rupturas foram disfarçadas para que valesse uma determinada imagem histórica. E permite, nas

64 Veja-se a esse respeito Peter Osborne na obra citada *The Politics of Time* ou os vários trabalhos de Georges Didi-Huberman.

65 Com o exemplo óbvio de Marcel Duchamp, mas também trabalhos como o de Kurt Schwitters e mais tarde grupos como o Fluxus ou propostas conceptuais, entre vários outros.

66 O termo vem de Jacques Rancière, *Estética e Política. A Partilha do Sensível*, trad. Vanessa Brito (Porto: Dafne Editora, [2000] 2010), 42: “Fingir não é fabricar ilusões, mas elaborar estruturas inteligíveis”. O regime estético das artes pensado por este autor “identifica a arte no singular, dissociando-a de qualquer regra específica, de qualquer hierarquia dos temas, dos géneros e das artes” (ibid., 25) o que impede de considerar as maneiras de fazer da arte enquanto distintas de outras maneiras de fazer. O regime estético das artes é uma proposta que nasce da multiplicação de discursos e de correntes históricas anti-historicistas. No regime estético, o testemunho e a ficção pertencem ao mesmo regime de sentido. O verdadeiro existe em vestígios e rastos e a ficção elabora estruturas de inteligibilidade: “O real deve ser ficcionado para ser pensado. [...] O homem é um animal político porque é um animal literário, que foge ao seu destino «natural» por se deixar desencaminhar pelo poder das palavras” (ibid., 45).

67 A frase é de Terry Eagleton: “But that fiction is not a *lie*” Cf. Terry Eagleton, *Walter Benjamin or Towards a Revolutionary Criticism* (Londres; Nova Iorque: Verso, [1981] 2009), 72.

68 Cf. Ibid.

construções de estruturas inteligíveis feitas no presente, uma atenção a essas mesmas omissões, cuja previsão de colmatar pode sempre estar no horizonte desde que não se contemple a fixação das narrativas enquanto verdades históricas definitivas.

Poder-se-á então perguntar a cada novo objecto historiográfico, o que pode nele ser estudado, sem metodologia *a priori*⁶⁹, pois “o conhecimento, a criação artística, a política não obedecem a uma teleologia, como tal nunca são inteiramente previsíveis”⁷⁰.

69 Cf. T. J. Clark, “The Conditions of Artistic Creation,” *Times Literary Supplement*, 24 de Maio de 1974.

70 Lopes, “Portugal sem destino,” 238.

BIBLIOGRAFIA

- Almeida, Bernardo Pinto de. *Pintura Portuguesa do Século XX*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1993.
- Almeida, Bernardo Pinto de. *O Modernismo II*. Vol. 19 de *A Arte Portuguesa — Da Pré-História ao Século XX*, organização de Dalila Rodrigues. Vila Nova de Gaia: Fubu Editores, 2009.
- Alves, Vera Marques. *Arte Popular e Nação no Estado. A Política Folclorista do Secretariado de Propaganda Nacional*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2013.
- Barreiros, Maria Helena Barreiros, e José Luís Porfírio. *Da Expressão Romântica à Estética Naturalista*. Vol. 15 de *A Arte Portuguesa — da pré-história ao século XX*, organização de Dalila Rodrigues. Vila Nova de Gaia: Fubu Editores, 2009.
- Clark, T. J. “The Conditions of Artistic Creation.” *Times Literary Supplement*, 24 de Maio de 1974.
- Crua, Catarina. “Revistas Córneo: Modernidade e Discurso Crítico na Cultura Portuguesa da Primeira Metade do Século XX.” Dissertação de Mestrado em Ciências da Comunicação: Comunicação e Artes. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2011.
- Eagleton, Terry. *Walter Benjamin or Towards a Revolutionary Criticism*. Londres; Nova Iorque: Verso, [1981] 2009.
- França, José-Augusto. *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*. Lisboa: Bertrand Editora, [1965] 1977.
- França, José-Augusto. “Presença e actualidade de Vieira da Silva.” *Colóquio Artes* 12 (Fevereiro 1961): 30-33.
- França, José-Augusto. “Vieira da Silva e a cultura portuguesa.” *Colóquio Artes* 58 (Abril 1970): 6-17.
- França, José-Augusto. *O Romantismo em Portugal*. 6 vols. Lisboa: Livros Horizonte, 1974.
- França, José-Augusto. *A Arte em Portugal no Século XIX*. 2 vols. Lisboa: Bertrand Editora, [1967] 1990.
- França, José-Augusto. *A Arte em Portugal no Século XX*. Lisboa: Bertrand Editora, [1974] 1991.
- França, José-Augusto. *Os Anos Vinte em Portugal. Estudo de Factos Sócio-Culturais*. Lisboa: Presença, 1992.
- França, José-Augusto. *(In)definições de Cultura. Textos de Cultura e História, Artes e Letras*. Lisboa: Presença, 1997.
- França, José-Augusto. *Lisboa: História Física e Moral*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008.
- Gil, José. *Portugal Hoje, O Medo de Existir*. Lisboa: Relógio d’Água, 2004.
- Gonçalves, António Manuel. “Historiografia de Arte em Portugal,” separata, *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra* XXV (1960).
- Gonçalves, Rui Mário. *Pioneiros da Modernidade*. Vol. 12 de *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, 1988.
- Gonçalves, Rui Mário. *O que há de Português na Arte Moderna Portuguesa*. Lisboa: Palácio Foz, 1998. Catálogo de exposição.
- Grünnewald, José Lino. “Ezra Pound: uma dialéctica das formas.” Introdução a *Os Cantos*, de Ezra Pound, 7-16. Tradução e Introdução de José Lino Grünnewald. Lisboa: Assírio & Alvim, 2005.
- Guilbaut, Serge. *How New York Stole the Idea of Modern Art. Abstract Expressionism, Freedom, and the Cold War*. Chicago; Londres: The University of Chicago Press, 1983.
- Leal, Joana Cunha. “Legitimação artística e patrimonial da Baixa Pombalina.” *Monumentos: Revista Semestral de Edifícios e Monumentos* 21 (Setembro 2004): 6-17.

Leal, Joana Cunha. “‘Sintomas de «regionalismo crítico’: sobre o ‘decorativismo’ na pintura de Amadeo de Souza-Cardoso”.. *Arbor: Ciencia, Pensamiento y Cultura* 190, n.º 766 (2014): a113. doi: 10.3989/arbor.2014.766n2005.

Lopes, Silvina Rodrigues. “Resistir às Máquinas Identitárias”. In “A Fuga”, editado por Silvina Rodrigues Lopes, Luís Henriques, e Mariana Pinto dos Santos, *Intervalo* 3 (2007): 54-86.

Lopes, Silvina Rodrigues. “Portugal sem destino.” In *Como se Faz um Povo*, coordenação de José Neves, 227-239 Lisboa. Tinta-da-China, 2010.

Osborne, Peter. *Politics of Time*. Londres; Nova Iorque: Verso, 1995.

Pereira, Paulo, ed. *História da Arte Portuguesa*. Vol. III. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995.

Pinharanda, João. *O Modernismo I*. Vol. 18 de *A Arte Portuguesa — Da Pré-História ao Século XX*, organização de Dalila Rodrigues. Vila Nova de Gaia: Fubu Editores, 2009.

Pinharanda, João. “Vamos ver o povo...” In *Como se Faz um Povo*, coordenação de José Neves, 385-399. Lisboa: Tinta-da-China, 2010.

Pound, Ezra. *Os Cantos*. Tradução e Introdução de José Lino Grünwald. Lisboa: Assírio & Alvim, 2005.

Ragon, Michel. “France 1940-1970.” In *L’Art abstrait, 1939-1970*, editado por Michel Seuphor e Michel Ragon, vol. 3. Paris: Maeght Éditeur, 1973.

Rancière, Jacques. *Estética e Política. A Partilha do Sensível*. Tradução de Vanessa Brito. Porto: Dafne Editora, [2000] 2010.

Rodrigues, Dalila, org. *A Arte Portuguesa — Da Pré-História ao Século XX*. 20 vols. Vila Nova de Gaia: Fubu Editores, 2009.

Rosmaninho, Nuno. “A Historiografia Artística Portuguesa. De Raczyński ao Dealbar do Estado Novo. 1846-1935.” Dissertação de Mestrado em História Contemporânea de Portugal. Faculdade de Letras de Coimbra, 1993.

Rosmaninho, Nuno. “Nacionalidade e nacionalismo na historiografia artística portuguesa (1846-1935).” *Revista Vértice*, 2a. ser., 61 (Julho/Agosto 1994): 17-30.

Rosmaninho, Nuno. “Estratégia e Metodologia na Historiografia Artística Portuguesa (1846-1935),” separata, *Revista da Universidade de Aveiro. Letras* 14 (1997): 71-92.

Salgueiro, Ana Rita. “‘A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)’ José-Augusto França e a Perspectiva Sociológica.” Dissertação de Mestrado em História da Arte. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2012.

Santos, Mariana Pinto dos. *Vanguarda & Outras Loas. Percurso Teórico de Ernesto de Sousa*. Lisboa: Assírio & Alvim, 2007.

Saunders, Frances Stonor. “Modern Art was CIA ‘weapon’.” *The Independent*, 22 de Outubro de 1995.

Sena, António. *História da Imagem Fotográfica em Portugal – 1839-1997*. Porto: Porto Editora, 1998.

Serrão, Vítor. *A Pintura Maneirista e Proto-Barroca*. Vol. 11 de *A Arte Portuguesa — da Pré-História ao Século XX*, organização de Dalila Rodrigues. Vila Nova de Gaia: Fubu Editores, 2009.

Vallier, Dora. *A Arte Abstracta*. Tradução de João Marques Lima. Lisboa: Edições 70, 1980.

Referência para citação:

Santos, Mariana Pinto dos. “O legado de José-Augusto França na escrita da História da Arte em Portugal: caracterização crítica do cânone e de exemplos da sua persistência.” *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* 1, n.º 1 (2015): 61-87.

Mikko Toivanen

Rethinking historical comparisons - global history and the narrative of Chinese failure

A notable trend in historiography in the new millennium has been the emergence of the subfield of global history – a wide and occasionally disparate yet resilient movement committed to a conceptualisation of the historical world and historical processes as fundamentally interconnected and global, challenging conventional, Eurocentric historiographies. This paper examines the effect of two influential works of global history – *The Great Divergence* (2000) by Kenneth Pomeranz and *On Their Own Terms* (2005) by Benjamin Elman – on a conventional historical narrative of Chinese failure and European triumph in the early modern period. These evidently very different works of historical research are analysed to uncover some of the core ideas shared by most authors working on global history, and the challenge to historical comparisons they entail. This case study is then used to reflect more widely on the weaknesses of conventional forms of comparative history, and on the particular benefits and advancements that the global history family of approaches may bring to the field if used properly.

Keywords: Comparative History, Global History, China, Kenneth Pomeranz and Benjamin Elman.

Repensar comparações históricas - história global e a narrativa do fracasso chinês

Uma tendência importante no novo milênio tem sido a emergência do subcampo da história global – um movimento amplo e por vezes contrastante mas ainda assim resiliente, comprometido com uma conceitualização do mundo histórico e dos processos históricos como fundamentalmente interligados e globais, desafiando as historiografias convencionais, eurocêntricas. Este artigo examina o efeito de dois influentes trabalhos de história global – *The Great Divergence* (2000) de Kenneth Pomeranz e *On Their Own Terms* (2005) de Benjamin Elman – sobre uma narrativa histórica convencional do fracasso chinês e do triunfo europeu na Idade Moderna. Estas obras historiográficas, evidentemente muito diferentes, serão analisadas para revelar algumas das ideias centrais partilhadas pela maioria dos autores que trabalham sobre história global, e o desafio de fazer comparações históricas que estas envolvem. Este estudo de caso será então usado para refletir de uma forma mais ampla sobre as fraquezas das formas convencionais da história comparada, e sobre os benefícios e avanços particulares que as abordagens da história global podem trazer para o campo, se usadas da forma certa. Palavras-chave: História Comparada, História Global, China, Kenneth Pomeranz e Benjamin Elman.

Rethinking historical comparisons - global history and the narrative of Chinese failure

Mikko Toivanen*

INTRODUCTION

Comparative history has a long pedigree. The act of comparing is such a basic human impulse that comparisons between societies are presumably as old as societies themselves. More specifically, in the period of professionalised history, a comparative method was already proposed by John Stuart Mill in the late nineteenth century, and the work of Marc Bloch in the interwar period is recognised by many as launching the comparative project in earnest.¹ Yet so far the field has not quite shaken off its growing pains and the debate around the proper ways of comparing, or indeed on whether it is in a historian's remit to compare at all, has continued to this day. This paper does not attempt to address all the debates surrounding comparative history, but rather it focuses on one recent development of particular interest: global history. This is perhaps currently the most settled moniker – others include but are not limited to “world history” and “transnational history” – for the widely recognised trend in the new millennium toward more inclusive, connective and non-national histories.² This emergence has had

* MA in Colonial and Global History at Leiden University [m.s.toivanen@umail.leidenuniv.nl].

1 A. A. van den Braembussche, “Historical Explanation and Comparative Method: Toward a Theory of the History of Society,” *History and Theory* 28, no. 1 (1989): 10; Stefan Berger, “Comparative History,” in *Writing History: Theory and Practice*, ed. Stefan Berger, Heiko Feldner e Kevin Passmore (Londres: Bloomsbury, 2003), 161.

2 C. A. Bayly et al., “AHR Conversation: On Transnational History,” *The American Historical Review*, 111, no. 5 (2006): 1441-42; Jürgen Kocka, “Comparison and Beyond,” *History and Theory*, 42, no. 1 (2003): 42.

important consequences for a particular category of historical comparisons, i.e. those between European and non-European entities. Global historians have sought to correct what they perceive as a fundamental Eurocentric bias in such comparisons, and to remind would-be comparativists of the complexity of global historical processes that resists being shunted into abstracted units of comparison.

As a case study, this paper examines how two works of global history have challenged and reinterpreted the so-called ‘failure narrative’ of Chinese history. The works in question are Kenneth Pomeranz’s *The Great Divergence* (2000) and Benjamin Elman’s *On Their Own Terms* (2005) – both have become influential landmark studies in their respective fields. Pomeranz, in particular, has become something of a leading figure for the wider global history movement, dedicating his recent AHR presidential address to a discussion of the trend.³ Focusing on economic development and scientific progress, respectively, Pomeranz and Elman challenge conventional interpretations of Chinese history as a foil to European progress. It should be noted that these works are very different in scope and style: Pomeranz makes an economic argument on a grand, global scale, whereas Elman’s focus is intellectual culture in its specific, Chinese setting. It has been noted that what binds global history into a coherent movement is a “way of seeing”, rather than a particular set of questions or methodologies.⁴ It is precisely this way of seeing, a commitment to a conceptualisation of the early modern world as a globally interconnected historical sphere, that provides the common ground between the two works here. Both address in their own ways a global development – the relative rise of European powers vis-à-vis China in the early modern period – in a self-consciously global framework. Elman sets out to reconsider “the alleged failed history of science in China and the alleged victorious history of science in Europe and Japan”, both of which are for him “pieces of a larger, yet unwritten

3 Kenneth Pomeranz, “Histories for a Less National Age,” *The American Historical Review*, 119, no. 1 (2014): 1-22.

4 Bayly et al, “On Transnational History,” 1454.

global narrative of science on the planet”.⁵ Similarly Pomeranz uses his introduction to underline his “global approach” to reconsider what have Eurocentrically been considered the “failures” of the rest of the world to emulate Europe.⁶ The two authors, then, illustrate well the sheer variety and breadth of the global history family of approaches, while clearly addressing similar questions with a similar programme in mind.

The analysis in this paper is set out so that the first section introduces the “failure narrative” of Chinese history in more depth, and suggests why it ought to be considered an example of historical comparisons done badly; the specific critiques made by Pomeranz, Elman and likeminded scholars are also laid out and discussed in detail. The second section will then proceed to a side-by-side analysis of the two works, examining how they attempt to avoid those very same problems of historical comparison and whether they are successful in doing so. The third and final section will then argue that these two works, although in many ways employing very different approaches, can be taken together as mounting a coherent challenge – under the wider banner of global history – to conventional ways of writing comparative history. It is also argued that regardless of the critical attitude adopted toward comparative history, the approaches developed by Pomeranz and Elman should rightly be seen as part of a new, improved method of comparative history rather than something else altogether, and that comparison continues to be a valuable tool for historians provided it is used with appropriate care.

THE FAILURE NARRATIVE AND ITS CRITICS

What is here called – using Elman’s term – the failure narrative of Chinese history is a prominent example of the kinds of questions comparative history has been employed to answer. The underlying question of most work in this vein is: “why did Europe develop while others did not?” or more specifically “why did China fail to keep up with Europe (or Britain

⁵ Benjamin A. Elman, *On Their Own Terms. Science in China, 1550-1900* (Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2005), 420.

⁶ Kenneth Pomeranz, *The Great Divergence. China, Europe and the Making of the World Economy* (Princeton: Princeton University Press, 2000), 4-9.

etc.)?” Thus the point of departure is an observed historical disparity, whereby sometime in the early modern period Europe took on a dominant role in the world whereas China, regardless of its previous wealth and might, regressed. Comparison of the two cases is then conducted in order to find the particular reasons for Chinese failure or European success, be it in the field of economics, military power, innovation or diplomacy. A representative work is Joel Mokyr’s *The Lever of Riches* (1990), a work that compares European and Chinese science, working with the assumption that economic growth follows scientific innovation, and finds that the development of China was hampered by a bureaucratic mindset among officials alongside a conservative, negative attitude toward change more widely.⁷ More recently, a similar argument of European scientific and economic superiority has been put forward by Niall Ferguson in his *Civilization: The West and the Rest* (2011), although here the focus is not specifically on China.⁸ The idea that European societies have somehow been better suited to modernity or progress has long roots, however; in relation to China it already appeared in the eighteenth century in the writings of the Jesuit Louis Le Comte, who claimed the Chinese were incapable of comprehending European science.⁹ This line of argument has been attacked by proponents of global history, and these critiques can be linked to the wider debate on the tenability of comparative history. Three criticisms are of particular interest here: firstly, that comparative works tend to abstract and simplify complex issues; secondly, that they are asymmetrical; and thirdly, particularly in the case of comparisons that encompass non-European societies, that they are excessively Eurocentric.

The first criticism has its roots in the context in which comparative history was developed in the post-war period. As Heinz-Gerhard Haupt has noted, it was a method primarily used and applied by historical sociologists, and came to be associated specifically with

7 Joel Mokyr, *The Lever of Riches: Technological Creativity and Economic Progress* (Oxford: Oxford University Press, 1990), 236-237.

8 Niall Ferguson, *Civilization: The West and the Rest* (London: Penguin, 2011).

9 Louis Le Comte, *Memoirs and Remarks Made in Above Ten Years Travels Through the Empire of China* (London: J. Hughs, 1737), 213.

historical sociology.¹⁰ Sociological methods in historical research have, however, proved controversial due to their tendency to abstract and generalise. The most famous example is the so-called deductive-nomological model developed by C.G. Hempel which sought to make the discovery of universally applicable historical laws the principle aim of historical research.¹¹ This view has been unacceptable to many historians because it requires the selective reduction of complex cases into abstracted, streamlined models and loses sight of the uniqueness of specific contexts.¹² Indeed, long before global history became fashionable, the cultural turn had made such sociological models unpopular. The problem with comparative history, sociologically conceived, is that it takes on the guise of “hypothesis testing”, meaning that a comparison of a range of cases is seen as a means to prove or disprove a general historical law, sacrificing detailed context-specific understanding.¹³ Even when comparativists are not explicitly seeking laws, the very nature of comparisons requires that unique contexts are treated as comparable units. In a particularly egregious case, Ferguson’s intentionally provocative wording “the West and the Rest” seems to imply that all of the non-European world can be neatly encapsulated in one unit. In the case of the failure narrative of Chinese history, a frequent critique has been that comparativists apply a simplified, supposedly universal model of modernity or development to the case of China without trying to appreciate the specific Chinese context and questioning whether those models are applicable to China in the first place.¹⁴

A second line of criticism attacks the asymmetry of comparisons. A work of comparative history is asymmetrical, according to Jürgen Kocka, when it provides merely a “brief sketch of the history of an-

10 Heinz-Gerhardt Haupt, “Comparative History – A Contested Method,” *Historisk Tidskrift (Sweden)* 127, no. 4 (2007): 698.

11 Carl G. Hempel, “The Function of General Laws in History,” *The Journal of Philosophy* 39, no. 2 (1942): 35.

12 Kocka, “Comparison and Beyond,” 41.

13 Braembussche, “Historical Explanation and Comparative Method,” 11.

14 Benjamin A. Elman, “New Directions in the History of Modern Science in China: Global Science and Comparative History,” *Isis* 98, no.3 (2007): 522.

other country” as a foil for the primary case “... in which one is really interested.”¹⁵ A work like this does not amount to a balanced comparison, as the other case is nothing more than an instrument for explaining a particular feature of the primary case. Many global historians and likeminded scholars have levelled this exact charge against the failure narrative of Chinese history, claiming – in the words of R. Bin Wong – that its proponents are primarily “interested in what makes Western Europe and England in particular special”.¹⁶ The danger is apparent in the original question: the failure of China, in whatever field, only makes sense – explicitly or implicitly – relative to a European success, so the Chinese experience becomes subsumed by the European narrative. This methodological tendency is reinforced by the practical problem that many proponents of the failure narrative have tended not only to be European or American, but also to lack expertise in Chinese history and society. This is then reflected in a lack of appropriate language skills and lack of awareness of the kinds of records and evidence available.¹⁷ More generally, when an author is only an expert in one of the compared cases, there is often a need to cover the gap with extensive use of secondary sources, as noted by A. A. van den Braembussche.¹⁸ This by itself can distort the analysis, especially since critical use of secondary sources is much more difficult in a field one is unfamiliar with.

Asymmetry can, however, be a methodological necessity, and Kocka has argued that there is value in asymmetrical comparisons when care is taken to avoid excessive distortions: he notes especially the ability of comparisons to open up new questions and ways of thinking about familiar topics.¹⁹ This kind of asymmetrical comparison cannot, however, be used to argue something substantial about the other, secondary case that has been stylised into a sketch. In such a case, asymmetry would become not a pragmatic necessity but an ideological bias. Eurocentrism

15 Jürgen Kocka, “Asymmetrical Historical Comparison: The Case of the German Sonderweg,” *History and Theory* 38, no. 1 (1999): 49.

16 R. Bin Wong, “Beyond Sinocentrism and Eurocentrism,” *Science & Society* 67, no. 2 (2003): 173.

17 Elman, “New Directions,” 520.

18 Braembussche, “Historical Explanation and Comparative Method,” 22.

19 Kocka, “Asymmetrical Historical Comparison,” 49.

– our third general critique – is one of the forms that bias may take when one of the compared cases is a non-European society or culture. For example, in the case of the failure narrative, asymmetry – a systematic bias in favour of Europe – is not justified as the comparison seeks to explain something substantial about Chinese history – why did China not develop? – and not merely to reflect on European development. Eurocentrism, for the purposes of this essay, is therefore understood as a form of asymmetry that is not justified by practical or methodological concerns, but rather hints at ideological preconceptions of European primacy.

These wider critiques of abstraction, asymmetry and Eurocentrism reflect the more specific ones made by Pomeranz and Elman. Pomeranz, elaborating on the dangers of abstraction, pays particular attention to what he sees as the inappropriate choice of units of comparison in comparative histories of European and Chinese economic development. In particular, he argues that comparative studies often take exceptional cases like Britain or the Netherlands to represent the Western world, and then compare these to a Chinese average on the basis that both are leading nation states in their respective spheres. However, as Pomeranz points out, due to the sheer size of China, to make meaningful comparisons one must either also include the less developed parts of Europe, or preferably – to restrict the scope of the comparison to a manageable level – compare only the most developed parts of China, like the Yangzi delta, to the most developed nations in Europe.²⁰ Pomeranz also makes another point that links into the wider critique of sociological methodology in history: he notes that conventional comparisons often assume that the cases under consideration are “essentially separate worlds”, whereas he argues that Europe and China in the early modern period were not only connected but also mutually affected by wider global conjunctures, especially the discovery of, and trade in, New World resources.²¹ It would therefore be a mistake to consider them as analytically separate units.

²⁰ Pomeranz, *The Great Divergence*, 7.

²¹ Pomeranz, *The Great Divergence*, 4, 161.

Elman's critique touches upon both the problem of abstraction and the issue of asymmetry. He seeks to show that Western historiography has tended to underestimate Chinese science and intellectual development due to its failure to see Chinese culture in its proper framework, and that "[t]he Chinese construction of modern science, medicine, and technology *on their own terms* is a remarkable achievement".²² *On Their Own Terms*, the title of his work, highlights the way Elman focuses on the use of proper terminology and the systems of thought that were native to the Chinese, thus correcting the asymmetry – and Eurocentrism – that occurs when experts on Western society attempt to force Chinese history into preconceived models. Characteristically, he starts his introduction with a section titled 'Finding the Correct Conceptual Grid' wherein he explains, among other things, how Chinese scientific classifications differed from European ones and how they were affected by the wider Chinese culture.²³ It is precisely these kinds of subtleties that are lost by the abstracting ethos of sociological comparisons, which looks for universal phenomena but disregards the possibility that such phenomena may have different meanings in different contexts.

POMERANZ AND ELMAN: GLOBAL AND LOCAL APPROACHES

The Great Divergence and *On Their Own Terms* are not merely critiques of conventional historical comparisons, but rather constructive contributions that also seek to correct the mistakes of the failure narrative. It is therefore interesting to see to what extent they succeed in this mission, and to what extent they provide models for overcoming the weaknesses of comparative history more widely. The works can be seen as emerging from separate wider historiographical trends: Pomeranz explicitly acknowledges the authors who have influenced his approach, most importantly R. Bin Wong and Charles Tilly, the latter in particular an important figure in the theory of comparative history.²⁴

²² Elman, *On Their Own Terms*, 420 [cursive added].

²³ Elman, *On Their Own Terms*, 4.

²⁴ Pomeranz, *The Great Divergence*, 7, 10.

Elman, on the other hand, represents a kind of post-colonialist and post-structuralist trend that emphasises the uniqueness of particular historical and cultural contexts and discourages generalising comparisons. It follows that Pomeranz and Elman construct their arguments in different ways, but they agree in considering the failure narrative a result of unsatisfactory comparative historical methodology. Four elements of their arguments are of particular interest to understanding the model these works offer in its place: the choice of units and frameworks; how they address the issue of asymmetry; the role of explicit and implicit comparisons; and finally, the analysis of historical connections.

Pomeranz's solution to the problem of proper choice of units of comparison is twofold. As already mentioned, he emphasises the need to carefully choose units of comparative size and nature, e.g. the Yangzi Delta and the Netherlands as thriving commercial centres of roughly equal population. Moreover, he also takes care not to reduce Europe to its most wealthy parts by also discussing areas like the Baltic.²⁵ The other solution is to use what Charles Tilly has termed encompassing comparisons, i.e. comparisons where the cases are not analytically separate but parts of the same whole.²⁶ Indeed, Tilly's work on large-scale history is recognised as an important inspiration for current global history.²⁷ For Pomeranz, Europe and China are parts of a shared "integrative or global framework".²⁸ This means that historical outcomes may be determined not by internal features of the cases but by their position in the global system. For instance, in Pomeranz's analysis the profitability of European colonies was not simply due to the discovery of silver in those colonies but also due to the position of the European powers in a world economy where Chinese demand for silver made it a highly profitable commodity. Consequently, a global approach also means that the question of development cannot be represented as a dichotomy of Eu-

²⁵ Pomeranz, *The Great Divergence*, 34.

²⁶ Charles Tilly, *Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons* (Nova Iorque: Russel Sage Foundation, 1984), 125.

²⁷ Sebouh Aslanian et al, "AHR Conversation: How Size Matters: The Question of Scale in History," *The American Historical Review* 118, no. 5 (2013): 1434.

²⁸ Pomeranz, *The Great Divergence*, 4.

ropean success versus Chinese failure: China could not have developed like Europe by behaving as it did, or vice versa, due to the different positions they held in the system that constrained their development and opportunities. In this way the global integrative approach strips the comparison of at least some of its Eurocentric value-laden nature.

For Elman, the choice of units is far simpler, as he is quite explicitly interested in writing a history of Chinese science. *On Their Own Terms* is not overtly comparative, but it does get its point of departure from the conventional comparative history that it challenges, seeking to redress the influence of overtly Eurocentric comparisons as the first step toward a truly “global narrative” of the history of science. Elman’s framework is therefore mostly restricted to China, but it is worth pointing out that he, like Pomeranz, considers his case as fundamentally open-ended. The China Elman describes is one in constant, dynamic interaction with the wider world; indeed, Elman devotes one entire chapter out of five to examining the encounter between Western Jesuits and Chinese intellectuals and its ramifications. It is precisely this emphasis on the significance of the wider world which brings together Pomeranz and Elman, and allows them to be seen as part of a wider historiographical trend, global history, although as two distinct strands, the former focusing more on the global level, the latter on the local. Neither, however, commits to the view of individual historical cases as analytically separable from their global context and thus comparable as abstracted, hermetically sealed units.

Asymmetry is perhaps an inevitable weakness of comparative history, but there is one important difference between *The Great Divergence* and *On Their Own Terms* on the one hand and the failure narrative as elaborated by the likes of Joel Mokyr or Niall Ferguson on the other. All of these authors are Western academics, but while Pomeranz and Elman are Westerners with an academic training in Chinese history, with all the skills and context-specific awareness this entails, Mokyr and Ferguson are Westerners specialised in Western history. Ideally a comparativist should of course have a tight grasp of both cases he or she is examining, but as U.S. citizens Pomeranz

and Elman arguably have at least some perspective on both worlds, if nothing more due to language skills. Furthermore, it is also valuable that their field of expertise is on the side of the comparison that thus far has been underrepresented in the wider debate – even if their input were in some sense Sinocentric, at the level of the wider historiography it would still have a corrective influence on the Eurocentric imbalance created by previous work.

Pomeranz also employs a conscious strategy to mitigate the problem of asymmetry. He explicitly endorses the use of two-way comparisons, as opposed to one-way comparisons that merely compare China against a normalised Western experience.²⁹ These one-way comparisons are in fact exactly what Kocka has termed asymmetrical comparisons, i.e. the use of the secondary case merely as a foil for reflecting upon the primary one. As pointed above, while Kocka sees a legitimate use for asymmetry, this does not apply to the case of the failure narrative in which historians are at least nominally trying to prove a Chinese failure, and not merely to illuminate Western history; rather than providing interesting insights, asymmetry here leads to distorting Eurocentrism. Two-way comparisons, then, are Pomeranz's way of correcting this asymmetry by refusing to take either case as the norm against which the other should be compared. The way this works in *The Great Divergence* is that, rather than just taking up certain measures of European economic success and then searching for signs of these in the Chinese context, Pomeranz examines both cases for evidence of particular areas of successful development, and then compares these against the other case. Thus, for example, he points out that Europe had an advantage in terms of livestock per capita figures, whereas China had superior water transport capacity.³⁰ Or, as he concisely asks, “[w]hy emphasize Europe’s probable edge in housing, rather than, say, the remarkable supply of safe drinking water in much of Japan, China and south-east Asia?”³¹ This method of two-way comparisons leads Pomer-

29 Pomeranz, *The Great Divergence*, 8-9.

30 Pomeranz, *The Great Divergence*, 32-34.

31 Pomeranz, *The Great Divergence*, 36.

anz to analyse particular *differences* and their effects rather than wider and inevitably normative *successes* and *failures*.

Benjamin Elman is far less explicit in terms of his methodology for avoiding asymmetry – perhaps understandably since he is not explicitly engaging in comparative history – but a similar two-way perspective runs through *On Their Own Terms*. Elman criticises conventional historiography, which tends to emphasise the backwardness of Chinese science and technology; his own argument admits that while Europeans were, by 1600, ahead of China in the use of basic machines and mechanisation, at the same time Chinese innovations like porcelain manufacture and tea production remained beyond their grasp.³² However, the true contribution of Elman against the asymmetry of conventional comparisons is his painstaking research of the Chinese historical context. Elman is mostly very careful not to assume that European categories fit the Chinese case. For example, he underlines the various differences between European science or *scientia* and the Chinese concept of *gewu* or ‘investigation of things’.³³ He also explains that the predominant intellectual trend in early modern China, *kaozheng* or evidential learning, developed a rigorous theory of knowledge quite distinct from that promoted by European science.³⁴ The use of untranslated concepts is important, as it highlights Elman’s desire to understand the Chinese ‘on their own terms’, i.e. using a Chinese conceptual grid rather than a distorting European one.

Evidently neither *The Great Divergence* nor *On Their Own Terms* are conventional comparative histories, but they both use comparisons, although in rather different ways. Of the two, Pomeranz’s work is comparative in a far more explicit and extensive way, even though the comparisons therein are modified by his use of a global integrative framework. Much of the heavy lifting in his argument is performed by numeric and institutional comparisons: life expectancy and nutrition data, development of land markets, migration flows etc. in Europe and China are compared

³² Elman, *On Their Own Terms*, xxxi.

³³ Elman, *On Their Own Terms*, 4.

³⁴ Elman, *On Their Own Terms*, 191.

both quantitatively and qualitatively.³⁵ For these comparisons, he has to use secondary sources to get the necessary raw data, and consequently he is far more dependent on the work of others than Elman. Indeed, most of these comparisons would not seem out of place in conventional versions of the failure narrative, save for the conclusions Pomeranz draws from them. It is interesting, however, that while the numeric comparisons are similar to those used by social scientific methodologies, Pomeranz explicitly guards against drawing simple conclusions from calculations and notes that the results of such comparisons are largely defined by the categorisations employed. For example, he notes that by comparing the volume of colonial imports against British domestic products it is easy to argue that the colonies were of minor importance; but if one compares volumes of imported colonial fibres against all textile products, overseas resources suddenly seem invaluable.³⁶ He also notes that many goods had qualities that cannot be represented by numerical analysis, e.g. the addictiveness of coffee and tea and their suitability – instead of alcohol – for a working population.³⁷ In making these points, Pomeranz emphasises the value of context-specific historical research in interpreting the results of comparisons, and denounces the generalising and abstracting methodology of the historical sociologist-comparativist.

In Elman's work, the balance is reversed: rather than interpret a large mass of comparisons through additional contextualised research like Pomeranz, Elman uses a sprinkling of comparative perspectives to lay the framework for the somewhat old-fashioned primary-source-based research that forms the core of *On Their Own Terms*. Here, explicit comparisons are largely used to point out gaps and blind spots in the failure narrative, which then clears the way for Elman to make his own, context-specific argument about the development of Chinese science. Explicit comparisons are therefore much fewer in number and less important to the overall argument than in *The Great Divergence*. Notably, Elman uses comparisons to underline the respectability of

35 Pomeranz, *The Great Divergence*, 38-39, 70, 81-82.

36 Pomeranz, *The Great Divergence*, 279.

37 Pomeranz, *The Great Divergence*, 281.

Chinese science, for example when pointing out the sophistication of Chinese mathematical techniques in comparison to European ones, or when claiming that early modern China experienced an intellectual movement comparable to the European Renaissance.³⁸ These, however, are not analytically rigorous comparisons of the sociological kind: rather, they fulfil an illustrative role, provoking the reader to challenge established preconceptions while maintaining the essential difference of the Chinese and European contexts. It also seems that Elman uses comparisons like these to construct a wider framework and to remind the reader that the underlying story of scientific development is essentially global, and no one case should be allowed to determine our understanding of science one-sidedly.

On Their Own Terms additionally, if unintentionally, draws attention to what might be called implicit comparisons, i.e. comparisons that are not consciously worked through but rather hidden between the lines, for example in the use of particular terminology and categories. Notably, Elman repeatedly and apparently subconsciously uses terms like “ancient learning”, “antiquity” or “the classics” when referring to the millennia-old scientific and cultural traditions that were still held in great esteem by Chinese scholars in the early modern period.³⁹ Such usage is in no way exceptional, yet it is a fact that those terms, apart from their generic meanings, also relate specifically to very particular referents in European history, i.e. ancient Greek and Roman history. That connotation establishes a subtle parallel – a comparison – between the relationship of modern Western societies to their Greco-Roman forebears on the one hand, and that of the Chinese to their ancestors on the other. In Elman’s work it is unclear how intentional the choice of wording is, but notably others like Q. Edward Wang have made the comparison explicit, directly relating the European Renaissance to a Chinese rediscovery of classic texts in early modernity.⁴⁰ Realistically,

38 Elman, *On Their Own Terms*, 225.

39 Elman, *On Their Own Terms*, 116.

40 Q. Edward Wang. “Beyond East and West: Antiquarianism, Evidential Learning, and Global Trends in Historical Study,” *Journal of World History* 19, no. 4 (2008): 489-519.

such implicit comparisons cannot be entirely eliminated, for all terms in all languages carry connotations that are culturally specific. However, historians should attempt to flag up wordings of this sort where the meaning of the text may be importantly affected, and explain if these are used intentionally or not. Somewhat ironically, Elman is more thorough in his insistence on explaining the Chinese concepts he uses.

Finally, an interesting feature of these two works is their treatment of historical connections. As already noted, both employ – although in different ways – a global framework, and one that recognises the fundamental interconnectedness of the world. It comes as no surprise, then, that connections play significant roles in the arguments developed in both works. For Pomeranz, as already noted, the Chinese demand for silver is an important underlying factor in the profitability of the European colonies and consequently in the development of Europe; likewise, Pomeranz argues that the import of Chinese porcelain and textiles to Europe stimulated European consumerism.⁴¹ For Elman, it is important to recognise the influence of the scientific knowledge transmitted to the Chinese court by European Jesuits on the development of Chinese intellectual trends.⁴² Both works deviate from the conventional form of historical comparison by placing such importance on connections. Indeed, in a very concrete sense, both Pomeranz and Elman are writing *global* histories that cross boundaries rather than comparing separate units. More widely, it is this awareness of the connected nature of the historical world that is often cited as the primary contribution of the global history approach.⁴³ It is also important to note that connections are not here treated as unproblematic phenomena. Elman, in particular, pays close attention to how European science was contextualised and understood in specifically Chinese terms, and how the process of transfer was shaped by the conflicting interests of the Jesuits. For example, he points out how the absorption of European astronomic ideas in China was long impeded by the reluctance of the Catholic Jesuits to teach the Copernican idea

41 Pomeranz, *The Great Divergence*, 157.

42 Elman, *On Their Own Terms*, 24.

43 Bayly et al, “On Transnational History,” 1446.

of heliocentrism.⁴⁴ By focusing on the limitations and specific agendas of the agents of transfer, Elman turns the conventional narrative on its head: instead of arguing, like Mokyr and others, that the Chinese were not interested enough in scientific ideas to embrace superior European theories, Elman points out that Chinese scholars were actively and critically engaging with ideas that were however presented to them in an incomplete and unsatisfactory form and consequently rejected.

THE FUTURE OF COMPARISON

Evidently *The Great Divergence* and *On Their Own Terms* are very different works, the former attempting a grand analysis on a global scale and the latter for the most part happy to confine itself to a context-specific, old-fashioned study of Chinese history. It might seem questionable to take such disparate works as representative of a coherent approach, let alone a wider historiographical trend, as this paper does. Yet the similarities, in underlying vision if not in method, are equally striking and justify that decision. Primary among those similarities are a staunchly anti-Eurocentric motive and a commitment to a global approach. In Elman's case, for example, this means a determination to write a history of a China intimately connected with, and influenced by, its global context, or as he puts it elsewhere, a history "that is both globally and locally informed".⁴⁵ The two specific works here have been chosen for their undeniable influence on the field, yet it should be noted that they are far from unique, representing instead a much wider movement with a globalist ethos. Pomeranz's work, as noted, builds especially on the research of R. Bin Wong and also has many similarities with the similarly influential *ReOrient* of Andre Gunder Frank in its attempt at an unbiased, global economic history.⁴⁶ Likewise, Benjamin Elman is far from alone in his reassessment of Chinese intellectual history. For example, Fa-ti Fan's examination of science in twentieth-

44 Elman, *On Their Own Terms*, 105.

45 Elman, "New Directions," 517.

46 Andre Gunder Frank, *ReOrient: Global Economy in the Asian Age* (Berkeley: University of California Press, 1998).

century China has sought to challenge binaries of Western-Chinese and traditional-modern.⁴⁷ Zuoyue Wang, like Elman, has criticised Western narratives of Chinese science for their lack of proper primary research.⁴⁸ Grace Shen, again highlighting the importance of connections, has sought to problematise the reception of “Western” science in China, focusing on context-specific motives and practical relevance instead of abstract theory.⁴⁹ All these works have, according to Elman, shown the need for “historicizing the Western scientific revolution in a global context” – the need for global history.⁵⁰ An explicit anti-Eurocentrism and a care to avoid the pitfalls of asymmetry distinguishes these works from the failure narrative proposed by such Western experts as Joel Mokyr and Niall Ferguson, who not only lack expertise in non-Western history, but moreover glance over the complexity of global interactions with simplified schemes like Ferguson’s “the West and the Rest”.

The focus on connections in *The Great Divergence* and *On Their Own Terms* associates them with two other important recent historiographical trends: cultural transfer studies and so-called entangled histories. The concept of cultural transfer was developed by Michel Espagne as a direct critique of comparative history; for Espagne, the field is excessively based on the comparison of national units, which then reinforces a narrative of nations and national histories as self-contained units, systematically disregarding the variety of connections and transfers that take place between such units.⁵¹ The underlying ethos is thus very similar to that of Pomeranz and Elman, the difference being that Espagne draws his examples from a specifically European rather than a global sphere; likewise, his focus is on trans-national rather than trans-regional transfers. Entangled history or *histoire croisée*, as developed by Michael Werner and Bénédicte Zimmermann, is a related concept that examines various “intercrossings” between societies. In this ap-

47 Fa-ti Fan, “Redrawing the Map: Science in Twentieth-Century China,” *Isis* 98, no. 3 (2007): 524-538.

48 Zuoyue Wang, “Science and the State in Modern China,” *Isis* 98, no. 3 (2007): 558-570.

49 Grace Shen, “Murky Waters: Thoughts on Desire, Utility, and the «Sea of Modern Science»,” *Isis* 98, no. 3 (2007): 584-96.

50 Elman, “New Directions,” 522.

51 Michel Espagne, “Sur les limites du comparatisme en histoire culturelle,” *Genèses* 17 (1994): 120-121.

proach, the elements studied “are not fixed, but are instead defined on the basis of their dynamic interrelationships”; this draws attention to how the process of transfer is inherently constitutive of the meaning and use of the object of transfer, at both ends of the exchange.⁵² This is in many ways similar to Elman’s analysis of the partial absorption of European ideas in China. Indeed, it seems certain that global history has been influenced by the same ideas that have led to the development of these two fields, but the emphasis on a concrete global framework separates Pomeranz and Elman from both cultural transfer studies, which have tended to focus on transnational exchanges, and *histoire croisée*, which has so far been developed more on a theoretical than an empirical level, as noted by Heinz-Gerhard Haupt.⁵³ It is therefore appropriate to consider global history a distinct historiographical trend.

Perhaps more important than drawing lines between a family of approaches that have undeniable similarities, however, is to examine what lies behind this wider recent interest in redefining comparative history. Philippe Ther has pointed out that the European integration of the past few decades has pushed historians to develop models that move beyond the isolated nation state and appreciate the shared aspects of the European experience, leading to renewed interest in comparative history.⁵⁴ Bruce Mazlish has made a similar point about the contemporary debate about globalisation, arguing that it has provoked historians to examine global phenomena in history.⁵⁵ As the continued relevance of nation states in a globalised world is under debate, national boundaries have also been increasingly questioned in historical research.⁵⁶ This explains why so many recent approaches, like transfer studies and global history, are moving away from the sociological model

52 Michael Werner e Bénédicte Zimmermann, “Beyond Comparison: Histoire Croisée and the Challenge of Reflexivity,” *History and Theory* 45, no. 1 (2006): 50.

53 Haupt, “Comparative History,” 713.

54 Philipp Ther, “Beyond the Nation: The Relational Basis of a Comparative History of Germany and Europe,” *Central European History* 36, no. 1 (2003): 45.

55 Bruce Mazlish, “Comparing Global History to World History,” *Journal of Interdisciplinary History* 28, no. 3 (1998): 389-91.

56 Chris Lorenz, “Comparative Historiography: Problems and Perspectives,” *History and Theory* 38, no. 1 (1999): 36.

of comparing one nation to another as if they were analytically separate entities. Not every work of global history is, like *The Great Divergence*, explicitly comparative; yet the ethos of global history, imagining a global, interconnected historical sphere and reinterpreting analytical concepts such as modernity or science in global, rather than Eurocentric terms, has the potential to radically alter the ground on which further historical comparisons are made. *On Their Own Terms* is a case in point, providing a primarily Chinese narrative but simultaneously debating with and challenging a whole historiography of Chinese science understood in conventional comparative terms. For the same reason, global history also challenges historical comparisons on smaller, decidedly non-global scales: of importance is not that the comparison spans the whole world, but that the approach is methodologically open-minded and refrains from presuming analytical boundaries where historical connections may have existed.

No fundamental reason exists for why connected cases cannot be compared. Indeed, Marc Bloch himself noted that connections *justify* comparisons, as they provide a shared framework for the observed phenomena: for Bloch, this allows conclusions “... at once much less hypothetical and much more precise”.⁵⁷ It is merely the law-seeking, generalising method of historical sociology that is undermined by connections: the logic of hypothesis-testing requires a set of separate but comparable cases, an analogy of the repeatable laboratory experiment of natural sciences; instead, global history – the extreme form of history of connections – provides a case of one, a global story that develops unevenly and differentially but as one whole. This is a framework for comparisons that allows the drawing of insights rather than laws. This anti-generalising aspect, and the rejection of hermetic national or cultural categories that goes with it, is a defining feature of the new comparative history, if such a term is allowed, that global history is a part of.

⁵⁷ Marc Bloch, “Pour une histoire comparée des sociétés Européennes,” *Revue de synthèse historique* 46 (1928): 19 [translation mine].

CONCLUSION

Intellectuals have always had an interest in comparing societies, in contrasting the exoticism of far-away places against the familiarity of home. In the globalised world of today, however, there is an increasing awareness that such comparisons should avoid one-sided conceptualisations and frameworks. This is well captured by the titles of the two works considered here. Kenneth Pomeranz pointedly sets out to explain “the great divergence”, rather than the great success of Europe, or the great failure of China, leaving aside the Eurocentric value judgment that weighs down so much other work on the topic. Likewise, Elman wants to replace the narrative of the backwardness of Chinese science – from a European perspective – with an analysis that appreciates the scientific development of the Chinese “on their own terms”.

In a sense, these are two sides of the project that is global history, the one attempting an unbiased survey on the largest scale, without prioritising any locale, the other seeking to appreciate the uniqueness of the local without losing sight of its global context. On an ideological level, both works avoid labelling one model of development superior to another, but rather try to understand the context-specific logic and the historical contingency that led Europe and China to take different paths. Methodologically, both works acknowledge that all regional and national units of analysis are merely provisional tools for making sense of what is a fundamentally global story. It is too early to say whether global history will come to be preferred over other forms of comparative history, and indeed this may not even be desirable: comparative history is a broad enough field that distinct approaches are probably needed to complement each other. What is certain is that the resurgence of the global perspective in works like *The Great Divergence* and *On Their Own Terms* has already provided fresh insights into old questions and challenged conventional orthodoxies.

BIBLIOGRAPHY

- Aslanian, Sebouh et al. "AHR Conversation: How Size Matters: The Question of Scale in History." *The American Historical Review* 118, no. 5 (2013): 1431-72.
- Bayly, C.A. et al. "AHR Conversation: On Transnational History." *The American Historical Review* 111, no. 5 (2006): 1441-64.
- Berger, Stefan. "Comparative History." In *Writing History: Theory and Practice*, editado por Stefan Berger, Heiko Feldner e Kevin Passmore, 161-79. Londres: Bloomsbury, 2003.
- Bloch, Marc. "Pour une histoire comparée des sociétés Européennes." *Revue de synthèse historique*, 46 (1928): 15-50.
- Braembussche, A. A. van den. "Historical Explanation and Comparative Method: Toward a Theory of the History of Society." *History and Theory* 28, no. 1 (1989): 1-24.
- Elman, Benjamin A. "New Directions in the History of Modern Science in China: Global Science and Comparative History." *Isis* 98, no. 3 (2007): 517-23.
- Elman, Benjamin A. *On Their Own Terms. Science in China, 1550-1900*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 2005.
- Espagne, Michel. "Sur les limites du comparatisme en histoire culturelle." *Genèses* 17 (1994): 112-21.
- Fan, Fa-ti. "Redrawing the Map: Science in Twentieth-Century China." *Isis* 9, no. 3 (2007): 524-38.
- Ferguson, Niall. *Civilization: The West and the Rest*. Londres: Penguin, 2011.
- Frank, Andre Gunder. *ReOrient: Global Economy in the Asian Age*. Berkeley: University of California Press, 1998.
- Haupt, Heinz-Gerhardt. "Comparative History – A Contested Method." *Historisk Tidskrift (Sweden)*, 127:4 (2007): 697-716.
- Hempel, Carl G. "The Function of General Laws in History." *The Journal of Philosophy* 39, no. 2 (1942): 35-48.
- Kocka, Jürgen. "Asymmetrical Historical Comparison: The Case of the German Sonderweg." *History and Theory* 38, no. 1 (1999): 40-50.
- Kocka, Jürgen. "Comparison and Beyond." *History and Theory* 42, no. 1 (2003): 39-44.
- Le Comte, Louis. *Memoirs and Remarks Made in Above Ten Years Travels Through the Empire of China*. London, J. Hughs: 1737.
- Lorenz, Chris. "Comparative Historiography: Problems and Perspectives." *History and Theory*, 38, no. 1 (1999): 25-39.
- Mazlish, Bruce. "Comparing Global History to World History." *Journal of Interdisciplinary History* 28, no. 3 (1998): 385-95.
- Mokyr, Joel. *The Lever of Riches: Technological Creativity and Economic Progress*. Oxford: Oxford University Press, 1990.
- Pomeranz, Kenneth. *The Great Divergence. China, Europe and the Making of the World Economy*. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- Pomeranz, Kenneth. "Histories for a Less National Age." *The American Historical Review* 119, no. 1 (2014): 1-22.
- Shen, Grace. "Murky Waters: Thoughts on Desire, Utility, and the «Sea of Modern Science." *Isis* 98, no. 3 (2007): 584-96.
- Ther, Philipp. "Beyond the Nation: The Relational Basis of a Comparative History of Germany and Europe." *Central European History* 36, no. 1 (2003): 45-73.

Tilly, Charles. *Big Structures, Large Processes, Huge Comparisons*. Nova Iorque: Russel Sage Foundation, 1984.

Wang, Q. Edward. "Beyond East and West: Antiquarianism, Evidential Learning, and Global Trends in Historical Study." *Journal of World History* 19, no. 4 (2008): 489-519.

Wang, Zuoyue. "Science and the State in Modern China." *Isis* 98, no. 3 (2007): 558-570.

Werner, Michael, e Bénédicte Zimmermann. "Beyond Comparison: Histoire Croisée and the Challenge of Reflexivity." *History and Theory* 45, no. 1 (2006): 30-50.

Wong, R. Bin. "Beyond Sinocentrism and Eurocentrism." *Science & Society* 67, no. 2 (2003): 173-84.

Referência para citação:

Toivanen, Mikko. "Rethinking historical comparisons - global history and the narrative of Chinese failure." *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* 1, n.º 1 (2015): 89-111.

**Diogo Ramada Curto
e Bernardo Pinto da Cruz**

**Destribalização, regedorias e desenvolvimento
comunitário: notas acerca do pensamento
colonial português (1910-1965)**

Este artigo pretende dar um contributo para a sociologia histórica das instituições de controlo social e político no império colonial português. Através da genealogia da categoria da “destribalização” e da figura do “destribalizado” nos campos do ensino e da administração coloniais, questiona-se a novidade e a natureza reformista das políticas ultramarinas de 1961: a criação das regedorias e os projectos de desenvolvimento comunitário. Este texto tenta lançar as bases de uma via analítica diferente que não se deixe contaminar pelos discursos dos agentes da época estudada, reproduzidos, na literatura actual, em duas teses distintas: por um lado, na ideia de que as regedorias serviram, ao contrário da justificação oficial do regime, o controlo militarizado das populações coloniais em tempos de guerra; por outro, na afirmação de que o desenvolvimento comunitário seria a manifestação política benigna de uma progressiva alteração do paradigma científico colonial em Portugal. O estudo da recepção e circulação das ideias em torno da “destribalização” mostra que ambas as teses correspondem a uma simplificação e reprodução das tomadas de posição e estratégias dos actores historicamente situados. Por último, são levantadas algumas questões a propósito da dependência dos modos de conceptualização portugueses face a discursos circulantes a nível internacional, bem como da autonomia relativa das ciências sociais em relação aos campos administrativo, político e militar do Estado-império.

Palavras-chave: Destribalização; regedorias; desenvolvimento comunitário; império colonial português.

**Detribalization, regedorias, and communitarian
development: notes on the Portuguese colonial thought
(1910-1965)**

This article contributes to the historical sociology of the Portuguese imperial institutions of social and political control. Through a genealogy of the category of “detribalization” and

the correlated image of the “detrribalized”, we question the so-called “reformist colonial policy” of the early 60s, namely, the creation of “regedorias” and the design of communitarian development projects. We try to lay the foundations for a different, more nuanced analytical perspective impermeable to the historical discourses of social actors. Recent scholarly works in the field of colonial and science studies have reproduced two distinct views already shared and debated within the Portuguese colonial regime: on one hand, the idea that “regedorias” served only military purposes of population control during warfare; on the other, the assumption which posits communitarian development programs as a more benign, social scientifically anchored alternative to violence and war. The study of the reception and circulation of ideas about “detrribalization” shows that both arguments are but an oversimplification and reproduction of political sides and strategies of historical actors. Finally, we discuss Portuguese elites’ dependence on international discourses and the relative autonomy of social science *vis-à-vis* the administrative, political and military fields of the Empire-state.

Keywords: Detribalization; regedorias; communitarian development; Portuguese colonial empire.

Destribalização, regedorias e desenvolvimento comunitário: notas acerca do pensamento colonial português (1910-1965)

Diogo Ramada Curto*
e Bernardo Pinto da Cruz**

INTRODUÇÃO

Poucos anos depois de terem estudado *in loco* o realojamento forçado das populações africanas durante a guerra colonial na Argélia, Pierre Bourdieu e Abdelmalek Sayad recensearam uma obra publicada com o sugestivo título *Nouveaux villages algérois: Atlas Blidéen, Chenoua, Mitidja Occidentale*, do célebre geógrafo francês do mundo islâmico Xavier de Planhol¹. O objecto em causa consistia no realojamento de populações argelinas em cinquenta novas aldeias criadas pelas autoridades militares. Aparentemente, tratava-se de um estudo com pretensões inéditas, dada a legitimidade das fontes a que o autor recorria, constituídas por documentos dos serviços oficiais, a maioria de natureza confidencial. Porém, segundo os autores da recensão, a natureza secreta da informação utilizada suscitara uma abordagem acrítica da mesma, a qual se baseou numa simples reprodução dos conceitos em causa. Por exemplo, o autor confundiu um processo de pauperização das populações e de criação de bairros de lata (“bidonvillisation”), tomando-o por

* IPRI, FCSH/NOVA [dcur@fcsh.unl.pt].

** Doutorando do Programa de Doutoramento FCT – Estudos sobre a Globalização, FCSH/NOVA.

¹ Pierre Bourdieu e Abdelmalek Sayad, recensão de *Nouveaux villages algérois: Atlas Blidéen, Chenoua, Mitidja Occidentale* (Paris: Presses Universitaires de France, 1961) de Xavier de Planhol, “Comptes rendus”, *Études rurales* 9 (Abr. - Jun., 1963): 103-10.

uma operação de urbanização, pois era assim que aparecia descrito na documentação. Bourdieu e Sayad denunciaram, sem peias, os efeitos dessa mesma proximidade com o arquivo oficial:

Para além dos documentos, X. Planhol pediu emprestado às autoridades militares a sua ideologia. *Nouveaux villages algérois* retoma, procurando fundamentá-los com objectividade e concedendo-lhes uma caução científica, todos os argumentos que permitiram às forças armadas justificar a sua acção na Argélia e, mais concretamente, as operações de realojamento. Deste modo, muitas das afirmações que são repetidas fariam, hoje, sorrir se não passassem de expressões inocentes².

Vale a pena começar por dizer que semelhantes críticas, na sua dureza, assentam como uma luva a algumas investigações em curso sobre o terceiro Império português. Falamos dos estudos sobre o desenvolvimento comunitário ou, mais genericamente, sobre o impulso reformista colonial do regime no segundo pós-Guerra, que culminou, ou teve um dos seus tempos fortes, no pacote legislativo preconizado por Adriano Moreira enquanto ministro do Ultramar (1961-1962). Tais análises acabam por tocar, mesmo quando não explicitam, a versão portuguesa do realojamento rural ou da “recuperação das populações” em Angola e Moçambique. Entre os historiadores, cientistas sociais e políticos, o objecto de estudo foi lançado por Gerald Bender, através de uma genealogia dos programas de colonização rural em Angola, estabelecendo uma interpretação dominante que perdurou até hoje: a de que os projectos de reordenamento territorial das populações rurais nas colónias, independentemente das diferentes designações oficiais (aldeamentos, colonatos, realojamento, regedorias), serviram propósitos militares de manutenção do *statu quo* colonial. Sobretudo com a es-

² Ibid., 104: “Outre les documents, X. Planhol a emprunté aux autorités militaires leur idéologie. *Nouveaux villages algérois* reprend, en essayant de les fonder objectivement et de leur donner une caution scientifique, tous les arguments par lesquels l’armée justifiait son action en Algérie et plus particulièrement les opérations de regroupement. Ainsi, nombre d’affirmations répétées feraient, aujourd’hui, sourire si elles n’étaient que naïves”.

calada da “guerra subversiva” em Angola, depois em Moçambique, os programas de retorno, realojamento e reassentamento pautaram-se por um simples objectivo de controlo social, descartando assim como pura ideologia a justificação governamental dos projectos enquanto instrumentos de uma política assistencialista e de bem-estar. Oficialmente, a ideia de progresso económico e social andava associada a um esquema distinto de realojamento das populações sublevadas – o reordenamento rural. Já os aldeamentos estratégicos, situados em zonas de combate com as guerrilhas, teriam por objectivo imediato estancar o apoio dos camponeses africanos aos grupos insurrectos, garantir a segurança interna, ou a autodefesa, e detectar infiltrados entre a população rural³.

Em oposição a esta tese, talvez devêssemos colocar as análises mais recentes voltadas para o modo como as ciências sociais se articularam, a partir da década de 1950, com novos métodos de governo das populações. Assistiu-se, então, a uma mudança de paradigma na doutrina veiculada pelas e nas instituições oficiais metropolitanas e ultramarinas dos campos académico e científico. A progressiva institucionalização das “modernas ciências sociais”, em particular da Sociologia e da Antropologia Social, na “escola de quadros” do funcionalismo ultramarino português – a antiga Escola Superior Colonial, com as sucessivas reformas por que passou ao longo da década de 1950 –, bem como uma maior e progressiva divisão do trabalho científico colonial, enquadrado e centralizado pela Junta de Investigações do Ultramar, num projecto de racionalização do conhecimento sobre as colónias, mas em especial do conhecimento sobre o social, são talvez os dois maiores exemplos – de que dispomos até à data – dessa alteração de paradigma⁴.

3 Gerald Bender, *Angola under the Portuguese* (Berkeley: University of California Press, 1978), 160; Gerald Bender, “The limits of Counterinsurgency: an African Case,” *Comparative Politics* 4, n.º 3 (Abril, 1972): 331-60, *maxime* pp. 335-36. Veja-se também John P. Cahn, *Contra-insurreição em África, 1961-1974: O modo português de fazer a guerra* (São Pedro do Estoril: Ed. Atena, 1998), 208-210. Para o caso moçambicano, J. P. Borges Coelho, “Protected Villages and Communal Villages in the Mozambican Province of Tete (1968-1982): A History of State Resettlement Policies, Development and War,” (Tese de PhD, Universidade de Bradford, 1993). Não incluímos Borges Coelho nesta perspectiva crítica porque o seu estudo é, de facto, de excepção no que toca à sensibilidade antropológica, na avaliação das condições sociais de construção de aldeamentos e dos seus efeitos socio-económicos.

4 Frederico Ágoas, “Estado, Universidade e Ciências Sociais: a introdução da sociologia na Es-

Longe da matriz inicial colonialista, essencialista e racalista, apoiada na Antropologia Física e em modelos jurídicos de controlo populacional, as premissas do novo paradigma de legitimação científica do Império colonial passaram a colocar as ciências sociais aplicadas à cabeça de programas de bem-estar e de desenvolvimento socioeconómico das populações. O problema está, a título meramente ilustrativo, na asserção de que os agentes do campo académico e científico “ligados ao estudo dos problemas ultramarinos”, passaram a opor à guerra colonial “sem solução militar expectável” a “colaboração activa e consciente” dos africanos na sua promoção socioeconómica – uma ideia voluntarista tão em voga no início da década de 1960, que correspondeu à difusão do discurso e das técnicas de “desenvolvimento comunitário” ao nível transnacional, promovida pela ONU⁵. Ora, este tipo de argumento não só reproduz a ostensiva justificação oficial de procedimentos inscritos e operacionalizados dentro de uma ordem colonial militarizada, como relega estes últimos para o esquecimento, em benefício do aparato de discursos científicos, com as ciências sociais e políticas à cabeça. É que

cola Superior Colonial,” in *O Império Colonial em Questão (sécs. XIX-XX): poderes, saberes e instituições*, ed. Miguel Bandeira Jerónimo (Lisboa: Ed. 70, 2012), 315-47; Frederico Ágoas, “Saber e Poder: Estado e investigação social agrária nos primórdios da sociologia em Portugal,” (Tese de Doutoramento em Sociologia, FCSH-UNL, 2010), 16-21; Cláudia Castelo, “Ciência, Estado e Desenvolvimento no Colonialismo Português Tardio,” in *O Império Colonial em Questão (sécs. XIX-XX): poderes, saberes e instituições*, ed. Miguel Bandeira Jerónimo (Lisboa: Ed. 70, 2012), 350-79; Cláudia Castelo, “Investigação científica e política colonial portuguesa: evolução e articulações, 1936-1974,” *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* 19, n.º 2 (2012): 391-408.

⁵ Cláudia Castelo, “*Novos Brasis* em África: desenvolvimento e colonialismo português tardio,” *Varia História* 30, n.º 53 (2014): 507-32, *máxime* 528; veja-se ainda sobre a influência dos métodos de “desenvolvimento comunitário” no ensino do ISEU/ISCSPU, Carla Susana Alem Abrantes, “Administradores coloniais em formação: Algumas notas sobre a produção de conhecimento antropológico e ação do Estado em Angola,” Trabalho apresentado na 26.ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 1 e 4 de Junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil; Carla Susana Alem Abrantes, “Repertórios do conhecimento em disputa: *trabalhadores indígenas e agricultores* no colonialismo português em Angola, 1950,” *Anuário Antropológico*, vol. 39, n.º 1 (2014): 195-221. Para os textos e estudos da época relativos ao desenvolvimento comunitário, ver Alfredo de Sousa, “Organização e programas de desenvolvimento comunitário”, separata, *Estudos políticos e sociais* 1, n.º 3, (1963) [onde é citado R. Dumont, “Le projet de développement communautaire en Inde”, in *I.R. of C.D.* 10 (1962): 33-46]; Alfredo de Sousa, “Desenvolvimento comunitário em Angola,” separata, *Angola-Curso de extensão universitária. Ano lectivo de 1963-1964* (1964); Alfredo de Sousa, “Desenvolvimento comunitário e desenvolvimento económico,” separata, *Estudos Políticos e Sociais*, vol. 2 (1964); A. Correia de Araújo, *Aspectos do desenvolvimento económico e social de Angola*, Estudos de Ciências Políticas e Sociais 75 (1964): 149, 176-179 [onde, depois de citar René Dumont, as directrizes da ONU e Alfredo de Sousa, sumaria os elementos fundamentais de “um plano de desenvolvimento comunitário”].

as “regedorias”, legalmente instituídas no mesmo dia em que foi abolido o Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique, constituíram, na prática, uma opção concentracionária para disciplinar e vigiar as populações africanas, as quais tinham sido dispersas, devido ao avanço dos contingentes militares, desde o início da guerra de “contrassubversão”, no segundo trimestre de 1961⁶. Mais: as mesmas regedorias não só se adequaram bem aos preceitos do paradigma desenvolvimentista posto em marcha, com décadas de avanço, noutros Estados coloniais, como serviram a materialização forçada do ideário lusotropical. Por último, o mesmo articulado de argumentos deixa escapar as invariantes do pensamento político e administrativo sobre as “regedorias” enquanto dispositivo, isto é, enquanto modelo paradigmático que circulou ao nível internacional e intra-imperial. Quer isto dizer que não é possível pensar a “regedoria” sem a colocar ao nível das condições sociais de produção da sua necessidade, ao nível local, e da sua pertinência, ao nível dos processos de tomada de decisão.

Se em 1961 já não se pode falar de assimilação, a verdade é que a organização de regedorias reforçou uma dicotomia jurídica (direito comum-direito costumeiro) de expressão geográfica (urbano-rural) e sociopolítica (concelhos-regedorias). Através delas, a tecnologia de poder que se impunha era o *quadrillage* foucaultiano, a grelha ao nível local interpretada no centro imperial. As autoridades militares e de segurança pública passaram a contar com um novo arranjo gráfico da realidade colonial: a primeira contabilização, catalogação e descrição das regedorias e das suas autoridades⁷. Ficava assim disponível um novo dispositivo ao serviço do inspector metropolitano, que correspondia na prática a um rearranjo fundiário e habitacional das populações africanas, mais concentradas, mais simétricas, mais próximas do centro do poder local e do mercado.

6 Ministério do Ultramar, *Organização das Regedorias nas Províncias Ultramarinas. Decreto n.º 43896, de 6 de Setembro de 1961* (Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1961).

7 PT/AHD/MU/GM/GNP/RNP/0518/01218, “Regedorias e suas autoridades”.



Fotografia aérea da Regedoria Quixona, no Distrito do Uíge, Norte de Angola, 1962.
Fonte: *Reordenamento Rural – Relatório dos Trabalhos de Reordenamento Rural e de Organização Comunitária empreendidos neste Distrito a partir de Junho de 1962*, 31.12.1963.
PT/AHD/MU/GM/GNP/RNP/0413/06546.

Por um lado, a reorganização urbanística a que deveriam obedecer estes novos espaços “multirraciais” permitia uma apertada vigilância para controlo interno dos movimentos dos povos – alguns deles cercados por arame farpado –, com caminhos e estradas mais largos para facilitar a acessibilidade das forças da autoridade, com a obrigatoriedade de circulação de passaportes internos conferidos por oficiais militares, com a organização de grupos civis de patrulha quotidiana e deslocações das autoridades “nativas”, em representação do grupo, ao concelho mais próximo para apresentação de relatórios orais de adestramento e boa conduta. Por outro lado, o reverso ideológico deste enquadramento espacial e social consistia na correspondência da estreita vigilância à reprodução de práticas de boa “vizinhança”, em que não só se cruzavam, num mesmo espaço, indivíduos de raças diferentes, como cada quadrícula “urbana” agregava um certo grupo étnico. É claro que, na realidade, tanto a tomada de posse das autoridades tribais como a distribuição de africanos por etnias diversas se fazia de forma discriminada e “inventada”, no sentido que Terence Ranger conferiu ao termo⁸. De qualquer modo, as ideias de um municipalismo antigo e plurirracial

⁸ Terence Ranger, “The Invention of Tradition in Colonial Africa,” in *The Invention of Tradition*, ed. Eric Hobsbawm e Terence Ranger (Cambridge: Cambridge University Press, 1983), 211-62.

serviram propósitos propagandísticos na arena da opinião pública internacional, mas também no quadro da guerra psicológica de conquista das populações sublevadas.

Como poderemos, então, interpretar um dispositivo como a “regedoria” sem cair na tentação de reproduzir argumentos de carácter ideológico ou legitimador, argumentos de racionalidade puramente militar ou administrativa? Como ultrapassar, também, o círculo vicioso das ciências sociais aplicadas à construção de dispositivos de controlo colonial que acabam por ser celebradas, no presente, por análises que nelas encontram a sua própria matriz original, e que por isso mesmo investem o conceito de “destribalização” de um valor científico e analítico, sem criar os instrumentos e a distância que permitiriam tratar o mesmo conceito como um objecto⁹? Reparar na proximidade objectiva dessa técnica de governo com as premissas do desenvolvimentismo autoritário e coercivo constitui, talvez, o primeiro passo. Mas, de um ponto de vista metodológico, duas opções devem ser tidas em conta: impõe-se um estudo rigoroso de carácter etnográfico e antropológico nos locais da sua aplicação que procure reconstituir os efeitos do programa das regedorias; será também necessário fazer uma genealogia dos conceitos que andam associados ao programa das regedorias, de molde a poder controlar as múltiplas apropriações de que foi objeto. Uma análise dos processos de categorização da figura do “destribalizado” é uma via profícua para compreender e explicar programas estatais de racionalização do mundo social. Por isso, com base numa análise dos processos de tomada de decisão no espaço administrativo imperial e das condições sociais internas e internacionais de produção de um discurso sobre o “destribalizado”, será pelo menos possível começar por questionar a

9 A ideia de uma colonização científica teve, aliás, várias configurações e serviu vários propósitos no interior das construções ideológicas do Império português. Para Marcello Caetano, desde 1890, “a ocupação científica” era “inseparável da ocupação administrativa”; donde a importância de uma série de agentes, com as suas “viagens e pesquisas laboriosas”, ou seja, “geógrafos das missões de delimitação de fronteiras, marinheiros das missões hidrográficas e de reconhecimento fluvial, médicos do combate à doença do sono e a outras doenças tropicais (muitas delas descritas e tratadas pela primeira vez por sábios portugueses), botânicos, agrónomos, naturalistas, etnólogos, geólogos..., são sem número os que, enriquecendo o património da ciência, têm consagrado a sua vida ao futuro e à prosperidade do Império”, *Perspectivas da Política, da Economia e da Vida Colonial* (Lisboa: Livraria Moraes, 1936), 133.

aparente neutralidade de uma categoria social, simbólica e ideologicamente tão carregada, e por encontrar uma relação específica entre a sua codificação jurídica e sociológica e os esquemas de concentração das populações africanas que visavam estancar fluxos de trabalho migratório e controlar a mobilidade dos indivíduos como forma de resistência.

PARA UMA GENEALOGIA DA “DETRIBALIZAÇÃO”

Num dos seus mais elaborados volumes sobre questões coloniais, Rui Enes Ulrich, lente da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, definiu a colonização como “a acção exercida por um povo civilizado sobre um país de civilização inferior à sua, com o fim de o transformar progressivamente, pela valorização dos recursos naturais e pelo melhoramento das condições materiais e morais de existência dos indígenas”¹⁰. Nesta definição, Ulrich fazia uso dos ensinamentos acerca dos sistemas de colonização de autores tais como Billiard, Girault, Dubois, Fallot e Reinsch. No esquematismo próprio dos juristas, o mesmo autor considerava que as relações entre a metrópole e as colónias eram de dois tipos. Por um lado, encontrava-se o regime da autonomia, praticado modernamente nas colónias inglesas, que era por essência flexível e capaz de se prestar a todos os acordos e transações, fundando “relações sólidas e duradouras entre metrópole e colónias”¹¹. Através deste, deixava-se “aos indígenas o gozo das suas instituições tradicionais”¹². Também era a mesma autonomia que, associada à delegação de um poder que se queria mais forte e autoritário, poderia impedir a emancipação ou a independência das colónias, fazendo nelas florescer o patriotismo, pois este “aumenta até nas colónias, em que todo o europeu se sente superior por representar uma nação civilizada”¹³. Por outro lado, a assimilação era vista como impondo “uma subordinação dema-

10 Rui Enes Ulrich, *Economia Colonial – Lições feitas ao curso do 4.º ano jurídico no ano de 1909-1910* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1910), 6. Outras obras do autor sobre matérias coloniais: *Ciência e Administração Colonial*, vol. I – Introdução (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1908) e *Política Colonial* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1909).

11 Ulrich, *Economia Colonial...*, 93.

12 Ibid.

13 Ibid., 93-94.

siadamente autoritária”, exigindo “dos indígenas a renúncia às suas leis, às suas instituições, às suas crenças”, ferindo “as suas consciências e os seus interesses”, e transformando “numa vida de constante constrangimento os hábitos seculares de larga independência”¹⁴. Concluindo esta antinomia com a ideia de que a “emancipação das colônias será ela suave no regime da autonomia e pelo contrário violenta e difícil no regime da assimilação”¹⁵.

Como encaixava a experiência colonial portuguesa nessa tipologia, que ainda comportava uma referência ao regime da sujeição? No início da colonização, Portugal tinha seguido o regime da sujeição e da assimilação. E aí estava a união com as mulheres indígenas a demonstrá-lo: “demais a sua fraca cultura não lhes inspirava pelas raças inferiores o desprezo que por elas professaram os ingleses e os holandeses; não só soldados mas até nobres casaram com mulheres índias, quando em 1518 foram prometidas terras àqueles que assim procedessem”¹⁶. Mais recentemente, Portugal tinha adoptado, a exemplo de França, uma assimilação das colônias à metrópole, desenvolvendo, aliás, as ideias dos romanos retomadas pelos princípios da Revolução Francesa, com resultados considerados inconvenientes. Sem o dizer explicitamente, Ulrich pensava que a assimilação era incompatível com o normal racismo que deveria existir para boa administração das colônias. Não deixa, no entanto, de expor uma variedade de cenários e de opiniões divergentes, no interior dos quais adoptava o que lhe parecia ser melhor: Eduardo Costa defendia a adopção do sistema da autonomia, baseando-se nos resultados obtidos pela Holanda em Java; Gomes dos Santos reconhecia não estarem as colônias preparadas para receber a sua autonomia; e Marnoco entendia que o regime da assimilação se podia perfeitamente harmonizar com uma larga descentralização; porém, Ulrich mantinha-se fiel à ideia vantajosa do regime da autonomia¹⁷.

Poucos anos depois, Carneiro de Moura recorria aos mesmos termos, mas arrumava-os de um outro modo. Para ele, nos séculos de conquista e

14 Ibid., 94.

15 Ibid., 95.

16 Ibid., 97.

17 Ibid., 98-101.

de navegação, primeiro Portugal e a Espanha, depois a Holanda e a Grã Bretanha tinham estabelecido um regime colonial de sujeição e especulação mercantil, no qual a metrópole dispusera das colónias na defesa exclusiva dos seus interesses. Os desastres a que este sistema teria dado origem, nas colónias mais adiantadas, levaram a que se enveredasse por um regime de autonomia, que incluía a existência de parlamentos. Era o que a Grã Bretanha estava a ensaiar na África do Sul. Porém, um tal sistema de autonomia colonial só poderia funcionar se fosse precedido de um sistema de assimilação “que consiste na acção lenta, metódica, tenaz e eficiente da metrópole sobre as colónias no sentido de implantar e generalizar por meios espontâneos mas reflectidos o conhecimento e uso da língua da mãe-pátria, além de todas as outras modalidades do povo colonizador que em contacto com os autóctones os faz sofrer uma acção de endosmose social pela lei sociológica de imitação”¹⁸. Ou seja, era necessário “educar o preto para a família”; “evitar a acção nefasta dos feiticeiros que brutalizam os indígenas”; “evitar o embrutecimento do preto pelo álcool”; e retirar-lhes “armas e munições que pudessem inquietar e prejudicar os Estados colonizadores”¹⁹. A todas estas acções de colonização se chamava assimilação.

Através da contraposição autonomia *versus* assimilação não é tanto a oposição entre dois autores que se pretende demonstrar. O que se pretende é simplesmente ilustrar, primeiro, os termos a partir dos quais era discutida a relação entre a metrópole e as colónias, tendo no seu centro o tratamento que era dispensado aos “indígenas”; e, segundo, como é que os termos em causa nada tinham de excepcional, sendo utilizados por diferentes autores portugueses, mas fazendo parte de uma ordem de saberes de ampla circulação internacional. Claro que a circulação internacional de saberes também compreendia os diversos métodos de exploração do indígena pelos Estados coloniais.

Norton de Matos, durante o seu primeiro governo de Angola (1912-1915), criou a Secretaria dos Negócios Indígenas (1913-1914),

18 João Lopes Carneiro de Moura, *Lições de economia politica professadas durante o anno escolar de 1915-1916 na 4.ª cadeira da Escola Colonial* (Lisboa: Centro Tipográfico Colonial, 1916), 275.

19 *Ibid.*, 274-275.

que tinha a seu cargo o estudo etnográfico das instituições indígenas, a realização do cadastro das mesmas populações e, ainda, a criação de um museu etnográfico em Luanda²⁰. Porém, só em 1918, José Ferreira Dinis, Secretário dos Negócios Indígenas, conseguiu publicar o seu estudo monumental *Populações indígenas de Angola* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 1918). Nele se declarava, logo na introdução, o respeito a que a República portuguesa votava a “vida e direitos dos indígenas”, “conservação dos seus usos e costumes, das suas instituições sociais, e concepções morais e religiosas que não prejudicam os princípios humanitários das sociedades civilizadas nem a nossa soberania”. Mas, ao contrário do que já foi argumentado, dificilmente se poderá interpretar esta mesma asserção como exemplo de integração dos costumes indígenas com os direitos de soberania do Estado colonial²¹.

Ainda na década de 1920, Ferreira Dinis fazia questão em recordar os diversos métodos de exploração dos indígenas pelos Estados coloniais. Estes podiam assentar no método das culturas forçadas, através do qual se impunham aos indígenas determinadas culturas, cujos produtos seriam comprados pelo Estado a um preço por este fixado. Tratava-se do denominado sistema de Van den Bosch, usado em Java e adoptado no Congo, entre 1892 e 1910, e em Madagáscar, entre 1898 e 1905. Enquanto no método da obrigação também se impunham determinadas culturas, deixando-se aos indígenas o direito de dispor dos seus produtos, vendendo-os a quem lhes pagasse melhor. Assim se tinha procedido na Costa do Marfim em 1908, tendo-se beneficiado do aumento do preço do cacau. No entanto, quem aludia a estes mesmos métodos mostrava-se avesso a qualquer traço de política de “assimilação” (equivalente da integração) dos indígenas pelos colonos. Pelo contrário, Ferreira Dinis defendia, de modo bem racista, a necessidade “de conservar as duas sociedades, europeia e indígena, cada uma com vida à parte e auxiliando-se mutuamente”²².

20 João Pereira Neto, *Angola meio século de integração* (Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1964), 257-58.

21 *Ibid.*, 259.

22 José de Oliveira Ferreira Dinis, *A Missão civilizadora do Estado em Angola* (Lisboa: Centro Tipográfico Colonial, 1926), 48.

Ferreira Dinis reconhecia, também, que a protecção aos indígenas por parte das instâncias internacionais tornara qualquer desses métodos, susceptíveis de gerar grandes lucros, inviáveis. Por todas estas razões, considerava-se que, em Angola, o modo de obrigar os indígenas ao trabalho tinha de ser diverso. Por um lado, estavam os indígenas, “cujas sociedades gentílicas se encontravam desagregadas”; era o que sucedia na “maioria dos centros urbanos mais importantes e das regiões onde a acção secular da nossa ocupação mais se fez sentir, destruindo, ou, pelo menos, desprezando a sua organização política”; enfim, em relação a todos estes que viviam em centros urbanos e no litoral, em situações de vadiagem e de ociosidade, “a obrigatoriedade [de trabalhar] tem de ser imposta directamente ao indígena pela autoridade administrativa”²³. Note-se que, neste programa de 1926 – apesar de não se recorrer à noção de destrribalizado, provavelmente porque o seu uso ainda não se tinha generalizado –, o que estava em causa era o modo como competiria às autoridades obrigar ao trabalho os que já não viviam em “sociedades gentílicas”. Por sua vez, aos indígenas que pertenciam “a sociedades gentílicas organizadas e àquelas que seja possível reorganizar, a efectivação da obrigatoriedade do trabalho far-se-á por intermédio dos chefes gentílicos”, evitando assim que as autoridades administrativas sejam odiosas e cumpram apenas funções de fiscalização sobre os chefes gentílicos que imporiam a obrigação de trabalho aos seus súbditos²⁴.

MARCELLO CAETANO, MENDES CORREIA E SILVA CUNHA

Algures entre as duas guerras, embora com maior intensidade na década de 1930, uma nova interrogação surgiu nesse quadro de discussão acerca das políticas coloniais que apelavam tanto à autonomia, como à assimilação²⁵. Uma genealogia das fontes portuguesas acerca da noção

23 Ibid., 35.

24 Ibid., 35, 40.

25 Para um estudo sobre a produção constante da diferença, aplicando o termo jurídico de “indígena destrribalizado” ao discurso artístico que acompanha álbuns fotográficos de finais da década de 1920, Ana Cristina Nogueira da Silva, “Fotografando o mundo colonial africano: Moçambique, 1929,” *Varia História* 25, n.º 41, (Janeiro-Junho 2009): 107-28. Este estudo tem a particularidade de situar a categoria do destrribalizado na esfera social das significações cor-

de destribalização terá de recuar pelo menos ao início da década de 1940, onde já se insinuam os medos inerentes a esse processo e se revela uma clara circulação internacional de ideias acerca do mesmo. Foi Mendes Correia quem escreveu:

O Acto Colonial firmou o princípio de que se devem respeitar os costumes indígenas até ao limite em que eles podem ofender a nossa soberania, a moral, as normas, a humanidade. Mas, embora admitindo-se a transição para o grémio civilizado, o regime proposto avizinhou-se do de *segregação* adoptado por muitos países coloniais e que não está nas tradições portuguesas, tendentes, desde o começo da acção colonizadora, à existência de íntimo e cordial convívio entre os nossos e os indígenas. A verdade é que a destribalização brusca tem os seus perigos. Westerman faz notar o abismo entre um indígena que vive segundo as normas antigas da sua tribo num regime quase comunista, e outro indígena, vizinho daquele, que é empregado de caixa numa empresa capitalista europeia [...]. É um salto que para os Brancos da Europa durou séculos. E um missionário protestante, Broomfield, defende a destribalização, mas sob a condição de se dar ao indígena uma ética e um modo de vida superiores aos da sua vida anterior na tribo [...]. Infelizmente a troca nem sempre é vantajosa. Nalguns casos, quando se não fabricam sob a égide da Civilização simples monstros, geram-se deploráveis caricaturas de Europeus. Tem-se justamente notado a preocupação obsessiva de muitos velhos chefes indígenas em imitarem os Brancos... no pior, dos seus defeitos [...]. Mas, seja como for, não há o direito de tratar os indígenas das colónias como seres inferiores e desprezíveis, exterminando-os, escravizando-os ou explorando-os como irracionais. Felizmente, em Portugal, ninguém ousa hoje recusar-lhes, além dos seus direitos elementares como pessoas humanas, o seu valor económico, e nacional como excelente mão de obra, quando em boas condições, como consumidores de produtos metropolitanos, mesmo como cooperadores valiosos nos pontos de vista militar e da grandeza da Nação²⁶.

rentes associadas às fotografias de populações africanas e permite pensar uma origem social da imagem coeva do conceito de “destribalização” e a hipótese de ter sido gerada e reproduzida com relativa autonomia face ao campo administrativo.

26 Mendes Correia, *Raças do Império* (Porto: Portucalense Editora, 1943): 615-17.

Se, em 1943, o fenómeno da destribalização já era reconhecido tanto pelas elites administrativas como por um sector do campo académico português, só uma década mais tarde foi fixado juridicamente, com a promulgação do Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique, em 1954. A afirmação de Mendes Correia inseria-se, pois, num período em que os preceitos do Acto Colonial e do antigo Estatuto Civil, Político e Criminal dos Indígenas de 1929 se encontravam em decadência, e que foi marcado por um debate cerrado em torno dos benefícios da codificação oficial do “destribalizado”. O primeiro proponente dessa consagração oficial foi Marcello Caetano, que, ainda em 1941, propôs uma definição quasi-jurídica do termo, a que chamou “semi-assimilado”:

[...] indivíduos que, sendo negros ou mestiços, adquiriram um verniz externo de civilização e se colocaram em rebeldia contra a disciplina tribal, repudiando as autoridades e os usos e costumes indígenas, mas sem terem assimilado concepções fundamentais da moral e da técnica do colonizador, pelo que, não sendo em rigor indígenas, também seria inexacto considerá-los não indígenas²⁷.

Tratava-se de uma primeira incursão para integrar através de uma categoria a figura do destribalizado na ordem jurídica do Estado. Em 1954, a propósito do projecto de revisão do Estatuto do Indigenato de 1929, o Conselho Ultramarino pronunciou-se a favor da criação de dois estatutos diferenciados: um para indígenas, outro para destribalizados. Uma vez mais, tal proposta de sistematização e enquadramento legal da destribalização foi indeferida pelo Executivo. Contudo, o fenómeno foi juridicamente codificado pela primeira vez. Uma genealogia do conceito não deve descurar o articulado jurídico da época que pode fornecer excelentes pistas sobre a carga simbólica a que o termo era submetido por diferentes actores. Uma primeira questão de fundo reside nessa constante

27 Conselho Superior do Império, “Processo de Consulta n.º 37: Organização social e económica das populações indígenas. Sessão plena: Parecer n.º 44 – Declaração de Voto de Marcello Caetano,” *Boletim da Agência Geral das Colónias* XVII, n.º 191 (1941): 8-98, *maxime* 87.

denegação da destribalização ou do destribalizado enquanto figura dotada de personalidade jurídica própria, a par dos indígenas, dos assimilados e dos cidadãos portugueses. Na verdade, é um debate que não pode ser separado e analisado como autónomo relativamente à discussão, que chegara à Câmara Corporativa, em torno da celeridade da assimilação e das consequências lógicas que a sua afirmação internacional acarretava. Até à revisão constitucional de 1951, momento em que a assimilação é legalmente prescrita, o conceito de “destribalização” foi sujeito a leituras com conotações muito vagas e até como sinónimo de “assimilação”. Percebe-se, assim, que a posição de Mendes Correia, quando falava de “destribalização brusca”, mais não era que uma tomada de posição a favor de uma assimilação lenta e progressiva. Ainda se estava, portanto, numa lógica de primitivismo na qual se fundava a legislação especial sobre os indígenas do tempo da ditadura militar. E referências à assimilação prematura continuaram a emergir ao longo da década para se tornarem em vozes abertamente discordantes das reformas de 1961.

A posição relativa dos preceitos que regulavam os “indígenas destribalizados”, no Estatuto de 1954 – concepção jurídica que já é interessante do ponto de vista histórico, porque, ao nomeá-lo desde logo “indígena”, cerceava a ideia segundo a qual o “destribalizado” gozava de direitos políticos diversos – pode ser considerada a chave para a ideia oficial que circulava acerca da destribalização. É que a sua consagração aparece no articulado adstrito à jurisdição das autoridades administrativas:

Artigo 21.º (jurisdição exclusiva das autoridades administrativas sobre os indígenas destribalizados): As autoridades administrativas exercerão por si sós jurisdição e polícia sobre os indígenas que deixarem de estar integrados nas organizações políticas tradicionais²⁸.

Entre 1929 e 1954, a assimilação foi fixada jurídica e sociologicamente, com a inserção de novos artigos que especificam índices de

28 Decreto-Lei n.º 39.666, de 20 de Maio de 1954, “Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique”.

ilustração e índices de hábitos individuais e sociais, estabelecendo-se definitivamente que a assimilação era um processo, passível de ser medido em graus de civilização. Neste sentido, o “destrribalizado” só entrou publicamente na ordem normativa vigente, quando se deu uma nova definição de “indígena”, mais plástica e moldável e mais longe da matriz racial e essencialista anterior. Mas o que resulta explícito da regulação do destrribalizado, dispersa e não sistematizada, é o não reconhecimento de legitimidade ao chefe tradicional. Ora, o que se procurava encontrar era um modelo de enquadramento social dos destrribalizados, daqueles que já não reconheciam poder às autoridades ditas gentílicas e que se subtraíam a um esquema de governação colonial fundado na colaboração dessas elites. Todavia, a doutrina jurídica construída sobre este artigo específico, postulava que a destrribalização tinha fundamentos económicos e estabelecia que o destrribalizado era o “marginal”, “como preferentemente lhe chamam os sociólogos”²⁹. Tais massas marginais, vivendo nos *intermundia* da cidadania e do indigenato, seriam o produto directo da influência das missões, cidades, fazendas ou fábricas, que lhes conferiam “aspectos exteriores de civilização” deixando intacta uma perigosa volatilidade política. Diferiam dos chamados “indígenas em evolução”, que levavam uma vida no sertão ao abrigo do sistema político e axiológico primitivo, embora com notáveis influências do contacto europeu³⁰. Mas, onde a doutrina reconhecia uma forte base económica e empregava termos pedidos emprestados à Sociologia, a lei restringia o enquadramento social do destrribalizado a um problema de ordem política.

A par do não reconhecimento do chefe de tribo, há que registar o modo como se procurava reconduzir um processo económico e social às condições políticas de dominação e controlo dos destrribalizados. O pensamento colonial belga parece ter tido aqui uma influência decisiva, sobretudo por intermédio do jesuíta Pierre Charles, que fundara na

29 José Carlos Ney Ferreira, Vasco Soares da Veiga, *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique – Anotado e legislação complementar*, 2.^a ed. (Lisboa, s.n: 1957), 37-38.

30 Ibid.

Universidade de Lovaina a Escola de Missionologia, e incorporara a delegação de 22 investigadores estrangeiros, a apresentar uma comunicação no I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo em 1937³¹. Também as posições oficiais britânicas, produzidas por comissões de inspectores laborais, tiveram um certo impacto na definição de “destrribalização”. Foi Silva Cunha quem transpôs estas correntes de pensamento para a ideologia assimilacionista do regime veiculada pela Escola Superior Colonial³². Há uma unidade institucional entre as posições belga e inglesa que pode ser rastreada nas reuniões do Instituto Colonial Internacional de Bruxelas, também conhecido por Academia da Ciência Política e Moral das Colónias. Este fórum internacional, oficialmente não-governamental, reunia membros extraídos dos grupos de notáveis de países europeus com possessões coloniais desde 1894 e o seu papel para a definição da ciência política continental está ainda por estudar³³. Importa, desde já, clarificar que se estava longe, na década de 1930, da categoria de indivíduos marcados pela mobilidade pendular entre a cidade e a sanzala, muito embora a complexidade do problema já contivesse as sementes dessa futura oposição rígida e binária cidade-campo. Depois de uma visita de inspecção aos territórios britânicos na África ocidental, o Major Orde Browne, conselheiro do Colonial Office para o trabalho, dava uma definição peremptória do fenómeno:

O que normalmente se designa por destrribalização ainda não assumiu grandes proporções, embora seja um desenvolvimento que aumentará no futuro. Na maioria dos lugares, as autoridades nativas são influentes e encontram-se bem estabelecidas, logo as tradições tribais revelam a sua tenacidade... O trabalho é sobretudo migrante e ainda

31 “Relatório do Secretário Geral do Congresso”, *Boletim da Agência Geral das Colónias* XIII, n.º 150 (1937): 221-237. O padre jesuíta Pierre Charles era autor de *L'introduction de la médecine européenne au Japon par les Portugais au XVIIe siècle* (Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia, 1938).

32 Joaquim Moreira da Silva Cunha, *Política Indígena: apontamentos das lições do Prof. Dr. Silva Cunha ao 2º ano do Curso de Administração Colonial da Escola Superior Colonial* (organizados pelo aluno Mário Godinho Martins), vol. II. (Lisboa: s.n., 1950-1951), 126-150.

33 Tracy Philips, “The XXIVth Biennial Session of the Institut Colonial International, Rome, June 1939”. *Journal of the Royal African Society* 39, n.º 154 (Janeiro, 1940): 17-21.

não se tomaram as medidas necessárias para estabilizar a força de trabalho... A maioria dos trabalhadores mantém contacto com a sua aldeia e eventualmente a ela volta para retomar o seu lugar na tribo³⁴.

Nesta última formulação, a destribalização é definida pela negação da força local das autoridades nativas e correspondente moral primitiva. A relativa ausência do fenómeno na África ocidental britânica levava Browne a concluir que o factor determinante residia na inexistência de um sistema de plantações gerido por europeus, caso bem diferente do que ocorria noutras colónias africanas, britânicas ou não. Nessas instâncias, emergia um aparelho orientado para o recrutamento e estabilização dos trabalhadores migrantes. Combinado com períodos de escassez de mão-de-obra, o efeito agravava-se. Pelo contrário, não havia destribalização enquanto os fluxos de trabalho migratório se mantivessem voluntários, irrestritos e pouco estruturados, o que libertava o trabalhador indígena para regressar para junto da família e comungar do calendário festivo e cerimonial da sociedade nativa³⁵.

34 Major G. St. J. Orde Browne, *Labour Conditions in West Africa (Report)* (Londres: H.M. Stationery Office, 1941), 10-11: "What is usually termed detribalisation has therefore not assumed important proportions so far, although it is a development which may increase in the future. In most parts the native authorities are influential and well established, and tribal traditions are therefore tenacious... Labour is mainly migrant and the big undertakings have not been sufficiently long established for a stabilised labour force to have come into being... The great bulk of the employees maintain contact with their village homes and eventually return there to resume their place in the tribe."

35 Orde Browne participou na 23.^a sessão do Instituto, que decorreu em Londres de 5 a 8 de Outubro de 1936, durante a qual discutiu o problema da destribalização, juntamente com Pierre Charles. Cf. Orde Browne (International Colonial Institute), *The Condition of Native Communities in or Near European Centres* (Bruxelas: Établissements généraux d'imprimerie, 1936); Pierre Charles, *Le problème des centres extra-coutumiers et quelques-uns de ses aspects* (Bruxelas: Institut Colonial International, 1936). No interior do Congo Belga, a discussão sobre a questão dos destribalizados teve muitas outras ramificações: por um lado, contavam-se os trabalhadores que, beneficiando dos cuidados e salário das grandes companhias mineiras entravam num modo de vida em que as suas mulheres passavam a ser pequenas burguesas, em famílias monogâmicas, dedicadas à educação dos filhos, que viviam com uma qualidade muito superior à que se encontrava nos enormes centros extra-costumeiros da periferia das grandes cidades; por outro lado, os pequenos colonos brancos envolvidos na produção agrícola para exportação – muitas vezes com o apoio de agentes estatais, em condições salariais muito abaixo dos funcionários das grandes sociedades – , opunham-se a essa política estatal de protecção das grandes companhias, que atraía e promovia a integração dos trabalhadores africanos, mostrando a sua adesão aos tempos do liberalismo económico e do pacto colonial e tomando, como seu principal modelo, os colonos britânicos do vizinho Quênia, "favoráveis a uma política de segregação que inquieta o Colonial Office"; de qualquer modo o que estava em causa era que

De notar que Silva Cunha se referiu de passagem ao trabalho deste oficial inglês, e centrava as suas lições sobre destribalização na figura e obra do jesuíta belga Pierre Charles. Embora partilhando, no essencial, a definição do problema como decorrente da estabilização da mão-de-obra, que criava “em torno dos lugares sede de explorações industriais um grupo de indígenas composto não só por trabalhadores contratados, mas também por famílias instaladas por um período indefinido”, a experiência colonial do Congo Belga (um caso de destribalização que era considerado positivo) obrigava o Padre Pierre Charles a uma abordagem mais programática e, por isso, mais apetecível aos juristas portugueses. Dez anos depois dessa prelecção no fórum internacional colonial, o Congo Belga já tinha edificado 34 centros extra-costumeiros para contenção de destribalizados³⁶. Como a doutrina de Pierre Charles se baseava também na observação directa da política congoleza, vejamos o que foi apropriado e rejeitado das suas posições. Para o missionólogo, assegurar a ordem pública “exterior”, por intermédio de regulamentos de polícia e imposição de condições de higiene e conforto, não se revelava eficiente para “o progresso da sociedade humana”. Impunha-se um imperativo administrativo: o enquadramento jurídico dessas aglomerações “que, sem um estatuto definido, se tornam focos de anarquia e de descontentamento”. Era uma visão endémica do potencial “marginal” ou “anárquico” dos desenraizados. Ou seja, apesar de se identificarem causas exógenas de natureza económica que favoreciam a destribalização, o enquadramento político e administrativo dos destribalizados decorria do axioma, também ele afirmado por Charles e aceite por Silva Cunha, de que a sociedade nativa, de natureza colectivista, era funcionalmente pouco especializada e estruturalmente pouco diversificada. Daí que, segundo os autores, a influência económica europeia minava sempre a organização política primitiva. O organicismo da ideia contaminou a solução do problema, desde logo considerado de ordem política. Era a propósito da “modernidade” dessa ordem política

“destribalização” e “proletarização” constituíam-se numa ameaça à ordem colonial, J. Dresch, “Méthodes coloniales au Congo belge et en Afrique équatoriale française,” *Politique étrangère* 12, n.º 1 (1947): 77-89, *maxime* 82, 85.

36 Silva Cunha, *Política Indígena...*, 143, nota 5.

dos destribalizados que Silva Cunha se distanciava das posições belgas, que sugeriam certa prudência no sistema político e moral local a adotar nesses conglomerados “*extra-coutumiers*”. Estes não se deveriam afastar dos costumes da sociedade nativa de onde os destribalizados provinham, de molde a não “acentuar demasiado o seu carácter extra-costumeiro”. Na prática, podemos hoje dizer, equivalia a estancar a destribalização. Silva Cunha, apesar de louvar o “notável trabalho” do missionário, suspeitava da real adequação do modelo belga de centros extra-costumeiros à realidade colonial portuguesa:

As aglomerações de destribalizados são, na maioria dos casos, formadas por indivíduos provenientes de grupos étnicos diferentes com concepções morais e sociais diversas. É difícil, portanto, organizar a vida nesses aglomerados na base de normas consuetudinárias comuns. [Além disso,] se o objectivo final da política indígena seguida é a assimilação, é contraproducente estar a reconstituir relativamente aos destribalizados uma organização social que eles abandonaram³⁷.

Identificando logo o desajustamento entre esse programa e a ideologia oficial da assimilação, Silva Cunha receava que não fazer aproximar o destribalizado ao modelo civilizacional europeu corresponderia à ideia de que a destribalização era evitável e passível de ser controlada segundo esquemas tribais, ideia esta totalmente divergente do sentido de progresso presente na cartilha lusotropical:

Claro que não se deve esquecer que a melhor maneira de combater a destribalização é evitar as causas que provocam o fenómeno. Como estas causas, porém, são em grande parte inelutáveis porque consistem no simples contacto entre indígenas e não indígenas que a colonização necessariamente implica, tem que se contar com o fenómeno e organizar o enquadramento dos destribalizados³⁸.

37 Ibid., 140-141.

38 Ibid., 136, nota 1.

As críticas de Silva Cunha conduziram à consagração oficial do “indígena destribalizado” como aquele que repudiou a organização política nativa, concepção legal que implicou o alargamento dos poderes administrativos locais e correlativa diminuição do domínio político dos sobas. Assim, tanto a doutrina jurídica como académica reconheciam que o substrato económico era fundamental para explicar o fenómeno, mas a interpretação dominante restringia-se ao efeito político do desaparecimento de relações sociais fortes entre o indígena e o chefe tribal. Hoje dir-se-ia que a variável económica é mediada pela variável política: a migração laboral só surtia efeito de destribalização, num quadro de ineficácia simbólica da elite tradicional. O corolário desta linha de pensamento, em plena denegação fetichista das condições materiais de que o destribalizado era produto, consistiu na elaboração de um programa concentracionário bem ao estilo dos preceitos humanistas e progressistas que justificaram a criação das regedorias na década seguinte:

Os indígenas que se estabeleçam num Centro [extra-costumeiro] são obrigados a fazer a sua inscrição nos registos a esse fim destinados, sob cominação da aplicação de sanções. Nenhum dos seus habitantes o pode deixar, desde que seja por períodos de tempo iguais ou superiores a trinta dias seguidos, sem que lhe seja concedido, para esse efeito, um passaporte (*passport de mutation*) pelo comissário de distrito ou pelo seu delegado no Centro³⁹.

Medidas coercivas, lembra Silva Cunha, que se destinavam a “evitar as flutuações da população e a assegurar o seu controlo”⁴⁰. Esta versão, que está na base da doutrina de Pierre Charles e que foi transposta para o pensamento político e administrativo português da época, implicava que o poder atribuído a tais centros fosse fortíssimo, cabendo-lhes até a faculdade de levantarem impostos sobre a população dominada: expressão concreta do “alto modernismo autoritário colonial”, segundo

39 Ibid., 143.

40 Ibid., 143, nota 2.

James Scott, no quadro do qual, uma ideologia de “colonialismo de bem-estar, combinada com o poder autoritário inerente à governação colonial, encorajou esquemas ambiciosos para reconstruir as sociedades nativas”⁴¹.

ABOLIÇÃO DO ESTATUTO DO INDÍGENA E CRIAÇÃO DAS REGEDORIAS, SETEMBRO DE 1961

A reconstituição dos argumentos de Silva Cunha relativiza o carácter inovador da denominada política reformista liderada, mais tarde, por Adriano Moreira. O modelo de enquadramento coercivo dos destribalizados antecedeu, em pelo menos uma década, a eclosão da guerra colonial e a organização das regedorias, depois de abolido o Estatuto do Indigenato em 1961. A Sociologia histórica da guerra subversiva tem também que olhar para o período de relativa “ordem colonial”: só assim se explica, como argumentámos já noutra artigo, que as populações batidas pela guerra, os refugiados, tenham sido tratados como verdadeiros destribalizados⁴². Claro que se reconhece que a regedoria serviu de instrumento de conquista de *hearts and minds*, mas o dado importante é que a sua invenção precedeu a função militar. Mesmo as medidas simbolicamente mais violentas – tais como o registo médico e militar dos “regressados das matas” e a sua contenção em aldeamentos construídos pelos próprios, divididos em bairros de vizinhança étnica – circulavam em fóruns internacionais desde antes do fim da II Guerra Mundial e tinham sido postas em prática no Congo Belga, tendo-se tornado num modelo caro aos portugueses. A este respeito, a genealogia do conceito de destribalização imbrica e é inseparável de uma genealogia das regedorias como tecnologia quotidiana do poder. Só assim se poderá entender a definição de “semi-

41 Sobre o conceito de *authoritarian high modernism* e a sua operacionalização em projectos de engenharia social em domínios coloniais e pós-coloniais, cf. James C. Scott, *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed* (New Haven e Londres: Yale University Press, 1998), 87-90, 97, 223-26.

42 Diogo Ramada Curto e Bernardo Pinto da Cruz, “Cidades coloniais: fomento ou controlo?,” in *Cidade e Império: dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais*, org. Nuno Domingos e Elsa Peralta (Lisboa: Edições 70, 2013), 113-166, *máxime* 113-125.

-assimilado” proposta por Marcello Caetano e a sua crítica em sede do Conselho Imperial:

É a técnica do aldeamento que necessitamos agora que se estude e não a sua doutrina, pois chegou a hora das aplicações [...]. O aldeamento dos semi-assimilados teria o carácter de formação de colónias agrícolas com núcleo urbano (isto é, povoação concentrada em que existam as diversas profissões necessárias à vida colectiva e órgãos de administração, educação e cultura), de molde a evitar a divagação e a vadiagem desses elementos em regra socialmente perigosos, permitindo, pela concentração, fácil vigilância pessoal e acção educativa. Assim se desviariam do caminho do crime e se lhes permitiria eficazmente a progressiva integração na civilização portuguesa. Para esses proporia eu um estatuto intermediário entre o da cidadania portuguesa e o indigenato [...]. Este terceiro estatuto, intermédio ou misto, para os indivíduos a meio caminho entre o indigenato e a civilização é, de resto, a fórmula clássica do direito romano que entre os *cives* e os simples *peregrini* admitia a categoria dos *latini*⁴³.

Entre as décadas de 1930 e 1940, a ambivalência política, administrativa e politológica do termo, instrumentalizada para fins políticos de distinção de sistemas coloniais com efeitos sociais diferentes, correspondeu ao início de uma tensão estrutural no campo da Antropologia internacional. Ora, a definição de Marcello Caetano coincidiu com a publicação da primeira obra integralmente dedicada ao tópico – *An Essay on the Economics of Detribalization in Northern Rhodesia*, de Godfrey Wilson⁴⁴. O modelo da destribalização aí apresentado, para dar conta do efeito de anomia social atribuído ao meio urbano, foi sofrendo críticas e reformulações teóricas e empíricas até meados dos anos 60, que matizaram de forma significativa a conotação pejorativa

43 Conselho Superior do Império, “Processo de Consulta n.º 37: Organização social e económica das populações indígenas. Sessão plena: Parecer n.º 44 – Declaração de Voto de Marcello Caetano,” *Boletim da Agência Geral das Colónias* XVII, n.º 191 (1941): 86-88.

44 Godfrey Wilson, *An Essay on the Economics of Detribalization in Northern Rhodesia*, 2 vols. (Livingstone, Northern Rhodesia: Rhodes-Livingstone Institute, 1941-1942).

associada à urbanização e identificaram padrões do comportamento social dos “destribalizados” em áreas urbanas, que o modelo binário original rural-urbano desprezava; o antropólogo de inspiração marxista Max Gluckman foi quem mais claramente se demarcou das concepções da “destribalização”, defendidas por muitos administradores, enquanto sinónimo de populações que, na periferia das cidades, tinham queda para as actividades subversivas da ordem colonial⁴⁵. Também em Portugal, surgiram do campo científico e académico tomadas de posição a favor do controlo da “destribalização”, sob a forma de esquemas de providência social, tutelados pelo Estado e de cariz vincadamente urbano e industrial. Não obstante, a ideia de Caetano, formulada em 1941, perdurou vinte anos e foi retomada, no início da década de 1960, por sociólogos e politólogos recém-formados do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos.

Esses novos projectos que começavam a ser esboçados, em missões, relatórios de estágio e dissertações, orientados para o paradigma desenvolvimentista, não fizeram tábua rasa das articulações mais antigas sobre a destribalização. Amadeu Castilho Soares, que veio a coordenar um programa de acção social de enquadramento dos destribalizados, apresentava na sua dissertação de licenciatura e no trabalho dedicado ao tópico da destribalização um “estado da arte” decalcado das lições de Política Indígena de Silva Cunha, o qual reproduzia, por sua vez, em estilo de sebenta, argumentos caros a Marcello Caetano. Daí que seja contra o silêncio legal notado por estes dois últimos, que Castilho Soares invoque um novo programa estatal veiculado por agentes de “sólida formação cristã e nacionalista e preparação sociológica elementar”⁴⁶. A proposta de Castilho Soares reflectia o contacto directo que manteve

45 Max Gluckman, “Tribalism in Modern British Central Africa,” *Cahiers d'études africaines* 1, n.º 1 (1960): 55-70; Marc Howard Ross e Thomas S. Weisner, “The Rural-Urban Migrant Network in Kenya: Some General Implications,” *American Ethnologist*, 4, n.º 2 (Maio, 1977): 359-75, *maxime* pp. 360-61; Frederick Cooper, “Grandeur, décadence... et nouvelle grandeur des études coloniales depuis les années 1950,” *Politix* 17, n.º 66 (segundo trimestre 2004): 17-48, *maxime* 20-21 [sobre o carácter de ruptura da obra de Gluckman, “Analysis of a Social Situation in Modern Zululand,” *Bantu Studies* 14 (1940) :1-30.]

46 Amadeu Castilho Soares, *Política de bem estar rural em Angola: para um estudo de urbanismo* (Lisboa: Edição do Autor, 1958-1959); veio a ser publicado pela Junta de Investigações do Ultramar, 1961, 191.

com as populações africanas durante a Missão para a Atracção das Grandes Cidades e do Bem-Estar Rural, no Distrito do Huambo em Angola e a Missão de Estudo do Habitat Nativo da Guiné⁴⁷. Este movimento de criação de um “olhar sociológico” no seio da administração estatal está também presente no projecto de Castilho Soares para a criação de uma Secção de Identificação e Estatística. Incumbir-se-ia esta de classificar os nativos urbanos na escala civilizacional, por intermédio da mensuração de indicadores sociológicos, tais como a duração de residência fora das zonas rurais e grau de estabilidade profissional e familiar, e já não com base em informações jurídico-políticas recolhidas pela hierarquia administrativa colonial. Procurava-se, desse modo, conhecer a dimensão “real” do fenómeno da destribalização⁴⁸.

Tais propostas devem ser lidas também no interior de condições institucionais e internacionais que abriram um campo específico de autoridade técnica, ou melhor, técnico-científica⁴⁹. Não é por acaso que se multiplicaram, em torno de 1960, as propostas de comissões de inquérito, secretas ou discretas, tuteladas sempre por “sociólogos”⁵⁰. As invariantes do pensamento destas duas décadas em relação à categoria dos “destribalizados” abrangeram mais do que o simples debate entre os campos da Sociologia e o campo jurídico. É que também nesta nova vaga de enquadramento “moderno”, a questão da manutenção do *statu quo* nativo e das fontes “costumeiras” de disciplina tribal voltava a estar presente, sob a capa dos “fenómenos de super-tribalização”, conceito proposto por Georges Balandier e operacionalizado por Silva Cunha, em 1958, na Missão de Estudo dos Movimentos Associativos

47 IPAD/MU/166J, Sampayo D’Orey, António dos Santos Labisa, Amadeu Castilho Soares. *Missão para o estudo da atracção das grandes cidades e do bem-estar rural – relatório da campanha de 1957 em Angola*.

48 Castilho Soares, *Política de bem estar rural em Angola...*, 189-200. Sobre este projecto, cf. Diogo Ramada Curto e Bernardo Pinto da Cruz, “Cidades coloniais: fomento ou controlo?,” in *Cidade e Império, Dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais*, org. Nuno Domingos e Elsa Peralta (Lisboa: Edições 70, 2013), 113-66.

49 Miguel Bandeira Jerónimo e José Pedro Monteiro, “O império do trabalho. Portugal, as dinâmicas do internacionalismo e os mundos coloniais,” in *Portugal e o fim do colonialismo. Dimensões internacionais*, org. M. B. Jerónimo e A. Costa Pinto (Lisboa: Edições 70, 2014), 15-54, *maxime* 42-49.

50 AHU/MU/GM/GNP/160/Pt.2S, João Pereira Neto, “Apontamento secreto n.º 41”.

em África⁵¹. Reconhecia-se agora que o “destribalizado”, se não era completamente ocidental, europeizado, também não estava totalmente segregado dos costumes tribais. A quebra de confiança face às autoridades tradicionais não derivava, nesses autores, de uma consciencialização da natureza tradicional (no sentido weberiano) da dominação. Não havia uma mudança da obediência tradicional para uma legitimidade racional-legal. Mas também não havia anarquia, dado que os destribalizados tinham capacidade para se organizar politicamente em torno de um *leader*. Castilho Soares e Silva Cunha comungavam da necessidade de estancar esses fenómenos políticos de massas guiadas por indivíduos carismáticos, entre os quais se encontravam os messianismos africanos. O mote estava em domesticá-los e subordiná-los à lógica da assimilação progressiva. A este respeito, seria desejável demonstrar, em toda a sua amplitude, as influências da doutrina do corporativismo estatal na política colonial portuguesa, especialmente no capítulo da destribalização. No período em apreço, notava-se uma clara deriva “modernista” nos programas de combate ao desenraizamento indígena com “fenómenos de super-tribalização” induzidos e orientados pelo Estado. Foi então que, na orgânica do Ministério do Ultramar, correspondendo à alteração morfológica das entidades de investigação dele dependentes, surgiram organizações político-administrativas orientadas para o estudo das possibilidades da transplantação do modelo corporativo metropolitano para as colónias⁵².

Os agentes coloniais portugueses, incluindo os ideólogos do regime, debatiam-se intensamente com uma grave antinomia: entre, por um lado, enquadrar socialmente os destribalizados (ora reagrupando-os em conformidade com as linhas étnicas “originais”, ora submetendo-os

51 Amadeu Castilho Soares, “Enquadramento social dos destribalizados”, separata, *Revista Ultramar* 4 (1961): 7-8, 15; Joaquim Moreira da Silva Cunha, *Movimentos associativos na África Negra* (Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1956); Joaquim Moreira da Silva Cunha, “O enquadramento social dos indígenas destribalizados,” *Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos* II, n.º 5-6 (1952): 12-30.

52 Tal terá sido uma das versões, mais oculta, da intenção de se criar o Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério, onde Castilho Soares e outros licenciados do I.S.E.U./I.S.C.S.P.U. encontraram refúgio, carreira e prestígio, cf. AHD/MU/ GM/GNP/RNP/0079/12828-001, Alexandre Ribeiro da Cunha, “Apontamentos: Presidência do Conselho”.

à administração ultramarina de forma imediata); e, por outro lado, preservar a cultura dos meios nativos como medida preventiva de destribalização, ideia essa tanto mais forte quanto mais se avançava na codificação jurídica, científica e propagandística do luso-tropicalismo, da assimilação e da integração. Em rigor, Silva Cunha associou cedo o declínio da elite nativa à organização do sistema económico capitalista nas colónias, à acção das missões católicas e protestantes, ao serviço militar, ao fascínio material pela técnica europeia e à imprudência nas relações entre as autoridades administrativas e as populações indígenas. Este último aspecto remetia para um ataque directo às autoridades nativas, símbolo político da disciplina tribal. A par da ridicularização dos costumes dos trabalhadores nativos, verificavam-se também acções que consistiam em minar

[...] sistematicamente o prestígio das autoridades gentílicas perante as populações e em se não ter em conta na organização com as populações a sua maneira de ser, as suas crenças, os seus costumes e as suas necessidades. É evidente que se as autoridades gentílicas perdem o prestígio perante os seus subordinados, a estabilidade e a solidez do grupo diminuem e as causas de desagregação actuarão mais facilmente. O grupo tenderá a pulverizar-se em pequenas unidades que mais facilmente sentirão a acção das forças centrífugas a que fizemos referência. Da mesma forma o não se ter em conta as particularidades de cada grupo social e as suas necessidades, há-de fatalmente contribuir para o seu desaparecimento⁵³.

Em 1959, os relatórios da Missão de Estudos dos Movimentos Associativos em África, bem como o trabalho nela preparado por Silva Cunha, reflectiam a problemática do declínio da elite tradicional africana. Mais importante, porém, foi a sua imediata disponibilização, por

53 Joaquim Moreira da Silva Cunha, *Política Indígena...*, 134. Para um aprofundamento da questão do impacto da pulverização tribal e da destribalização na eficácia do reordenamento urbano nos distritos da Lunda e do Uíge em 1961, em perspectiva comparada, cf. Diogo Ramada Curto e Bernardo Pinto da Cruz, "Cidades coloniais: fomento ou controlo", 125-31.

intermédio do Conselho Orientador do Centro de Estudos Políticos e Sociais, à elite política e administrativa, tanto na metrópole como no ultramar. É um caso particular de ciência social como produtora directa de discursos de apoio à tomada de decisão, num quadro em que “a gravidade da situação actual impunha[m] a necessidade de não se limitar a apreciação dos problemas ao escopo restrito dos movimentos associativos, porquanto estes revelam apenas um dos aspectos da problemática suscitada pela nossa acção em África”. Um desses problemas, no entendimento do Conselho, estava na ausência de uma orientação superior,

[...] quanto à posição das autoridades e instituições nativas; entendendo que não só se tem desaproveitado demasiadamente o auxílio que estas são susceptíveis de dar à execução de múltiplos aspectos da política indígena, como ainda se tem tendido para as desacreditar aos olhos dos nativos. As consequências que poderão resultar de um tal estado de coisas não são difíceis de avaliar, pois que, a prosseguir-se semelhante política, bem poderá acontecer que no momento em que mais viermos a necessitar das sociedades tribais como elementos estabilizadores nos falem totalmente os meios próprios para sobre elas agirmos. Acresce que o nosso desinteresse pela sobrevivência, futuro e dignificação das autoridades nativas poderá levar à designação destas em alheamento e até em oposição à administração portuguesa⁵⁴.

A “indefinição de orientação superior” relatada pelo Centro de Estudos Políticos e Sociais corresponde, de forma concreta, à ambivalência com que, na periferia das províncias ultramarinas, diferentes correntes de opinião sobre a política indígena davam lugar a tratamentos diferenciados das populações africanas. Mas se este parecer da elite académica em Lisboa não podia ser considerado novo, era porque o problema da indefinição da solução para o desenraizamento tribal era mais antigo, e toda uma doutrina programática já havia sido elaborada. Por outras palavras, não foi a Missão de Estudos, com as suas

54 AHU/MU/GM/GNP/184, “Relatório do Conselho Orientador do Centro de Estudos Políticos e Sociais das reuniões de 5 e 11 de Junho de 1959”:5-7 (sublinhado nosso).

deslocações e comissões de serviço, postulando uma abordagem mais empírica ao objecto, que deu origem a essa vontade de revalorização das instituições nativas. Justificou-a, sem dúvida, com acrescida legitimidade e urgência: estava-se já na viragem entre o controlo dos destribalizados e a potencial lógica da “recuperação das populações” num teatro de guerra subversiva⁵⁵.

Assim, no momento em que as ciências sociais eram convocadas pelo campo do poder para formular uma resposta estruturante à destribalização, Adriano Moreira acabou de vez com o vazio legal sobre o “destribalizado”, ao revogar o Estatuto do Indígena de 1954. Valerá a pena citá-lo, para entendermos o potencial retórico do termo, mas também para se repensar – como absolutamente urgente – o sentido da revogação do regime de indigenato à luz da destribalização:

O problema das cidades está intimamente ligado ao êxodo rural, e não pode naturalmente falar-se de um sem ter em conta o outro [...]. Deve antes de mais esclarecer-se que a palavra cidade é empregada em sentido convencional, que não corresponde ao que habitualmente lhe é dado, e que também não seria substituída com vantagem pela expressão urbanismo. Trata-se de referir, com uma expressão genérica, os casos de grandes aglomerados de população desviados dos seus processos e lugares tradicionais de vida, nem sempre em relação com um fenómeno de urbanismo, ao menos prévio. É o caso dos chamados grandes projectos, compreendendo os aproveitamentos hidroeléctricos, e os complexos em que esses aproveitamentos se aliam a explorações mineiras e industriais que requerem mão-de-obra abundante por longos períodos. Trata-se sempre [...] de reunir grandes massas de homens que ficam desamparadas das suas organizações tradicionais que entram em contacto com

55 Um declarado discípulo de Adriano Moreira nos seus ensinamentos acerca da “Política Indígena”, Afonso Mendes, com base nos seus trabalhos de campo nos distritos de Huíla e Moçâmedes, também se pronunciou sobre o fenómeno da destribalização, associando-o ao movimento de criação de trabalhadores assalariados – “espíritos autenticamente desenfreados, presas da inquietação, campo fértil a toda a agitação social [...] fonte abastecedora da delinquência angolana.” *A Huíla e Moçâmedes: considerações sobre o trabalho indígena*. Estudos de Ciências Sociais e Políticas, n.º 12 (Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1958), 175-83, *maxime* 177.

um mundo de organização e funcionamento absolutamente inesperado, que se sujeitam a uma interdependência em moldes de que não têm experiência. Processam-se assim modificações de comportamento que nem sempre dão origem à formação de um grupo estabilizado, mas que dão sempre origem ao drama da evolução individual que vai projectar-se no meio de origem. Todavia, na conjuntura actual, são os grupos estabilizados geograficamente, nos quais concorrem os fenómenos da cidade e da urbanização, que exigem uma atenção mais urgente [...]. A concentração destas massas enormes de destribalizados [...] suscita um problema social cuja solução constantemente aparece como postulado da solução de muitos outros problemas. É a questão dos estatutos, que se traduz na definição da lei a que ficam subordinadas as relações jurídicas em que intervêm estas pessoas deslocadas dos meios costumeiros mais díspares [...]. A experiência da exclusiva opção pela assimilação total em que se viveu até ao Estatuto vigente, e a experiência colhida com o regime de opção pela assimilação parcial que este instituiu demonstra que o método não serve e que não conduz à indispensável coincidência entre o estatuto jurídico e o estatuto cultural [...] ⁵⁶.

A definição multifacetada avançada por Adriano Moreira tinha o mérito de reconhecer duas histórias do conceito de “destribalização”: a urbana, das grandes cidades, que teve maior expressão académica com a alteração estrutural do campo universitário e científico metropolitano entre 1955 e 1962, e outra mais antiga, localizada ao nível dos focos de colonização onde o poder infra-estrutural do Estado era bem menor e entrava em lógicas de competição-cooptação com empresas concessionárias que obrigavam o indivíduo e as famílias africanas a entrarem no ciclo económico de culturas para exportação. Ora, no Congo Belga, deste há muito se tinha consciência desta divisão entre dois tipos de destribalizados. ~

⁵⁶ Adriano Moreira, “Problemas sociais do Ultramar – Discurso pronunciado pelo Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina no Salão Nobre do Instituto Superior Técnico em 9 de Julho de 1960, na sessão de encerramento do 25.º aniversário do Instituto de Serviço Social,” *Boletim Geral do Ultramar* XXXVI, n.º 420-421 (1960): 45-62, *maxime* 49-55 (sublinhado nosso).

NOVOS REFORMISMOS

René Dumont, sociólogo do mundo rural, contava com uma larga experiência de aconselhamento em organizações internacionais, quando publicou, em 1962, *L'Afrique noire est mal partie*. Um ano depois, a obra já ia na sua sexta edição. A tradução portuguesa foi prefaciada pela geógrafa Raquel Soeiro de Brito e enriquecida com uma série de fotografias, devidamente legendadas, nomeadamente sobre os campos da Guiné e Moçambique (Lisboa: Dom Quixote, 1965). Autêntico *best-seller* do início da década de 1960, o livro de Dumont tanto citava Fanon, como Rostow e Gunnar Myrdal, teóricos do desenvolvimento com perspectivas diversas, para concluir com uma ideia que nada tinha de original, a não ser o facto de se inscrever numa análise autorizada pela Sociologia, pela Economia e por conhecimentos técnicos agrícolas: a África não estava ainda preparada para a independência, porque não tinha maturidade política, nem económica para que as novas nações pudessem singrar⁵⁷. No prefácio à edição portuguesa, a referida geógrafa, que contava com uma certa experiência de terreno nas colónias portuguesas, sublinhou o facto de Dumont responsabilizar “o Branco pelo impasse na evolução, pois desde há séculos que se vem preocupando mais com os benefícios próprios do que com o fomento do vastíssimo continente”⁵⁸. Mas também sublinhou que Dumont punha o dedo na ferida das ajudas ao desenvolvimento, quando aproveitadas para proveito próprio pelas novas elites. Por isso, que não se estranhasse o livro ter suscitado uma larga polémica, sobretudo junto dos africanos de que Dumont era conselheiro, pois representava o prolongamento de “uma ‘política de colonialismo, reaccionária, inadequada aos tempos presentes’”⁵⁹.

Claro que o livro fazia uso das convenções retóricas do pensamento conservador, pois pretendia tratar as questões coloniais com uma perspectiva realista. Por exemplo, considerava que a organização dos exércitos dos novos Estados africanos punha problemas terríveis,

57 René Dumont, *A África começa mal*, trad. M. L. Colaço (Lisboa: Dom Quixote, 1965): 381. *Ibid.*, 173: “Só se pode agir eficazmente num meio sociológico que se conheça bem.”

58 R. Soeiro de Brito, “Prefácio,” in Dumont, *A África começa mal*, p. XVIII.

59 *Ibid.*, p. XX.

a começar pelo seu “espírito fascista” e a acabar no facto de se encontrarem ao serviço de uma nova “casta privilegiada”, feita de dirigentes “que muitas vezes procuram conservar o poder sem se preocupar suficientemente com o desenvolvimento, a educação camponesa e uma elevação do nível de vida popular, permitido pelo rápido crescimento da produção”⁶⁰. Dumont também não tinha dúvidas em relação à aplicação do modelo da democracia parlamentar aos novos Estados africanos, uma vez que o mesmo modelo só parecia funcionar nos Estados da Europa do Norte e de religião protestante⁶¹. E, ainda numa nota de realismo, não deixava de considerar que seriam os novos estudantes dos países africanos que poderiam constituir a base para uma revolução e a formação de quadros e elites para os novos Estados independentes; porém, era preciso que “os estudantes africanos estivessem de facto preocupados em melhorar a sorte dos seus compatriotas camponeses”, o que não parecia suceder na realidade⁶².

Realismo, aprofundamento dos conhecimentos técnicos e científicos e moderação no desenvolvimento das comunidades africanas; faseamento nas tentativas de modernização (a começar por resistência às grandes companhias e projectos de industrialização), bem como no modo de pensar a criação de novos Estados independentes – eis algumas das ideias propostas por Dumont. Neste quadro de desenvolvimento faseado, seria impossível defender as tribos no seu arcaísmo. Pelo contrário, sem nunca se referir aos movimentos ou ao conceito de destribalização, Dumont chega a considerar que as tribos e os seus chefes, enquanto unidades de organização social, se podiam constituir como “um temível freio para o desenvolvimento”, por duas razões principais⁶³. Por um lado, porque o solo e a propriedade continuavam a depender de lógicas de ocupação tribal, o que levava os chefes tribais a cederem os direitos das suas tribos sobre florestas desabitadas e não exploradas, permitindo-lhes arranjar receita sem trabalho. Ou seja, os chefes

60 Dumont, *A África começa mal*, 311.

61 *Ibid.*, 318.

62 *Ibid.*, 332-35.

63 *Ibid.*, 169.

tribais, com os seus direitos e escusando-se ao trabalho, acabavam por favorecer a constituição de grandes explorações. A alternativa seria o Estado colonial defender o carácter de propriedade pública das mesmas terras, de modo a favorecer a instalação, enquanto agricultores, dos assalariados emigrantes atraídos pelos salários das grandes plantações:

Um tal direito [de os chefes poderem “ceder” mais ou menos legalmente os direitos das suas tribos sobre florestas desabitadas e nunca exploradas] facilitou a constituição de vastas plantações africanas exploradas por assalariados emigrantes, sem grande trabalho da parte dos autóctones, quando estes emigrantes da savana, mais corajosos, poderiam ter sido instalados em campesinatos como agricultores, a explorar por sua conta, se tivesse sido preservado o carácter de propriedade pública destas terras⁶⁴.

Por outro lado, tal como sucedia na Guiné e no Mali, os chefes de aldeia, com uma média de idade de cerca de setenta anos, manifestavam um “longo costume de exploração do camponês”. Enfim, para desenvolver as comunidades de uma forma faseada seria necessário não propriamente destribalizar, palavra que Dumont não utiliza, mas passar a uma fase intermédia do desenvolvimento agrícola, que não se podia confundir com a grande exploração ou plantação. Ou seja, o que Dumont defendia era a constituição de “unidades mais pequenas, colocadas sob a responsabilidade efectiva dos seus administradores, [as quais] aumentariam as possibilidades de uma utilização vantajosa”⁶⁵.

Em Outubro de 1963, A. Correia de Araújo assinou em Luanda um livro que veio a ser publicado pela Junta de Investigações do Ultramar logo no ano seguinte. O seu autor ostentava o título de diplomado do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (ISCS-PU) e surgia ligado ao Centro de Estudos de Serviço Social e de Desenvolvimento Comunitário (criado por diploma de Março de 1963 e que

64 Ibid., 159.

65 Ibid., 198.

parecia privilegiar áreas aparentemente tão díspares quanto a Geografia e a Economia). No âmbito das publicações da citada Junta e igualmente com a chancela do mesmo Centro, o livro tinha sido antecedido pela publicação de dois outros, no mesmo ano de 1964: um livro colectivo sobre a *Promoção social em Moçambique* e um outro, que continha os resultados do *Inquérito habitacional realizado no Bairro da Munhuana*. Inserido neste contexto, o autor da obra em causa reivindicava para si uma margem de autonomia e de liberdade que impressionam, hoje, quem faça deduções demasiado rápidas acerca do trabalho das instituições no interior de regimes autoritários, mas que eventualmente pode ajudar a explicar por que razão as publicações atribuídas ao mesmo Centro tiveram vida fugaz: “as ideias aqui expandidas são nossa inteira responsabilidade, não representando, obrigatória e conseqüentemente, a doutrina ou as directrizes dos serviços em que trabalhamos”⁶⁶. Que ideias eram essas que escapavam às directrizes? E será que, ao escaparem a umas directrizes, acabavam por remeter para outras agendas e outros programas de política colonial? Poder-se-á, então, falar de uma concorrência entre programas ou será que os mesmos mantiveram entre si articulações e relações de compatibilização?

Primeira ideia, aplicada ao “Ultramar”, a qual não passa de mera repetição da cartilha das teorias económicas de modernização: impunha-se passar de uma economia de subsistência para uma economia de mercado, neste sentido seria necessário promover “uma maior justiça social entre as etnias em contacto, através do desenvolvimento económico e de uma melhor distribuição da riqueza”⁶⁷. Aumento da produção, comercialização crescente, ao lado do fomento da educação, da imigração (encaminhando a emigração para o “Ultramar”), da conservação do solo, da introdução de novas culturas, da criação de estações experimentais, com prioridade para o fomento agro-pecuário, afiguram-se os objectivos mais evidentes, numa linha explicitamente atribuída tanto ao referido René Dumont, no que respeita à prioridade da modernização agrícola,

66 A. Correia de Araújo, *Aspectos do desenvolvimento económico e social de Angola*. Estudos de Ciências Políticas e Sociais, n.º 75 (Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1964).

67 *Ibid.*, 17.

como ao economista João Salgueiro, numa sua intervenção nos *Colóquios sobre o II Plano de Fomento* (Lisboa, 1959), no que dizia respeito à “integração das economias de subsistência na economia monetária”⁶⁸. Mas é claro que a afirmação mais surpreendente diz respeito ao facto de se defender que só poderia haver desenvolvimento se os resultados da produtividade deixassem de “ser canalizados para os mesmos grupos sociais ou para as mesmas pessoas, dado que o desenvolvimento económico terá de ser acompanhado por uma distribuição equitativa do rendimento”⁶⁹. É que se se estruturassem “economias diferentes para os alienígenas ou para os aborígenes”, provocar-se-iam “atritos e conflitos sociais, motivo por que o desenvolvimento económico deverá beneficiar indistintamente todas as etnias”, logo, deveria atribuir-se “uma atenção e esforços muito especiais à promoção dos autóctones”⁷⁰.

Se a primeira ideia de Correia de Araújo não era inédita, nem parecia fugir às directrizes em curso noutras instituições, o mesmo acontece com um segundo conjunto de argumentos. Reporta o autor ao decreto que criou as Juntas Provinciais de Povoamento de Angola e Moçambique de 6 de Setembro de 1961 – precisamente do mesmo dia em que foi revogado o Estatuto dos Indígenas e promulgada a Organização das Regedorias. Nesse diploma, encontra o autor a base da “vocação ecuménica do povo luso”, que se traduzia “na criação de comunidades plurirraciais plenamente integradas e estáveis, síntese harmónica de valores culturais de variada origem”⁷¹. Tratava-se de uma ideia generalista acerca da comunidade “do povo luso”, que já tinha sido anteriormente especificada por Silva Cunha, através das seguintes características: “ausência de discriminação racial e política de assimilação; aptidão natural dos portugueses para o convívio com os nativos; consciência colectiva de que se está a exercer um direito e consequentemente à vontade na relação com os nativos; inexistência de um sistema

68 Ibid. 17, 20. Para a prioridade dada ao sector agro-pecuário, cf. Ibid., 148.

69 Ibid., 17.

70 Ibid., 139.

71 Ibid., 38-39, 144.

organizado de exploração económica das populações⁷². Por sua vez, ao modo de pensar ou de imaginar esta comunidade teriam de corresponder as políticas de povoamento, bem como “o reordenamento agrário das populações autóctones, nos múltiplos aspectos económicos, sociais e étnicos⁷³. Reordenamento que visava, acima de tudo, a “integração das populações rurais⁷⁴. Por outras palavras, o conceito de comunidade com o seu carácter harmónico e integrador tanto servia à definição geral de uma comunidade lusa e plurirracial, como norteava as políticas de povoamento ao nível da pequena comunidade rural.

Neste quadro, quais as políticas de povoamento a adoptar? Correia de Araújo defendia que o Estado colonial não deveria enveredar por uma política sistemática de tudo querer controlar e planear, pois não existiam para isso recursos suficientes. Só em zonas excepcionais, pouco ocupadas, depois de estudos criteriosos, se poderia enveredar pela “instalação de núcleos (dirigidos)”, que a censura interiorizada da época já não permitia denominar de colonatos⁷⁵. Um outro recurso, com antecedentes históricos que remontavam a uma experiência angolana do tempo de Pombal, e que podia adoptar como modelo algumas práticas israelitas, estaria no recurso à “ideia de soldados-colonos⁷⁶. E, uma vez que o que estava em jogo era pôr em prática uma política de “desenvolvimento comunitário”, os seus principais agentes de promoção deveriam ser os agentes de autoridade, incluindo um amplo quadro de professores ou monitores rurais, pois era àqueles que as “populações nativas” se encontravam subordinadas⁷⁷.

A definição de uma tal política de desenvolvimento comunitário teria de passar inevitavelmente pelo “reagrupamento ou concentração das populações”, mas haveria que ter “muito tacto” e saber aplicá-la com

72 Silva Cunha, “Aspectos dos movimentos associativos na África Negra,” separata, *Estudos Políticos e Sociais* 23, (1959): 86-87, cit. por Correia de Araújo, *Aspectos do desenvolvimento económico e social de Angola*, 38-39.

73 Correia de Araújo, *Aspectos do desenvolvimento económico e social de Angola*, 39.

74 Ibid.

75 Ibid., 42.

76 Ibid., 53.

77 Ibid., 151, 176-179.

cuidado⁷⁸. Em quatro pontos principais, Correia de Araújo exprime as suas ideias sobre a aplicação dessa política. Primeiro, haveria que evitar, a todo o custo, que “a urbanização e a destribalização [...] originem descontentamentos e constituam motivo de reivindicações e de lutas”, nomeadamente criando em torno das cidades o que se denominava de “cinturas vermelhas”⁷⁹. Assim, “nas cidades, onde se formaram grandes aglomerados de destribalizados”, teriam de ser accionados todos os mecanismos de abertura, “que não se compadece com quaisquer sectores fechados”, mobilidade social e assimilação, evitando o “aparecimento de atritos sociais”⁸⁰. O racismo e o *apartheid*, pois, estavam excluídos das políticas para as cidades. Devendo, ainda, reservar-se espaço para uma política habitacional que fomentasse a auto-construção e fugisse às ilusões dispendiosas; para o ensino técnico; e a criação de “verdadeiros centros sociais” que fomentassem a prática de actividades culturais, morais e desportivas⁸¹.

Segundo e terceiro pontos, inspirados claramente em René Dumont, os velhos chefes de família não poderiam continuar a ser os pilares do progresso de uma tal sociedade, que se desejava em processo de desenvolvimento comunitário, por serem avessos à inovação⁸²; teria também de se investir na educação da mulher de modo a retirá-la da condição de “escrava, agarrada a concepções tradicionais e encarregada de penosas tarefas”⁸³. Ou seja, nos três pontos acabados de mencionar, Correia de Araújo reconhecia a necessidade de romper com uma cultura tradicional centrada na tribo, para reconhecer os processos, com aspectos positivos e negativos, da destribalização. Porém, num quarto ponto – mais directamente ligado à concretização das regedorias em meio rural, que são vistas a partir do prisma do “reagrupamento ou concentração das populações” – o autor mostra-se mais hesitante. O

78 Ibid., 168.

79 Ibid., 146.

80 Ibid., 145.

81 Ibid.

82 Ibid., 149.

83 Ibid., 156.

seu principal conselho consistiu, bem longe das ideias de *quadrillage* sugeridas por Foucault, em “pôr de parte quaisquer critérios rígidos e geométricos, por muito defensáveis que eles possam parecer do ponto de vista teórico”⁸⁴.

Tal concentração deverá, antes, basear-se nas tradições das mesmas populações, nas suas aspirações, no condicionalismo do meio ambiente, e ser precedida de uma adequada campanha informativa, que poderá evidenciar aos olhos dos respectivos habitantes as vantagens que lhes poderão advir de tal reagrupamento. Se surgirem resistências, ou não se conseguir despertar o entusiasmo desejado, o melhor será aguardar e educar com paciência⁸⁵.

A meio caminho entre a tradição e o desenvolvimento por fases, contando com o envolvimento das populações, capazes de proporcionar “um ordenamento agrário voluntário”, assim procedia Correia de Araújo⁸⁶. No centro de cada regedoria, estaria um centro social, sendo que as propriedades agrícolas correspondentes ficariam num raio de 5 km. Comporiam esse centro uma escola, capela, posto sanitário, cooperativa, sede, residência do regedor, do professor, do enfermeiro, armazém, balneário colectivo, lavadouro com compartimentos individuais, fossas, fontanários, instalações para pequenas oficinas, recinto desportivo, etc. Porém, era necessário encarar com realismo todo este plano de criação das milhares de regedorias, ou seja, de reagrupamento, ordenamento e concentração das populações.

Nada de construções luxuosas, mas antes funcionais. Na maioria de tais instalações poderão ser utilizados os materiais próprios de cada região, devendo os respectivos habitantes construí-las pelo seu exclusivo esforço, se bem que entusiasmados e orientados por agentes qualificados [...]. O

84 Ibid., 168.

85 Ibid.

86 Ibid.

que acabámos de afirmar tem inteira aplicação à construção das habitações dos nativos. Se bem que haja interesse em melhorar e aperfeiçoar as mesmas, gradualmente, não devemos cair no erro de aconselhar os autóctones a enveredarem por construções dispendiosas, quando poderão dar aplicação mais produtiva às suas fracas poupanças. A posse de uma junta de bois de trabalho com os respectivos apetrechos de trabalho, a ampliação das explorações agrícolas, a construção de uma vala de irrigação ou o aumento do seu rebanho têm, por exemplo, muito mais interesse para o respectivo progresso económico do que aquelas casas improdutivas [...]. Também não se poderá aguardar, para a organização ou melhoria de tais regedorias, o levantamento topográfico das respectivas áreas, ou a elaboração dos correspondentes projectos urbanísticos, orientação essa que está longe da realidade e que não produziria resultados palpáveis senão daqui a algumas décadas. Não poderemos esquecer que ainda hoje constituem um número muito reduzido as povoações comerciais de Angola que possuem já planos de urbanização. Temos, portanto, de ser lógicos e razoáveis connosco próprios, enveredando pela actuação que se nos afigure mais consentânea com os nosso limitados recursos materiais e pessoais⁸⁷.

João Pereira Neto dedicou a Adriano Moreira a sua tese de doutoramento apresentada no ISCSPU, intitulada *Angola meio século de integração* (Lisboa, 1964). O objectivo era o de reconstituir “a política prosseguida em Angola, antes da eclosão do terrorismo, no sentido de aí se desenvolver uma sociedade portuguesa multirracial”⁸⁸. “Política de integração multirracial”, na formulação feita só em 1961 por Moreira, por sua vez, inspirado em Gilberto Freyre⁸⁹. Política que dependeu, em parte, da criação de infra-estruturas económicas e administrativas começadas a lançar por Norton de Matos, em 1912. Assim, o período em análise vai de 1912 a 1960, procurando-se depois verificar quais as causas da revolução

87 Ibid., 169.

88 João Pereira Neto, *Angola meio século de integração* (Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1964), 17.

89 Ibid., 23-24.

de 1961 e o modo de lhe fazer frente, apelando a uma contra-revolução baseada na referida tradição, ou seja, numa política de integração⁹⁰. Porém, no decurso da investigação, Pereira Neto mostrou a sua predilecção mais por Paiva Couceiro, com o seu governo de Angola anterior à queda da Monarquia, do que por Norton de Matos. A política deste último de “promoção social do indígena”, reprimindo os abusos contra eles cometidos, estava longe de poder ser considerada de assimilação ou de integração. Pelo contrário, havia em Norton de Matos um “manifesto desejo de evitar misturas entre os grupos em contacto”⁹¹. Neste sentido, o trabalho de articulação e de compatibilização entre os direitos dos indígenas e o direito público e privado português só teria sido levado a efeito durante o Estado Novo. Mais precisamente, entre o Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas (1929) e o Estatuto dos Indígenas Portugueses (1954), procurara-se uma lenta integração de ambos os direitos, por um lado, no sentido de se respeitarem usos e costumes das respectivas sociedades indígenas, tribais ou gentílicas e, por outro lado, competindo às autoridades harmonizar os referidos usos e costumes com os princípios fundamentais do direito público e privado, com o fim de “promover ‘a evolução cautelosa das instituições nativas no sentido indicado por esses princípios’”, conforme indicava o último diploma, de 1954⁹². O modo de imaginar a integração, segundo Pereira Neto, respeitava assim uma lenta e gradual evolução, conforme temos verificado a partir de outros autores, sempre no respeito pelos usos e costumes tradicionais.

Ao lado de algumas restrições aos usos e costumes indígenas, nomeadamente em matéria de pôr fim a situações de poligamia e de promover heranças por via feminina, o Estatuto dos Indígenas de 1954 reconheceu, pela primeira vez, uma nova realidade, a saber, a dos “marginais ou destribalizados”:

[...] as autoridades tradicionais não poderiam exercer jurisdição policial sobre os indivíduos que tivessem deixado

90 Ibid., 29.

91 Ibid., 251.

92 Ibid., 255.

de estar integrados nas organizações políticas tradicionais e que as autoridades administrativas, a quem incumbia essa acção, poderiam, quando se tivessem formado aglomerados populacionais constituídos por indígenas nas condições atrás referidas, nomear, entre eles, regedores administrativos e cabos de ordem, a quem seriam atribuídas funções policiais e de auxiliares da administração civil e que poderia ser determinado, por diploma legislativo, que nesses aglomerados populacionais as relações comerciais entre os seus habitantes fossem exclusivamente reguladas pela lei comum e pelos usos correntes do comércio⁹³.

Havia, no entanto, um aspecto das relações com as chamadas “autoridades gentílicas”, que era merecedor de particular atenção: tratava-se de integrar os sobas na cadeia de comando do Estado ou da administração colonial, uma vez que “qualquer acção eficiente de fiscalização que prescindisse da sua colaboração implicaria elevadíssimas despesas, por obrigar à manutenção de grande número de funcionários”⁹⁴. Ora, em 1913, Norton de Matos anunciara que já tinha passado o tempo do desprezo por tais chefes tradicionais e que os mesmos tinham de passar a integrar a administração. Mas teria sido só com a Reforma Administrativa Ultramarina (1933), ou seja, durante o Estado Novo, que se fixaram os deveres dos chefes tradicionais como colaboradores, proibindo-os de “cobrar impostos, aplicar multas e de receber qualquer gratificação em razão do recrutamento de indígenas para o trabalho”⁹⁵. Esta última disposição afigurava-se importante porque, por um lado, contrariava medidas que tinham sido tomadas durante a Primeira República, mais concretamente em 1918, no sentido de fomentar a prática de gratificar os indígenas pelos seus serviços enquanto angariadores de mão-de-obra; por outro lado, uma tal medida não terá conseguido vencer a rotina, a ponto de os opositores à política ultramarina portuguesa terem continuado a retratar os sobas em conluio com os funcionários

93 Ibid.

94 Ibid., 261-262.

95 Ibid., 264.

prevaricadores, angariando mão-de-obra indígena; uma denúncia que não deixava de ter sentido, argumentou Pereira Neto, uma vez que os sobas contavam com o ódio de muitos dos seus subordinados, a ponto de muitos jovens terem emigrado para os grandes centros urbanos ou para o estrangeiro, principalmente para o Congo⁹⁶. Em 1954, o Estatuto dos Indígenas Portugueses não só reconheceu os destribalizados, como fez o mesmo com os chefes, designados como regedores, “eleitos de acordo com usos e costumes locais, devendo contudo a investidura ficar dependente da homologação do governador de distrito, que poderia destituí-los quando não desempenhassem convenientemente as funções do cargo”⁹⁷.

Este quadro ter-se-ia mantido estável de 1933 a 1960, visão que implicava da parte de Pereira Neto uma inequívoca apologia do Estado Novo. As principais mudanças começaram a operar-se após a Segunda Guerra. Primeiro, no domínio internacional surgiu “uma quase unânime condenação do fenómeno colonial”, o que levou ao aparecimento de novos Estados africanos e a que “extremistas africanos”, com o apoio dos países do bloco soviético, se envolvessem em “acções subversivas”⁹⁸. Segundo, o progresso económico, ao fomentar o êxodo rural, teve consequências desastrosas:

[...] principalmente nos meios urbanos que não estavam preparados para receber as multidões que aí passaram a viver e a cuja vida febricitante, tão diferente daquela a que estavam habituadas, não se adaptaram. Como consequência desse condicionalismo, os fenómenos de patologia social passaram a ter uma enorme incidência nas zonas urbanas, não ficando contudo imunes nas zonas rurais, em virtude de os emigrantes não permanecerem por muito tempo no local de trabalho⁹⁹.

96 Ibid.

97 Ibid., 265.

98 Ibid., 286.

99 Ibid.

Foi, aliás, nesses ambientes de destrribalizados que, segundo João Pereira Neto, encontraram terreno fértil as ideias subversivas, conforme se aperceberam as administrações belga, francesa e inglesa, que ainda procuraram eliminar as causas que conduziam a guerras subversivas. Em terceiro e último lugar, também relacionado com o fenómeno da destrribalização: o enorme aumento da população que se passou a reger pela lei comum teve consequências notórias para o aumento das atribuições, dos serviços e do trabalho dos funcionários administrativos¹⁰⁰. Por outras palavras, eram necessários mais funcionários e mais Estado colonial para responder às solicitações de uma população em processo acelerado de mudança¹⁰¹.

A publicação do livro do economista Alfredo de Sousa, com prefácio de um outro economista que se procurava dobrar de sociólogo, Adérito Sedas Nunes, *Economia e sociedade em África* (1965), pode ser considerada um marco das ideias reformistas. Alfredo de Sousa trabalhava, então, no ISCSPU. Uma das suas publicações anteriores mais importantes, um estudo intitulado *Ensaio de análise económica do café* (1958), tinha sido editado pela Junta de Investigações do Ultramar, como um dos primeiros estudos da conhecida colecção de “Estudos de Ciências Políticas e Sociais” (n.º 17). Desde o final da década de 1950, como já foi referido, era ele um dos principais autores portugueses a difundir ideias acerca das políticas de desenvolvimento comunitário, aplicadas ao “ultramar”. A colaboração, à escala deste livro, entre Alfredo de Sousa e Adérito Sedas Nunes não deverá ser explicada à luz de desenvolvimentos posteriores. Uma vez que o primeiro veio a ser

100 Ibid., 287.

101 A questão do aumento exponencial de atividade burocrática da administração ultramarina local passou a ser objecto de preocupação constante da elite recém-formada pelo Instituto de Estudos Ultramarinos/ISCSPU em meados da década de 50. João Pereira Neto verá no projecto legislativo da Reforma do Quadro Administrativo Ultramarino de 1962 uma oportunidade para reforçar a autoridade e isenção dos funcionários coloniais, propondo a centralização no ISCSPU dos processos de selecção e recrutamento administrativos, visando alterar a relação de forças com os juristas e economistas formados na metrópole e empregados nas colónias. Sobre o referido projecto, o desenvolvimento económico e a burocratização colonial, cf. Bernardo Pinto da Cruz, “Proto-totalitarismo de Gabinete: a génese e consolidação do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar” (Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, FCSH-UNL, 2014), 119-31; Ministério do Ultramar, Gabinete do Ministro, *Decreto n.º 4421, de 19 de Março de 1962*.

reitor da Universidade Nova de Lisboa e elemento essencial na criação da sua Faculdade de Economia, sem dúvida, uma das escolas de Economia mais importantes em Portugal; enquanto o segundo foi o principal impulsor de um dos principais centros portugueses de investigação em ciências sociais. Na altura em que ambos se cruzaram no livro em causa, o jovem Alfredo de Sousa trabalhava numa das instituições mais produtivas e com mais recursos, o ISCSPU, que claramente se orientava para a definição de políticas coloniais; enquanto Sedas Nunes desenvolvia as suas actividades num gabinete que tinha sido criado no âmbito da definição das políticas corporativas do Estado Novo, mas que fora bem sucedido, desde 1963, com o lançamento da revista *Análise social*. Ambos economistas, licenciados pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, sendo o primeiro mais novo quatro anos que o seu prefaciador, o livro em causa foi publicado com a dupla chancela da revista *O Tempo e o Modo* e da Livraria Moraes, um dos foros de reflexão do catolicismo progressista que pretendia renovar o Estado Novo a partir de dentro. Todos estes pormenores de natureza biográfica sugerem uma hipótese: será que do cruzamento de agentes provenientes de círculos ligados às políticas coloniais, corporativas e ao catolicismo progressista resultaram ideias novas?

Para Sedas Nunes, o Estado, em “situação colonial”, tinha de passar a assumir um papel e uma liderança fortes. Porquê? Porque a “iniciativa privada capitalista” não promovera “o desenvolvimento económico das populações subordinadas”; dependendo de centros de tomada de decisão situados nas Metrópoles, foi “para estas que canalizou produtos e lucros, agindo assim como fonte de enriquecimento de minorias e das Potências dominantes”; neste processo, não houve um efeito “dinamizador das economias autóctones”; mais, gerou-se uma espécie de economia dual, uma vez que “os capitais, as empresas e a mão-de-obra directiva ou qualificada, enviados das Metrópoles, foram constituir, nos territórios dominados, círculos fechados e independentes, sobrepostos, mas não propriamente inseridos nas antigas economias e sociedades locais”; enfim, longe de se ter gerado uma integração o que sucedeu foi uma “segregação – natural ou intencional – [que] limitou

severamente a capacitação técnica, a assimilação cultural e a promoção económica de um escol modernizado aborígene e representou, por isso, um dos mais poderosos factores impeditivos da irradiação de impulsos dinamizadores nas economias tradicionais”¹⁰².

O papel que competiria, no futuro, ao Estado só pode ser convenientemente avaliado em função da sua pouca importância no passado, sempre a reboque da iniciativa privada e funcionando “dentro de esquemas fortemente determinados por interesses centrados nas Metrópoles”¹⁰³. Dois aspectos locais afiguravam-se particularmente importantes. Por um lado, a mão-de-obra utilizada era local, tendo esta passada por diferentes fases: da escravatura ao trabalho compelido, com remunerações escassas ou impostas, e deste ao assalariamento com retribuições que os europeus não aceitariam. Por outro lado, havia a questão da terra e da propriedade, posta em termos que fazem lembrar René Dumont, mais concretamente, quando “a colonização implicou ocupação económica de vastos territórios – para neles se estabelecerem colonos europeus ou para aí se praticarem as chamadas ‘culturas industriais’ de largo porte – essa ocupação frequentemente constituiu esbulho (é verdade que nem sempre consciente para quem o efectuava) de terras que tinham dono tradicional nas comunidades aborígenes”¹⁰⁴.

Outros dois movimentos sucederam: o da destribalização, nomeado por Sedas Nunes por outras expressões (desestruturação, desagregação); e o surgimento de condições para a formação de novas unidades políticas, acompanhadas de um processo de tomada de consciência nacionalista, protagonizado por quadros e uma nova elite formada em escolas e universidades de matriz europeia. Atente-se no primeiro movimento:

Sob o contacto e o impacto da presença europeia, as comunidades sujeitas não podiam permanecer inalteradas nas suas estruturas ancestrais. Os antropólogos e sociólogos

102 A. Sedas Nunes, “Prefácio,” in *Economia e sociedade em África*, org. Alfredo de Sousa (Lisboa: Livraria Moraes Editora/“O Tempo e o Modo”, 1965), pp. VIII-IX

103 Ibid., p. X.

104 Ibid., p. XI.

falam mesmo de um processo, nelas desencadeado, de “desestruturação”, o qual se vai acompanhando de esboços de “re-estruturação” [...]. O embate não assumiu idêntica violência em todos os territórios; e as estruturas tradicionais também revelaram distintas capacidades para o suportar. De qualquer modo, grandes massas humanas foram desintegradas dos seus quadros socioeconómicos e culturais tradicionais. Mas, dispersas pelos seus povoados ou aglomeradas em cidades, permaneceram, em sua esmagadora maioria, na margem e no exterior das comunidades europeias locais. E assim se formou e engrossou *um sub-proletariado* autóctone, em parte urbano, em parte rural – gente duplamente desenquadrada, pois que saída do “mundo antigo”, mas sem real acesso ao “mundo novo”; gente de intervalo histórico e social¹⁰⁵.

Quanto às nações emergentes, o diagnóstico traçado por Sedas Nunes não andava longe dos receios expressos por René Dumont: as unidades nacionais eram demasiado débeis, atravessadas por conflitos e tensões que o poder colonial tinha utilizado e reprimido ao sabor dos seus interesses; as suas economias, com capitais insuficientes, eram “pobres, primárias, dualistas, desarticuladas e instáveis”; as suas elites pareciam mais preocupadas com os privilégios, antes reservados ao colonizador, com o exercício do nepotismo e de hábitos de venalidade¹⁰⁶. Também se lhe afigurava necessário pensar que outros caminhos poderiam existir que servissem de alternativa. Ou seja, “como poderia a tutela [do Estado colonial sobre os países africanos] ter sido prolongada, em condições sustentáveis e úteis”¹⁰⁷?

Primeiro, impunha-se que a denominada “minoría autóctone ‘assimilada’” encontrasse nesse prolongamento uma justificação¹⁰⁸. Aspecto que dependeria do facto da mesma minoría poder ascender não só a lugares de segundo, mas de primeiro plano, tanto do ponto de vista dos grandes negócios, como do supremo poder político e administrativo. O

105 Ibid., pp. XII-XIII (sublinhado nosso).

106 Ibid., pp. XV-XVI.

107 Ibid., p. XVIII.

108 Ibid., p. XVIII.

exemplo da Rodésia de Ian Smith, tornada independente em 1965, não era recomendável, pois apontava para uma concentração dos negócios e do alto poder numa minoria europeia. A alternativa preferida por Sedas Nunes tinha de ser encontrada, precisamente, no reforço do sector público, logo, dos poderes do Estado colonial, que só não era assim chamado por interiorização dos mecanismos da censura:

Por conseguinte, só uma vigorosa intervenção do Poder metropolitano – orientada no sentido de criar um extenso sector público e semi-público, através de cujos quadros, recursos e meios de acção se tornasse simultaneamente possível abrir canais de ampliação e ascensão económica, social e política ao elemento autóctone “assimilado”, pôr efectivamente os recursos e a administração local ao serviço de toda a sociedade e da sua promoção, e corrigir ou compensar injustiças radicais, herdadas dos tempos da aventura e da opressão – só uma intervenção desse estilo poderia, se feita a tempo e em força, alterar suficientemente as características estruturais da sociedade colonial. Só ela tornaria, assim, viável uma sustentação da tutela em condições politicamente justificáveis e um ulterior acesso à independência sem crise grave e sem reacção excessiva ou indiscriminada contra os europeus. O “colonialismo” não poderia deixar de produzir, em reacção, o “anti-colonialismo”; mas o “colonialismo” foi expressão inevitável do puro “capitalismo”. E apenas por uma acção do Estado, firmemente conduzida das Metrópoles segundo critérios não-capitalistas, este poderia ser contido dentro de limites tais, que uma reacção dita “prematura” não sobreviesse.

Prolongar tutelas que basicamente mais não fossem que defesa e cobertura de situações efectivamente coloniais, não se vê que pudesse ter outro resultado, senão um rompimento final, forçosamente dramático¹⁰⁹.

Numa palavra, uma acção forte de um Estado colonial poderia prolongar a necessária tutela exercida sobre sociedades e economias débeis, como as africanas, evitando os riscos da exploração capitalista.

109 Ibid., p. XXI.

No fundo, o programa proposto por Sedas Nunes era o de um Estado colonial que paradoxalmente não poderia ser nem colonial, nem capitalista. Nesta proposta de Sedas Nunes, encontrar-se-ão, porventura, ecos de modelos corporativos, capazes de evitar as desigualdades e as injustiças do capitalismo. Tratava-se de ideias e de um programa político que, por sua vez, não coincidia exactamente com o que era proposto pelo “jovem economista” – assim se referia, no prefácio, Sedas Nunes a Alfredo de Sousa. Para este último, uma das questões que se colocava consistia precisamente na entrada do trabalhador africano, pelo assalariamento, nas estruturas da economia monetária – processo suscitador de um saldo migratório favorável às áreas da economia moderna, uma vez que os assalariados e empregados “conseguem estabilizar-se nas cidades e nos centros industriais”, passando a constituir “uma nova classe com relevância sociológica”¹¹⁰.

Este é um dos sintomas do chamado fenómeno da des-tribalização, mais pronunciado numas áreas que noutras, e que se traduz tanto pelo fenómeno da evasão, como por uma acentuação das transformações internas das relações comunitárias. Com efeito, progressivamente o africano vai compreendendo que o salário é uma remuneração proporcional a um trabalho fornecido e à dificuldade da tarefa [...].

O africano assalariado na empresa moderna encontra um ambiente e um meio totalmente novos, em relação à sociedade tradicional [...] é obrigado a conviver com indivíduos de outras etnias e com eles compartilhar dos mesmos afazeres, das mesmas incomodidades, ambições, temores e ódios. No entanto, este viver em comum nem sempre é suficiente para formar uma comunidade e sobrepor-se às solidariedades tribais, de tal forma que ainda acontece formarem-se no seio de empresas de grande dimensão grupos informais de assalariados vinculados ao grupo étnico, quando não mesmo se esboçam conflitos (ocultos, latentes ou declarados) entre estes grupos¹¹¹.

110 Alfredo de Sousa, *Economia e sociedade em África*, 229-30, 246-47.

111 *Ibid.*, 230, 235.

A questão central para Alfredo de Sousa era, pois, a da inevitável transformação da economia africana numa economia capitalista. Era no interior desta transformação que concebia a destribalização, a qual era acompanhada de resistências de vária ordem. Não era só a continuidade de usos e costumes tribais que se faziam sentir no interior da “empresa moderna”, o problema estava também em questões como a da instabilidade e a do absentismo que os trabalhadores, que pertenciam ao tipo do “africano não aculturado”, sentiam “nas suas primeiras fases de contacto com a sociedade moderna”¹¹². Nas palavras de Alfredo de Sousa, o aborrecimento e um salário baixo explicavam o abandono do emprego. E o que era o “aborrecimento”?

Um estado de ódio, temor, conflito, de náusea ou repulsa, do africano em relação a outra pessoa ou situação e que ele, na África Portuguesa, exprime pitorescamente por “estar chateado”, é suficientemente denso de significado e valor para o fazer abandonar ou a terra, ou a mulher, ou o emprego¹¹³.

O mesmo “jovem economista”, preocupado que estava com a integração dos trabalhadores africanos na sociedade e na empresa modernas, capitalista, centrava-se no estudo do “processo de invasão” da “sociedade africana primitiva” “pela cultura europeia-ocidental”; no seu entender, tratava-se de uma dialéctica de culturas que assumia as formas da urbanização, industrialização, colonização administrativa, escolas, missões, etc., e que teria levado ao “aparecimento de nova mentalidade e de novas classes sociais”¹¹⁴. Nesta mesma abordagem, existem ecos – com certeza por via indirecta – de uma atenção funcionalista aos novos comportamentos, por exemplo, quando se considera ser “difícil separar a interligação existencial activa entre ideias e acções”¹¹⁵. E é no interior desta mesma perspectiva funcionalista que o retrato exótico e

112 Ibid., 236, 239.

113 Ibid., 237.

114 Ibid., 243.

115 Ibid., 244.

pretensamente caricatural do africano que mimetiza comportamentos europeus acaba por ser mais revelador da estreiteza dos métodos de uma sociologia espontânea e do esquematismo dos processos utilizados por Alfredo de Sousa do que o resultado de uma qualquer abordagem etnográfica:

Os fenómenos de mimetismo revelam-se em vários aspectos, por vezes caricaturais: o suo de canetas, porventura só a tampa enfiada no bolso de fora do casaco ou da camisa; o suo de óculos escuros com lentes de medíocre qualidade; o uso de colarinho e gravata, símbolos de dignidade, mais incomodativos em climas quentes; etc. O A. teve ocasião de observar em Moçambique e Angola imitações do vestuário europeu com pedaços de roupa presos por alfinetes (v.g. só o cano das meias preso a sapatos sem sola)¹¹⁶.

Quais as novas classes resultantes do processo de modernização? Antes de mais, seria possível pensar na formação de uma “classe média, a qual está ligada ao processo de urbanismo e da industrialização”; compunham-na “os operários médios e os melhor remunerados”, “os empregados de escritório, os funcionários médios da administração pública e o pequeno comerciante”; era dela que poderiam sair elementos das elites dirigentes e membros das organizações sindicais¹¹⁷. Depois, havia que contar com a formação de uma nova classe de proprietários rurais, geradores de emprego e parte de uma economia monetária, que formavam uma burguesia rural, muitas vezes com um pensamento conservador¹¹⁸. Aos dois grupos anteriores, acrescentava-se uma “aristocracia sociológica”, de altos funcionários negros, profissionais independentes, grandes proprietários e comerciantes, muitas vezes com origem em “famílias de chefes”; a sua origem mestiça, ou seja, a sua “ambiguidade rácica” tinha consequências quanto à sua “ambiguidade política”¹¹⁹. No

116 Ibid.

117 Ibid., 247-248.

118 Ibid., 248-250.

119 Ibid., 250-251.

cume de todas estas classes, estaria a minoria branca, privilegiada, “a sociedade dos colonizadores”¹²⁰. Na base de todas estas classes, estaria “a grande maioria dos membros das sociedades africanas”, cuja área ia sendo reduzida e onde “os mais novos” se furtavam à autoridade dos “mais velhos”¹²¹. Mas, mais uma vez, a principal preocupação de Alfredo de Sousa dirigia-se à massa de destribalizados:

Abaixo de todas as classes, vivendo num mundo social diferente, existe a grande massa dos destribalizados e imigrados nas cidades, social e culturalmente instáveis, oscilando ao sabor das correntes de opinião mais aliciantes ou demagógicas, não se manifestando, por vezes, mas sofrendo pungentemente tensões recalcadas; um autor chamou-lhe: a “massa dos eternos mistificados”. Esta classe social é dotada de uma enorme fluidez profissional e migratória, que se apresenta precisamente como uma das suas principais características sociológicas. Os seus componentes constituem a maioria dos habitantes das cidades: em algumas regiões alcançam 40 e 70% da população adulta masculina¹²².

Na caracterização do processo de modernização, Alfredo de Sousa esquematiza nos seguintes termos a relação da administração colonial com os chefes autóctones. Num primeiro tempo a administração colonial, impondo a codificação e a hierarquização, terá retirado funções de autoridade aos chefes tradicionais; num segundo momento, estes passaram a colaborar com a administração colonial, sendo-lhes confiadas funções menores, enquanto “regedores e reguladores do direito costumeiro”; finalmente, nos países recém-independentes, a cooperação dos chefes com as autoridades coloniais conduziu à destruição da autoridade dos chefes tradicionais¹²³. A desestruturação das autoridades tradicionais, dos chefes, foi também abalada devido ao movimento de autonomização económica e social dos “mais novos”, perante os “mais

120 Ibid., 251.

121 Ibid., 252.

122 Ibid., 251-252.

123 Ibid., 254-255.

velhos”, em consequência do referido assalariamento, que implicou transformação das relações de dependência e afastamento físico para as plantações e para os centros industriais ou cidades¹²⁴. Outras causas que contribuíram para o enfraquecimento das autoridades tradicionais foram: o empobrecimento de muitas terras que contribuiu para diminuir o prestígio dos chefes; as deslocações das populações decididas pelas administrações coloniais, sobretudo com o fim de realização de trabalhos públicos, acabaram por fragmentar muitas comunidades; e o serviço militar obrigatório que mostrava aos mais novos um outro tipo de autoridade¹²⁵. Numa palavra, o assalariamento dos mais novos – na grande plantação, centro industrial ou nas cidades – contribuiu para a destribalização e desestruturação das comunidades tradicionais.

A par do assalariamento, “a escola e a missão foram outros ‘factores de subversão’ da sociedade tradicional [...], e, de algum modo, meios de deseducação comunitária”¹²⁶. Numa linguagem a fazer lembrar discursos políticos, o economista reparava que “em muitas aldeias, o chefe vê desaparecer por completo, na prática, o seu papel de sacerdote e sacrificador, que passa a ser desempenhado pelos ministros da nova religião, por sacerdotes estrangeiros”¹²⁷. Por sua vez, as mudanças na família, da família extensa à monogâmica, bem como a mulher emigrada para fora dos denominados “centros costumeiros” também fizeram “fazer perder ao chefe tradicional o seu papel de controlador da mulher (da produtora de produtores) e a deixar de ser o centro das relações matrimoniais”¹²⁸. Um dos modos de os assalariados, destribalizados, manifestarem as suas ligações ao mundo tribal consistiria na emergência de organizações associativas, que nalguns casos se estabeleciam em concorrência com a autoridade dos chefes tribais, noutros casos ainda funcionavam debaixo do seu raio de acção. Sem citar o conhecido trabalho de Silva Cunha, mas referindo o sociólogo francês Georges Balan-

124 Ibid., 256-257.

125 Ibid., 258.

126 Ibid.

127 Ibid., 261.

128 Ibid., 262.

dier, Alfredo de Sousa referia-se, mais especificamente, às “associações secretas formadas por aderentes do ‘mundo velho’ [e que] pretendem ser, frequentemente, as substitutas da chefia tribal e as controladoras da moral e mantedoras dos ritos”¹²⁹.

O assalariamento e a destribalização, ao implicarem “a decadência do poder dos chefes tradicionais deixou um vazio político nos quadros indígenas”¹³⁰. O problema estava, pois, em saber como preencher esse vazio comunitário. Nos países colonizados, europeus ou autóctones ocidentalizados “tentam preencher esse vazio, fim que nem sempre alcançam”, conseguindo apenas um certo conformismo, deixam o campo para que forças internas ou externas exerçam “influência no interior das sociedades, envoltas em simbolismos insuspeitos”; enquanto, nos países independentes, eram os jovens membros das novas elites africanas ocidentalizadas que assumiam o papel de líderes formais ou informais dos seus povos¹³¹. Em qualquer dos casos, para Alfredo de Sousa, nas sociedades africanas em mudança, a questão estava em saber onde se encontrava o poder e a liderança.

CONCLUSÕES

Destas notas de leitura em torno do conceito de destribalização, quatro conclusões principais podem ser retiradas. A primeira diz respeito à centralidade do conceito de “destribalização” nos programas de controlo colonial do segundo pós-Guerra. O mais revelador é que a sua genealogia é inseparável de uma genealogia das regedorias e dos métodos concentracionários postos em prática em terreno colonial. Por outras palavras, a leitura e interpretação das regedorias não pode ficar refém nem de uma concepção puramente militar – na qual funcionariam como estratégia contra-subversiva ou preventiva –, nem tão-pouco de uma leitura revisionista que as concebe – como aliás são justificadas oficialmente – enquanto materialização de esquemas de desenvolvimen-

129 Ibid., 263.

130 Ibid., 265.

131 Ibid.

to comunitário. Ambas as posturas acabam por esquecer as condições materiais necessárias à produção de indivíduos “destribalizados”, de forma imediatamente simétrica à amnésia que se operou na academia e na administração ultramarina. Este aspecto conduz-nos à nossa segunda conclusão, que se prende com o enorme peso do político e do militar, logo, com a questão da autonomia relativa, tanto dos saberes jurídicos como das ciências sociais (Sociologia, Antropologia, Geografia e Economia). Será que todas estas notas de leitura relativas ao modo de colocar e de contextualizar a “destribalização” correspondem apenas ao que detectámos no início, ou seja, à sua dependência das operações de controlo, nomeadamente em termos militares, sem nunca se poder dizer que a análise se autonomiza no interior de ciências sociais, cada vez mais institucionalizadas e requeridas, enquanto campo produtor de estudos e de conhecimento científico dos territórios colonizados em ritmo acelerado de mudança?

Em terceiro e último lugar, a dependência portuguesa relativamente às teorizações e modos de conceptualização propostos em relação a outros impérios coloniais não pode passar em claro. À luz da circulação de saberes internacionais, sobretudo inter-imperiais, os pensadores portugueses parecem ocupar um lugar de agentes subalternos. Mais, a institucionalização da produção de conhecimento que conduziu à transformação da antiga Escola Colonial em universidade – em vez de representar um processo de autonomização e mau grado um propalado excepcionalismo luso-tropical da integração e da miscigenação – reforçou essa mesma dependência. Por um lado, devido à necessidade de forjar argumentos e discursos que pudessem ser comuns, tendo em vista a obtenção de reconhecimento internacional para a continuação da tutela colonial sobre os territórios africanos. Por outro, porque o capital simbólico associado à mobilização de teorias e de conceitos que circulavam internacionalmente acrescentava valor e distinção aos que acediam a esses mesmos instrumentos. Contudo, resta saber até que ponto é hoje válido pensar em termos de concorrência e distinção dada a uniformidade discursiva que se impôs ao longo da segunda metade do século passado em torno da destribalização, na qual o recurso a au-

toridades acadêmicas estrangeiras desempenhou sempre um papel de relevo. É aliás notório que o círculo mais próximo de Adriano Moreira e que exerceu funções mais ou menos visíveis na preparação dos projetos de reforma ultramarina dos anos 1960 seja o mais representativo dessa reprodução de ideias, conceitos e soluções. Acerca deste ponto, talvez se devesse começar por equacionar a relação aparentemente harmoniosa entre os licenciados em Economia e os recém-diplomados em Administração Ultramarina como uma afinidade pejada de tensões, tendo como pano de fundo os debates mais antigos em torno das tipologias de colonização, de natureza jurídica.

Tal como propuseram Pierre Bourdieu e Abdelmalek Sayad, também nós pretendemos distinguir as águas e não reificar os conceitos, criando os instrumentos necessários que nos permitam analisar, sem cair na armadilha de meramente reproduzir conceitos utilizados em “situação colonial”. Ou seja, não tomar os processos em causa pelas operações de produção de conhecimento dos processos por parte de agentes neles envolvidos. Porém, para construir os instrumentos que permitam a tal distanciação, escapando à referida reificação, é necessário levar mais longe a reconstituição dos canais de disseminação e obstrução no seio do aparelho de Estado à influência das ideias em voga acerca do destribalizado. Sem olhar aos processos de tomada de decisão e aos pontos de intersecção entre instituições acadêmicas e científicas e a administração pública, o trabalho muitas vezes descritivo de reconstituição das genealogias conceptuais arrisca-se a transformar, numa mera história das ideias, situações e processos sociais e políticos que são inevitavelmente mais extensos.

BIBLIOGRAFIA

Abrantes, Carla Susana Alem. “Administradores coloniais em formação: Algumas notas sobre a produção de conhecimento antropológico e ação do Estado em Angola”. Trabalho apresentado na 26.^a Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro, Bahia, Brasil, 1 a 4 de Junho de 2008.

Abrantes, Carla Susana Alem. “Repertórios do conhecimento em disputa: trabalhadores indígenas e agricultores no colonialismo português em Angola, 1950.” *Anuário Antropológico* 39, n.º 1 (2014): 195-218.

Ágoas, Frederico. *Saber e Poder: Estado e investigação social agrária nos primórdios da sociologia em Portugal*. Dissertação para obtenção do grau de Doutor em Sociologia, FCSH-UNL, 2010.

Ágoas, Frederico. “Estado, Universidade e Ciências Sociais: a introdução da sociologia na Escola Superior Colonial.” In *O Império Colonial em Questão (sécs. XIX-XX): poderes, saberes e instituições*, organização de Miguel Bandeira Jerónimo. Lisboa: Ed. 70, 2012.

Araújo, A. Correia de. *Aspectos do desenvolvimento económico e social de Angola*. Estudos de Ciências Políticas e Sociais, n.º 75. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1964.

Bender, Gerald. “The limits of Counterinsurgency: an African Case.” *Comparative Politics* 4, n.º 3 (Abril, 1972): 331-60.

Bender, Gerald. *Angola under the Portuguese*. Berkeley: University of California Press, 1978.

Brito, R. Soeiro de. “Prefácio”. In *A África começa mal* René Dumont, tradução de M. L. Colaço. Lisboa: Dom Quixote, 1965.

Browne, Orde. *The Condition of Native Communities in or Near European Centres*. Bruxelas: Établissements généraux d'imprimerie, 1936.

Browne, Orde. *Labour Conditions in West Africa (Report)*. Londres: H.M. Stationery Office, 1941.

Caetano, Marcello. *Perspectivas da política, da economia e da vida colonial*. Lisboa: Livraria Moraes, 1936.

Cahn, John P. *Contra-insurreição em África, 1961-1974: O modo português de fazer a guerra*. São Pedro do Estoril: Ed. Atena, 1998.

Castelo, Cláudia. “Ciência, Estado e Desenvolvimento no Colonialismo Português Tardio.” In *O Império Colonial em Questão (sécs. XIX-XX): poderes, saberes e instituições*, organização de Miguel Bandeira Jerónimo, 350-79. Lisboa: Ed. 70, 2012.

Castelo, Cláudia. “Investigação científica e política colonial portuguesa: evolução e articulações, 1936-1974.” *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* 19, n.º 2 (2012): 391-408.

Castelo, Cláudia. “Novos Brasis em África: desenvolvimento e colonialismo português tardio.” *Varia História* 30, n.º 53 (2014): 507-532.

Charles, Pierre. *Le problème des centres extra-coutumiers et quelques-uns de ses aspects*. Bruxelas: Institut Colonial International, 1936.

Charles, Pierre. *L'introduction de la médecine européenne au Japon par les Portugais au XVIIe siècle*. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia, 1938.

Coelho, J. P. Borges. *Protected Villages and Communal Villages in the Mozambican Province of Tete (1968-1982): A History of State Resettlement Policies, Development and War*. Tese de PhD, Universidade de Bradford, 1993.

Conselho Superior do Império. “Processo de Consulta n.º 37: Organização social e económica das populações indígenas. Sessão plena: Parecer n.º 44 – Declaração de Voto de Marcello Caetano.” *Boletim da Agência Geral das Colónias*, XVII, n.º 191 (1941): 8-98.

Cooper, Frederick. "Grandeur, décadence... et nouvelle grandeur des études coloniales depuis les années 1950." *Politix*, 17, n.º 66 (segundo trimestre 2004) 17-48.

Correia, Mendes. *Raças do Império*. Porto: Portucalense Editora, 1943.

Cruz, Bernardo Pinto da. *Proto-totalitarismo de Gabinete: a génese e consolidação do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, FCSH-UNL, 2014.

Cunha, Joaquim Moreira da Silva. *Política Indígena: apontamentos das lições do Prof. Dr. Silva Cunha ao 2º ano do Curso de Administração Colonial da Escola Superior Colonial* (organizados pelo aluno Mário Godinho Martins), vol. II. Lisboa, 1950-1951.

Cunha, Joaquim Moreira da Silva. "O enquadramento social dos indígenas destrribalizados." *Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos* II, n.º 5-6 (1952): 12-30.

Cunha, Joaquim Moreira da Silva. *Movimentos associativos na África Negra*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1956.

Cunha, Joaquim Moreira da Silva. "Aspectos dos movimentos associativos na África Negra." Separata de *Estudos Políticos e Sociais*, 23 (1959).

Curto, Diogo Ramada, e Bernardo Pinto da Cruz. "Cidades coloniais: fomento ou controlo?" In *Cidade e Império: dinâmicas coloniais e reconfigurações pós-coloniais*, organização de Nuno Domingos e Elsa Peralta, 113-166. Lisboa: Edições 70, 2013.

Dinis, José de Oliveira Ferreira. *A Missão civilizadora do Estado em Angola*. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial, 1926.

Dresch, J. "Méthodes coloniales au Congo belge et en Afrique équatoriale française." *Politique étrangère* 12, n.º 1 (1947): 77-89.

Dumont, René. "Le projet de développement communautaire en Inde", in *I.R. of C.D.* 10 (1962).

Dumont, René. *A África começa mal*, tradução de M. L. Colaço. Lisboa: Dom Quixote, 1965.

Ferreira, José Carlos Ney; Vasco Soares da Veiga. *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique – Anotado e legislação complementar*, 2.ª ed. Lisboa, 1957.

Gluckman, Max. "Analysis of a Social Situation in Modern Zululand." *Bantu Studies* 14 (1940): 1-30.

Gluckman, Max. "Tribalism in Modern British Central Africa." *Cahiers d'études africaines* 1, n.º 1 (1960): 55-70.

Jerónimo, Miguel Bandeira, e José Pedro Monteiro. "O império do trabalho. Portugal, as dinâmicas do internacionalismo e os mundos coloniais". In *Portugal e o fim do colonialismo. Dimensões internacionais*, organização de M. B. Jerónimo e A. Costa Pinto, 15-54. Lisboa: Edições 70, 2014.

Mendes, Afonso. *A Huíla e Moçâmedes: considerações sobre o trabalho indígena*. Estudos de Ciências Sociais e Políticas", n.º 12. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1958.

Ministério do Ultramar. *Organização das Regedorias nas Províncias Ultramarinas*. Decreto n.º 43896, de 6 de Setembro de 1961. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1961.

Moreira, Adriano. "Problemas sociais do Ultramar – Discurso pronunciado pelo Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina no Salão Nobre do Instituto Superior Técnico em 9 de Julho de 1960, na sessão de encerramento do 25º aniversário do Instituto de Serviço Social." *Boletim Geral do Ultramar*, XXXVI, n.º 420-421 (1960): 45-62.

Moura, João Lopes Carneiro de. *Lições de economia política professadas durante o anno escolar de 1915-1916 na 4.ª cadeira da Escola Colonial*. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial, 1916.

Neto, João Pereira. *Angola meio século de integração*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1964.

Nunes, Adérito Sedas. “Prefácio”. In *Economia e sociedade em África*, organização de Alfredo de Sousa. Lisboa: Livraria Moraes Editora/“O Tempo e o Modo”, 1965.

Philips, Tracy. “The XXIVth Biennial Session of the Institut Colonial International, Rome, June 1939.” *Journal of the Royal African Society* 39, n.º 154 (Janeiro, 1940): 17-21.

Ranger, Terence. “The Invention of Tradition in Colonial África.” In *The Invention of Tradition*, organização de Eric Hobsbawm, Terence Ranger, 211-62. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

Ross, Marc Howard, e Thomas S. Weisner. “The Rural-Urban Migrant Network in Kenya: Some General Implications.” *American Ethnologist* 4, n.º 2 (Maio, 1977): 359-375.

Scott, James C. *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*. New Haven e Londres: Yale University Press, 1998.

Silva, Ana Cristina Nogueira da. “Fotografando o mundo colonial africano: Moçambique, 1929.” *Varia História* 25, n.º 41 (Janeiro-Junho 2009): 107-128.

Soares, Amadeu Castilho. “Enquadramento social dos destribalizados.” *Separata da Revista Ultramar* 4, (1961).

Soares, Amadeu Castilho. *Política de bem estar rural em Angola: para um estudo de urbanismo*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1961.

Sousa, Alfredo de. “Organização e programas de desenvolvimento comunitário”. *Separata de Estudos Políticos e Sociais* 1, n.º 3 (1963).

Sousa, Alfredo de. “Desenvolvimento comunitário e desenvolvimento económico”. *Separata de Estudos Políticos e Sociais* 2 (1964).

Sousa, Alfredo de. “Desenvolvimento comunitário em Angola”. *Separata de Angola-Curso de extensão universitária. Ano lectivo de 1963-1964* (1964).

Ulrich, Rui Enes. *Ciência e Administração Colonial, vol. I – Introdução*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1908.

Ulrich, Rui Enes. *Política Colonial*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1909.

Ulrich, Rui Enes. *Economia Colonial – Lições feitas ao curso do 4.º ano jurídico no anno de 1909-1910*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1910.

Wilson, Godfrey. *An Essay on the Economics of Detribalization in Northern Rhodesia*, 2 vols. Livingstone, Northern Rhodesia: Rhodes-Livingstone Institute, 1941-1942.

Referência para citação:

Curto, Diogo Ramada e Bernardo Pinto da Cruz. “Destribalização, regedorias e desenvolvimento comunitário: notas acerca do pensamento colonial português (1910-1965).” *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* 1, n.º 1 (2015): 113-172.

Tiago Baptista

Como representar a revolução? Comentário da escultura *Monumento ao 25 de Abril*, de João Cutileiro, e do filme *Linha Vermelha*, de José Filipe Costa

Este texto compara a escultura *Monumento ao 25 de Abril* (João Cutileiro, 1997) e algumas cenas do documentário *Linha Vermelha* (José Filipe Costa, 2011) com o objectivo de abordar os problemas relacionados com a representação artística da revolução portuguesa de 1974. A análise comparada das duas obras sugere que uma representação da revolução que faça justiça ao seu carácter de processo aberto e indecível só é possível através do questionamento das próprias condições de possibilidade da representação artística. Os conceitos de *monumento* e de *enunciação cinematográfica* são centrais para as análises das duas obras e para o argumento geral do texto. Palavras-chave: Enunciação cinematográfica, Monumento, José Filipe Costa, João Cutileiro e Revolução.

How to represent revolution? Comment on João Cutileiro's sculpture *Monument to the 25th of April* and on José Filipe Costa's movie *Red Line*

This paper compares the sculpture *Monument to the 25th of April* (João Cutileiro, 1997) to some scenes of the documentary *Red Line* (José Filipe Costa, 2011) with the purpose of discussing the problems relating to the artistic representation of the Portuguese revolution of 1974. The comparative analysis of the two works suggests that the accurate representation of the open and undecided character of the revolutionary process is only possible if the conditions of possibility of artistic representation are also challenged. The concepts of *monument* and *film enunciation* are central to the analyses of both works and to the text's overall argument.

Keywords: Film enunciation, Monument, José Filipe Costa, João Cutileiro and Revolution.

Como representar a revolução?
Comentário da escultura *Monumento*
***ao 25 de Abril*, de João Cutileiro, e do**
filme *Linha Vermelha*, de José Filipe
Costa

Tiago Baptista*

Em 1997, a escultura *Monumento ao 25 de Abril*, de João Cutileiro, provocou escândalo. Não apenas a iconografia, mas também a própria escala da escultura parecia controversa: como poderia um acontecimento histórico da dimensão da revolução portuguesa ser representado por um pequeno amontoado de pedras onde apenas se distinguiam, com igual destaque, um cravo e um muito óbvio falo de onde jorrava água em permanência?

Embora a associação entre o 25 de Abril e “uma genial e grandiosa ejaculação” não desagradasse a Cutileiro¹, o seu trabalho também pode ser visto como uma resposta ao problema de como representar uma revolução. Um monumento ao 25 de Abril teria que ser, para Cutileiro, um *anti-monumento*, isto é, uma representação da revolução que não usasse as mesmas estratégias retóricas da escultórica salazarista e que, desse modo, fosse também, e necessariamente, uma reflexão sobre a própria natureza da representação artística.

* Instituto de História Contemporânea, FCSH/NOVA [tiago.baptista@fcs.unl.pt].

Este texto é a versão escrita de uma conferência apresentada no Colóquio Internacional “Práticas da História, Palavras, Políticas e Imagens”, no Museu do Chiado, em Lisboa, em 30 de maio de 2014.

¹ José Carlos Marques, “Coitado do artista que se diz realizado,” *Correio da Manhã*, 14 de Fevereiro, 2010.

UM ANTI-MONUMENTO

A escultura de Cutileiro tem uma relação de desafio e de desconstrução da estatuária e do monumento salazarista. Por um lado, de modo circunstancial ou contextual, pela sua localização geográfica. O *Monumento ao 25 de Abril* situa-se, provocatoriamente, num local caro à imagética do regime do Estado Novo, pontuado por duas colunas monumentais de Keil do Amaral que remetem diretamente para elementos da arquitetura monumental dos totalitarismos europeus². O “acanhamento da escala”³ de Cutileiro de que falou um crítico era, assim, uma recusa de falar a mesma linguagem monumental da escultórica salazarista, ao mesmo tempo que uma provocação póstuma a essa mesma lógica monumental ao infiltrar-se num dos seus espaços nobres. Mais literalmente, a escultura de Cutileiro funda-se sobre a destruição de uma obra salazarista pré-existente: o plinto de uma estátua equestre de D. Nuno Álvares Pereira, planeada mas nunca executada para aquele mesmo local⁴.

A recusa de monumentalizar não se resume, porém, à afronta e à destruição da iconografia do monumento salazarista. A escultura de Cutileiro parece recusar a *própria ideia de monumento*. O conjunto usa vários elementos clássicos como um obelisco, duas colunas enquadradoras, a relação com a paisagem, a escadaria, e a presença da água em movimento. Tudo, como notou Joaquim Oliveira Caetano (2005), elementos que poderiam fazer parte de qualquer monumento neoclassi-

2 Sobre Keil do Amaral, ver Ana Tostões, *Monsanto, Parque Eduardo VII, Campo Grande: Keil do Amaral, arquitecto dos espaços verdes de Lisboa* (Lisboa: Salamandra, 1992). Sobre o historial de projectos para aquela zona da cidade, ver Filipe Roseta, e João Sousa Morais, *O Plano da Avenida da Liberdade e seu prolongamento* (Lisboa: Livros Horizonte, 2006).

3 “Peça de simbólica eloquente mas cujo acanhamento de escala, afirmando-se timidamente na amplitude espacial do parque e perdendo no confronto com o arranjo arquitectónico estado-novista de Keil do Amaral, motivou acesa polémica entre o público especializado e os agentes envolvidos na operação”, Paulo Simões Nunes, “José Cutileiro,” in *Dicionário de Escultura Portuguesa*, dir. José Fernandes Pereira (Caminho: Lisboa, 2005), 178.

4 Cutileiro já havia recorrido à escala e à ausência de um plinto para questionar a ideia de monumento na sua obra D. Sebastião (Lagos, 1973), que representou polemicamente o rei-herói como um “menino louco” ou uma “marioneta de pedra”. Sobre esta obra, ver Joaquim Oliveira Caetano, “A escala da pedra: maquetas para arte pública de João Cutileiro,” in *Pedras na Praça: Arte pública de João Cutileiro* (Silves: Museu Municipal de Arqueologia de Silves, 2005); e também Alexandre Pomar, “Vinte anos depois,” *Expresso/Revista*, 28 de Agosto, 1993, 26-27.

cista. A diferença reside no facto de Cutileiro ter optado por organizar estes elementos de maneira aparentemente fortuita, reforçada pelo ar inacabado (isto é, sem acabamento escultórico) dos vários blocos, como se de uma ruína — ou de um estaleiro — se tratasse. Esta ideia de desorganização questiona a expectativa de uma estrutura rigorosa, reconhecível e acabada de um monumento tradicional, ao mesmo tempo que denota a ideia de revolução como derrubar de algo previamente existente e organicamente estruturado. Do mesmo modo, os vários blocos desorganizados também podem remeter para uma ideia de comunidade em (re)construção, ligada pelo fluxo constante da água, que une permanentemente, num processo contínuo, os momentos de irrupção e de reorganização trazidos pelo 25 de Abril.



Figura 1: *Monumento ao 25 de Abril*, Lisboa (João Cutileiro, 1997) | DR

Independentemente destas interpretações, Caetano chama a atenção para o facto de esta desorganização remeter também para um “primitivismo construtivo” e para “a ideia original de monumento — o erguer da pedra na paisagem, a marcação simbólica do território” — ideia que se torna mais persuasiva quando relacionamos o elemento

fálico desta escultura ao 25 de Abril com outras obras de Cutileiro em que também se estabelecem relações com a cultura megalítica da península ibérica⁵.

O “monumento” ao 25 de Abril de Cutileiro não reflete apenas sobre a ideia de monumento salazarista. Para questionar o fechamento de sentidos trazido pela ideia de monumento, Cutileiro questiona, necessariamente, a própria ideia de representação artística. Ressoa aqui, por isso, uma outra interrogação: pode a arte representar o carácter aberto e indecível de qualquer revolução sem pensar também as suas próprias condições de possibilidade?

Gostava de retomar esta interrogação transferindo-a agora para o filme *Linha Vermelha*, de José Filipe Costa (2011), feito em diálogo com um outro filme, *Torre Bela*, de Thomas Harlan (1977). O filme de José Filipe Costa inscreve-se numa tendência do cinema português contemporâneo que consiste na interrogação das mediações cinematográficas da ditadura e do processo revolucionário português. Tendo um precedente importante nos filmes de Rui Simões dos anos 1970 e 1980⁶, esta tendência teve uma nova vida a partir dos anos 2000 devido, por um lado, ao trabalho de preservação e disponibilização de imagens históricas de arquivos audiovisuais públicos, e por outro lado, à vulgarização das tecnologias digitais de filmagem e montagem. Assim, o trabalho de José Filipe Costa sobre o filme de Thomas Harlan foi precedido, entre outros, pelo filme de Margarida Cardoso sobre a produção cinematográfica no Moçambique pós-independência (*Kuxa Kanema*, 2002); de Susana de Sousa Dias sobre as imagens do mundo colonial português (*Natureza Morta*, 2005); de João Canijo sobre o cinema de propaganda salazarista (*Fantasia Lusitana*, 2010); ou, mais recentemente, pelo trabalho de Miguel Gomes sobre as falsas memórias de quatro líderes europeus em *Redemption* (2013). Não se confundindo com o filme constituído exclusivamente por imagens de arquivo, esta tendência encontra ali uma inspiração metodológica óbvia e, tal como

5 É o caso de *Monumento às duas culturas (árabe e cristã)*, Mértola, 1991.

6 *Deus, Pátria, Autoridade* (1976), *Bom Povo Português* (1980).

aqueles, fará da problematização da representação cinematográfica a sua principal estratégia retórica⁷.

Os meus comentários seguintes sobre *Linha Vermelha* são mais um programa de investigação e um convite ao visionamento destes filmes como partilhando uma vontade comum de refletir sobre a mediação cinematográfica do passado, do que conclusões acabadas sobre eles e as suas metodologias.

“AGORA VOU EU CONSTRUIR UMA CENA”

Linha Vermelha não é uma reflexão sobre as mediações cinematográficas da história apenas porque é um filme *sobre* outro filme. É-o, sobretudo, pela maneira como encena as *condições de possibilidade* da representação cinematográfica. Tanto como o *Torre Bela* de Harlan, a representação cinematográfica é o assunto de *Linha Vermelha* e é por isso que a presença autoral do seu realizador, José Filipe Costa, ocupa um lugar de destaque no filme — seja literalmente, através do *comentário verbal* da sua autoria que escutamos em *off*, seja através dos vários atos de *enunciação fílmica* que tornam essa presença óbvia ao longo de *Linha Vermelha*.

Uma cena em particular torna evidente esta *dupla* presença autoral. Trata-se da cena em que o realizador assume o seu papel de encenador da realidade pró-fílmica para, tal como Harlan, organizar uma cena para nós — espectadores. Nesta cena, Costa mostra o trabalho de preparação de filmagem de um objecto retirado da herdade da Torre Bela durante a ocupação. A preparação que normalmente antecede a rodagem de um plano constitui, agora, o seu centro: são visíveis os técnicos que afinam os projetores de luz e as várias tentativas que, progressivamente, retiram o objecto da escuridão até o iluminar completamente. Quando a preparação termina e o objeto parece preparado para ser filmado, o plano de Costa chega ao fim. Durante esta cena, o

⁷ Sobre as estratégias retóricas do cinema que recorre à montagem de imagens de arquivo, ver Christa Blüminger, *Cinéma de seconde main: esthétique du remploi dans l'art du film et des nouveaux média* (Paris: Klincksieck, 2013).

comentário verbal em *off* do realizador português enfatiza o carácter construído da cena, estabelecendo explicitamente um paralelismo entre esta tarefa e o trabalho de Harlan durante a rodagem do seu *Torre Bela*, em 1977.

Nesta cena em particular, o comentário verbal e a explicitação do dispositivo cinematográfico desnudam a presença de um *enunciador forte*, isto é, a presença de uma inteligência organizadora desta representação cinematográfica. Isto não significa, porém, que essa presença dependa exclusivamente da presença do comentário verbal, nem que o realizador adquira, deste modo, uma posição de monopólio perante a produção de sentido⁸. Se olharmos esta cena em contexto, notaremos que José Filipe Costa acompanha a construção “da sua cena” e o privilégio “da sua voz”, com várias outras cenas (de diferentes filmes) e várias outras vozes (escritas ou orais).

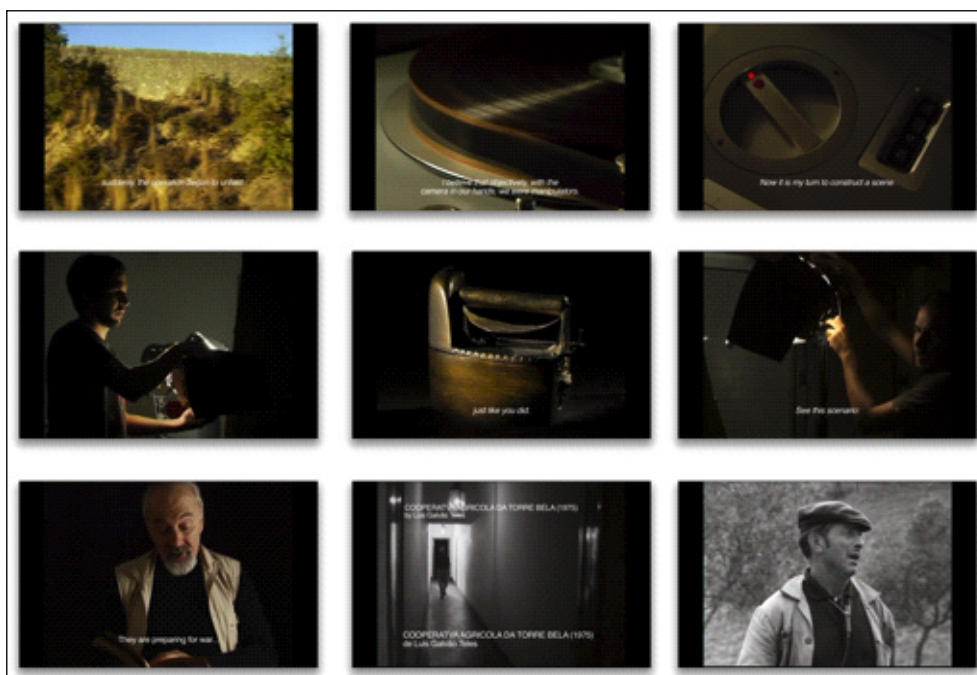


Figura 2: Sequência de *Linha Vermelha* (José Filipe Costa, 2011) 00:45:00-00:48:50
(c) Terratreme Filmes

⁸ Ver, sobre o papel do comentário verbal na construção da subjetividade cinematográfica, Laura Rascaroli, *The personal camera: subjective cinema and the essay film* (Londres: Wallflower, 2009).

Depois de uma sequência do filme *Torre Bela* de Thomas Harlan vemos uma sequência filmada hoje por José Filipe Costa que combina o som em *off* de uma entrevista ao realizador alemão sobre, primeiro, imagens atuais dos muros da herdade da Torre Bela e, depois, sobre planos das bobinas do filme de Harlan que Costa manipula numa mesa de visionamento; segue-se a cena construída por Costa; uma entrevista a um cooperador francês filmada por Costa; e imagens de outro filme da época⁹, a preto e branco, primeiro com comentário verbal em *off* de Costa e, logo depois, com o som direto de uma entrevista de época a um trabalhador da Torre Bela.

Tanto ou mais que o comentário verbal de José Filipe Costa e a explicitação da sua capacidade de, tal como Harlan, “construir uma cena”, a montagem de todos estes diferentes tipos de plano, com diferentes narradores e diferentes historicidades, expõe a presença do autor por detrás do narrador, isto é, do realizador por detrás do filme. No entanto, não se trata de um realizador que impõe autoritariamente ao espectador o sentido do filme, mas antes de um realizador confrontado com as dúvidas e as escolhas que presidem à organização de qualquer filme. A combinação das estratégias retóricas de *Linha Vermelha* contribui, deste modo, menos para impor um sentido ao espectador do que para lhe comunicar a *contingência* e a *subjetividade* do ponto de vista do realizador. A existência de um enunciador forte contribui, assim, para problematizar a autoridade do seu discurso (cinematográfico).

José Filipe Costa é, assim, tal como o historiador que Jacques Rancière surpreende no gabinete do rei em *Os Nomes da História*, o realizador que nos surpreende no *interior* do filme, o realizador que se encena e que segura na mão todos os planos de todos os filmes de que se faz o seu próprio filme¹⁰. Costa é, também, o realizador que nos fala na primeira pessoa e no presente, reclamando assim o terreno do *discurso*, isto é, da construção historiográfica que explicita o ato de enunciação como pro-

9 *Cooperativa Agrícola da Torre-Bela* (Luís Galvão Teles, 1975).

10 “C’est au contraire l’historien que va se mettre en scène, se montrer à nous tenant à la main ces récits...”, Jacques Rancière, *Les noms de l’histoire: essai de poétique du savoir* (Paris: Seuil, 1992), 92.

duto de um tempo e de um autor, em detrimento do da *narrativa*, uma construção do passado aparentemente objetificada e sem autor. A distinção entre discurso e narrativa que Rancière retoma de Émile Benveniste é fundadora, também ela, da teoria da enunciação cinematográfica. Mas a enunciação cinematográfica é, ou parece sempre, ser *impessoal*¹¹ porque, se é fácil atribuir autoria a um comentário verbal, já é mais difícil para o espectador localizar o sujeito que enunciou aquele texto audiovisual. Afinal, *quem diz* este enquadramento? E *quem diz* aquele corte?

É um lugar comum da teoria de cinema dizer-se que o cinema clássico narrativo se fundou sobre esta invisibilidade do sujeito da enunciação, enquanto que o moderno se fundou sobre as estratégias de revelação do realizador enquanto autor do enunciado fílmico. Se for assim, a estratégia retórica de José Filipe Costa constrói-se sobre uma acumulação de atos de enunciação que revelam a presença do realizador. No entanto, a maneira como Costa escolhe revelar a sua presença reflete sucessivamente vários pontos de vista — o de Costa, o de Harlan, o dos técnicos do filme de Harlan, o das pessoas filmadas por Harlan — sem contudo optar por um deles, ou optar impor-se a todos eles. A voz e o ponto de vista de Costa coexistem com várias outras vozes e pontos de vista; o discurso desta presença autoral resiste a qualquer fechamento que lhe dê a primazia sobre as outras vozes e pontos de vista. Quando, no final desta sequência, Costa pergunta “afinal a verdade não é uma só, pois não?”, ficamos, pois, na dúvida sobre se se trata de uma acusação lançada contra a versão da história apresentada por Harlan ou, mais genericamente, da constatação de que a representação de um processo revolucionário como o que teve lugar na herdade da Torre Bela deve esforçar-se por combater qualquer tipo de fechamento de sentido.

COMO REPRESENTAR A REVOLUÇÃO?

Porque vem a seguir à cena da conversa com os militares, a cena construída por Costa está no lugar da cena central do filme de Har-

11 Christian Metz, *L'énonciation impersonnelle, ou le site du film* (Paris: Méridiens Klincksieck, 1991).

lan: a ocupação do palácio. Terá sido essa cena manipulada ou não? A resposta de *Linha Vermelha* é, pois, uma outra pergunta: haverá representação cinematográfica sem manipulação? Ao construir a “sua” cena, Costa mostra-nos então que a “manipulação” é o cerne do trabalho do realizador, e não uma subversão desse mesmo trabalho. Não será o próprio termo “manipulação” uma forma de imaginar uma “má”, por oposição a uma “boa”, forma de representação cinematográfica? Desse modo, a “má” manipulação daquela cena — organizada por Harlan — justificaria que aquelas imagens tivessem sido descartadas da história como algo que nunca deveria ter acontecido, e que nunca teria acontecido se não tivesse sido a manipulação de Harlan. Ora é justamente a inversão desta premissa que Costa nos convida a assumir: se não tivesse sido pela manipulação de Harlan, e pelo processo revolucionário em geral, aquelas pessoas nunca se teriam encontrado no interior do palácio; isto é, nunca teriam tido a oportunidade de representar para si mesmos, e uns para os outros — tanto como para a câmara —, uma nova identidade social, a de sujeitos políticos livres que podem legitimamente ocupar aquele lugar¹². Dito de outro modo, Harlan encoraja os ocupantes a serem *atores num processo revolucionário em curso* levando-os desse modo a desempenhar novos papéis até aí desconhecidos para eles, e que nunca poderiam ter sequer imaginado como *possíveis* antes disso. A ação decorre de uma realidade necessariamente provocada, já que, como a revolução, jamais teria existido de outro modo. O filme de Harlan parece sugerir que a liberdade, neste caso, teria que ser experimentada primeiro como *encenação* para só depois poder ser plenamente vivida como *emancipação*.

A incerteza de Costa quanto ao estatuto das imagens manipuladas por Harlan tematiza e resume, assim, a incerteza de todos os ocupantes do palácio quanto ao desfecho daquela ação. Por outro lado, a acumulação de atos de enunciação produzida pela montagem de *Linha Vermelha* e exemplarmente condensada na cena construída pelo seu realizador a que já me referi, reproduz — agora no espectador — a

12 José Filipe Costa, “When cinema forges the event: the case of Torre Bela,” *Third Text* 25, no. 1 (2011): 114-115.

mesma impotência face à multiplicação da “verdade” ou, melhor, face à constatação do carácter inevitavelmente *construído*, isto é, *aberto* e *indeterminado*, da representação cinematográfica.

Para regressar ao meu ponto de partida, diria que, tal como o anti-monumento de Cutileiro sobre a revolução, o filme de Costa é incapaz de representar a revolução sem pensar, também, a própria natureza *mediadora* da representação cinematográfica. Tal como o anti-monumento de Cutileiro, *Linha Vermelha* não faz uma simples celebração da ocupação de terras na herdade da Torre Bela, mas procura, pelo contrário, fazer justiça a um processo histórico que se caracteriza pelo seu carácter aberto e indeterminado através de uma representação cinematográfica que resiste, *também ela*, à imposição de qualquer sentido pré-determinado. Costa, tal como Cutileiro, produz uma obra com um enunciador forte, embora tal não signifique um monopólio do autor sobre a produção de sentido ou o fechamento da representação. Pelo contrário, tanto *Linha Vermelha* como *Monumento...* produzem sentido através de uma acumulação de estratégias retóricas, mais fáceis de identificar porventura na escultura do que no filme, que alertam o espectador para a subjetividade, a contingência e a natureza processual daquele discurso artístico.

Deste modo, as duas obras impedem qualquer hipótese de fechamento da *representação* da revolução e, desse modo, da própria *ideia* de revolução. Não são, assim, formas alternativas de interpretar e representar o processo revolucionário português mas, muito pelo contrário, a maneira aparentemente mais adequada de pensar e representar *qualquer revolução*. A indeterminação constitutiva destas duas representações artísticas da revolução contribui para pensar e representar qualquer revolução como o terreno por excelência do indeterminado. A justeza destas representações artísticas ultrapassa, assim, o terreno da arte para instalar o *indecidível* no centro de qualquer reflexão política sobre a revolução de 1974 e, no limite, sobre qualquer processo revolucionário.

BIBLIOGRAFIA

Benveniste, Émile. *Problems in General Linguistics*. Coral Gables, FLA: University of Miami Press, 1972.

Blüminger, Christa. *Cinéma de seconde main: esthétique du emploi dans l'art du film et des nouveaux média*. Paris: Klincksieck, 2013.

Caetano, Joaquim Oliveira. "A escala da pedra: maquetas para arte pública de João Cutileiro." In *Pedras na Praça: Arte pública de João Cutileiro*. Museu Municipal de Arqueologia de Silves: Silves, 2005.

Costa, José Filipe. "When cinema forges the event: the case of Torre Bela." *Third Text* 25, no. 1 (2011): 105-116.

Marques, José Carlos. "Coitado do artista que se diz realizado." *Correio da Manhã*, 14 de Fevereiro, 2010. Acedido em 27 de maio de 2014. <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/outros/domingo/coitado-do-artista-que-se-diz-realizado>.

Metz, Christian. *L'énonciation impersonnelle, ou le site du film*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1991.

Nunes, Paulo Simões. "José Cutileiro." In *Dicionário de Escultura Portuguesa*, direcção de José Fernandes Pereira. Caminho: Lisboa, 2005.

Pomar, Alexandre. "Vinte anos depois." *Expresso/Revista*, 28 de agosto, 1993, 26-27. Acedido em 27 de maio de 2014. <http://www.scribd.com/doc/82324503/Joao-Cutileiro>.

Rancière, Jacques. *Les noms de l'histoire: essai de poétique du savoir*. Paris: Seuil, 1992.

Rascaroli, Laura. *The personal camera: subjective cinema and the essay film*. Londres: Wallflower, 2009.

Roseta, Filipe, e Morais, João Sousa. *O Plano da Avenida da Liberdade e seu prolongamento*. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.

Tostões, Ana. *Monsanto, Parque Eduardo VII, Campo Grande: Keil do Amaral, arquitecto dos espaços verdes de Lisboa*. Lisboa: Salamandra, 1992.

Referência para citação:

Baptista, Tiago. "Como representar a revolução? Comentário da escultura Monumento ao 25 de Abril, de João Cutileiro, e do filme Linha Vermelha, de José Filipe Costa." *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* 1 n.º 1 (2015): 173-184.

L'excès des mots: pratiques de desidentification et logiques heterogènes de la culture

Entretien avec

Jacques Rancière réalisé

par **Maria-Benedita Basto** et **José Neves***

Réalisé à Lisbonne à l'occasion du lancement de la traduction portugaise de *Les Mots de l'histoire. Essai de poétique du savoir* (*As palavras da História. Ensaio de poética do saber*, Unipop, 2014), cet entretien avec Jacques Rancière interroge l'auteur sur les manières dont ce livre s'inscrit dans une trajectoire intellectuelle dans laquelle la compréhension des écarts produits par les pratiques d'émancipation s'est doublée d'un repérage des écarts avec les schémas disciplinaires de l'histoire et de la philosophie. En ce sens, l'usage subversive des mots que Rancière repère à différents moments historiques (les hérétiques du XIIIe, la Révolution Française, les expérimentations poétiques ouvrières du XIXe siècle), déstabilise la hiérarchie entre faits et mots des historiens qu'on retrouve notamment dans les distinctions entre niveaux économiques, sociaux, politiques et idéologiques propres à l'histoire ouvrière d'inspiration marxiste. Se trouve d'un même coup problématisée la manière dont l'histoire des Annales ou l'histoire des mentalités résorbent les discours des parleurs illégitimes en les associant aux expressions d'une culture populaire. Au lieu de considérer les cultures et les identités populaires ou ouvrières comme une sorte de réservoir qui

* **Jacques Rancière** est professeur émérite à l'Université de Paris VIII (Saint-Denis).

Maria-Benedita Basto est maîtresse de conférences à Paris Sorbonne-Paris IV et membre du CRIMIC [mbbasto@yahoo.com].

José Neves est professeur auxiliaire à *Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa* [jose.neves@fcs.unl.pt].

alimente les formes de subversion, Rancière s'intéresse aux rencontres qui s'opèrent non pas à l'intérieur, mais entre des formes de vie, des manières de parler qui sont hétérogènes et qui marquent des écarts intérieurs, constitutifs pour lui du politique. On comprend alors que pour Rancière la philosophie ne sert pas à dégager une forme de rationalité mais il s'en sert en tant que cadre descriptif et prescriptif par rapport auquel la subversion des paroles agissantes se pose en écart. Ainsi, on peut repérer la force politique de l'appropriation des mots justement par le dérèglement d'un certain partage du sensible, constitué par des correspondances parfaites entre des manières d'être, des manières de faire et de dire. Sa réflexion autour des usages des mots et les subversions des formes de vie amènent Rancière à renverser l'opposition entre la fiction comme domaine de l'imaginaire et les sciences comme sphère du réel, ce qui le rapproche notamment d'une écriture thompsonienne de l'histoire. Rancière a trouvé chez lui ce travail sur le commerce des mots qui ouvre comme un espace illimité, un espace commun ouvert à n'importe qui: c'est bien cela la démocratie. Rencontre de logiques hétérogènes, pratiques de désidentification, un jeu incessant d'écarts que la circulation incontrôlée des mots rend possible.

*

Maria-Benedita Basto et José Neves: *Jacques Rancière, vous êtes philosophe. Pourtant votre thèse de Doctorat d'état (La Nuit des prolétaires) est le résultat d'une recherche dans le domaine de l'Histoire. Quelles sont les raisons de ce rapprochement entre la philosophie et l'histoire?*

Pour répondre à votre question, j'ai eu d'abord du mal dans ma vie à décider si je ferais de la philosophie ou plutôt si je m'intéresserai à la littérature. Mais, ce qui est certain c'est que, lorsque je me suis décidé pour la philosophie, j'ai aussitôt après préparé un mémoire sur l'idée critique chez le jeune Marx, la pensée du jeune Marx comme adieu à la philosophie, c'est à dire, un mémoire sur le thème qu'il faut réaliser la

philosophie en la supprimant. J'ai commencé ma carrière philosophique par un travail qui était aussi bien un adieu à la philosophie...

Après ça, bien sûr, j'ai été althussérien à un moment où j'étais convaincu qu'il fallait de la philosophie pour réfléchir sur les pratiques des autres sciences. Mais ensuite je n'ai jamais cherché à allier la philosophie à l'histoire, comme une espèce d'alliance entre les disciplines. Je ne suis pas allé chercher dans l'histoire des réponses à des questions qui étaient des questions philosophiques. Je suis venu à l'histoire, d'abord, par un détour qu'on peut dire politique: il y a eu le mouvement de mai 1968 en France, l'apparition d'un écart entre ce qui se passait, les mouvements réels, les aspirations réelles des mouvements sociaux et puis, tout ce qui en était dit dans la tradition marxiste.

Je ne suis pas passé de la philosophie à l'histoire mais j'ai constaté, à un moment donné, l'écart qu'il y avait entre la théorisation marxiste de ce que c'était un mouvement ouvrier, populaire, révolutionnaire et la réalité des mouvements subversifs. Et c'est à partir de là que j'ai entrepris une recherche dans le domaine de l'histoire, en entendant l'histoire comme une espèce de répertoire, de recueil de toutes les expériences de subversion. En gros, mon idée au départ était assez simple, il y a cet écart qu'on a constaté entre la théorie marxiste et la réalité des mouvements de mai 1968 et je me suis dit je vais tenter de faire l'archéologie de cet écart...

J'avais l'idée de faire une recherche sur les formes de la pensée et de l'action ouvrières en France au moment précis où Marx avait commencé à parler, à parler sur la révolution. C'était ça mon idée au départ et puis, ça s'est transformé ... Pourquoi? Parce que les matériaux sur lesquels je suis tombé n'étaient pas, bien sûr, conformes à la théorie marxiste mais ils ne l'étaient pas non plus à ce que je venais y chercher. Parce qu'à l'époque, on cherchait à retrouver une espèce d'authentique mouvement ouvrier, populaire, on cherchait à retrouver une pratique, une pensée ouvrière qui aurait été fondée, enracinée dans la culture populaire, les sociabilités populaires, etc. C'est ce qu'on cherchait à retrouver, et moi, comme historien amateur, je cherchais à retrouver une espèce d'identité ouvrière, une espèce de vraie tradition, de vraie parole ouvrière.

Au fond, je partais d'un point de vue qui était, on peut dire, identitaire et puis, les matériaux que j'ai trouvés étaient quelque chose de complètement différent. Ce n'étaient pas des ouvriers qui promouvaient une culture ouvrière, populaire, ou une parole spécifiquement ouvrière, au contraire, c'était essentiellement des ouvriers qui cherchaient à sortir d'une certaine identité ouvrière. Là où je cherchais un processus de formation d'une identité, j'ai trouvé, à l'envers, des processus de désidentification, c'est à dire, des gens qui parlaient non pas une langue propre des ouvriers, mais au contraire, qui cherchaient à emprunter la langue des autres, soit pour en faire l'argumentaire, par exemple, d'une grève, soit pour s'incorporer les mots, les personnages, les situations de la poésie romantique, ou des grands romans de l'époque romantique. Je suis tombé sur un matériau qui était complètement à l'opposé de ce que je cherchais. Je me suis trouvé devant, d'une part, une dramaturgie de la subversion, qui était complètement différente de ce que j'attendais, mais aussi, du même coup, je me suis trouvé, en tant qu'historien amateur évidemment en rupture avec la pratique des historiens – parce que la pratique des historiens c'est d'abord «les mots ce n'est que des mots», ce qui compte c'est les faits –, et en plus on attend des ouvriers qui sont des hommes qui travaillent avec leurs mains, qu'ils fassent des choses, qu'ils aient une culture du métier et éventuellement en plus une culture de combat. Or moi, j'étais en train de travailler sur ce tissu de paroles à travers lesquelles des ouvriers s'approprièrent, en quelque sorte, un monde vécu qui n'était pas le leur, à travers une langue qui n'était pas la leur... Bon, voilà, ça me mettait forcément en écart avec la requête des historiens, qui est qu'il doit y avoir d'abord de la matière, des faits, des actes, des gestes, et que les paroles ce n'est jamais qu'une expression, une traduction de cette réalité. Je me suis ainsi véritablement retrouvé aux prises avec un écart, un écart avec ce que je cherchais comme historien amateur, et avec aussi ce que faisaient les historiens. Et d'une certaine façon, si je suis revenu ensuite sur le terrain de la philosophie c'est pour essayer de penser cet écart. Je ne suis pas revenu sur le terrain de la philosophie pour chercher une philosophie qui serait la réflexion savante des pratiques

que j'avais étudiées, mais j'ai cherché dans la philosophie quelque chose comme les formules philosophiques correspondantes à cette espèce de dramaturgie de l'identité et de la subversion des identités que j'avais perçue. Donc, au fond, je me suis intéressé à la philosophie là où la philosophie se pratique elle-même comme une espèce de dramaturgie de l'expérience sensible, ou des possibilités de l'expérience sensible. Par exemple, j'avais étudié pendant assez longtemps des textes des ouvriers où il est question du temps, de la prison du temps. Je suis revenu à la philosophie par le biais, par exemple, de ce petit passage de la *République* que je cite souvent, où Platon explique comment si on est ouvrier, il faut toujours rester à l'atelier parce que le travail n'attend pas...

Je me suis d'abord déplacé sur le terrain historique, pour y chercher la réponse à des questions politiques plutôt que philosophiques. Sur ce terrain historique je me suis trouvé en écart avec les historiens, en conséquence, il me fallait ainsi penser aussi cet écart avec la pratique et les concepts des historiens. D'une certaine façon, j'ai essayé de le faire en travaillant les textes de la philosophie qui disent ce que les gens peuvent penser, ce qu'ils peuvent percevoir ou éprouver, en fonction du lieu où ils sont, de la place qu'ils occupent, de la fonction qu'ils occupent. Voilà, c'était un peu mon rapport entre philosophie et histoire. Mais ça veut dire que, de toute façon, j'ai toujours eu un pied dedans et un pied dehors de la philosophie. Et qu'en particulier je n'ai jamais considéré la philosophie, ou au moins depuis très longtemps, comme une espèce de réflexion sur les autres pratiques. Je me suis intéressé à la philosophie là où la philosophie raconte, décrit, prescrit et pas du tout là où elle prétend donner la rationalité des autres pratiques...

ENTRE *LA NUIT DES PROLÉTAIRES* ET *LES MOTS DE L'HISTOIRE*

MBB et JN: *On pourrait peut-être rebondir sur ce que vous venez de dire et vous poser la question de savoir de quoi s'est fait le passage entre La Nuit des prolétaires et Les Mots de l'histoire. Nous aimerions savoir un peu plus sur cette re-*

lation, plus au moins immédiate ou plus au moins logique, entre ces deux ouvrages publiés à dix ans de distance et dans des contextes assez différents...

Disons d'abord qu'il y a eu cet effort pour essayer, à un moment donné, de penser l'écart entre le type d'histoire que j'avais fait et le type d'histoire que faisaient les historiens, bien sûr, de différentes manières: il y avait la tradition héritée du marxisme où il y avait l'histoire ouvrière, par exemple, qui était faite par strates – l'économique, et puis le social, et puis le politique, et puis l'idéologique, là haut... – et moi, au contraire, je faisais une histoire où il n'y avait absolument pas de différences entre des niveaux. Je faisais une histoire où les paroles n'étaient plus l'expression de choses, de phénomènes, de processus qui se passaient en dessous, où les paroles n'étaient plus comme des formes de prises de conscience d'une situation, mais où les paroles véritablement œuvraient par elles-mêmes. Il y avait toute une dramaturgie qu'on appelait à l'époque la prise de parole, ou aussi une dramaturgie de l'usage des mots, de l'appropriation des mots des autres; donc, voilà, je suis d'abord parti avec cette idée que ce serait intéressant de travailler un peu sur la manière dont j'avais établi le rapport entre les mots et la matière historique. J'avais commencé un séminaire que j'avais appelé «Les Mots de l'histoire» où j'ai essayé de réfléchir sur les formes d'appropriation de la parole, les formes de récit qui étaient au cœur de l'émancipation ouvrière. Et puis, au milieu de tout ça, il y avait en France, à l'époque, et pas seulement en France, à l'approche de 1989, à l'approche du deuxième centenaire de la Révolution Française, tout un mouvement idéologique qui était un mouvement de liquidation de la Révolution.

Il faut comprendre qu'il s'est passé en France une chose assez bizarre... c'est qu'en 1981, on a élu un gouvernement socialiste, mais qu'au fond, ce triomphe d'un gouvernement socialiste – un président, un gouvernement socialiste –, le triomphe du socialisme en France a été en fait la liquidation, d'abord, de toute l'époque gauchiste, mais aussi, de tout ce qui était l'héritage révolutionnaire, progressiste, etc. Donc, depuis la fin des années 70, en France, il y a eu quelque chose que j'ai

proposé d'appeler comme une contre-révolution intellectuelle, et un des éléments de cette contre-révolution intellectuelle c'était une polémique très forte contre la Révolution française. Il y a eu ce livre de François Furet qui s'appelait *Penser la Révolution* et, penser la révolution, en un sens, cela voulait dire la supprimer. La supprimer, c'était dire que la révolution était déjà faite avant 89, et que, par conséquent, tout ce qui avait été "la Révolution" au sens historique du terme, n'avait été que quelque chose comme une gigantesque erreur, une gigantesque illusion produite par toute une rhétorique, produite justement par des mots. En même temps il y avait aussi l'importation d'autres formes de remise en cause de la Révolution française venant de la tradition anglo-saxonne, notamment un ouvrage d'Alfred Cobban [*The Social Interpretation of the French Revolution*], critiquant l'historiographie révolutionnaire, disant que les révolutionnaires se seraient trompés sur le sens des mots et que, par conséquent, lorsque les révolutionnaires avaient cru abolir les droits féodaux, ça n'avait pas de sens car ils avaient déjà disparu, que la notion de féodalité n'avait plus de réalité. Il y avait toute une critique contre la tradition révolutionnaire qui répondait à un objectif politique de liquidation qui était très important à l'époque.

Mais, bon, moi, j'ai pris l'affaire à partir de mon propre problème: toute cette polémique consistait finalement à dire qu'il y a eu la Révolution, c'est à dire, les illusions, les bêtises, la Terreur et tout ça, parce qu'il y a eu plein de mots que les gens ont utilisés sans les comprendre. C'étaient des mots en trop, des mots qui n'avaient pas de sens. Pour moi, à ce moment-là, l'étude de cette historiographie contre-révolutionnaire était importante parce qu'il y avait ces discours qui disaient «il y a eu la révolution française comme succession d'événements parce qu'il y a eu des gens qui se sont trompés sur le sens des mots, parce qu'ils ont utilisé des mots qui n'avaient pas de sens». Et moi j'ai renversé l'argument et j'ai dit que, finalement, il y a de l'histoire parce que, justement, il y a des mots qui n'ont pas de sens déterminé. Il y a de l'histoire quand le cours normal des choses se trouve comme perturbé, comme dévié par le fait qu'il y a une efficacité propre d'un certain nombre de mots, les mots comme Liberté, comme Fraternité,

comme Égalité, mais aussi des mots comme Peuple, comme Féodalité, comme Tyrannie, tous ces mots là... J'ai renversé l'argument en disant que c'est parce qu'il y a des mots trop larges et des mots qui circulent sans contrôle qu'il arrive des événements historiques. J'ai renversé l'argument et, à partir de là, s'est construit l'argument de *Les Mots de l'histoire*. Ce livre tourne ainsi autour de deux questions : premièrement, «Que font les mots?» c'est-à-dire, travailler vraiment sur l'efficace des mots, et puis, deuxièmement, «Qui peut dire quoi?». Au fond, ce qui m'a intéressé ça a été, au cœur même de l'histoire, cette dénonciation permanente par les historiens des mots en trop et aussi des parleurs illégitimes. J'ai construit mon argument autour de ça et du même coup, en élargissant complètement la scène, par exemple, les arguments de Cobban ou de Furet sur les mots erronés, ou sur les mots en trop, je les ai sortis de leur contexte pour les confronter à d'autres séquences où il était aussi en question le pouvoir des mots ainsi que le droit de les utiliser. J'ai mis les arguments de Cobban et de Furet, par exemple, en relation avec la philosophie, une certaine philosophie, avec Hobbes dénonçant les mots dangereux, comme ce mot de Tyran qui finalement armait des gens illégitimes contre les souverains légitimes. Ou je les ai mis en rapport avec un célèbre passage de Tacite commenté par Erich Auerbach où il y a l'histoire d'une espèce de chef de claque de théâtre qui harangue les troupes romaines et qui provoque une révolte justement avec des mots qui n'ont pas lieu d'être et qui, en plus, était quelqu'un qui n'avait pas à parler, qui n'avait aucune légitimité.

J'ai ainsi reconstruit tout l'argument autour d'une scène des mots, et de cette double question: Que font exactement les mots? Qui peut dire quoi? Qui peut s'emparer des mots?... Et bien sûr, tout cela c'était dans le prolongement de *La Nuit des prolétaires*. *La Nuit des prolétaires* c'était sur des prolétaires qui s'emparaient des mots qui n'étaient pas pour eux; ils s'emparaient des mots, par exemple, de la poésie de Victor Hugo, ou s'emparaient des mots des héros romantiques, et se les appropriaient pour changer leur propre vécu, changer leur propre manière d'être.

C'est à partir de là que j'ai construit un peu cette dramaturgie montrant le paradoxe de l'histoire comme discipline. Le paradoxe de

l'histoire moderne comme discipline c'est le fait qu'elle existe précisément parce qu'il y a ces mots en trop qui font qu'il se passe des choses et, qu'en même temps, l'histoire essaie tout le temps de les liquider parce que, si on veut être une science, en principe, on ne doit plus être de la littérature. Par conséquent, la science de l'histoire a toujours essayé, comme discipline, depuis plus d'un siècle, de devenir une science, en niant son caractère littéraire, son caractère de récit, son caractère de fiction. J'ai étudié les opérations que l'histoire devait utiliser à cette fin. Je suis parti d'un petit texte, d'un petit passage d'un historien, d'un littérateur historien justement, qui est Michelet, historien de la Révolution Française, réécrivant l'événement d'une fête révolutionnaire, la Fête de la Fédération. Cette fête cela voulait dire que les gens arrivaient de partout, des provinces, à Paris, et aussi qu'il y avait des fêtes dans toutes les provinces pour marquer l'union du pays, et l'union du pays, cela signifiait qu'il y avait partout des discours, partout des orateurs populaires qui composaient leurs discours en reprenant des modèles rhétoriques, etc. Or ce qui est intéressant, c'est la dramaturgie que Michelet fait avec cela: il met les discours en scène, il décrit les lieux, il se montre tenant en main les manuscrits des procès-verbaux de la fête, les manuscrits de ces discours, mais, en même temps, il ne dit rien de ce qu'il y avait là dedans. Il reconstruit la fête comme une espèce d'émanation de la terre, des corps, de la saison. La fête devient une espèce d'expression d'une situation, d'un territoire. Et j'ai essayé de montrer que cela était, au fond, en quelque sorte, le modèle pour l'histoire des Annales: cette façon dont le discours de ces parleurs illégitimes se trouve comme résorbé dans une espèce de parole muette qui est accordée aux choses elles-mêmes, à la terre, au paysage, à la saison, au climat, etc.

Voilà ce que je peux dire, avec le recul, sur le chemin entre «*La Nuit des prolétaires*» et puis «*Les Mots de l'histoire*».

MBB et JN: *Nous aimerions revenir sur la controverse suscitée par le bicentenaire de la Révolution. Vous avez évoqué la critique à des auteurs comme François Furet et, à la fin de votre*

réponse, vous avez aussi mentionné la critique adressée dans votre livre à la façon d'écrire l'histoire des Annales, chez Braudel, par exemple. La question est alors la suivante: est-ce qu'il vous paraît pertinent d'affirmer que votre livre a voulu traverser diagonalement le débat entre, d'un côté, l'école révisionniste, qu'on peut identifier avec Furet, et de l'autre côté, un ensemble formé par les Annales, le marxisme, l'histoire sociale, etc.? C'est à dire, est-ce que votre livre, sans prendre parti dans ce débat, ne le traverse-t-il pas diagonalement, ne traverse-t-il pas finalement cet ensemble d'oppositions qui ont marqué le débat historiographique de la fin des années 80?

D'une certaine façon, je dirais qu'il n'y a pas eu vraiment de débat... parce qu'il y avait une victoire par KO des révisionnistes. Il y a eu bien sûr des textes écrits par les marxistes pour le bicentenaire, mais ils étaient quasiment disqualifiés d'avance. En ce sens, on n'était pas vraiment dans un débat, mais dans une offensive. Voilà, il faut bien voir que l'offensive contre la Révolution française, en France, suivait la grande offensive dite de la nouvelle philosophie, la liquidation du marxisme, de la lutte des classes, de l'idée de révolution. Après ça, il y a eu la liquidation de la Révolution française, puis, il y a eu la remise en cause de la lutte anticoloniale, de la résistance. Tous les éléments qui constituaient en quelque sorte la vision révolutionnaire ou même simplement progressiste du monde ont été, l'un après l'autre, attaqués.

Il n'y avait pas à prendre part ou même à prendre une diagonale par rapport à un débat parce qu'il n'y avait de débat. On a encore exhibé quelques marxistes pour les fêtes du bicentenaire, mais les fêtes du bicentenaire en France ont eu lieu alors que l'héritage révolutionnaire avait été déclaré forclos. L'idée assimilant la révolution à la Terreur, était finalement devenue dominante. Je ne me situais donc pas par rapport à un débat, je me situais par rapport à une offensive et entre deux choses: d'une part, une certaine offensive théorique-politique, et puis, d'autre part, un problème qui était plus large, qui était le problème du rapport des historiens aux mots. Voilà, après ça,

effectivement, j'ai essayé d'élargir un petit peu, en particulier sur la question de l'histoire des mentalités puisqu'une partie du livre y est consacrée, aussi à un certain nombre de figures de cette histoire, notamment le rapport très paradoxal de l'histoire des mentalités, telle que les historiens des Annales ou issus des Annales pouvaient la faire, au phénomène de l'hérésie : il se trouve que la matière de l'histoire des mentalités a souvent été fournie aux historiens par les procès de l'Inquisition. L'Inquisition a donné lieu à quelques procès célèbres, les hérétiques ont été exécutés, mais sont restés des matériaux énormes. Ces matériaux ont beaucoup servi à certains historiens comme Carlo Ginzburg ou Emmanuel Le Roy Ladurie et ce qui m'a intéressé, justement, c'était de retrouver à propos de l'hérésie le même schéma qui était appliqué à la Révolution. Qu'est-ce que l'hérésie? L'hérésie c'est des gens qui s'occupent de choses dont ils n'auraient pas dû s'occuper: des questions de l'origine et de la fin du monde, des questions du salut. Il se trouve que dans les campagnes retirées, les montagnes retirées, il y a des gens qui, tout d'un coup se regroupent, un groupe hérétique, qui déclare que le monde n'a jamais commencé, et qui remet en cause toute la religion. Tout ce passe comme s'il y avait des mots, des idées qui s'emparaient en quelque sorte des gens qui étaient comme à distance de leur condition normale, à la façon dont, plus tard, au XIXème siècle, c'est arrivé aussi pour les ouvriers, aussi pour les femmes. Ce qui m'intéresse c'est la façon dont cette subversion de la parole, les historiens l'ont constamment retournée. Ils l'ont retournée pour dire que finalement ces subversions de la parole, en réalité étaient des expressions d'une espèce de culture populaire, de culture artisanale, de culture villageoise, de culture paysanne, etc. Je ne me suis pas intéressé, à l'époque, à prendre parti pour ou contre les révolutionnaires – bien sûr j'aime plus les révolutionnaires que les contre-révolutionnaires –, mais j'ai essayé plutôt de généraliser cette question, la question de la façon dont on traite les mots, parce qu'il y a une articulation entre l'historique, le politique, le théorique dans la façon dont on traite les mots.

MBB et JN: *Si on reprend justement l'histoire des mentalités, pouvez-vous aller plus loin sur son rôle dans l'idée même de peuple, dans les discours sur le peuple?*

Il y a deux choses. Il y a une chose qui est un peu circonstancielle: vers le milieu des années 70, en France, on a vu apparaître toute une espèce de célébrations de la culture populaire, des fêtes populaires, des traditions populaires, toute une espèce d'exaltation d'un peuple, mais justement d'un peuple qui était un peuple régulier, un peuple qui avait ses métiers, qui avait ses fêtes, qui avait ses lieux, qui avait ses commémorations, qui avait éventuellement ses formes de subversion, mais des formes de subversion un peu comme le Carnaval, à savoir, un jour de subversion et puis, après, ça rentre dans l'ordre.

Voilà, il y a eu ce phénomène intéressant: d'une part, il y a eu ce moment, où l'on célébrait partout les artisans, les traditions populaires, les traditions villageoises. Il y a eu un livre sur un paysan breton qui a eu un succès énorme, ça a été un best-seller en France, en 1970, il s'appelait *Le cheval d'orgueil*, l'histoire d'un paysan breton – y a eu plusieurs comme ça mais celui-là a été le plus célèbre. En un sens, c'était la célébration d'une espèce de vrai peuple, vraiment originel, vraiment enraciné dans la terre, dans l'histoire, dans la tradition donc, le contraire de ce que moi, j'observais, en étudiant les manuscrits du menuisier Gauny qui justement se faisait poète, philosophe, s'appropriait la culture des autres. Voilà, il y a ce premier niveau, en quelque sorte, de célébration du vrai peuple, vraiment enraciné et puis, il y a le relais qui lui a été donné par les historiens des mentalités. À la même époque de ce livre sur le paysan breton, est paru le livre d'Emmanuel Le Roy Ladurie sur *Montaillou, village occitan*. Tout ce livre est fondé sur les archives de l'Inquisition. Il y a eu un procès qui a été fait à ces hérétiques d'un petit village du sud de la France, et ce qui est intéressant c'est de voir ce que fait Le Roy Ladurie avec ça. Il utilise les archives de l'hérésie pour reconstituer la culture villageoise, les sociabilités villageoises, et on arrive à cette situation paradoxale, que les archives de la subversion radicale deviennent le matériau à partir de quoi on fait une histoire d'une espèce de tradition paysanne éternelle, au fond, la con-

clusion c'est qu'en réalité, ce que l'hérésie exprimait, c'était une espèce de vieille religion paysanne, païenne-paysanne.

Voilà, il y a eu ce moment de l'histoire des mentalités, ce rapport entre le contexte politique proche et puis tout un régime d'interprétation qui cherche à trouver derrière les mots une espèce d'enracinement dans les mœurs, dans le village, dans la terre, dans les gestes du travail, dans tout ce qui est les régularités absolues des travaux et des jours; donc, au fond, ce qui m'intéressait c'est la façon dont les mêmes procédures d'interprétation fonctionnent aussi bien pour interpréter l'hérésie au XIIIème siècle que pour dénoncer la révolution au XVIII siècle, ou bien pour relativiser le mouvement ouvrier ou la parole ouvrière au XIXème et puis, bien sûr, ça va jusqu'à aujourd'hui. D'une certaine façon, c'est des modes d'interprétation qui n'en finissent pas de se reproduire. Finalement on peut dire toujours que s'il y a des mots, des paroles, des phrases que des gens du peuple ont repris, à partir de quoi ils ont opéré des subversions inouïes, en réalité, ou bien ce n'était rien, c'était vraiment une imposture, ou bien c'était l'expression d'une espèce de culture immémoriale. Il y a toujours, par rapport à ce que j'ai appelé la parole en excès, deux stratégies : il y a une stratégie qui consiste à balayer tout ça, à dire que tout ça n'est jamais que le résultat d'une imposture ou d'impostures diverses ; et il y en a une autre qui consiste, au contraire, à enraceriner tout ça, et à renvoyer tout ce qui est subversion, dans l'ordre des régularités.

MBB et JN: *Nous sommes d'accord avec cette idée que la culture, l'histoire culturelle ou, plus précisément, l'histoire des mentalités peuvent développer cet effet d'une dépolitisation et annuler la possibilité de la subversion par des paroles. Mais la question qu'on aimerait vous poser est de savoir si l'on peut, en même temps, trouver dans l'histoire des mentalités des mérites, une vertu. Par exemple, prenons le concept de culture politique, qui est un concept utilisé par les historiens, par la science politique, par la sociologie, etc. Quand on pense à ce concept, on peut trouver une tentative d'enraciner la politi-*

que dans la culture et de cette façon, d'annuler la politique... mais, en même temps, et d'une façon contradictoire, on peut aussi trouver dans ce concept la possibilité de parler, de trouver, d'identifier de la politique dans des lieux qui ne sont pas ses lieux classiques. Ne croyez-vous pas que, quand on parle de l'histoire sociale, on peut trouver une histoire sociale plus proche de l'histoire des mentalités dans le sens que vous critiquez, bien sûr, mais, au même temps, une histoire capable de faire des liaisons, par exemple, avec un travail comme La Nuit des prolétaires ?

Bon, je ne sais pas très bien. Disons que le sentiment que j'ai toujours eu c'est que le concept de culture tel que les historiens, les sociologues et notamment les politologues l'utilisent, c'est toujours comme une espèce de bouche-trou, c'est à dire, il y a un ordre normal, pourrait-on dire, des choses, et puis, il y a toute une série de formes de subversions, d'écarts, d'écarts de sortes complètement différentes: cela peut être des écarts tels que des barricades, ça peut être des insurrections, ça peut être des espèces d'insurrections au niveau individuel, d'individus qui décident en quelque sorte de sortir de leur mode de vie, qui décident que finalement ils peuvent avoir accès à tout ce à quoi des humains ont accès. C'est encore le sens d'un phénomène qui traverse aussi la littérature romanesque du XIX^{ème} siècle, le rôle de ces femmes qui décident d'avoir une vie où elles aient accès au savoir, accès à la passion, accès à l'idéal. Il y a une série de figures fictionnelles de ce genre qui répondent un peu aussi aux figures de l'émancipation ouvrière: au fond, il s'agit toujours, d'échanger une culture contre une autre. C'est pour ça que, lorsqu'on dit que la culture peut fonder des pratiques de la subversion, qu'elle peut montrer qu'il y a de la subversion même en dehors de la politique... oui, d'accord, mais je dirais qu'au fond c'est jamais la culture ou, alors, la culture, ça veut dire toujours le choc entre des cultures. Mais un choc entre des cultures qui n'est pas le choc que l'on décrit souvent, par exemple, entre culture bourgeoise et culture populaire, culture bourgeoise et culture ouvrière; non, c'est au fond comme une espèce de choc entre des formes de vie. Ce qui m'intéresse c'est

que dans tous les phénomènes de subversion, de subversion politique, sociale, littéraire, idéologique, c'est toujours en quelque sorte une forme de vie possible qui s'oppose à une autre forme de vie possible. Ce n'est pas une communauté qui utilise une espèce d'outil culturel pour produire des actes nouveaux, c'est plutôt toujours une espèce de rencontre qui s'opère entre des formes de vie, des manières de parler qui sont hétérogènes, justement, les unes par rapport aux autres. Et, au fond, dans l'idée même de culture politique, il faut penser que le concept même de politique, tel que j'ai essayé de le comprendre, est toujours le concept d'un écart intérieur. Comme j'essaie de le dire: il y a de la politique parce que l'ordre naturel de la domination est perturbé; il y a de la politique par l'idée qu'il existe quelque chose comme le peuple avec des gens qui sont tous égaux, qui ont tous la capacité de participer à la chose commune. Ce qu'on appelle politique c'est toujours comme une contradiction entre deux logiques, une logique selon laquelle la politique est la chose de tous et l'expression d'un pouvoir qui est le pouvoir de tous, et puis, la logique selon laquelle la politique a son personnel spécifique, ses rituels, ses formes institutionnelles. Le concept de culture est toujours le concept d'une rencontre entre des éléments qui sont hétérogènes. La notion de partage du sensible que j'ai mise en circulation, essaie justement de rompre avec cette logique toujours un peu homogénéisante de l'idéologique ou de la culture. Dans «partage du sensible» j'essaie de dire que dans «partage» il faut comprendre, à la fois, le fait qu'il y a un monde commun mais aussi que dans ce monde commun il y a des lignes de partage, des gens qu'on assigne à cette tâche ou à cette autre, qu'on déclare capables ou incapables de faire ceci ou cela. Lorsque j'ai étudié l'émancipation ouvrière, il y avait des gens qui travaillent, sont ouvriers toute la journée à l'atelier; on peut dire qu'ils ont leur culture à eux, leur forme de vie dictée par leur occupation. Et puis voilà qu'ils décident de s'emparer d'une culture, d'une forme de vie, d'une forme de langage, qui ne sont pas pour eux. Un partage du sensible c'est un système de rapports entre des manières d'être, des manières de faire, des manières de dire, de penser, de voir. C'est quelque chose qui est toujours mobile, on appartient à une

certaine condition sociale, à un certain métier, on est localisé quelque part, on devrait parler comme ça, penser comme ça, faire comme ça et puis, il y a des ruptures qui s'instaurent entre le faire, le dire, le voir... et voilà, c'est ça qui pour moi est important.

LES MOTS ET LE PARTAGE DU SENSIBLE

MBB et JN: *Puisqu'on vient justement de s'engager sur un autre ensemble de questions qui vous amènent à parler du partage du sensible et que vous l'avez évoqué à partir d'un certain statut de la parole, pouvez-vous continuer un peu plus dans ce sens?*

Bon, je vais essayer de redéfinir ce que j'entends par partage du sensible. Ce qui est important justement dans l'idée de partage du sensible c'est que cela désigne à la fois un élément, une situation, qui est entièrement matérielle et en même temps un statut qui est complètement symbolique. Nous avons évoqué tout à l'heure les textes de Platon, qui affirment que le travail n'attend pas, l'ouvrier doit être tout le temps à l'atelier, à l'atelier cela veut dire qu'il doit tout le temps mettre en œuvre ses capacités qui sont les capacités de quelqu'un qui est fait pour la cordonnerie, la menuiserie; en conséquence, il doit avoir quelque chose comme une existence muette, ou une existence où la parole ne soit jamais qu'une espèce de bruit qui accompagne le bruit des outils. Cela veut dire, bien sûr qu'il est illégitime pour lui d'aller bavarder sur l'Agora, illégitime d'aller parler à l'Assemblée du peuple, de se présenter comme un législateur. Un partage du sensible c'est un système de connexions entre une manière d'être et puis, tout ce qui est censé aller avec, toute une série de manières de faire, de manières de dire et ainsi de suite. Et, par rapport à ça, la parole est quelque chose de fondamental parce qu'au fond, et très brutalement, on pourrait dire que la question centrale de la parole dans le partage du sensible c'est de décider qu'est-ce que peut faire quelqu'un qui fait du bruit avec sa bouche. Il y a, tout au début de la *Politique* d'Aristote, cette distinction

célèbre: Aristote dit que les hommes sont des animaux politiques parce qu'ils ont le *logos*, ils ont le discours, alors que les animaux, ils n'ont que la voix. Donc, apparemment, c'est une opposition entre l'homme et l'animal: l'homme aurait le discours et l'animal aurait seulement la voix pour exprimer la douleur, le plaisir ou la faim, mais pas le discours. Et ce qui est intéressant, bien sûr, c'est que cette division entre l'homme et l'animal n'a pas cessé de fonctionner à l'intérieur même des humains, pour dire qu'il y a des gens, et pas très nombreux, qui, avec leur bouche font des discours et, puis, il y a une majorité de gens qui, avec leur bouche font du bruit. J'ai commenté cette célèbre scène des plébéiens sur l'Aventin, et les sénateurs qui disent «On ne peut pas discuter avec eux puisqu'ils ne parlent pas, ils font du bruit avec leurs bouches» et cette dramaturgie, où il y a un sénateur qui va sur l'Aventin et qui dit «Mais si, si, je vous assure, ils parlent», et on lui répond «Tu perds la tête, avec leurs bouches il ne peut pas y avoir de parole»... Ça c'est un texte de 1829 paru dans la *Revue de Paris*, c'est un texte un peu inaugural aussi pour l'émancipation ouvrière : il y a des gens qui, à un moment donné font savoir, en parlant, qu'ils parlent; on leur dit tout le temps qu'ils font du bruit, qu'ils font du remue ménage, qu'ils sont violents, qu'ils donnent des coups, des coups avec leurs marteaux, des coups avec leurs mains, ils font du bruit, et puis... ils disent non, non, on parle!

C'est en ce sens un élément très important parce qu'on retrouve toujours la question «Qui parle et qui fait seulement du bruit?» C'est un élément, que je crois important, car la subversion est toujours liée au fait de prouver qu'on ne fait pas simplement du bruit mais qu'on parle effectivement. Et puis, un autre élément du problème c'est le fait que c'est possible de faire cette démonstration, parce qu'on peut s'emparer de ces paroles, de ces mots que l'écriture fait circuler en liberté, et cela revient au thème dont je parlais tout à l'heure, le rôle toujours dénoncé dans les formes de subversion, d'insurrection, de ces mots qui viennent d'ailleurs, de la rhétorique, de la rhétorique antique, de la Bible... C'est un peu ça dont je parle aussi dans *Les Mots de l'histoire* : Hobbes dénonce ces révolutionnaires anglais qui vont couper la tête de leur

roi à cause de tous ces prédicateurs qui ont dénoncé, en s'inspirant de la Bible, ce tyran babylonien qui opprime le peuple. À l'époque de la Révolution française, on dénonce ces révolutionnaires qui se sont drapés dans des habits antiques, qui tiennent des discours empruntés à la rhétorique apprise sur les bancs des collèges des jésuites. Donc, ce qui est important c'est ça, toujours ce rôle central des mots dans le partage du sensible, cet espèce de moment décisif où l'on décide qu'on parle, et puis, le rôle que joue là dedans ce qu'on pourrait appeler des blocs de paroles qui circulent en liberté, dont n'importe qui peut s'emparer. Bien sûr, ça renvoie au célèbre texte de Platon dans *Le Phèdre*, disant le danger de la parole qui n'est pas guidée par son maître, le danger de la parole qui n'est pas orientée depuis son départ jusqu'à son trajet. Et on peut rajouter que les effets de subversion tiennent toujours à ce fait : qu'il y a de la parole qui circule toute seule, que les gens peuvent s'approprier, reprendre pour eux mêmes, pour décrire la situation, pour se nommer, pour se constituer en sujets.

MBB et JN: *Quel lien établissez-vous entre Les Mots de l'histoire et la suite de votre travail sur la politique de la littérature, sur la question de la fiction comme forme de rationalité ou sur le rapport entre le temps et la causalité ? Pouvez-vous nous parler un peu de ces différents chemins qui s'entrecroisent à la suite de Les Mots de l'histoire, et bien sûr, si vous voulez, pouvez-vous nous dévoiler aussi un peu les questions qui sont au cœur de votre dernier livre...*

À l'époque de *Les Mots de l'histoire*, ce qui m'importait c'était véritablement le rapport même entre la parole et l'histoire, la façon dont il y a de l'histoire parce que il y a de la parole qui agit, qui ne se contente pas d'exprimer, de refléter, qui agit, et donc, je m'étais occupé du traitement que les historiens font de cette parole, de la manière dont ils essaient de la territorialiser. Il se trouve que j'ai été amené par là à travailler sur la littérature et sur la manière dont la littérature participe à cette problématique du rapport entre l'emprunt des mots et la subversion des formes d'existence. J'ai déjà fait allusion, tout à l'heure,

aux figures romanesques du XIX^{ème} siècle, il y a dans *Madame Bovary* de Flaubert, un de mes exemples canoniques, il y a une fin de chapitre où l'on explique que Madame Bovary essaie de comprendre le sens qui peuvent avoir dans la vie les mots qu'elle a lus dans les livres. Ces mots sont, je crois, Ivresse, Félicité et Passion. Bon, qu'est-ce que c'est? Ce sont des mots qui ont été écrits dans des livres qui ne sont pas destinés à des filles de paysans, et il y a une fille de paysan qui se dit... après tout, pourquoi est-ce que moi, je n'aurais pas le droit de vérifier dans ma vie le sens de ces mots? Et toute l'histoire de *Madame Bovary* c'est l'histoire d'une femme qui essaie de vivre au niveau de ce que portent des mots qui ne sont pas des mots écrits pour des femmes de sa condition. Et, au fond, j'ai essayé d'insister sur cette symétrie entre la femme de la fiction romanesque qui essaie de s'emparer de quelques mots qui disent le bonheur fou, et puis, par ailleurs, les révolutionnaires qui s'emparent des mots de la rhétorique antique, ou bien les ouvriers qui s'emparent de la religion nouvelle, Saint Simonienne ou autre. Il y a cet aspect là qui m'a toujours intéressé, qui était d'une part la manière dont la littérature décrit des vies qui se dévouent à vérifier des mots; et puis, il y a un autre aspect qui m'a intéressé, prenant les choses à l'envers, c'est ce qui arrive dans la littérature à partir du moment où il y a cette espèce de subversion, d'hommes et de femmes du peuple qui décident de vivre des formes de vie qui ne sont pas les formes de vie pour lesquelles ils étaient nés, ou auxquelles ils ou elles étaient destinés. J'ai essayé de repenser ce qu'on appelle modernisme ou modernité en littérature, à partir de cette question : qu'est-ce qui arrive aux formes de fiction à partir du moment où n'importe qui se déclare capable de vivre n'importe quelle vie... Bon, c'est ça qui est présent en particulier dans mon dernier livre qui est sorti il y a deux mois en France et qui s'appelle *Le Fil perdu*. C'est ce moment où cette subversion dans la répartition normale des formes d'existence produit des subversions dans le modèle de la fiction représentative, au fond le modèle aristotélien. Aristote, dans la *Poétique*, oppose la fiction à l'histoire: la fiction dit comment les choses peuvent arriver, elle construit des systèmes de causalité nécessaires, ou vraisemblables, et Aristote oppose cela à

l'histoire, l'histoire au sens de la vie empirique où les choses arrivent les unes après les autres. Bien sûr, la distinction entre les choses qui arrivent enchaînées et puis les choses qui arrivent les unes après les autres c'est la distinction entre deux formes de vie et deux catégories d'humains. Dans cette logique là il y a des humains qui vivent dans le monde de l'action et puis, il y a des humains qui vivent dans le monde de la succession où il y a une chose qui arrive et puis une autre, il y a une journée, et puis le lendemain, et puis on retrouve le travail et puis on fait le ménage, et puis, à ce moment, en quelque sorte il y a une espèce de subversion d'en bas, de subversion des formes de vie, et ce qui est intéressant c'est que ça correspond justement à une remise en cause de cette logique des enchaînements nécessaires ou vraisemblables. C'est ça que j'ai étudié notamment à travers Flaubert, Conrad et Virginia Woolf : il y a un moment, justement, où le temps qui était jusque là dénoncé, méprisé comme le temps de la succession, comme le temps des jours qui viennent les uns après les autres, devient le temps privilégié de la fiction romanesque parce que c'est aussi le temps qui est partagé par tout le monde, le temps des événements sensibles qui arrivent, les uns après les autres. J'ai étudié comment, par exemple, dans *Madame Bovary*, à la subversion de la fille du paysan qui veut vivre la grande passion idéale, correspond aussi cette subversion où, tout d'un coup, le récit n'est tellement plus fait par des actions qui s'enchaînent, mais par une succession de micro-événements sensibles qui viennent les uns après les autres. J'ai étudié cela notamment en référence au texte de Virginia Woolf qui s'appelle *Modern Fiction*, qui est justement une critique de l'intrigue traditionnelle. Virginia Woolf oppose à la tyrannie de l'intrigue traditionnelle la description de cette pluie d'atomes, de cette interpénétration d'atomes de temps dont sont constitués effectivement les vies.

Voilà, j'ai essayé de montrer la relation entre les remises en cause du partage hiérarchique des formes de vie et la destruction d'un certain modèle romanesque, la façon dont ce qui était le domaine méprisé de l'histoire au sens des choses qui viennent les unes après les autres, devient, tout d'un coup, la vraie matière de la fiction. Ce qui veut dire,

en même temps, aussi, et c'est toujours ce que j'essaie de faire, penser justement la fiction comme une forme de rationalité. Ce que j'essaie toujours de dire c'est que la fiction, ce n'est pas le rêve, l'imaginaire, opposé à la réalité, aux choses sérieuses, à la science, à la politique, non. Les sciences sociales, la politique sont faites aussi de fictions, ce qui ne veut pas dire qu'elles ne sont pas réelles, mais cela veut dire qu'elles sont construites par des systèmes, où on dit : voilà ce qui est, voilà les événements, on vous présente les événements, on enchaîne des événements, où on dit comment ils s'enchaînent, comment ils se produisent les uns les autres. Voilà le prolongement actuel de cette recherche.

[La première partie de l'entretien s'achève ici. Elle a été réalisée à partir d'un ensemble de questions élaborées par Maria-Benedita Basto et José Neves. Les questions qui suivent ont été posées par le public. Elles sont suivies d'un autre ensemble de questions de la responsabilité de M.-B. Basto et J. Neves.]

L'ÉVÈNEMENT, LE CINÉMA ET L'HISTOIRE

Public: *Malheureusement, je ne connais pas suffisamment votre travail pour pouvoir vraiment poser une question, mais j'ai beaucoup aimé vous entendre et je veux acheter votre livre après cette séance. Mais j'aimerais quand même vous demander comment vous liez votre scène de l'événement à toute une série d'autres auteurs qui ont aussi pensé l'événement. Car, à part votre pensée et celle de ces autres penseurs... il n'y a pas beaucoup de choses qui nous animent en ce moment et il faudrait pourtant être capable de penser quelque chose de différent et cette différence me paraît être du côté de l'événement qu'il faut la comprendre, même si c'est des micros événements.*

Bon, je pense que sur la question de l'événement j'ai en commun, au moins avec Deleuze et avec Badiou, d'appartenir à une forme de pensée qui a renversé la logique habituelle, selon laquelle l'événement ce

n'est pas important, c'est le contingent. Ils ont essayé, j'essaie de mon côté, peut-être d'une manière très différente, de penser qu'il n'y a pas l'événement au sens du superficiel, de ce qui arrive, de ce qui est contingent et puis les grandes structures, les grandes stratégies, les grandes régularités, le long terme, et ainsi de suite. Il y a cette chose un peu fondamentale qui est pour moi de repenser l'histoire comme histoire de traces des événements. De ne pas dire, comme les historiens de la Révolution française dont je parlais qu'il y a une centralisation opérée par la Royauté, une rationalisation opérée par la Royauté depuis au moins Charles V, depuis au moins le XIV^{ème} ou le XV^{ème} siècle et que la Révolution ne fait que continuer cette longue durée. J'essaie de dire non et de penser en sens contraire. Il y a des événements qui produisent des scènes différentes, des manières différentes d'être ensemble, des manières différentes de percevoir, des manières différentes de penser, de penser le possible. Ce qui est important, je pense, dans l'idée de l'événement, c'est le basculement du rapport entre le possible et l'impossible, et, au fond, on revient à l'affaire d'Aristote: la tradition veut qu'on construise des enchaînements selon le nécessaire et le vraisemblable, mais souvent le prétendu nécessaire n'est que le vraisemblable, à savoir, ce qui a pu arriver, une manière plausible de lier des événements. Pour ma part j'ai essayé de penser comment des mondes se constituent à partir d'un certain nombre d'événements, en pensant l'événement comme une rupture mais aussi en pensant l'événement comme une rencontre entre des ordres hétérogènes. Il y a un moment, ça renvoie à ce que je dis au sujet de la parole, où les gens s'emparent de paroles qui ne sont pas faites pour eux, où, avec ces paroles, ils vont dans la rue non plus pour faire leurs affaires, vendre leurs produits, rencontrer leurs copains, mais pour jouer le rôle du peuple. Pour moi, l'événement est toujours comme une modification d'un paysage sensible, et au fond, modifier un paysage sensible c'est modifier tout un système de rapports entre ce qu'on peut voir, comment on peut le penser, comment on peut le dire, c'est constituer tout un univers du possible. Bien sûr, ces univers du possible, souvent, ils sont après plus au moins effacés, mais, pour moi, s'il y a histoire c'est parce que, malgré tout,

ces univers sont créés comme ça, à un moment donné, par des logiques d'événements et ils continuent, ils créent des traditions, ils créent des mémoires, ils créent des formes de perception, ils créent des modes de penser, des modes de l'intelligibilité. L'événement peut être à la fois microscopique comme lorsque j'ai travaillé sur les archives d'un ouvrier menuisier du XIX^{ème} siècle. Il se met à raconter sa journée de travail, mais justement en la racontant, il la recrée, c'est à dire que l'horaire en principe absolument uniforme de la journée de travail, il le met en récit, et en le mettant en récit, en quelque sorte il transforme la journée elle-même. J'ai essayé de montrer comment aux origines de l'émancipation ouvrière il y a toute une série de transformations faites par des gens qui, en se mettant à fictionner d'une certaine façon leurs vécus, du même coup créent quelque chose comme un monde commun; ce monde commun, au départ, il n'est pas large, puis il s'élargit, donc, voilà pour moi, c'est un petit peu ça, une logique d'événements, c'est un peu ce qu'on a vu quand même à travers un certain nombre de mouvements récents, si on pense à ce qui s'est passé à Istanbul. Le gouvernement veut couper quelques arbres sur une place pour faire un centre commercial et une caserne. Et puis il y a des gens qui en descendant dans la rue pour dire non, non. Ça veut dire, qu'à un moment donné il y a un espace banal qui se transforme en un autre type d'espace, qu'il y a toute une série d'événements, il y a des gens qui plantent des tentes, on ne se contente plus d'un simple mode de manifester avec des banderoles et puis de rentrer chez soi, non, on s'installe dehors et il y a toute une série d'événements qui se créent, il y a un performeur qui s'installe pendant 8 heures sans bouger et tout le monde demande qu'est-ce qui se passe, et la police commence à arriver, demande ce qu'il veut, mais il ne parle pas, il ne dit rien... Et puis ils reprennent à leur compte les mots qu'on emploie pour les insulter. Je ne me rappelle plus quel est ce mot turc qu'emploie le gouvernement pour dire qu'ils font vraiment des bêtises, or ils reprennent ce mot de l'adversaire et en font leur affirmation propre. C'est une tradition subversive fréquente de reprendre les mots de l'adversaire pour les appliquer, pour dire oui, c'est ça qu'on fait effectivement. Bon, il y a des lieux qui se créent, qui sont transfor-

més, ça veut dire, du même coup aussi, qu'il y a un monde du pensable qui est bougé, les gens se découvrent capables de ce dont ils n'étaient pas capables... Voilà, c'est un petit peu ça, une logique de l'événement. Au bout de quelques semaines, malgré tout, la place est nettoyée mais ce qui n'est pas nettoyé c'est ce type de monde commun que les gens ont créé sur cette place. Voilà, c'est un peu ça la pensée de l'événement, j'essaie de le penser comme un croisement nouveau des manières d'être, de faire, de dire, de penser, de percevoir, d'être là. Voilà, ce qui me distingue peut-être de quelqu'un comme Badiou, c'est que chez Badiou il y a une espèce de transcendance de l'événement, l'événement comme une espèce de frappe de la transcendance, alors que j'essaie plutôt de penser l'événement comme un espèce de croisement de toute une série de logiques qui font que la destination normale d'un lieu, d'un temps, d'une foule, se trouve transformée.

Public: *It's a very short question. It's about your relationship with cinema. Cinema has been very important for you. You have written on Chris Marker and you have also written on Pedro Costa... so maybe you could extend a little bit on that. And on their relationship with words.*

Il y aurait beaucoup à dire sur le cinéma. L'importance du cinéma elle tient à beaucoup de choses: le fait d'abord que le cinéma est un art qui a brouillé l'hierarchie des arts, qui a brouillé l'hierarchie entre l'art et le divertissement, ça veut dire aussi que c'est un art qui a prolongé ce qu'on pourrait appeler la révolution romanesque, c'est à dire, qui a fait que tout être ou toute chose peut être intéressant; au fond, la révolution romanesque dont je parlais tout à l'heure c'est le fait que, finalement, n'importe qui peut être intéressant : il y a donc une hiérarchie des sujets, une hiérarchie des formes convenant à la hiérarchie des sujets qui est brisée par le cinéma, ce qui veut dire aussi que le cinéma est un art qui a la capacité de varier ce que des images peuvent faire.

Vous parlez de Pedro Costa: il y a une scène dans le film «Juventude em Marcha», une scène tout à fait extraordinaire, où il y a

le héros Ventura qui va visiter son copain Lento. On a l'impression d'assister à une rencontre entre deux ouvriers immigrés et l'un des deux raconte une histoire horrible, comment il a mis feu à son appartement, comment ses enfants et sa femme ont sauté par la fenêtre, se sont tués, une histoire horrible, mais, en même temps il y a une dramaturgie qui fait comprendre que c'est à la fois son histoire et pas son histoire qu'il raconte. À ce moment là on comprend que cet ouvrier n'est pas en train de raconter son histoire, c'est à dire que le film, l'image, n'est pas en train de raconter l'histoire des malheurs des immigrés... Non, tout d'un coup, il y a une transformation de ce qui est censé être l'espace de vie de ces gens en un espace théâtral, où en quelque sorte ils racontent, ils récitent le rôle, ils transforment leurs vies en la récitant, en s'appropriant un vécu qui est le vécu des autres. Il y a une espèce de théâtralisation, et ces deux corps qui, en principe sont des corps d'ouvriers, et d'ouvriers émigrés du Cap Vert, deviennent des figures mythologiques, et c'est comme si on a affaire à des ombres qui sont revenues des enfers pour juger les vivants... Il y a donc, véritablement, cette capacité qu'a l'image de, à la fois, dire et ne pas dire, cette capacité aussi de faire varier l'identité des corps, la puissance des corps.

J'avais essayé aussi d'analyser ça à travers des films de Béla Tarr. Les films de Béla Tarr sont toujours plus au moins un rapport entre deux types de mouvements: un mouvement en rond, où les gens tournent dans un univers clos, et puis des lignes droites qui viennent corriger, traverser ces mouvements en rond pour manifester une puissance imprévue de ces corps qui semblaient complètement assignés à leur mode d'être. Ça veut dire qu'au fond, l'image, le cinéma a cette capacité de construire des fables, qui sont des fables sur ce que peuvent les individus. Pour moi, c'est lié à cette tradition romanesque, justement, de révéler tout d'un coup ce que peuvent être, ce que peuvent faire, ce que peuvent dire aussi des corps qui, en principe, étaient plus ou moins assignés à la vie répétitive. Bon, je dirais que ce n'est qu'une des manières dont on peut penser le cinéma. Vous avez évoqué Marker, j'avais écrit ce texte autour du film qui s'appelle en français *Le tombeau d'Alexandre*, en anglais *The Last Bolshevik*, je ne sais pas comment il

s'appelle en portugais, qui est une manière de retraverser l'histoire du communisme avec à la fois des images qui parlent immédiatement, des images qui ne disent pas vraiment ce qu'elles disent, des images qui sont laissées à l'interprétation du spectateur. Le cinéma peut utiliser les images de mille manières. Il y a eu une époque où il a pensé construire une espèce de langage autonome spécifique qui serait le langage par excellence de la modernité, le langage du mouvement. Ce n'est pourtant pas du tout ce qu'il y a eu lieu. Ce qu'il y a eu lieu effectivement avec le cinéma c'est cette capacité de faire varier les rapports entre les images, le rapport entre les images et le temps, le rapport entre les mots et les images, pour briser le système des identités qui font que les corps sont censés de faire ceci et pas cela, dire ceci et pas cela, sentir ceci et pas cela...

MBB et JN: *Pour continuer dans le champ du cinéma et de l'image, il y a cette citation de Farocki que vous reprenez dans un texte de Figures de l'histoire, et qui dit: «La fenêtre du visible cinématographique est toujours originellement un carré qui exclut». J'aimerais vous écouter sur ce rapport entre visible et invisible dans la constitution d'un commun par l'image.*

La citation de Harun Farocki est tirée de son film *Les ouvriers quittent l'usine*; c'est un film qui est construit à partir d'un certain nombre de séquences cinématographiques qui, en gros, se passent toutes à la porte des usines, et ça commence, bien sûr, par la sortie des usines Lumière – le film célèbre de Louis Lumière [*La Sortie de l'usine Lumière à Lyon*] –, et à partir de là, Farocki nous dit que le cinéma a toujours filmé les sorties d'usines mais jamais ce qui se passe dedans. Ce qui est reprendre une célèbre critique, je ne sais plus si c'était de Benjamin reprenant Brecht ou Brecht reprenant Benjamin, une critique disant que la vue d'un bâtiment industriel ne dit rien sur les rapports sociaux qui se jouent à l'intérieur. Je pense qu'au fond Farocki met ensemble deux arguments qui ne vont pas forcément ensemble: il y a l'argument que le cinéma a toujours filmé les sorties et pas l'intérieur – sans pour autant que ce qui se passe à l'intérieur soit forcément subversif, et puis,

l'autre argument qui est l'idée de la fenêtre qui exclut. Or, ce sont des arguments qui sont en réalité indépendants l'un de l'autre, et on peut très bien dire que la fenêtre sur la sortie de l'usine Lumière ne dit pas ce qui se passe dans l'usine mais, en même temps montre un peuple, toute une série de gens qui, précisément, sortent de l'usine, ce qui veut dire qu'ils – ou elles – ne se laissent pas caractériser simplement par leur identité de travailleurs d'usine. «Sortent de l'usine» veut dire qu'ils reprennent une vie propre. Ce qui fait que le même plan de la sortie de l'usine Lumière sert à dire à Farocki que le cinéma exclut et, au contraire, sert à dire à Didi-Huberman que le cinéma inclut parce que ce même plan séquence, - film plan séquence - de la sortie des usines Lumière, est pour Georges Didi-Huberman, justement comme une espèce de manifestation de la capacité du cinéma d'intégrer tout le monde. Je crois que, véritablement, il y a là deux logiques qui sont différentes: une logique qui porte sur la question du visible, « qui est inclus dans le visible ? », et puis, une autre logique qui est «ce qui est inclus dans le visible». Mais on peut très bien retourner l'argument de Farocki et dire, premièrement, que le cinéma est quand même une espèce de fenêtre par où n'importe qui peut passer et puis, on peut dire aussi, « il filme la sortie de l'usine», cela veut dire qu'on filme le moment où les gens ne sont plus simplement des corps travailleurs intégrés au système de l'usine mais ils sont des individus. Ça me fait penser un peu, cette sortie de l'usine, à Virginia Woolf dans *Mrs Dalloway*. Il y a à la fin de *Mrs Dalloway* le promeneur qui se promène dans les rues de Londres, et c'était après la révolution de l'heure d'été, l'instauration de l'heure d'été, qui avait été faite pour que les gens travaillent plus en commençant plus tôt le matin, et qui a pour conséquence que les gens sortent plus tôt le soir. Du coup, toute une série de gens se trouvent à avoir une vie de loisir qui normalement n'était pas leur vie. Il y a une ou deux pages absolument extraordinaires dans *Mrs Dalloway* où le promeneur décrit cette espèce de démocratie, en quelque sorte, des gens qu'il voit au passage, derrière les fenêtres, voit comme tout une vie qui, en principe, n'avait pas lieu d'être, n'était pas visible, et que, tout d'un coup devient visible et il évoquait la vie des gens qui normalement

n'avaient pas de loisir et qui maintenant ont un loisir et un loisir grâce à ceux qui voulaient les faire travailler davantage...

MBB et JN: *Si on peut retourner au champ historiographique... Et si on peut reprendre La Nuit des prolétaires et aussi Les Mots de l'histoire... Dans le dernier chapitre, je crois, ou dans l'un des derniers chapitres, vous signalez comme moment constitutif du mouvement social moderne un passage du livre de Thompson The Making of the English Working Class. Et vous mentionnez les Sociétés de Correspondance comme une façon de développer les manières dont quelqu'un peut se diriger à n'importe qui. Notre question concerne votre expérience de lecture de Thompson: pouvez-vous nous en parler un peu sur ça? Comment pourrait-on d'un point de vue historiographique mettre aujourd'hui en rapport votre travail dans La Nuit des prolétaires et le travail de Thompson dans The Making of the English Working Class, qui a été traduit en France à la fin des années 80, et qui d'ailleurs n'est toujours pas traduit au Portugal...*

Le livre de Thompson a cette référence particulière à la création d'une société de correspondance. À l'époque de la Révolution Française, il y a cette société ouvrière qui se crée, non pas simplement pour la défense des intérêts des ouvriers mais pour la défense de la capacité de n'importe qui à s'occuper des affaires publiques. J'ai cité cela comme une forme moderne d'hérésie : tout d'un coup, il y a une proclamation, il y a une déclaration, il y a quelques mots et il y a tout un commerce de mots qui ouvrent comme une espèce d'espace illimité. J'ai commenté notamment ce passage qui dit « que le nombre nos membres soit illimité », cette idée d'une société qui va se créer comme ouverte à tous, comme, représentant, en quelque sorte, la capacité de tous. C'est la citation qui figure à la fin de *Les Mots de l'histoire*. J'ai essayé de penser la démocratie justement comme cette ouverture, donc non pas comme une forme étatique mais comme une forme d'ouverture d'un espace commun ouvert à n'importe qui. Cela dit, pour en revenir à Thompson, qu'est-ce qui m'avait fasciné dans sa lecture? C'était justement la façon dont il mettait en pièces

toute une certaine orthodoxie marxiste où, pour être révolutionnaire, il faut être un prolétaire, c'est-à-dire un ouvrier de l'usine qui accède à la conscience de classe; or Thompson montre comment une classe sociale, d'abord, ce n'est pas une unité sociologique. Une classe sociale c'est une construction, une classe sociale ce sont des gens qui construisent leur propre communauté. Bien sûr, chez Thompson, cette communauté on voit comment elle se construit, beaucoup à travers des mots, à travers de l'usage du lexique de la religion, à travers toute la prolifération des formes et des sous-formes de la dissidence anglaise ... Bien sûr j'ai été fasciné par ça, par ce renversement de la logique marxiste traditionnelle selon laquelle à un moment donné du capitalisme il y a des phénomènes qui font que la classe prend conscience, s'organise, etc. Thompson mettait tout ça en l'air en disant: non, une classe sociale c'est vraiment une création d'une imagination collective ou d'une imagination du collectif. Cette création passe justement par toute une dramaturgie de la parole, une réappropriation de la parole religieuse, sous des innombrables formes qu'a pu prendre la culture du *dissent* en Angleterre. Bien sûr, à un moment donné, j'aurais aimé trouver ça en France... Mais il n'y a pas d'équivalent en France, parce que la France est un pays catholique, les gens lisaient très peu la Bible, en France. Il y avait en Angleterre une culture de la dissidence religieuse, une hérésie religieuse au sens propre d'hérésie qui n'existe pas en France sauf sous des formes extrêmement limitées. Il y a les saint-simoniens qui créent une religion, mais ce n'est pas une relecture de la Bible, c'est une religion moderne, de l'industrie, du prolétaire, de la femme, qui n'a rien à voir avec l'Ancien Testament, non, c'est vraiment la religion nouvelle. Mais ça joue son rôle. Puis il y a quelques petites dissidences religieuses, mais vraiment des choses insignifiantes. Donc, en même temps ça a été mon modèle sauf qu'il n'y avait pas d'équivalent en France. Qu'est-ce que j'ai saisi à la place, alors? C'est soit le rôle de certains groupes utopiques, notamment la religion saint-simonienne, ou soit aussi le rôle des transformations de la parole rhétorique en parole révolutionnaire et de la parole révolutionnaire politique en parole révolutionnaire sociale. C'est aussi la façon dont ces ouvriers pouvaient utiliser une culture poétique, utiliser aussi

les modèles romanesques nouveaux pour penser, pour transformer leur condition. Oui, Thompson a eu sur moi une forte influence mais en même temps c'est complètement différent parce que la religion a beaucoup moins d'importance en France qu'en Angleterre, en revanche les groupes utopistes ont plus d'importance en France qu'en Angleterre. En Angleterre il y a Owen mais c'est quand même limité, Owen n'a pas cette espèce d'imagination un peu folle qu'ont pu avoir les utopistes français et donc aussi il n'a pas eu le pouvoir de créer quelque chose comme un appel à une sorte d'imagination nouvelle du collectif. Mais fondamentalement je pense qu'il y a une démarche qui est commune. En même temps, ce sont des démarches dont il est clair qu'on ne peut pas dire qu'elles aient triomphé sur le plan de l'historiographie... On évoquait Thompson... La traduction [française] du livre a été publiée en 1988. Je crois que les historiens des Annales n'étaient pas très pressés de le traduire... En tout cas, ils se sont fait un peu pousser, la traduction a attendu longtemps et je ne crois pas qu'il y ait eu beaucoup de bruit fait chez les historiens pour saluer la sortie du livre de Thompson.

MBB et JN: *Il y a les travaux de Florence Gauthier...*

Oui, c'est une historienne de tradition marxiste, mais si le livre a été publié par les éditions des Hautes Études, les historiens des Hautes Etudes n'ont guère salué ou discuté l'ouvrage. La traduction est préfacée par un philosophe – Miguel Abensour –, et pas par un historien. Et je sais que, moi, j'ai fait la recension de Thompson, notamment pour *Le Magazine littéraire*, probablement parce que les historiens ne se bousculaient pas pour la faire.

MBB et JN: *Merci beaucoup, Jacques Rancière!*

Merci à vous!

Referência para citação:

Rancière, Jacques. "L'excès des mots: pratiques de desidentification et logiques hétérogènes de la culture. Entretien avec Jacques Rancière." Por Maria-Benedita Basto e José Neves, *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* 1, n.º 1 (2015): 185-214.

O lugar da História nas relações entre a Universidade e a sociedade

Miriam Halpern Pereira*

Vivemos uma época em que a curiosidade pelo passado é intensa e muito generalizada. Pode dizer-se que a história está na “rua”. Este interesse pela História tende a acentuar-se em épocas de crise, em que a sociedade, ou melhor os indivíduos que a compõem, sentem a falta de referências e procuram-nas no seu passado pessoal, familiar e coletivo. Recorde-se a afluência extraordinária aos cursos de História logo após o 25 de Abril. Ou a extraordinária dimensão do público nos primeiros colóquios sobre história contemporânea. No colóquio sobre o liberalismo organizado pelo CEHCP do ISCTE participaram cerca de seiscentas pessoas!

O vasto interesse pela genealogia na nossa época corresponde em larga medida à desagregação da família ampla, que transmitia naturalmente a sua própria história. Também a edição de memórias e autobiografias, expressando a necessidade de passagem do testemunho, se insere na mesma tendência e encontra grande receptividade.

Desde longa data presente na pintura, nas artes plásticas, na música, na literatura ou no teatro, a História invadiu igualmente o cinema e os *media*. Também sociólogos, cientistas políticos, economistas e jornalistas invocam regularmente o passado nacional e internacional, como fundamento para as suas interpretações do presente. Alguns cientistas sociais e políticos tornaram-se até historiadores, contribuindo

* Professora catedrática emérita, IUL-ISCTE [miriam.pereira@iscte.pt].

Conferência inaugural do 3.º Congresso da Rede de História Contemporânea, 5 de junho de 2014, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

para a renovação da historiografia no pós-25 de Abril, nomeadamente no tocante ao século XX.

Na própria intervenção política, invoca-se muito a História, mas frequentemente para sua instrumentalização. Igualmente grave é a desatualização dos conhecimentos, comum entre cientistas sociais e políticos. Em geral, baseiam-se na memória já de si incerta da aprendizagem adquirida na escola 10 a 20 anos antes ou mais e transmitida por professores que eles próprios tinham feito os seus estudos décadas antes. Não exagero ao afirmar que o que aprenderam na escola corresponde frequentemente ao nível de conhecimento da História por vezes meio século antes.

Claro que há sempre exceções, felizmente a reciclagem individual e coletiva existe. Mas não com a extensão necessária. Lembrarei dois exemplos recentes. O primeiro refere-se à origem histórica da dívida pública e comercial em Portugal. Ouvi, num recente debate sobre a política financeira, um economista fazer remontar a dívida ao século XVIII, relacionando-a com a exportação do ouro do Brasil. Confundiu assim a saída do ouro brasileiro em barra com uma sangria financeira, quando na realidade ela constituiu a mais valiosa das exportações, como foi demonstrado por Fischer e Morineau há mais de 40 anos. Outro economista evocava o século XIX como a época das nações soberanas, incluindo nesse conjunto Portugal. Ora, esse foi o século dos grandes impérios, desde o russo, o austro-húngaro, o alemão, o otomano, e *last but not least* o império britânico, a que Portugal esteve informalmente ligado. Data também do século XIX o grande atraso de Portugal e a origem da sua pesada dependência externa económica e financeira. Outro caso que me impressionou recentemente foi o de uma figura política, que em intervenção crítica sobre o anticolonialismo, inesperadamente classificou de singular o imperialismo português, que na sua opinião teria sido essencialmente comercial e o comércio, sustentaria, era uma atividade entre iguais.

O insuficiente conhecimento da História pode também gerar uma justificação histórica inexata em decisões políticas. Foi o caso das Misericórdias, como tem explicado a historiadora Maria Antónia Lopes.

De facto, as Misericórdias foram criadas por iniciativa real e viveram sempre sob a tutela do Estado. Recentemente, na década de 1980, foram entregues à Igreja, e a ignorância histórica permitiu justificar esta decisão política como uma “justa devolução”. Mais próximo ainda, no mesmo sentido, anunciou-se uma suposta “devolução” dos hospitais às Misericórdias, colocando-os sob a tutela da Igreja. Tal propósito parece ter ficado felizmente esquecido, e talvez nem a Igreja estivesse interessada em assumir a responsabilidade de estruturas tão complexas.

Tudo isto conduz-nos a concluir que embora a História ocupe um lugar de centralidade evidente na cultura e na política contemporânea, nem sempre isso acontece da melhor forma. É necessário garantir que o seu conhecimento seja de qualidade e atualizado.

Não é suficiente salientar que a História é uma ciência fundamental no discurso das outras ciências sociais e até na intervenção política. É essencial sublinhar que a investigação científica neste domínio é que permite avançar no conhecimento do passado. Esse conhecimento não é um facto adquirido. Associada à relativa facilidade com que se invoca a História a torto e a direito, está a ideia de que o que se aprendeu em tempos idos na escola ou se leu aqui ou ali, sem ter em atenção por vezes a data de publicação ou a credibilidade do autor, continua válido. Não é o passado um tempo acabado? É necessário salientar que compreender o passado é resultado de um processo difícil e que o seu conhecimento resulta do progresso da investigação científica. Como noutros domínios, o conhecimento não é algo adquirido para sempre, carece pelo contrário de permanente atualização.

O progresso no conhecimento do passado, apesar de ser um tempo acabado, é evidente para os especialistas, mas não para a comunidade académica em geral ou para o grande público. De forma similar ao avanço no conhecimento da Natureza, tão antiga que é anterior à presença da espécie humana, mas cujo conhecimento se vai sempre renovando...! A verdade é que a geografia e a ecologia vão-nos tornando conscientes também do tempo histórico na evolução da natureza, infelizmente nem sempre pelos melhores motivos.

A centralidade da História na ciência e na cultura é algo que devemos lembrar às entidades financiadoras da investigação científica, desde sempre dirigidas por cientistas das ciências ditas “duras”, nem por isso mais “fundamentais”. Uma das estranhas consequências desta prevalência dos investigadores da área das ciências duras é a frequente incompreensão acerca da natureza específica dos outros domínios do conhecimento científico. Apenas salientarei uma das mais aberrantes: a desvalorização da edição de livros preteridos em relação à edição de artigos em revistas. Fará sentido nas ciências “duras”, mas é um absurdo nas ciências sociais. Felizmente ainda há historiadores e historiadoras que gostam e conseguem publicar livros, mesmo que representem menos “pontos” na carreira académica!

Isso conduz-nos ao problema que quero focar neste texto: a transferência de conhecimento entre o meio académico e a sociedade. Essa é uma função essencial da Universidade sobre a qual é importante proceder-se a uma reflexão coletiva. Existe um enorme desfasamento entre o conhecimento científico da História e a sua difusão na sociedade. A Universidade carece de mais intensa abertura e ligação à sociedade. A Associação dos Professores de História ou a revista *História* desempenharam um papel relevante neste domínio. A primeira está moribunda e a revista acabou. E o mesmo aconteceu com a maior parte dos cursos pós-laborais de licenciatura.

O desenvolvimento do ensino e da investigação da História na Universidade, com a abertura de mestrados e cursos doutorais e a inevitável especialização, conduziu a um virar para dentro nos últimos anos. É claro que a transmissão de conhecimento efetuado nos cursos especializados é fundamental na formação das futuras gerações. Mas apenas envolve o universo académico. É preciso sair dele. Ao longo do tempo continuaram a persistir excelentes iniciativas no sentido de quebrar as barreiras entre a Universidade e a sociedade. Sucessivos cursos curtos ou ciclos de conferências, abertos a um público indiferenciado ou nalguns casos mais orientados para professores do secundário, foram efetuados por iniciativa da Universidade e de outras entidades. Mas o seu âmbito tem sido limitado e a sua realização necessariamente esporádica.

As recentes comemorações de acontecimentos históricos têm constituído uma excelente oportunidade para intensificar a comunicação com um público alargado. Têm sido muito bem aproveitadas para a difusão de conhecimento e para o debate. Vale a pena analisar o seu significado e o seu âmbito. Veja-se o centenário da República. Talvez nunca se tenha ido tão longe na utilização ampla e sistemática da imprensa, da rádio e, embora em menor grau, também da televisão. Também nos legou um conjunto relevante de livros.

No ano de 2014 vivemos outra comemoração, a dos 40 anos do 25 de Abril. Ora, uma característica interessante desta comemoração foi justamente ter sido marcada por iniciativas em que se cruzaram perspetivas diversas. Não me refiro unicamente à vertente política e ideológica, mas também à colaboração entre a Universidade e outras entidades na sua organização, e à participação paralela de historiadores, cientistas sociais e políticos e ainda de atores da História em diferentes colóquios. Isso já vinha sucedendo em reuniões científicas anteriores relativas a esta época, mas teve neste âmbito maior dimensão e visibilidade.

Esta comemoração representou de forma consistente um novo alargamento do tempo histórico, a transformação do passado próximo em objeto da escrita da História. A apropriação do passado recente como objeto de análise, embora tivesse raízes anteriores, intensificou-se com a sucessão de colóquios sobre os 40 anos do 25 de Abril. Paralelamente têm igualmente vindo a ser efetuadas múltiplas entrevistas a diferentes figuras políticas e militares, atores da História, na imprensa escrita, em programas radiofónicos e televisivos, que no seu conjunto constituirão no futuro um riquíssimo manancial de informação sobre o nascimento da democracia e os tempos da ditadura. Esperemos que sejam devidamente arquivados e de acesso público. A sua preservação é algo em que a comunidade científica atual se deveria empenhar. Em contraste com outros países, não se compreende porque continuamos a não dispor de arquivos sonoros e audiovisuais nas instituições vocacionadas para essa função, como a Biblioteca Nacional de Portugal e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, e creio que não estará na sua agenda.

Este alargamento do tempo histórico esteve associado, sobretudo nos colóquios universitários, à intervenção paralela de investigadores académicos, de atores da História recente e de jornalistas. Parece-me essencial refletir sobre o significado desta participação conjunta, que não sendo a primeira experiência deste teor adquiriu agora maior expressão, criando uma nova conjuntura na escrita da História.

Os benefícios da existência de um público alargado e de um diálogo com cientistas de outras áreas e com os *media* são indiscutíveis. E, devemos não só preservá-los como intensificá-los. Todavia, este novo ambiente contém para a historiografia dois riscos principais, que estão associados e de que devemos tomar consciência. O primeiro é a instrumentalização da História. O segundo é a sua des-profissionalização. Não defendo nenhuma atitude corporativa, mas sim a necessidade de difundir a prática adequada à especificidade da investigação neste domínio, distinto de outras áreas científicas. A única forma de combater os riscos apontados, a instrumentalização e a des-profissionalização, reside na valorização da metodologia histórica e na sua difusão. E devem ser naturalmente os historiadores e historiadoras a dar o exemplo.

Não há neste domínio propriamente grandes novidades. Os princípios basilares da investigação histórica estão definidos desde há muito. Mas por vezes parecem esquecidos e a sua aplicação colocada de lado pelas jovens gerações. A situação é particularmente gritante na escrita histórica sobre o século XX. Recorde-se que a integração do passado recente na atividade académica encontrou forte resistência nos departamentos de História na maior parte dos países. Durante longas décadas, não só a história do século XX, como a história do século XIX, foram consideradas demasiado próximas para poderem ser objeto do conhecimento científico. Isso não aconteceu só em Portugal por vivermos tempos de ditadura. Hobsbawm refere essa situação nos seus tempos de estudante universitário e quando eu comecei a fazer o doutoramento em Paris esse preconceito ainda existia em França. Argumentava-se com a falta de distanciamento do investigador em relação ao objeto de estudo e a sua conseqüente incapacidade de ter uma visão objetiva e isenta.

Hoje, temos uma perspectiva diferente, foi-se generalizando a percepção de que a falta de objetividade pode afetar a interpretação de qualquer período histórico. E que não existe objetividade absoluta, nem uma atitude meramente descritiva nos aproxima necessariamente dela. Tem-se consciência que existe sempre uma seleção implícita. Mas o passado recente coloca problemas próprios. Um deles é que, de facto, a proximidade pode tornar difícil fazer a distinção entre o trigo e o joio. Tudo parece igualmente importante, explicava-me aqui há tempos um jovem investigador. Isso acontece porque em certa medida a História, neste domínio, se confunde com a vivência, com a memória.

É justamente essencial fazer a seleção e hierarquização e, para tal, o ponto de partida é a definição do problema que está em causa e que se pretende esclarecer. A definição do problema em análise nada tem de imediato. É em sua função que se deve definir o plano de investigação. Nunca se pode estudar tudo em simultâneo, e a ausência de seleção assumida com clareza apenas conduz o investigador a ficar aprisionado pelo lugar comum, com o risco de cair na mera descrição empírica inorgânica, que ainda por cima pecará sempre por incompleta. Desistir da interpretação, escondendo-se atrás do “concreto”, como forma de ser isento e objetivo, é uma falácia. Esse “concreto” é sempre algo de “construído” e sê-lo-á da pior forma numa elaboração não-deliberada, em vez de o ser de forma consciente e justificada por escolha determinada em função do problema em análise.

Definir o problema é portanto o ponto de partida essencial. Requer reflexão teórica, base de todo o conhecimento científico, e a dimensão comparativa deve ser desde logo integrada nessa reflexão. É aqui que o trabalho do historiador se distancia da reportagem jornalística, ligada necessariamente à atualidade imediata, ou de um testemunho que é expressão da memória individual.

Num segundo momento, há que escolher as fontes de informação e hierarquizá-las. Não têm todas o mesmo valor, nem o mesmo grau de credibilidade. A crítica das fontes é essencial e deve aliar-se ao cruzamento das fontes. São dois métodos complementares fundamentais, para evitar a falsificação da História, mesmo se inconsciente. Tem atua-

lidade recordar também a distinção clássica entre fontes involuntárias e fontes voluntárias. Do primeiro grupo faz parte a documentação administrativa, no segundo grupo situam-se os testemunhos da época.

Neste segundo caso, integra-se a História Oral, hoje relevante corpo documental, que obedece a normas e técnicas consagradas. Fazem também parte das fontes voluntárias, o valioso conjunto de entrevistas e depoimentos reunidos pelos *media*, as autobiografias ou as intervenções de diferentes atores da História que se multiplicaram recentemente. Mas será necessário ter em conta, de forma clara, também a sua origem, o objetivo e o contexto da sua elaboração, nomeadamente o tempo decorrido desde os acontecimentos em análise. Este valioso conjunto de fontes voluntárias tem por definição função diferente dos estudos científicos, contudo isso pode não ser claro para o público, face à sua apresentação, lado a lado, em recentes reuniões públicas ou na imprensa, sem se destacar a diferença da sua natureza.

A documentação administrativa é em geral considerada mais fiável por ser uma fonte “involuntária”. Esta classificação como fonte involuntária merece ser analisada de perto. Na realidade é fundamental ver o contexto em que tal documentação foi organizada. O Estado através da administração central ou local também procura transmitir uma mensagem própria, em geral oculta, implícita, que aparece como “natural”. As próprias estatísticas obedecem a conceitos que é essencial analisar. Todos os dias assistimos à guerra dos números do desemprego, do crescimento, do deficit, etc. Ora, nos documentos também só está expresso aquilo que em cada momento foi considerado útil ou importante segundo a óptica técnica, ideológica; pode até não ser um problema de seleção/ exclusão política. Entre os arquivos que têm sido utilizados para fazer a História do século XX, esquecendo com grande frequência estes métodos clássicos, estão os arquivos do Estado Novo. Nos arquivos de um regime autoritário e policial, mais do que em quaisquer outros, a crítica histórica rigorosa pressupõe a consciência da falta de liberdade dos funcionários, do medo e da forte impregnação ideológica na documentação. Acontece que grande parte da documentação da administração central e local desta época ainda

só está parcelarmente disponível. Pelo contrário, os arquivos disponíveis de Salazar, Marcelo Caetano e da PIDE estão acessíveis desde há largos anos, e pela sua natureza e centralidade despertaram natural curiosidade dos investigadores. Mas estes arquivos têm características muito específicas: o de Salazar e de Marcelo são arquivos simultaneamente da Presidência, portanto ligados à função, e arquivos pessoais. A documentação neles contida tem de ser tratada de forma diferenciada e crítica.

O Arquivo da PIDE, que é o arquivo de uma polícia política, também contém documentos de natureza diferenciada. Mas na sua maioria é composto por processos individuais organizados contra os opositores ao regime político. Os seus relatos, como os ditos depoimentos dos homens e das mulheres sob prisão, foram obtidos por vezes sob tortura e assinados sempre sob coação, tendo por isso credibilidade incerta. Darei disso dois exemplos com que me confrontei. Quando estava como diretora na Torre do Tombo, recebi uma carta de uma mulher pedindo para esta ser anexada ao seu processo da PIDE. Tratava-se de uma retificação comovente: uma militante comunista tinha sido presa com o dinheiro resultante de uma venda de rifas no bolso e no processo consta que ela se tinha apropriado desse dinheiro, uma soma aliás insignificante. Para memória futura, esta mulher sentiu a necessidade imperiosa de retificar esta situação, era o que solicitava na sua carta singela. As coisas podem ser mais complicadas, quando o sujeito se encontra face a face com um relato falso a si referente, publicado em livro. Aconteceu com um antigo exilado. Em livro recente encontrou o depoimento de um PIDE, que justificava uma ida ao futebol em Paris, afirmando que tinha lá ido para ouvir conversas entre exilados, entre eles este meu amigo. Acontece que este nunca foi ao futebol durante a sua estadia em Paris. Trata-se de uma historieta inventada pelo agente da PIDE para obter o reembolso do bilhete de futebol. É patente a ausência de verdade desta fonte, com objetivos políticos num caso, o de denegrir a resistência ao Estado Novo na pessoa de uma mulher militante do PCP, noutra com fins pessoais. Se isto acontece em relação a pequenas ocorrências, que credibilidade pode merecer esta fonte em relação a factos

relevantes? De toda a evidência, a utilização da documentação policial, seja ela política ou não, deve ser objeto de uma análise muito crítica e de um cruzamento de fontes, por vezes até fácil, pois o confronto com o testemunho vivo ainda é possível.

Não quero deixar de aproveitar esta ocasião para informar a comunidade científica de uma situação anómala, de que creio poucos investigadores têm conhecimento. O Serviço de Estrangeiros ligado à DGS/PIDE/PVDE não foi integrado na Torre do Tombo, mas sim no novo Serviço de Estrangeiros criado depois do 25 de Abril. Onde está hoje essa documentação? Pois ao que parece, a documentação anterior a 1966 foi destruída, dela só restando microfilmes e microfichas realizados de forma caótica, enviados há cerca de dois anos para a Torre do Tombo, sem qualquer identificação nem lista interpretativa e portanto de consulta impossível. Quanto à documentação posterior a 1966, nada se sabe.

Recebi recentemente a este respeito a seguinte informação da Torre do Tombo: *Relativamente à documentação original, informamos que em 4 de abril de 2003 foi endereçado um ofício ao Diretor-Geral do SEF no sentido de serem incorporadas neste Arquivo Nacional, cerca de 200 caixas de arquivo à guarda do SEF, no edifício da Rua Conselheiro José Carneiro, a Carnide, as quais são referidas num Memorial do Serviço de Coordenação da Extinção da PIDE/DGS e LP, datado de 1987. Após alguma insistência, em 2006 e 2007, foi respondido através de ofício datado de 24 de abril de 2007, pelo Diretor-Geral do SEF que “após consulta de todos os arquivos estáticos do SEF, não foi encontrada a documentação mencionada no referido ofício.”*

A 14 de dezembro de 2007 foram-nos entregues os rolos e microfichas contendo “processos individuais de cidadãos estrangeiros instruídos anteriormente a 1966”, bem como listas onomásticas desorganizadas, sem referência às datas de produção dos documentos. Prevêem-se três anos para identificar o material entregue e a sua consulta, só viável após a digitalização dado o mau estado do material, não tem previsão dada a falta de verba. E a documentação posterior a 1966? Pode estar em causa nova catástrofe, perdendo-se mais documentação essencial para estudar a presença dos estrangeiros em Portugal. Talvez não se

pudesse guardar tudo, mas destruir sem selecionar segundo os critérios definidos pela legislação acerca da preservação da documentação do Estado é ilegal.

Queria ainda focar a utilização de fontes voluntárias, fundamentais nas biografias, que em boa hora tornaram a ocupar significativa presença nas duas últimas décadas. Na sua construção devem seguir-se princípios metodológicos similares àqueles exigidos a qualquer estudo científico. Isso obriga ao confronto entre os documentos produzidos pelos biografados e fontes involuntárias, comparação que não podendo, nem interessando, ser exaustiva, deveria abranger as questões centrais abordadas. Tratando-se de personalidades políticas e militares de relevo, não falta informação de natureza administrativa. Infelizmente, também aqui quanto mais recente o personagem menos se utiliza este velho preceito metodológico.

Neste domínio das biografias, agora já bastante numerosas, podia ser interessante fazer uma rede biográfica temática, analisando determinado problema ou acontecimento cruzando diferentes testemunhos. São necessariamente procedimentos morosos, desincentivados pela atual avaliação científica, dominada por critérios quantitativos e burocráticos, que não favorecem a qualidade. Instalou-se neste domínio um fascínio primário pela quantificação de projetos e publicações, com efeitos devastadores.

A fragmentação da realidade é hoje outro dos graves problemas da investigação científica, também muito em consonância com a pressão dos índices de produtividade que conduz a apresentar trabalhos universitários num curto prazo. O risco da insignificância e do localismo são patentes. Pode ser necessário delimitar o âmbito de uma pesquisa, mas isso não significa isolá-la. É sempre possível inseri-la num âmbito mais vasto que lhe dê sentido. A não ser que o tema seja insignificante, e então não vale a pena perder tempo a estudá-lo, nem como exercício acadêmico. Só integrada num problema mais amplo, determinada pesquisa sobre um objeto limitado, ou pela natureza das fontes ou pelo universo a que se refere, pode ter utilidade. Sem ambição, não existe pesquisa útil.

Outro problema essencial consiste no uso dado ao vocabulário e na necessidade de distanciamento crítico em relação à linguagem de cada época. Infelizmente, no que se refere em particular a períodos próximos, nem sempre se tem tido uma atitude crítica suficiente. É essencial estabelecer fronteiras e não confundir a linguagem da época com a nossa. Além do “pecado” de anacronismo, que é fundamental não cometer, tal pode determinar uma indefinição ideológica involuntária. Isso tem acontecido na história colonial recente com os termos ultramar e metrópole. A própria palavra icónica de descolonização tem sido adotada fora do contexto muito específico que a originou. De facto, o historiador deve falar em emancipação dos povos coloniais ou em independência das novas nações e não em descolonização, termo de conotação ainda paternalista e resultante de uma conjuntura histórica muito precisa, em que ainda estava em construção um novo percurso político. Ninguém alguma vez se lembraria de falar da descolonização do Brasil ou do Estado da Índia portuguesa.

Este problema do vocabulário faz-me lembrar uma situação inesperada que encontrei na Torre do Tombo, quando fui diretora. Um dia, um antigo exilado veio falar comigo indignado porque na certidão que pedira para demonstrar que estivera ausente do país por motivos políticos, essencial para a contagem do tempo para a reforma, se utilizava uma linguagem pidesca. De facto, de forma automática, seguindo as normas arquivísticas, os funcionários limitavam-se à transcrição simples da linguagem da PIDE e referiam-se a atividades subversivas, em vez de simplesmente referirem atividades políticas contra o Estado Novo. No calão da casa, também era habitual a designação destas certidões como “certidões da PIDE”, em lugar de certidões de combatente pela liberdade, um equívoco sem intenção, mas que era naturalmente ofensivo. Este problema de vocabulário é central e pode induzir a erros de interpretação graves. Estes são alguns exemplos flagrantes de uso de vocabulário sem a adequada crítica do seu conteúdo.

Menos evidente, mas muito generalizado, é o uso indiferenciado das palavras sufrágio e eleições. São termos que têm de ser cuidadosamente situados no contexto institucional de cada época. Isso é evidente

relativamente ao Antigo Regime, mas não relativamente ao período contemporâneo. Não só é preciso analisar o acesso ao voto, como também as condições gerais do seu exercício, e não menos importante o alcance do voto, ou seja qual o poder dos órgãos eletivos que são eleitos. Acabamos de assistir a uma prova de indiferença dos cidadãos europeus face a uma votação cujo alcance é realmente muito reduzido. O Parlamento Europeu tem de facto um poder reduzido. Recuando no tempo, num regime de partido único como o Estado Novo, a introdução do voto feminino restrito tem um significado que é preciso explicar, obviamente diferente do que teria no espaço político democrático. E o mesmo sucede com o voto antes e depois de 1910, que se tem tornado habitual comparar, esquecendo o alcance do voto, ou seja, o diferente âmbito da elegibilidade e da eleição e a distribuição do poder legislativo em câmaras eletivas e não eletivas antes da República.

Exercício crítico similar se deve fazer em relação ao termo República, que o Estado Novo conservou, esvaziando-o do seu conteúdo anterior, de natureza liberal. A própria adoção pela historiografia recente da designação de “Estado Novo”, termo marcadamente ideológico, justifica uma reflexão, sendo que curiosamente foi utilizada como mais “neutra”, para fazer face ao debate em torno da classificação anterior de fascista, considerada inadequada... Este caso aponta para a necessidade de definir os parâmetros da manutenção ou não do vocabulário da época. É uma questão que se deve analisar com mais frequência, sem cairmos em debates nominalistas.

É tempo de regressar ao reequacionar da relação entre o meio académico e a sociedade. Coexistem diferentes níveis de interesse pela História, naturalmente. Há os círculos académicos com as suas publicações especializadas, em que nos lemos uns aos outros, às vezes conseguindo que algumas pessoas mais interessadas fora do meio académico também os localizem e leiam... Para além deste universo, um tanto enclausurado, existe um amplo público não-académico com diferentes graus de cultura, que vai dos leitores do romance histórico aos leitores de obras de divulgação com bom nível. A revista *História*, já mencionada, fez durante largos anos a ponte entre o meio académico e os leitores não profissionais.

Infelizmente cessou a sua publicação. Em certa medida, a *Visão História* veio preencher o seu lugar, mas não tem a mesma matriz. Recentemente, as grandes iniciativas comemorativas tiveram o mérito de demonstrar que a História tem grande receptividade. Parece-me que seria importante encontrar formas regulares de manter a comunicação de qualidade entre a Universidade e a sociedade no âmbito da História.

De outros países podem vir-nos algumas ideias. Em França, realiza-se um encontro anual, reunindo historiadores, cientistas sociais, homens políticos, filósofos, professores, atores da História recente, e amantes da História no *Rendez-vous de L'Histoire*, lançado na cidade de Blois em 1998 pelo então presidente de Câmara, Jack Lang, que tinha sido ministro da Cultura. Durante 4 dias, sucedem-se aqui conferências e debates, acompanhados de outras iniciativas, como o salão nacional do livro de História e um ciclo de cinema. Pode ser motivo de inspiração. Planeado por um conselho científico composto por universitários consagrados, em cada ano seleciona-se um tema central que percorre todas as épocas históricas. Para organizar cada festival é escolhida uma personalidade, pode ser um historiador/a ou um filósofo, ou até pode ser uma figura política, como foi o caso de Cohn-Bendit no *Rendez-vous* centrado em *Os europeus*, ou o de Simone Weil quando o tema escolhido foi *As mulheres e a História*. Em 2014, a organização deste encontro coube a Michelle Perrot e o tema escolhido foi *As rebeldes*, nas várias épocas históricas. O Ministério da Educação francês consagrou há muito este evento como um polo de formação contínua, facilitando a participação de algumas centenas de professores e inspetores do ensino. É um contexto que propicia o debate entre pedagogos e cientistas. Ao longo do ano, *Os cafés históricos*, dispersos por diversas cidades, de acesso livre e sem inscrição prévia, são outra iniciativa interessante.

Também com uma longa história, há os famosos programas semanais da rádio France Culture, *Les Lundis de l'Histoire*, criados em 1999, e dirigidos por Jacques le Goff, agora falecido, Michelle Perrot e Roger Chartier. Consistem em conversas com autores/as sobre livros de publicação recente, com a participação de outros especialistas. Também o programa semanal *La Fabrique de l'Histoire*, sobre História e

Memória, é dirigido por um historiador. São necessariamente diferentes dos nossos programas atuais dirigidos exclusivamente por jornalistas. Nesse aspeto, aqueles programas têm algo em comum com os programas promovidos a seguir ao 25 de Abril na ainda Emissora Nacional, que eram dirigidos por professores de Literatura, de História de Arte, ou aquele que eu própria dirigi sobre História. É evidente que as escolhas por especialistas obedecem a critérios distintos. Quanto ao risco de conflito de interesses e de preferência pessoais, isso existe de qualquer forma e apenas a crítica o permite combater. Um belíssimo exemplo de colaboração entre um investigador e a TV é a série sobre emigração “Ei-los que partem” de Jacinto Godinho, de êxito repetido.

Fascinante é também a *Historical Association* fundada em Inglaterra em 1906. Esta associação sem fins lucrativos já centenária, uma *charity* (entre nós diríamos uma ONG), surgiu quando a História foi introduzida no ensino obrigatório, reunindo professores de todos os níveis de ensino, Universidade incluída, para acompanhar os programas de ensino. Cinco anos após a sua constituição, considerando que já tinha uma implantação sólida, resolveu alargar a sua missão e transformar-se também num centro de estudo e investigação da História. O alargamento da Associação, com delegações por todo o país, revelou o interesse de não profissionais pela História e conduziu à sua admissão como sócios, a partir de 1917. A Associação tem atualmente 50 delegações. Desde o início, propôs-se ser complementar da *Royal Historical Society*, instituição equivalente às Academias no continente, e fundada em 1868.

A *Royal Historical Society*, a mais reputada instituição no domínio da investigação histórica em Inglaterra, evidencia ela própria uma abertura à sociedade visível não só por se encontrarem entre os seus *councillors* membros da *Historical Association* e da *History Workshop Journal, socialist and feminist*, como pela forma de acesso de sócios, e a própria temática abordada nos seus boletins. A título de exemplo, refira-se que num dos seus boletins recentes figura um debate sobre o ensino da História às crianças.

Vale a pena consultar qualquer um dos sítios da Internet destas duas instituições inglesas, para compreender não só a modernidade da

marca de água, como a adaptação ao tempo atual destas associações centenárias, em contraste com algumas instituições congêneres do nosso país que, embora mais recentes, são na sua estrutura e no seu âmbito antiquadas e cuidadosamente fechadas entremuros.

Impõe-se uma reflexão coletiva que conduza à implementação de formas regulares de transferência de conhecimento entre a Universidade e a sociedade no âmbito da História, em dois patamares diferentes, entre a Universidade e os vários níveis de ensino, desde o primário, e entre a Universidade e o público em geral. No primeiro circuito, deveria incluir-se naturalmente um debate sobre programas, métodos e manuais, que mudam quase em contínuo sem ninguém saber a fundamentação. Só há debate no caso da Matemática e da Gramática! O segundo circuito depende naturalmente da articulação com os *media*. Os dois patamares devem obviamente ser comunicantes e não-fechados entre si.

Referência para citação:

Pereira, Miriam Halpern. “O lugar da História nas relações entre a Universidade e a sociedade.” *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* 1, n.º 1 (2015): 215-230.

Ignacio Peiró Martín

Historiadores en España, Historia de la historia y memoria de la profesión

Saragoça: Prensas da la Universidad de Zaragoza,
2012, 404 pp.

Sérgio Campos Matos*

Historiografia em contexto de ditadura. Nos últimos decénios, no contexto europeu, a Espanha tem sido um laboratório de experimentação dos nacionalismos e um objecto de estudos particularmente enriquecedor no que respeita ao debate sobre a questão nacional, os conflitos de memórias e a escrita da história. Nada que se compare deste ponto de vista com o caso português, quer em termos vivenciais quer no que respeita à investigação que tem sido empreendida a esse respeito no campo das ciências humanas. Num tempo em que regressam velhos estereótipos étnicos sobre as nações da Europa do Sul, a Espanha, na diversidade e riqueza da sua cultura histórica, merece a maior atenção. A estreita relação entre as experiências históricas peninsulares e as afinidades entre as respectivas memórias nacionais torna a leitura de *Historiadores en España* um estimulante instrumento para a realização de trabalhos comparativos entre as culturas políticas e as historiografias peninsulares do século XX e as respectivas condições de produção. Onde, por todas as razões, convém dá-lo a conhecer aos leitores portugueses. E sugerir reflexões a seu respeito.

No campo da história da historiografia, têm sido produzidos em Espanha, desde os anos 80, numerosos estudos, teses e revistas especializadas. Sem esquecer o *Diccionario Akal de Historiadores españoles*

* Universidade de Lisboa/Centro de História [sergiocamposmatos@gmail.com].

contemporáneos (1840-1980), Madrid, 2002, de que foi co-autor Ignacio Peiró Martín. Exemplo de tal labor é a obra deste historiador, professor da Universidade de Saragoça, um dos mais destacados estudiosos da cultura histórica em Espanha, também autor de uma tese de referência sobre a historiografia espanhola no período da Restauração, *Los guardianes de la historia* (com duas edições, em 1995 e 2006). Ignacio Peiró transporta-nos agora para a historiografia do século XX, com destaque para o longo período do franquismo (1936-1975), mas em diversos momentos remontando a meados de Oitocentos para sondar as raízes da moderna actividade dos historiadores, sem esquecer a questão da “responsabilidade do historiador” nos princípios do século XXI. Não surpreende pois que a problemática central de *Historiadores en España* se centre na relação entre o campo político e o campo historiográfico, como o contexto político da ditadura condicionou a escrita da história e constituiu, segundo o autor, uma ruptura com a tradição liberal, o primeiro “momento zero” da historiografia espanhola, um verdadeiro “holocausto cultural” que aniquilou uma tradição histórica então rotulada para efeitos propagandísticos de anti-espanhola. Mas outras questões-chave irrompem neste rigoroso e fundamentado livro, com destaque para a profissionalização dos historiadores e a sua auto-representação – como se referem os historiadores a si mesmos e às suas obras? – e a circulação europeia de culturas históricas.

Historiadores en España reúne textos escritos ao longo de uma década que, agora em volume, alcançam uma coerente unidade. À partida, de notar uma característica marcante: trata-se de trabalhos eruditos, bem documentados, com informação escorada em abundantes notas que, em muitos casos, abrem horizontes de estudos. A estratégia adoptada pelo autor traduz-se num duplo movimento, das tendências gerais para o particular e do particular para o geral. A visão de conjunto, contextual, leva-o a avaliar em que medida as políticas do passado do franquismo condicionaram as práticas historiográficas. Como a ditadura obrigou muitos historiadores a exilarem-se nas Américas e em alguns países europeus, cindindo o campo historiográfico em duas partes: a do exílio, que manteve “el sentido de continuidad de los valores

liberales de la profesión. Y la del interior, rota por el control político-ideológico de la dictadura, la censura y la autarquía intelectual” (p. 13). Entre os exilados, refiram-se, entre muitos outros, Rafael Altamira, Sanchez Albornoz (que fora embaixador de Espanha em Lisboa, durante a Guerra Civil) ou Americo Castro.

Ignacio Peiró detém-se depois em casos paradigmáticos, dedicando extensos capítulos aos percursos intelectuais de dois grandes historiadores do século XX que estiveram em estreito contacto com outras culturas históricas e outras universidades europeias e americanas: Rafael Altamira (1866-1951) e José María Jover Zamora (1920-2006). Nestes estudos de caso, o Autor nunca perde de vista relações contextuais e problemas-chave em que se inscrevem os percursos dos referidos autores: o processo de profissionalização dos historiadores (cuja etapa principal situa entre 1920 e 1936), a circulação internacional da cultura histórica, e o corte que representou na formação da historiografia a instauração do regime de Franco, na sequência da sangrenta guerra civil espanhola (1936-39). Já Vicens Vives tinha aliás notado essa demarcação entre “un antes e un después de la ciencia histórica y el inicio de la ‘larga travesía del desierto’ de una historiografía que solo comenzará a recuperarse en las décadas de los cincuenta y sesenta” (p. 40).

Poder-se-á dizer o mesmo no caso do Estado Novo de Salazar? Só um estudo aprofundado permitirá responder com fundamento a tal pergunta. Se é certo que o regime português nasceu no seio de uma Ditadura Militar, não resultou contudo da radicalização de uma guerra civil e não obrigou a um exílio em massa daqueles que com ele divergiam. Mas muitos intelectuais e militantes opositoristas viram-se obrigados a sair do país. É sabido que houve demissões compulsivas de numerosos professores universitários (lembrem-se os historiadores Rodrigues Lapa e Sílvio Lima). Outros, por não lhes terem sido renovados os contratos ou constrangidos pela ausência de liberdade, exilaram-se (casos de Vitorino Magalhães Godinho e António José Saraiva, mas também do já referido Lapa). E muitos só seriam admitidos nas universidades já após a queda do regime (Barradas de Carvalho, Joel Serrão, Borges Coelho, etc.). A Imprensa da Universidade de Coimbra, dirigida pelo notável historiador Joaquim de

Carvalho, foi encerrada. E houve censura de obras historiográficas (por exemplo, a *História de Portugal* de António Sérgio, cujo primeiro volume foi apreendido pela censura logo em 1941, seria interrompida pelo autor). Se a instauração do Estado Novo, nos anos 30, marca um novo tempo no que respeita às condições de produção da escrita da história, particularmente no que respeita ao ensino público e às universidades, o facto de o então novo regime se ter erguido sobre os escombros de uma instável Ditadura Militar que durou seis anos atenuou porventura o sentido de corte com esses anos – a ruptura deu-se sim com a tradição liberal da I República. Mas nada que se compare à radicalidade da Guerra Civil espanhola e do franquismo que significou uma “hora zero” no campo historiográfico. Em Portugal, os historiadores liberais, republicanos e socialistas continuaram a publicar as suas obras, em condições difíceis, vigiados por uma apertada censura, é certo. Mas continuaram a fazer ouvir a sua voz em publicações periódicas como a *Seara Nova* ou a *Vértice*. No entanto, nos seus últimos decénios o regime terá resistido mais à mudança do que o franquismo – uma longa guerra colonial em três frentes (1961-1974) contribuiu decerto para esse bloqueio. No caso português, o crescimento da Universidade foi drasticamente estancado até aos finais dos anos 60: o número de doutoramentos em História e o número de professores (incluindo catedráticos) nesta área era extremamente reduzido, em termos relativos, em comparação com o caso espanhol.

O franquismo terá pois representado uma ruptura bem mais profunda e radical com o passado liberal, laico e republicano. Mas, tal como o regime de Salazar, alimentou comportamentos de prudência, tida como uma “virtud moral”, “categoria de comportamiento intelectual y un principio de responsabilidad profesional” (p. 51). No entanto, nos anos sessenta há grandes novidades, há historiadores que em contacto com outras universidades europeias, sobretudo alemãs e francesas, adoptam uma postura mais crítica e aberta e, alegadamente, o seu distanciamento do regime levá-los-á a converterem-se em “nuevos liberales” (p. 51). Esta é uma das questões a que o Autor concede maior atenção: a auto-representação tardia de historiadores que se tinham acomodado ao regime como “liberais”.

Tal como em Portugal, a cultura de importação mais influente na Espanha do século XIX foi a francesa, muito por via dos emigrados políticos e da literatura de viagens. Justificam-se pois plenamente as páginas que Ignacio Peiró Martín dedica aos *maîtres à penser* da historiografia francesa, em especial aos hispanistas e a Gabriel Monod, que introduziu em França o modelo do seminário alemão na *École Pratique des Hautes Études* (1869). A obra de Rafael Altamira exprime bem esse contacto com a cultura histórica francesa, nos finais do século XIX e princípios do século XX muito marcada pela história metódica de Charles Seignobos, evidente até na ferramenta conceptual que mobiliza (civilização, alma nacional, psicologia do povo, regeneração) e contribuiu decisivamente para a profissionalização dos historiadores em Espanha. Mas para além disso, Altamira conhecia bem a melhor historiografia britânica do século XIX – Macaulay e Buckle, entre outros. Este último também tinha sido lido e discutido em Portugal, a propósito do seu conceito de civilização e, sobretudo, da perspectiva muito crítica que teceu acerca da história da Espanha que via como um exemplo de atraso atribuído a razões climáticas, políticas (o absolutismo) e religiosas (o catolicismo da contra-reforma): a *História da Civilização Ibérica* (1879) de Oliveira Martins é uma resposta à *History of Civilization in England*. Altamira deixou marcas profundas, inclusive na pedagogia da história – lembre-se o seu estimulante livrinho *La enseñanza de la historia* (1891), que Marcel Bataillon viu como “le ‘manuel’ de cette discipline pendant de longues années” e Ignacio Peiró qualifica de “seminal”, precisamente pela função que teve na senda da profissionalização. Este livro marcou uma época em que, para além das exigências de rigor científico, a história era também considerada – e não só em Espanha – um instrumento de educação nacional. Escrever a história de Espanha era para Rafael Altamira, como bem nota Ignacio Peiró, “un deber patriótico” (p. 112).

Já no que respeita a José María Jover, o interesse de Peiró prende-se sobretudo em compreender a sua “metamorfosis contemporaneísta”, uma vez que Jover foi até aos anos 60 um modernista (com uma tese de doutoramento centrada no século XVII). Reconhece que foi um dos

pioneiros na “normalização disciplinar da história contemporânea” e da prática da história da historiografia em Espanha. Pode perguntar-se: até que ponto terá constituído esta passagem de modernista a contemporaneísta, como parece sugerir o Autor, uma mudança de perspectiva historiográfica. Traduziu-se ela numa renovação conceptual? (Os usos de um conceito como civilização poderão a este respeito ser esclarecedores, tanto mais que Jover viria a prefaciar uma nova edição da *Historia de España y de la civilización española* de Altamira, em 2001). O percurso de José María Jover é muito significativo – a sua estadia na Alemanha foi também, no entender de Peiró, um exemplo de como as convenções do seu tempo condicionaram e modelaram a sua reflexão e prática historiográfica sobre a Espanha contemporânea. Esta especialização contemporaneísta (não só de Jover) terá constituído um modo de integrar a renovação no seio dos sectores que conviviam com o regime.

Ora este é um dos aspectos que importará contrastar futuramente com o caso português: a relação dos historiadores com uma memória histórica mais recente. É que, das 117 teses de doutoramento defendidas em Espanha entre 1940 e 1950, 10 incidiram sobre temas relacionados com o século XIX. Enquanto em Portugal, não apenas nessa época o estudo da chamada época contemporânea era desaconselhado (por exemplo, Magalhães Godinho não pôde estudar o pensamento de Oliveira Martins e as primeiras teses de licenciatura dedicadas ao século XIX surgem já em plena década de 60), como, de resto, muito raros foram os doutoramentos *em todas* as especialidades históricas (naquela década de 1940, nas universidades de Lisboa e Coimbra, houve apenas duas teses de doutoramento defendidas, nenhuma delas correspondendo aos séculos XIX e XX¹), numa outra escala de dimensão da própria

1 No decénio de 1930, o número total de teses de História defendidas em Portugal tinha sido de 5. No decénio de 1950 tinham sido 4 e no de 1960, 3. Cf. Maria José Sabino de Moura, coord., *Doutoramentos da Universidade de Lisboa, 1911-1971* (Lisboa: Universidade de Lisboa, 1972) e J. P. Avelãs Nunes, *A História Económica e Social na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra 1911-1974* (Lisboa: Inst. de Inovação Educacional, 1995), 262. Só contabilizei as teses consideradas inscritas em “Ciências Históricas” – o que não quer dizer que teses defendidas noutras áreas (Filologia Românica, Geografia, etc.), não tivessem uma dimensão histórica. Nas décadas de 1920, 1940 e 1960 não houve qualquer doutoramento em História na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Na Universidade de Lisboa não houve nenhum nas décadas de 1910 e 1920. A escassez destes números fala por si. Para uma perspectiva mais geral so-

universidade. O que mostra bem a política de não investimento do regime de Salazar na Universidade e na investigação científica. Mas este é problema mais geral, que exige atenção particular.

Como explicar o contraste entre os dois casos peninsulares no que respeita à história contemporânea? A resposta a esta pergunta exigirá estudo aprofundado. Para já, formule-se a seguinte hipótese. Em Portugal, o contemporâneo foi considerado impuro pelos historiadores arquivistas que dominaram o panorama historiográfico nacional nos finais do século XIX e primeiros decénios do século XX. A ausência de distanciamento inibia-os de escreverem a história de um passado recente que, a seu ver, devia ser imparcial. Mas esta não deixou de ser cultivada por historiadores e divulgadores republicanos e liberais (caso dos colaboradores da *História do Regimen Republicano em Portugal*, 1930-32, de Luís de Montalvor). Alfredo Pimenta, um tradicionalista que apoiou o Estado Novo e foi sobretudo medievalista, chegou a considerar que a historiografia que estudava o século XV em diante deixava de ser história para ser política e jornalismo. O século XIX, considerado um século estúpido, dominado pelo liberalismo e pelas revoluções, hegemonzado pela memória liberal, devia ser objecto de profunda revisão histórica. Ora essa revisão só chegou, no caso português, com a geração do Integralismo Lusitano: já nos anos 30, Alfredo Pimenta e João Ameal, em manuais de história geral de desigual valor e extensão (até lá, havia apenas alguns ensaios doutros autores, entre eles o próprio mestre do Integralismo, António Sardinha). E o estudo especializado do século XIX, excluído ou secundarizado na universidade, acabou por ser cultivado fora dela por historiadores marcados pelos *Annales* (Joel Serrão, Magalhães Godinho, J. Augusto França) e pelo marxismo (Armando Castro, Costa Dias, Victor de Sá, Alberto Ferreira, José Tengarrinha). Note-se contudo que em França, na mesma época, o interesse pela história contemporânea era minoritário no ensino superior. Não surpreende pois que nas universidades portuguesas também continuasse a dominar o estudo das épocas

bre os doutoramentos nesta Universidade veja-se José M. Guedes de Sousa e Ricardo de Brito, "A elite universitária de Lisboa," in *A Universidade de Lisboa séculos XIX e XX*, coord. Sérgio Campos Matos e Jorge Ramos do Ó, vol. I (Lisboa: Tinta-da-China, 2013), 187-291 e 311-318.

medieval e moderna. E no caso espanhol, como nota Ignacio Peiró, se a dedicação à história contemporânea foi também minoritária, foram os historiadores tradicionalistas e integristas que tomaram a iniciativa de cultivar a história política do século XIX.

Um outro tópico central no itinerário de Peiró é o que se refere aos historiadores que foram qualificados pelo regime de “nuevos liberales” e eles próprios se auto-qualificaram de liberais. Intelectuais como Pedro Lain Entralgo, José Antonio Maravall, Santiago Montero Díaz e José Luis Aranguren foram assim designados num libelo publicado pelo Ministério de Informação e Turismo (1965), então chefiado por Fraga Iribarne. Como explica o Autor esta “conversão liberal” de intelectuais? Ter-se-á inscrito numa estratégia de construção de “sociologias da fama” que se filiavam no espírito liberal de Ortega, mas também correspondeu a um expediente de afirmação de um “modelo de resistencia responsable, el moralismo autocomprensivo” (p. 239). Tratava-se para estes historiadores de um modo de exorcizarem as consequências da guerra civil e também de “maquillar las adaptaciones de estilo y el colaboracionismo político-cultural” no pós-guerra (p. 238). Em Portugal, sucedeu algo de comparável, mas bem diverso. A maior parte dos intelectuais e dos historiadores que foram inovadores situaram-se politicamente na oposição ao regime de Salazar – mas evidentemente não há qualquer relação de causa-efeito entre compromisso político e qualidade científica. É certo que já no final do decénio de 1960, durante o marcelismo, entre os jovens políticos e intelectuais que apoiaram o Estado Novo ou que com ele conviveram ou colaboraram, um pequeno grupo de deputados da Assembleia Nacional foi taxado de “ala liberal” (nela figuravam Sá Carneiro, Miller Guerra, Magalhães Mota e Pinto Balsemão). Mas entre esse grupo que inicialmente apoiou o reformismo de Marcelo Caetano não havia nenhum historiador. Ironia da questão, Marcelo Caetano, então presidente do conselho de ministros, ele sim foi professor na Universidade de Lisboa (Faculdade de Direito) e historiador (mas Marcelo teve o apoio inicial de intelectuais, entre eles alguns historiadores e professores universitários). De qualquer modo, também esta problemática da relação entre a escrita da história e o poder está por estudar no caso português.

Note-se ainda, em *Historiadores en España*, a certa caracterização do modelo profissional configurado pelos historiadores no tempo da ditadura, modelo centrado na figura do catedrático e que deu origem a “una comunidad regida por los principios del mandarinato y definida por la obsolescencia de su academicismo, cuyas rigideces y jerarquizadas formas exteriores enmascaraban la extraordinaria vacuidad de una profesión regida por las líneas maestras de la sumisión” e em que se afirmavam “las incompetencias individuales más manifiestas, la inevitable ausencia de la crítica – siempre percibida en términos de ataques personales – y como la simple honestidad ‘científica’ se convirtió en un bien escaso y preciado” (p. 267). Palavras que bem poderiam adoptar-se ao meio universitário português da mesma época.

Ignacio Peiró deixa em aberto uma questão, para a qual entretanto fornece informação detalhada num quadro final (“Catedráticos de História das Faculdades de Filosofia e Letras das Universidades Espanholas 1840-1984”): quem foram os historiadores espanhóis? (A resposta será dada decerto no projecto do *Diccionario de Catedráticos de Historia de Espanha* que o Autor tem em mãos). Mas sobretudo deixa uma estimulante reflexão sobre a politização da história e o modo de acautelar a sua instrumentalização: a necessidade de distância crítica em relação ao objecto de estudo. Em tempo de relativismo cultural mas também de intensa politização e de novas manipulações ideológicas fica por último uma proposta de renovação da responsabilidade profissional do historiador, assente numa exigência de independência e verdade. Não é esse afinal o sentido do trabalho universitário, a liberdade e a autonomia do saber em relação aos poderes instituídos?

Referência para citação:

Matos, Sérgio Campos. Recensão a *Historiadores en España, Historia de la historia y memoria de la profesión*, de Ignacio Peiró Martín. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* 1, n.º 1 (2015); 231-239.

Anthony K. Jensen
Nietzsche's Philosophy of History
Nova Iorque: Cambridge University Press,
2013, 237 pp.

Marta Faustino*

Há vários sentidos em que Nietzsche pode ser considerado o filósofo da História *par excellence*. Ao contrário da maioria dos filósofos, não teve formação em Filosofia, mas em Filologia Clássica, sendo também esta a única área em que leccionou. Conhecia excepcionalmente bem os estudos históricos e filológicos do seu tempo, aquele que já foi apelidado como “o século da História”. Estudou, criticou e utilizou a História como, provavelmente, nenhum outro filósofo. Para todas as coisas recusava essências e via apenas História, devir e transitoriedade, não apenas nos valores, usos, costumes e instituições, mas também em coisas que aparentemente lhes escapariam, como sentimentos, atitudes, comportamentos, afectos e pensamentos. Com a sua genealogia desenvolveu aquilo que acreditava ser a “verdadeira História”, na firme convicção que só através de um trabalho árduo sobre o passado se poderia criticar o presente e modificar o futuro. O arauto dos “filósofos do futuro” foi, afinal, um filósofo profundamente apaixonado pelo passado.

Ainda assim, a Filosofia da História de Nietzsche parece ser um tópico relativamente pouco explorado na literatura secundária sobre o autor. Num certo sentido, o tema é quase obrigatório em qualquer estudo sobre Nietzsche, e não há comentário que, de uma forma ou de outra, não o aborde. Mas faltava uma análise compreensiva e sistemática da Filosofia da História de Nietzsche, que analisasse não só o desenvolvimento

* Instituto de Filosofia da Nova, FCSH/NOVA [msffaustino@gmail.com].

da importância e o uso específico da História no seu pensamento, mas também a crítica que este desenvolve à historiografia moderna e ainda a relevância do seu pensamento para a Filosofia da História contemporânea. É precisamente esta lacuna que a obra de Jensen pretende suprir e, neste sentido, esta parece-nos ser uma contribuição verdadeiramente fundamental para a investigação actual sobre Nietzsche.

O livro está organizado em sete capítulos temáticos, que simultaneamente acompanham o desenvolvimento da obra de Nietzsche, desde os seus primeiros escritos enquanto estudante até *Ecce Homo*. O autor acrescenta ainda um epílogo, onde procura avaliar o impacto do pensamento de Nietzsche para a Filosofia da História contemporânea, mostrando como Nietzsche antecipa ou influencia directamente várias teorias do século XX, desde filósofos analíticos, como Popper, Walsh ou Dray, autores da tradição continental, como Croce, Heidegger ou Derrida, e ainda teóricos da História e historiadores, como Hayden White, Frank Ankersmit e Keith Jenkins.

Os primeiros dois capítulos fornecem o pano-de-fundo contextual necessário para se compreender o pensamento de Nietzsche sobre a História. O primeiro, “Philological centaurs” foca-se nas primeiras contribuições filológico-historiográficas de Nietzsche aquando ainda estudante na reputada escola de Schulpforta e, mais tarde, nas universidades de Bona e Leipzig (1858-1869), sob a orientação de Otto Jahn e Friedrich Ritschl. Mais concretamente, são analisados os seus trabalhos sobre Ermanarich, Teógonis e Diógenes de Laércio. Nos três casos, Nietzsche procurou corrigir interpretações erróneas ou inconsistentes das fontes, oferecendo soluções tendencialmente plausíveis mas filologicamente indemonstráveis, utilizando geralmente especulações psicológicas para cobrir as lacunas deixadas pelos “factos” registados. Apesar do carácter algo “fantástico” das suas primeiras reconstruções filológicas, que desde logo lhe garantiu a divisão da crítica entre o grande entusiasmo e a completa rejeição, Jensen mostra de forma convincente que Nietzsche pode ser descrito como um realista ontológico desde os seus primeiros escritos, caracterizando ainda a sua metodologia filológica nesta fase como naturalista, não teleológica e não clássica. O segundo

capítulo, “Early meta-history and context”, contextualiza o pensamento de Nietzsche no interior dos principais movimentos historiográficos do século XIX. Ao mesmo tempo que é posta em evidência a influência de Otto Jahn e especialmente Friedrich Ritschl no pensamento do jovem Nietzsche, resulta também claro o seu afastamento relativamente às duas correntes filológicas mais influentes da época, nomeadamente a *Sprachphilologie* (defendida por Ritschl) e a *Sachphilologie* (defendida por Jahn). Segundo Jensen, Nietzsche terá abandonado a sua carreira filológica devido ao amadurecimento crescente do seu interesse tanto pela Filosofia (em grande parte fomentado pela leitura obsessiva de Schopenhauer na segunda metade dos anos 60) como pela música (para o qual terá contribuído a intensificação da sua amizade com Wagner).

Com o terceiro capítulo, “Aesthetic intuition and the history of tragedy”, inicia-se a análise dos textos publicados por Nietzsche, sendo este exclusivamente dedicado à sua primeira obra, *O Nascimento da Tragédia* (1872). Contra as interpretações que tendem a acentuar uma continuidade metodológica desta obra relativamente aos seus primeiros trabalhos filológicos, Jensen procura demonstrar, de forma tão controversa e polémica como interessante e original, que há uma alteração meta-histórica importante na metodologia utilizada por Nietzsche nesta altura: ainda que mantendo o seu realismo ontológico combinado com intuições psicológicas hipotéticas, em *O Nascimento da Tragédia* Nietzsche terá abandonado o pendor naturalista das suas análises, bem como os preceitos da *Sprachphilologie*, a favor de “uma intuição estética relativamente àquilo que é chamado a verdadeira Ideia de tragédia” (p. 58). A falta de rigor histórico e a abundância de erros filológicos nesta obra justificar-se-ia, assim, pela adopção de uma noção realista de intuição (*Anschauung*) de influência marcadamente schopenhaueriana (ainda que Schopenhauer nunca pudesse concordar com a sua aplicação à História), que simultaneamente marcaria uma viragem profunda na historiografia de Nietzsche e a sua ruptura definitiva com a Filologia.

O capítulo 4, “History and historians”, foca-se no período das *Considerações Intempestivas* (1873-1876) e, como o próprio título indica, tem como objecto de análise a relação de Nietzsche com a historio-

grafia e os historiadores do seu tempo. Jensen acentua a nova mudança de paradigma no pensamento de Nietzsche sobre a História, que o leva a abandonar a ideia da possibilidade de uma intuição pura sobre a verdadeira natureza de um objecto e a concentrar-se agora nas características psicológicas dos historiadores e nas suas repercussões no tipo de juízos históricos que estes produzem, negando assim claramente a possibilidade de um conhecimento puro, objectivo ou desinteressado da História. Jensen é particularmente bem-sucedido na sua argumentação contra algumas interpretações da Filosofia da História contemporânea que apresentam Nietzsche como um acérrimo opositor da História. Como o autor mostra, apesar de Nietzsche criticar veementemente o “sentido histórico” de alguns historiadores seus contemporâneos, como David Strauss e Edward von Hartmann, por outro lado tem uma versão positiva do modo como a História deve ser praticada e posta ao serviço da vida, reconhecendo-a em vários historiadores do seu tempo (ex.: Bachofen, Burckhardt, Overbeck) e adoptando-a, num sentido fundamental, para o desenvolvimento ulterior do seu próprio projecto filosófico.

O quinto capítulo, “Positivism and perspectivism”, é o capítulo central da obra, na medida em que é nele que Jensen procura delimitar o paradigma meta-histórico de Nietzsche em contraposição com o da historiografia em voga no seu tempo. Segundo o autor, Nietzsche ter-se-á oposto ao positivismo e cientificismo das noções modernas de objectividade, descrição e explicação por estas dependerem de “concepções epistemologicamente ingénuas de juízo e agência humanos” (p. 145), adoptando nas suas obras da maturidade um realismo ontológico combinado com um anti-realismo representativo e uma teoria perspectivística da explicação. Quer dizer, ainda que mantendo constante a sua convicção na existência de um passado, Nietzsche abandona a ideia da possibilidade de uma representação historiográfica do mesmo “tal como ele foi”, sendo pioneiro de uma posição que se tornaria popular na Filosofia da História contemporânea (p. 145). Muito sucintamente, esta impossibilidade deve-se, por um lado, ao facto de qualquer descrição histórica ser o produto de um historiador e, portanto, das condições psico-fisiológicas específicas que o determinam e tornam, para ele, uma

determinada interpretação credível; por outro lado, à circunstância de qualquer explicação histórica ser necessariamente uma simplificação e distorção de uma complexidade indemonstrável empiricamente; e, por último, à inexistência de leis a partir das quais os acontecimentos históricos possam ser deduzidos ou compreendidos. Dada a impossibilidade de verificar a correspondência dos juízos históricos com o “passado real”, a validade de uma explicação histórica torna-se, enquanto perspectiva e interpretação, dependente do quão e quão amplamente fizer sentido e se mostrar convincente para uma comunidade de leitores que partilhem o mesmo tipo de perspectiva do mundo, noção que Jensen equipara ao sentido nietzschiano de objectividade.

Nos dois capítulos que restam, Jensen procura demonstrar a teoria meta-histórica que atribui a Nietzsche através da análise das duas obras mais eminentemente historiográficas do seu período mais tardio, *Para uma Genealogia da Moral* (1887) e *Ecce Homo* (1888). Assim, no sexto capítulo, “Genealogy as history”, dedicado à primeira, Jensen defende, contra aqueles que atribuem um carácter meramente fictício ou retórico às análises nietzschianas na *Genealogia*, que a “genealogia, tal como Nietzsche a concebe, é uma representação anti-realista historicamente contingente, definida dentro dos limites de [um certo e determinado tipo de perspectiva] e para convencer um certo e determinado tipo de perspectiva” (p. 157), isto é, “certos tipos de leitores” (p. 159). Não tendo a pretensão de relatar os “factos” do passado de uma forma definitiva e absoluta, e reconhecendo-se ela própria como perspectiva, a genealogia pressupõe e exige interpretações rivais com que possa competir, ao mesmo tempo que procura a aceitação de leitores com o mesmo tipo de perspectiva. É, em última análise, a extensão do acordo intersubjectivo entre o intérprete e os seus leitores, juntamente com a sua capacidade de servir a vida dissuadindo convicções que lhe sejam hostis, que distingue o valor de uma interpretação relativamente a outras, argumento que, da perspectiva de Jensen, distancia Nietzsche de um puro relativismo. No sétimo e último capítulo, “Autobiography as history”, o mesmo princípio é aplicado a *Ecce Homo*: na impossibilidade de construir uma exposição perfeitamente objectiva e definitiva da

realidade da sua vida e do constante fluxo que constitui a sua subjectividade, seja através de uma explicação motivacional causal, seja através de uma transparência de introspecção ou memória (possibilidades que Nietzsche terminantemente rejeita), “Nietzsche aplica o seu método historiográfico maduro em *Ecce Homo* para fornecer uma representação anti-realista de si próprio que serve como explicação perspectivística de como «se tornou quem é»” (p. 183). Neste sentido, Jensen esforça-se por mostrar como, apesar do seu carácter algo excêntrico e hiperbólico, *Ecce Homo* não deve ser considerado nem um produto de insanidade mental, nem uma obra puramente ficcional, no sentido da narrativa pós-moderna, mas em todo o caso uma explicação histórica cuja intenção é apresentar Nietzsche aos seus leitores de uma forma consistente com o seu próprio ideal de historiografia e no interior da sua própria perspectiva, que se prova a melhor por ser uma “interpretação «saudável» da sua própria vida” (p. 200).

Ainda que sólida e bem fundamentada, a teoria central que Jensen apresenta nesta obra parece-me problemática em dois aspectos. Em primeiro lugar, a concepção de objectividade que Jensen atribui a Nietzsche não inclui as noções fundamentais de probabilidade, complexidade e completude, sobre as quais me parece recair o argumento nietzschiano relativo à superioridade e preferibilidade da sua perspectiva relativamente a todas as demais. Não tanto porque de uma forma quase empática ela consegue a adesão de outras perspectivas, igualmente ‘saudáveis’, mas porque inclui ela própria em si mesma uma multiplicidade de perspectivas, tornando-se portanto mais complexa, completa e forte relativamente a pontos-de-vista rivais, é que uma perspectiva se destaca de outras e se demonstra melhor ou preferível de um ponto de vista epistemológico. Parece ser este o sentido do passo da *Genealogia* que Jensen utiliza para fundamentar a sua tese (GM III 12; cf. também NL 11[65], KSA 9.466), sendo também este o verdadeiro argumento contra o puro relativismo das análises genealógicas de Nietzsche. Por muito que o carácter saudável e afirmativo de uma interpretação seja critério de valor para Nietzsche, e por muito que este deseje convencer os seus leitores da sua própria perspectiva, estes não parecem poder,

por si só, constituir critérios válidos de objectividade (nem mesmo para Nietzsche), nem salvaguardá-lo de acusações de relativismo, como o autor pretende. Em segundo lugar, não me parece totalmente convincente a ideia de uma ruptura profunda no método historiográfico de Nietzsche entre os seus primeiros escritos filológicos e as obras genealógicas da maturidade. Se é verdade que o *Nascimento da Tragédia* parece ter um estatuto peculiar dada a extraordinária influência de Schopenhauer nesta época, não deixa de parecer excessiva a classificação da intuição estética schopenhaueriana como o método historiográfico condutor da obra. E se tivermos em conta que, tal como Jensen demonstra, Nietzsche recorre a extrapolações psicológicas hipotéticas e indemonstráveis desde as suas primeiras reconstruções filológicas, torna-se legítima a suposição que o anti-realismo representativo que o autor atribui ao Nietzsche da maturidade pudesse estar já embrionariamente presente desde o início da sua carreira.

Estes reparos não pretendem, de forma alguma, retirar mérito à obra que aqui se apresenta. *Nietzsche's Philosophy of History* fornece um estudo compreensivo e aprofundado da Filosofia da História de Nietzsche, que Jensen leva a cabo com grande rigor, precisão e domínio das fontes, sem descuidar a clareza e a simplicidade da exposição. O livro revela-se, pois, de extremo valor para a compreensão, não só das raízes e desenvolvimento da devoção de Nietzsche à investigação histórica, como também da importância que esta assume no interior do seu próprio projecto filosófico, ajudando ainda a situar Nietzsche no contexto historiográfico do seu tempo e a vislumbrar o impacto e a influência do seu pensamento para a Filosofia da História contemporânea. Independentemente de se concordar ou não com as teses defendidas por Jensen, esta é uma obra de referência para qualquer investigador que se interesse pela Filosofia da História de Nietzsche.

Referência para citação:

Faustino, Marta. Recensão a *Nietzsche's Philosophy of History*, de Anthony K. Jensen. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past* 1, n.º 1 (2015): 241-247.

